Carlos Pazos-Justo | Santiago Pérez Isasi | Inês Gusman (Eds.)

ESPANHA E NÓS

Visões atuais sobre as relações Hispano-Portuguesas



Edições Colibri

ESPANHA E NÓS

VISÕES ATUAIS SOBRE AS RELAÇÕES HISPANO-PORTUGUESAS

Carlos Pazos-Justo
Santiago Pérez Isasi
Inês Gusman
(eds.)

ESPANHA E NÓS

VISÕES ATUAIS SOBRE AS RELAÇÕES HISPANO-PORTUGUESAS

Edições Colibri

Esta obra é financiada pelo Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P e pelo Instituto Cervantes, em linha com o Memorando de Entendimento para implementar um programa de cooperação cultural cruzada, assinalando os 50 anos das democracias nos dois países ibéricos, assinado pelos Governos de Portugal e Espanha no âmbito da 34.ª Cimeira Luso-Espanhola (Lanzarote, 15 de março de 2023). Conta ainda com o apoio do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho.

Título: Espanha e Nós
Visões atuais sobre as relações hispano-portuguesas

Editores: Carlos Pazos-Justo, Santiago Pérez Isasi e Inês Gusman

Edição: Edições Colibri

Capa: Raquel Gil Ferreira

ISBN 978-989-566-480-1

Depósito legal n.º 546 109/25

Lisboa, março de 2025

Índice

Espanha e nós. Uma introdução 7

Das Ideias e Imaginários

Matemática e geometria do iberismo: Ensaio sobre os sentimentos ibéricos ontem e hoje
Gabriel Magalhães 13

Do distanciamento à proximidade: As novas inter-relações peninsulares no tempo da democracia e da europeização
José Miguel Sardica 35

"Esto no es España": Impressões sobre Espanha em Portugal no século XXI
Isabel Araújo Branco 65

Línguas de Espanha: Enganos e desenganos portugueses
Marco Neves 87

Da(s) Fronteira(s)

"Portugueses e espanhóis é igual… ou talvez não!": Narrativas sobre pertença, cultura e política em comunidades de fronteira
Maria de Fátima Amante 109

Migrações ibéricas: portugueses em Espanha e espanhóis em Portugal no século XXI
Filipa Pinho 131

Papel das cidades transfronteiriças na cooperação entre Portugal e Espanha
Eduardo Medeiros 157

Cooperação transfronteiriça Portugal-Espanha na proteção ambiental
Iva Pires 177

Da Sociedade

As relações comerciais entre Portugal e Espanha: O período pós-integração na CEE/UE
José Cadima Ribeiro 203

A conciliação entre trabalho e família: desigualdades e oportunidades em Portugal e Espanha
Edna Costa 221

Censura ao cinema no final das ditaduras ibéricas: semelhanças e diferenças
Ana Bela Morais 247

Notas Biográficas 271

Espanha e nós. Uma introdução

Espanha e nós… parte de uma certeza: após a entrada dos dois estados ibéricos – a República Portuguesa e o Reino de Espanha – na Comunidade Económica Europeia, hoje União Europeia, as relações entre os seus espaços geoculturais mudaram radicalmente. Na longa história de relações intraibéricas, esta nova fase de lógicas europeias – extraibéricas, portanto – contribuiu para alterar e diversificar substancialmente o relacionamento em múltiplas dimensões. Assim, em poucas décadas, Portugal e Espanha passaram de uma separação fronteiriça rígida tanto em termos simbólicos como funcionais, a pertencer a um mesmo espaço, europeu, onde a livre circulação de pessoas, bens e serviços é não só permitida, como incentivada. Esta crescente aproximação foi celebrada recentemente na 34.ª Cimeira Luso-Espanhola, com a assinatura do Memorando de Entendimento para desenvolver um programa de cooperação cultural cruzada, assinalando os 50 anos das democracias nos dois países ibéricos, que está na base, de alguma forma, desta publicação.

Para além do iberismo e outros *ismos* frequentemente invocados para tentar compreender o relacionamento, entendemos que hoje existe uma acentuada aceleração do contacto em vários âmbitos e até, poderíamos dizer, uma certa convergência, influenciada pelos desígnios da União Europeia. Não deixamos de considerar, no entanto, os alicerces possibilitadores que o fim dos dois regimes autoritários ibéricos significou, há cerca de 50 anos, para o contacto e (re)conhecimento intraibérico.

Nestas *Visões atuais sobre as relações hispano-portuguesas*, resgatamos o título do conhecido ensaio de Eduardo Lourenço *A Espanha e nós*, no qual o filósofo português constrói uma espécie de diagnóstico do relacionamento entre ambos os países a partir de Portugal. Desta forma, o objetivo principal deste volume é mapear o contacto ibérico

durante as últimas décadas, através da reunião de estudos elaborados por académicos/as portugueses/as das Ciências Sociais e Humanas que se tenham debruçado a analisar as relações hispano-portuguesas nos âmbitos políticos, culturais, económicos e sociais. É importante referir que, embora primando o conhecimento gerado no âmbito académico, a obra pretende chegar a um público mais vasto, assumindo assim um caráter divulgativo; notamos ainda que este projeto editorial contempla uma outra fase que inclui, assim o esperamos, a publicação no Estado vizinho, de uma versão em castelhano do mesmo volume.

Cabe-nos igualmente indicar que, perante a complexidade de variado tipo do *mosaico ibérico*, nas palavras de José Saramago, o propósito deste volume tem como objeto de estudo o quadro relacional configurado pelos dois espaços que conformam os Estados ibéricos, do ponto de vista português. Assim sendo, explicitamos que não foram objeto de análise as crescentes relações e vínculos entre outras realidades subestatais.

Deixamos ainda mais uma nota aberta para diversas interpretações: este projeto visava inicialmente contemplar também trabalhos de outras áreas temáticas que, após apurada pesquisa, não conseguimos identificar. Nas últimas décadas, o interesse pelas relações intraibéricas tem aumentado notoriamente na Academia portuguesa, mas não tanto como, talvez ingenuamente, pensámos num primeiro momento. Apesar disso, o conjunto de textos agora reunidos oferecem, acreditamos, uma *radiografia* bem informada, plural e diversa acerca das relações hispano-portuguesas da atualidade e das últimas décadas.

O volume está dividido em três secções: *Das ideias e imaginários*, *Da(s) fronteira(s)* e *Da sociedade*. Abre o primeiro bloco temático o trabalho "Matemática e Geometrias do iberismo: ensaio sobre os sentimentos ibéricos ontem e hoje", em que Gabriel Magalhães (Universidade da Beira Interior) propõe uma reconsideração sobre a variável e complexa geometria das relações políticas e culturais ibéricas ao longo do tempo, e particularmente na época mais recente, com muito diversas triangulações que incluem a relação com Europa ou com outros âmbitos da chamada "iberosfera". A seguir, José Miguel Sardica (Universidade Católica Portuguesa), em "Do distanciamento à proximidade: as novas inter-relações peninsulares no tempo da democracia e da europeização", realiza uma documentada revisão do percurso das

relações luso-espanholas nas dimensões política e cultural a partir de meados da década de 70 do século XX, que entende como de nova convergência e cooperação e que quebra as lógicas complexas das décadas (ou séculos) anteriores. Com o título "«Esto no es España»: impressões sobre Espanha em Portugal no século XXI", Isabel Araújo Branco (Universidade Nova de Lisboa) apresenta uma original aproximação à imagem de Espanha em Portugal nos últimos trinta anos, através da análise de uma grande diversidade de objetos culturais, incluindo programas de rádio e televisão, manuais escolares, ou escritos de intelectuais como Lídia Jorge ou Natália Correia. Fecha este primeiro bloco "Línguas de Espanha: enganos e desenganos portugueses", de Marco Neves (Universidade Nova de Lisboa), que explicita (e alerta para) os equívocos mais frequentes entre os portugueses, em relação com a diversidade linguística da Espanha, apresentando também alguns dados sobre a visão do castelhano em Portugal.

Em *Da(s) fronteira(s),* segundo bloco temático, recolhemos quatro trabalhos que exploram a *fronteira* hispano-portuguesa a partir de várias perspetivas. Em "«Portugueses e Espanhóis é igual… ou talvez não!»: narrativas sobre pertença, cultura e política em comunidades de fronteira", Maria de Fátima Amante (Universidade de Lisboa) analisa o processo de patrimonialização em curso na raia luso-espanhola em que, por exemplo, o antigo contrabando é objeto de releituras ao serviço da memória do território ou inclusive do turismo. A seguir, sob o título "Migração de espanhóis em Portugal e de portugueses em Espanha no conjunto do padrão migratório dos dois países no século XXI", Filipa Pinho (ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa) apresenta um estudo pormenorizado sobre as dinâmicas migratórias entre Portugal e Espanha, mostrando como são diferentes as motivações e as caraterísticas das populações que passam a fronteira nos dois sentidos e a sua relevância para o futuro das relações entre os dois países. Eduardo Medeiros (Instituto Politécnico de Setúbal), em "O papel das cidades transfronteiriças na Cooperação entre Portugal e Espanha", reflete, a partir de uma análise detalhada do caso da Eurocidade Elvas (PT) – Badajoz (ES), acerca do impacto dos atuais instrumentos europeus financeiros e institucionais de cooperação transfronteiriça para o desenvolvimento dos territórios periféricos de Portugal e Espanha. Por seu lado, Iva Miranda Pires (Universidade Nova de Lisboa), em "Coope-

ração transfronteiriça Portugal-Espanha na proteção ambiental", discute os desafios relacionados com a proteção conjunta de recursos naturais que atravessam a fronteira, defendendo que o atual contexto de emergência climática e a crescente escassez de água podem vir a aumentar a conflitualidade entre os dois países neste domínio.

O último bloco, *Da sociedade*, abre com o trabalho "As relações comerciais entre Portugal e Espanha: o período pós-integração na CEE/UE", no qual José Cadima Ribeiro (Universidade do Minho), fazendo uso de estatísticas oficiais, traça um retrato panorâmico da evolução das relações económicas entre os dois países apontando como a dinâmica económica de um dos parceiros pode condicionar a do outro. Em "A conciliação entre trabalho e família: desigualdades e oportunidades em Portugal e Espanha", Edna Costa (Universidade do Minho) analisa a articulação entre trabalho e família em Portugal e Espanha, detetando que os dois países seguiram caminhos distintos no que se refere à conciliação entre trabalho e família. Por último, em "Censura ao cinema no final das ditaduras ibéricas: semelhanças e diferenças", Ana Bela Morais (Universidade de Lisboa) oferece-nos uma aproximação à história dos aparatos censórios espanhol e português na segunda metade do século XX, comparando a sua organização, critérios e resultados.

Nas páginas finais, acrescentamos umas breves notas com informação acerca das trajetórias de cada um/a dos/as autores/as.

Por fim, sem deixar de apontar o prazer que projetos desta natureza implica para quem isto escreve, muito agradecemos ao Instituto Camões e ao Instituto Cervantes o amável acolhimento e apoio que, desde o início concederam à nossa proposta. Agradecemos também ao Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho pela sua disponibilidade para viabilizar a publicação e, naturalmente, aos autores e autoras que tiveram a amabilidade de participar nesta iniciativa editorial. E, sem mais, desejamos e esperamos boas leituras.

Os/a editores/a
Braga/Lisboa, inverno de 2025.

DAS IDEIAS E IMAGINÁRIOS

Matemática e geometria do iberismo: Ensaio sobre os sentimentos ibéricos ontem e hoje

Gabriel Magalhães
(LABCOM/IA*, Universidade da Beira Interior)

Quando, em 1 de janeiro de 1986, Espanha e Portugal se integraram na então CEE, atual União Europeia, protagonizando um movimento de quase irmãos siameses da História, cada país se foi surpreendendo com a descoberta do outro. Era então comum, no espaço público e na boca de responsáveis políticos, ouvir com frequência melodias de amizade e cooperação ibéricas com o estribilho de que as duas nações tinham vivido até ali de costas voltadas e de que esta era a hora em que tal deficiência dos tempos passados se corrigia.

Na verdade, nos textos do catalão Josep Pla sobre Portugal, encontramos com frequência esta tradicional ideia das costas voltadas. Trata-se de um *leitmotiv* da sua reflexão sobre as questões ibéricas: "Espanya i Portugal viuen dins la mateixa capsa – per utilitzar la frase de Gaziel – , però viuen donant-se l'esquena d'una manera sistemàtica i completa", escreve o autor catalão (Pla, 1975/1988, p. 247, citado por Revelles Esquirol, 2008, pp. 90-91).

E agora, aparentemente, tudo isso mudava. A burocracia das fronteiras evaporava-se para a maioria dos cidadãos e onde antes existia a penumbra das alfândegas, o seu ritmo sonolento com, por vezes, longas filas de trânsito, surgia o fluir solto, sem interrupções, das autoestradas, nalguns casos pagas com fundos estruturais europeus. Pouco a pouco, as duas economias ibéricas iam-se interpenetrando, abraçando. Parecia que se entrava numa nova fase, sendo que cada país se transformava para o outro numa epifania.

O célebre artigo de Eduardo Lourenço intitulado "A Espanha e nós" – que serviu de inspiração aos organizadores deste volume – está imbuí-

do deste olhar maravilhado para com o nosso vizinho. Afirma o ensaísta: "É provável que os futuros cronistas do nosso século de desastres, utopias e metamorfoses retenham a ascensão da Espanha ao primeiro plano das nações europeias, como um dos grandes milagres deste fim de século" (Lourenço, 1988/1994, p. 79). "Milagre" é a palavra usada pelo pensador. E, neste texto, refere-se também uma "nova Espanha" que sofreu uma "metamorfose profunda" que permitiu atingir "uma nova consciência reconciliada consigo mesma" (Lourenço, 1994 [1988], p. 80), de tal modo que se constatava, em 1988, o ano em que se publica este ensaio, uma "emergência espectacular da Espanha como *nação de referência* em todos os planos" [itálico do autor] (Lourenço, 1988/1994, p. 81).

Este era, portanto, o quadro mental: dois países "mutuamente desconocidos, totalmente desconocidos", como disse Pla (1974, p. 9, citado por Revelles Esquirol, 2008, p. 99) reencontravam-se, e cada um deles se encantava com o outro. É provável que, ainda hoje, seja essa a nossa visão do que se passou no final da década de oitenta e durante os decénios seguintes.

Contudo, esta maneira de pensar resulta extremamente discutível, e nela se manifesta uma das características da cultura contemporânea no Ocidente: o chamado "presentismo" (Hartog, 2003). Um modo de viver que, hipnotizado pelo ritmo intenso da atualidade, oblitera os panoramas futuros e a espessura do passado, o que, por exemplo, nos impediu perceber de imediato a gravidade da pandemia da covid 19, quando ela despontou na China. Seguíamos com atenção curiosa as notícias vindas de Wuhan, que era o presente, ao mesmo tempo que, num primeiro momento, muito poucos recordaram o passado: a anterior tragédia da gripe espanhola, entre 1918 e 1920. A reação foi, assim, tardia. Essa consciência histórica do fenómeno só se deu num segundo momento.

Na verdade, no que diz respeito à história ibérica, existiram outrora tempos equivalentes a estes que se iniciaram em 1986, ainda que sempre, sublinhe-se isto, com formatos próprios, diferentes do atual. As autoestradas da União Europeia foram, por exemplo, na Idade Média, a existência de uma língua, o galego-português, uma autoestrada idiomática pela qual circulava um rei de Castela e Leão, como Afonso X, que a essa língua entregava o seu lirismo, tal como então o fizeram bardos de

toda a Península. A ausência de aduanas verificou-se também na obra de Gil Vicente, um dramaturgo que, saltando ainda hoje por cima das fronteiras, pertence às literaturas portuguesa e espanhola, por ter escrito os seus autos nestas duas línguas.

Tudo isto conduziu à experiência da monarquia dualista, entre 1580 e 1640, sendo que, durante esse período, como demonstram historiadores que o escalpelizaram (Valladares, 2000; Schaub, 2001), Portugal não perdeu nunca totalmente a sua autonomia. Mas mesmo depois, na altura em que os dois países, em aparência, se isolaram, o fenómeno da relação continuava a correr pelo leito fundo do grande rio da história ibérica. Resulta curioso constatar que até o apelido do ditador Salazar, o mentor de uma das fases da história lusa em que Portugal foi mais autónomo, em que o país foi mais senhor do seu destino – ainda que num formato autoritário e com o isolamento como preço a pagar por essa autonomia –, é de origem espanhola (Magalhães, 2010, p. 22).

Portanto, esta é uma das primeiras reflexões a formular: o que se passou a partir de 1986 sempre se tem passado, ainda que com modulações várias e em formatos diferentes. Há uma fatalidade geográfica que obriga ambas as nações a tecerem uma tapeçaria ibérica, mesmo que o façam, em aparência, de costas voltadas. Durante o século XVIII, por exemplo, época de fascínios gauleses e de cumplicidades inglesas na cultura lusa, uma parte da lã que alimentava a Real Fábrica dos Panos, na Covilhã, provinha de Castela e da Extremadura espanhola. Nessa mesma unidade fabril, trabalharam técnicos catalães, especialistas em determinados processos que os portugueses não dominavam (Magalhães, 2012, p. 124). Poderíamos comentar: que estranha maneira esta de viver de costas voltadas. Não seria melhor pensar que, em muitos momentos, as duas nações existem "de espaldas abiertas", como Sáez Delgado e Pérez Isasi, num estudo recente (2018), sugerem que aconteceu entre finais do século XIX e princípios do século XX?

Na realidade, não resistimos a citar mais um exemplo que mostra bem o quanto o modelo das costas voltadas representa um olhar enviesado sobre a nossa história comum: Pere Pla, um irmão de Josep Pla, desse mesmo Pla que defendia convictamente esta teoria das costas voltadas, trabalhou entre 1947 e 1966 em Portugal, na indústria corticeira lusa, com a qual entrara em contacto por causa da importância

que esta assumira para as empresas vinícolas e de cava da Catalunya (Revelles Esquirol, 2010, p. 154). Como é que se pode falar, em boa verdade, num total desconhecimento, numa ignorância mútua completa, como afirma Josep Pla?

Com efeito, se quisermos fazer uma avaliação justa deste célebre sintagma das costas voltadas, poderemos dizer que tal fenómeno foi sobretudo uma *realidade mental*, que a *realidade real* das coisas e dos factos desmente constantemente. Os dois países "desligaram" um do outro, é verdade, mas isto só sucedeu nas mentes das pessoas porque, em simultâneo, a verdade absoluta de uma proximidade radical impunha ligações, colaborações de todo o tipo. Chegamos até a situações tão curiosas como a de comprovarmos que, em paralelo à Restauração lusa, desencadeada em 1640, continuam a existir grandes e fortes comunidades portuguesas em importantes cidades andaluzas (Pereira, 1933, pp. 110-129): a porosidade revela-se no próprio processo de isolamento. A relação e a "desrelação", se nos é permitido este neologismo, sempre decorreram em paralelo.

Algo disto se tornou patente igualmente na recente e virulenta crise catalã, cujo ponto alto foi a declaração de independência de 2017. Uma parte da sociedade da Catalunya promoveu uma atitude de alheamento no que diz respeito ao resto de Espanha, atitude essa a que chamaram "desconexió" (desconexão). Contudo, ao mesmo tempo que, mentalmente, se isolavam do resto da nação espanhola, permaneciam constantes colaborações e cumplicidades, em todos os níveis do sistema social. Uma coisa era aquilo que se passava nos espíritos, outra o que sucedia no universo material dos factos. Assim, enquanto uma parte da Catalunya se desligava intimamente de Espanha, cortando os laços existentes, muitas empresas catalãs se deslocalizavam, passando as suas sedes para outros pontos do território espanhol.

Quem estuda questões ibéricas tem de se habituar a mover-se, sem estranheza, por estas antíteses, estes paradoxos, sendo que a estrutura profunda da nossa Península é, ela mesma, um entrelaçar de contradições, que se projetam num movimento espiralado: temos uma só realidade geográfica, bem definida, que, porém, deu origem a duas realidades nacionais bem diferenciadas. Do mesmo modo, um desses países, aparentemente uno, surge composto por várias nações e regiões, como a sua própria Constituição de 1978 proclama.

Se nos quiséssemos servir da célebre teoria matemática dos conjuntos, poderíamos dizer que, entre Portugal e Espanha, sempre existiu um subconjunto formado por uma intersecção de elementos que se tornam uma área comum. Nunca, em nenhum momento, o conjunto E (Espanha) e o conjunto P (Portugal) foram realidades totalmente separadas. Ao mesmo tempo, nunca um dos conjuntos conseguiu incluir completamente o outro. O subconjunto da intersecção vai mudando de forma, os seus elementos alteram-se, mas está sempre lá, mesmo que, em aparência, cada um desses conjuntos tenha virado costas ao outro.

Paradoxos, antíteses: essa é a substância da nossa realidade ibérica mais profunda. Por isso, não nos deve surpreender que, depois de 1 de janeiro de 1986, tenha acontecido algo de absolutamente inesperado. Quando, no século XIX, se julgou que os Estados Unidos da Europa, esse sonho poético de Vítor Hugo (Rina Simón, 2019, pp. 147-148), eram inviáveis – assim pensava, por exemplo, o romancista Eça de Queirós (2000, pp. 242) –, projetaram-se uniões parcelares, mais limitadas e que, por isso, pareciam mais realistas. Foi assim que, segundo César Rina (2019), surgiu na Península Ibérica o projeto de uma união política que funcionaria como ponte para esse ideal continental: um prefácio, enfim, a essa aventura europeia. Ora, na segunda metade do século XX, acontecia o impensável: a união entre as nações da Europa processava-se muito antes da união entre as nações da Ibéria.

Esta é uma das riquezas do fluir histórico: a sua imprevisibilidade, apesar de todos os vaticínios com que procuramos atar o seu devir. A História, tão pesada e teimosa nas suas tendências de fundo, revela-se também muito criativa no seu acontecer presente. Tal se manifesta, por exemplo, quando verificamos que o plano de deslocar a capitalidade lusa para o Brasil, forjado durante as guerras de Restauração, a pensar numa irresistível invasão espanhola que não chegou a acontecer, só se desencadeou, afinal, perante uma invasão francesa, a primeira, de Junot, em 1807. Também nunca ninguém, em Espanha ou em Portugal, julgou que o ideal de Vítor Hugo dos Estados Unidos da Europa prevalecesse e se antecipasse aos sonhos iberistas, mesmo que Ángel Ganivet, numa página de grande lucidez, tenha declarado que a união de muitos seria mais fácil do que a de dois (Ganivet, 1897/1999, p. 125).

O iberismo foi um conceito e uma vivência do século XIX, nascido em consequência do debate sobre a reformulação total da vida peninsular, um processo inevitável depois das invasões francesas – daquilo a que, em Espanha, se chama "guerra de la independencia" e, na Catalunya, "guerra del francès". De facto, este grande drama trouxe até nós a história mais contemporânea europeia e tornou impossível continuar a existir no autismo relativo, algo sonolento, da nossa história do século XVIII peninsular. A grande questão, a partir daí, foi a de redesenhar Espanha e também Portugal num novo formato "liberal" (hoje diríamos, democrático), algo que suscitou duas guerras civis em território luso e três contendas deste tipo em solo espanhol. Mas, ao lado deste grande dilema político, extremamente divisor, que atravessa toda esta centúria ibérica, surge um segundo leque de problemáticas, entre as quais se encontra uma possível solução ibérica para os dois países.

A pátria do iberismo é, pois, oitocentista, e o fenómeno tem sido bastante estudado. Pilar Vázquez Cuesta (1974), refletindo sobre a obra *Portugal na Balança da Europa*, de Almeida Garrett, identificou um dos traços mais curiosos dos vários iberismos: eles vão com frequência contra algo ou contra alguém. São uma ameaça, uma arma de arremesso. No caso deste texto garrettiano, estamos perante um sério aviso à Inglaterra. Mas, mais tarde, um ensaio como *Portugal perante a Revolução de Espanha*, de Antero de Quental, um texto de 1868, constitui, no fundo, uma violenta crítica ao Portugal liberal oitocentista dos Braganças. Já no século XX, as propostas iberistas de Pessoa, estudadas em profundidade por Jerónimo Pizarro e Javier Pérez López (Pessoa, 2012, pp. 9-23), vão contra Espanha, tal como os *Poemas Ibéricos*, de Miguel Torga, na sua primeira versão embrionária redigida em 1935 e 1936 (Sousa, 2009, p. 323), encenam um claro antagonismo com a *Mensagem* pessoana.

Não devemos, porém, negar a natureza utópica, idílica e basicamente benevolente de muitos dos discursos iberistas do século XIX. Contudo, também se deve sublinhar que, nascidos em tempos de profunda crise imperial de Espanha e Portugal, eles representavam um modo de recriar e recuperar o imperialismo destas duas nações. Num espaço cultural paradoxal, não nos deve espantar que o iberismo também seja intimamente antitético: ideal, por um lado, amplo e generoso, mas por vezes também extremamente agressivo; projeto que, em ocasiões, assu-

me o perfil de um federalismo republicano e, noutras alturas, o de uma fusão monárquica; finalmente, neoimperialismo, mas também um ensaio geral para a construção futura de uma possível União Europeia. Autêntico arco-íris ideológico, o ideal ibérico permite as aproximações mais diversas, e a única forma correta de o ver consiste em sermos capazes de assumir a sua multiplicidade e o seu dinamismo.

Se a questão ibérica tem tendência a encontrar-se, a viver-se numa segunda linha das preocupações portuguesas e espanholas, na segunda metade de oitocentos, por uma vez, ocupou o primeiro plano do debate público, tal como nos explica Maria da Conceição Meireles Pereira:

> Neste período em que a Europa oscilava entre duas tendências aparentemente contraditórias, a progressão palpável do nacionalismo e a afirmação generosa do internacionalismo, Portugal confrontou-se com a recolocação das doutrinas iberistas, propaladas por alguns intelectuais portugueses e por vastos sectores espanhóis. O ucronismo ibérico derramou-se em inúmeros projectos que visavam a união peninsular defendendo, consoante as preferências ideológicas de cada grupo ou indivíduo, as mais diversas fórmulas políticas para inaugurar uma nova era de grandeza hispânica, desde a monarquia à república, do federalismo ao dualismo ou unitarismo. Esta "questão ibérica" de Oitocentos que, como nenhuma outra, inflamou as páginas da quase totalidade da imprensa periódica, invadiu todos os domínios da literatura da época, do opúsculo ao ensaio, do drama à canção, da historiografia ao romance, da poesia ao sermão. Ganhou notoriedade no rescaldo socializante de 48, ampliou-se nos inícios do decénio de 60 com a unificação italiana e, no plano interno, com a morte prematura de D. Pedro V, atingiu novas possibilidades em 1868 com a revolução que destronou Isabel II de Bourbon e lançou a Espanha em busca de um rei, insistindo nas candidaturas de D. Luís e de D. Fernando II, reabriu-se entre 1873 e 1875 durante a 1.ª república espanhola, e não deixou mesmo de manifestar-se após a restauração bourbónica alcançada com Afonso XII. Aquilo que foi simultaneamente uma questão de opinião e uma questão política exerceu uma acção persistente quer nas mentalidades quer na governação do país que não mais deixou de se atemorizar com os alvitres de Espanha e se acomodou reforçadamente à "protecção" inglesa e todas as suas implicações,

> quer no espaço metropolitano, quer ultramarino. (Pereira, 1999, pp. 16-17)

Apesar deste seu dinamismo, destas suas múltiplas dimensões, ao ponto de podermos afirmar que se tratava de um iberismo com vários heterónimos, a verdade, porém, é que este multímodo projeto ibérico oitocentista falhou. Foi, como diz José Antonio Rocamora, "un nacionalismo fracasado" (Rocamora, 1989). Um dos lugares de Lisboa em que melhor se encena esse fracasso é a Praça dos Restauradores. O obelisco que preside àquele espaço, num monumento que se construiu através de subscrição popular, tendo-se inaugurado em 1886, funciona como um míssil apontado contra qualquer tipo de ideal ibérico. Contudo, apesar desta sua derrota no enorme campo de batalha cultural que foi o século XIX, o iberismo sobreviveu ao longo do século XX, com várias personalidades brilhantes a refletirem sobre a dimensão peninsular de Portugal e de Espanha, figuras como Pessoa, Ramón Gómez de la Serna, Almada Negreiros, Miguel de Unamuno, António Sardinha, entre muitos outros. Por conseguinte, nada tem de surpreendente que, nesse mesmo ano de 1986, em que os dois países entram na CEE, se tenha publicado *A Jangada de Pedra*, de José Saramago, talvez o maior romance do sentimento ibérico peninsular. O iberismo, por conseguinte, continuou vivo ao longo do século passado e representa mesmo um dos componentes a ter em conta no atual momento de Espanha e Portugal.

Contudo, recordemo-lo, a sua presença surge, claramente, em segunda linha, como tantas vezes aconteceu. As grandes questões acabam por derivar das matérias europeias. São mais decisivas as reuniões regulares que acontecem em Bruxelas ou em Estrasburgo do que a cimeira luso-espanhola, que os espanhóis designam como "cumbre hispanolusa" e que tem, normalmente, uma periodicidade anual. Na realidade, aquilo que determinará o nosso futuro será saber se o projeto europeu se mantém em marcha de um modo próspero e consensual ou se involuirá fatalmente, como alguns antecipam. A outra grande questão, relacionada com esta, passa por definir se muitos países europeus se orientarão para um neonacionalismo conservador, como já acontece na Itália e como poderá suceder também em Espanha e Portugal. De novo, debatemo-nos com o mesmo problema de sempre: teremos mais

Europa ou, em alternativa, mais nacionalismos fechando-se em si mesmos? Só em segundo plano, e depois de sabermos a resposta a estas questões principais, surgirão os cenários iberistas. O iberismo funciona como uma "cuestión de sobremesa", sugestiva, mas que não constitui, por enquanto, o prato principal do debate peninsular.

De resto, o projeto europeu permitiu uma aproximação muito positiva entre Portugal e Espanha. A União Europeia deu lugar a um iberismo pragmático, muito funcional. E, por isso, temos afirmado que o melhor iberismo que se inventou foi o europeísmo (Magalhães, 2023, pp. 271-289). O dissolvente de fronteiras que se aplicou entre a França e a Alemanha também se pulverizou na raia da Península Ibérica e todos temos vivido dentro dessa realidade lubrificada, ágil, sem que seja necessário pensar em uniões ibéricas de nenhum tipo. Trata-se de um saudável *iberismo aplicado*, que se projeta, quer ao nível geral, quer na intimidade da intra-história individual, e que não precisa de grandiosos horizontes oníricos.

Quando, no ano 2017, o jornalista Borja Martínez elaborou uma reportagem para a revista espanhola *Leer* na qual refletia sobre aquilo que ele chamava "la solución ibérica" (Martínez, 2017), acabou por surgir uma formulação perfeita do estado de espírito que acabamos de descrever. Nesse ano, Portugal era o país convidado da Feria del Libro de Madrid, e foi neste contexto que a revista em causa centrou uma sua edição no país vizinho. Essa conclusão luminosa a que chegou Borja Martínez (2017, p. 22) é extremamente clara: "Superado el iberismo político, entre los activistas del estrechamiento de lazos ha adquirido una consistencia definitiva la idea de cierta unidad cultural". O jornalista desembocou nesta sinopse depois de falar com diversos protagonistas, a vários níveis, das relações ibéricas.

Seria um bom resumo destas últimas décadas, este iberismo cultural – conceito que foi formulado por César Antonio Molina (1990, pp. 11-142) –, ao qual se deve somar uma interpenetração económica evidente e uma colaboração política também muito presente. Seria quase como um teorema de Pitágoras – e aqui nos surge um elemento geométrico, depois da metáfora matemática da intersecção de conjuntos –, em que a soma dos quadrados formados a partir dos catetos (um deles, a economia, o outro, a política) tem uma área igual à do quadrado formado a partir da hipotenusa, que é o da nossa proximi-

dade cultural, que gera uma constante convivência. O que mais poderíamos desejar, em termos gerais? É verdade, sem dúvida, que ainda se podem fazer muitas coisas, quer na área fronteiriça, quer noutros âmbitos. Contudo, em linhas globais, os resultados têm sido, sem dúvida, satisfatórios, mesmo se nos confrontamos agora com o problema da água, cada vez mais escassa por causa das alterações climáticas: um tema que vai pôr à prova a consistência das boas relações entre os dois países.

Entretanto, o sentimento iberista na Península Ibérica também varia consoante as regiões. Nalgumas zonas, eleva-se ao quadrado, mesmo ao cubo de si mesmo. É o caso, por exemplo, da Catalunya. Ali este projeto surge como uma forma de corrigir o "erro" que significa a Espanha, enquanto entidade política tendencialmente centralizadora. O iberismo, por conseguinte, tem qualquer coisa, na cultura catalã, de uma nova Espanha que já Espanha não seja. Na realidade, a vivência ibérica nesse universo da Catalunya consegue mesmo produzir curiosas enciclopédias de recopilações ibéricas (Cases-Carbó, 1933). Recordemos ainda que um dos textos fundadores do iberismo oitocentista foi assinado pelo catalão Sinibaldo de Mas. E lembremos igualmente que também o militar e político catalão Prim, antes de se decidir por Amadeo I de Saboya, se sentiu atraído por uma solução portuguesa, e portanto ibérica, para o problema dinástico gerado pela "gloriosa" revolução de 1868 (Rocamora, 1989, p. 38).

Neste iberismo catalão podemos, por vezes, detetar uma ingenuidade estrutural: trata-se de considerar que, pelo simples acrescento da peça portuguesa ao puzzle nacional espanhol, os problemas deste país se resolveriam. Na realidade, é bem provável que se complicassem ainda mais. Essa Espanha melhor, essa Espanha outra deve ser construída pelos próprios espanhóis, sendo que os catalães terão nisso um papel crucial.

Entretanto, nas últimas décadas, a região espanhola que porventura mais fomentou o exercício desse iberismo aplicado que a União Europeia permitiu – o tal teorema de Pitágoras, com os dois catetos da política e da economia gerando os seus quadrados, enquanto a hipotenusa produz, também ela, um outro quadrado cultural – foi a Extremadura espanhola. São inúmeras as iniciativas que ela desenvolveu e podemos mesmo dizer que se trata de um daqueles casos em que a

relação com o país vizinho ficou realmente em primeiro plano. O governo autonómico sediado em Mérida precisa de Portugal para concretizar muitos dos seus projetos de fundo: precisa de uma intensificação das colaborações entre as duas nações peninsulares para, funcionando como ponte entre os dois países, reafirmar a sua importância. Só assim, por exemplo, terá uma linha ferroviária de alta velocidade, há muito desejada, mas que, para chegar a Cáceres, necessita ter como destino final Lisboa.

E o sentimento ibérico em Portugal? Trata-se de uma realidade ambígua: como vimos, ele foi derrotado no século XIX, e a instauração da República, em 1910, contrastando com a monarquia borbónica hispânica, ainda mais impossibilitou colaborações profundas. Hipólito de la Torre Gómez assinou vários estudos clássicos sobre este período, em que era muito comum a imprensa lusa referir-se ao "perigo espanhol" (Torre Gómez, 1985, 2002). Na verdade, o século XX português foi marcado por várias possibilidades de intervenções espanholas, que, na realidade, tinham acontecido na centúria procedente, quer na algo caricata "guerra das laranjas", quer no rescaldo da Patuleia, em 1847, neste caso ao lado de tropas inglesas.

Foi Josep Pla quem disse que os portugueses, tendo a sua independência, já conseguiram o que querem e não estão interessados em grandes e ambiciosas utopias iberistas (Pla, 1975/1988, p. 247 citado por Revelles Esquirol, 2008, p. 91). Isto é bem verdade. Muito dificilmente os iberistas lusos atravessarão aquela fronteira do adjetivo "cultural", muito dificilmente irão além de uma sorridente e pacata boa vizinhança, visto que um iberismo político radical seria afinal um modo de pôr em causa uma real autonomia, que tanto custou a consolidar.

Almada Negreiros, um dos portugueses que bem conheceu Madrid, onde viveu alguns anos da sua vida, experiência essa que foi estudada num volume (Sáez Delgado e Paula-Soares, 2017), explicou esta distância que Portugal sempre manterá relativamente ao seu vizinho de uma forma muito clara. Na verdade, num texto de 1935, escrito depois da sua passagem por Espanha, o autor de *Nome de Guerra* sintetiza as conclusões a que chegou, num tom altissonante de manifesto que, por vezes, tão próprio é da sua escrita:

> Civilização ibérica, sim. Sempre.
> União ibérica, não. Nunca.
> Aljubarrota mais Toro igual a zero.
> Península ibérica igual a Espanha mais Portugal. (Negreiros, 1935/1992, p. 70)

Talvez seja este o motivo de que tantos iberistas lusos façam, com tanta frequência, percursos de ida e volta. Foi o caso de Oliveira Martins, autor da obra fundamental *História da Civilização Ibérica*, aparecida em 1879, mas que, no termo do seu percurso intelectual, se consagrou a estudos sobre Nuno Álvares Pereira e sobre os filhos de D. João I, centrando-se, assim, naquele momento português em que mais se afirmaram as distâncias em relação ao vizinho castelhano. Foi o caso igualmente de Antero de Quental, que subscreveu um dos grandes manifestos do nosso iberismo oitocentista – o já mencionado *Portugal perante a Revolução de Espanha* –, mas, mais tarde, em carta a Wilhelm Storck, considerou esses seus ideais uma forma de ingenuidade: uma "grande ilusão" (Quental, 1989, p. 836). Foi um pouco o caso do próprio José Saramago, cuja jangada de pedra foi acostar à zona ribeirinha de Lisboa, perto da Casa dos Bicos, o edifício onde se situa hoje a fundação que leva o seu nome.

De facto, quando Miguel Gonçalves Mendes iniciou o processo que conduziria ao seu conhecido documentário sobre Saramago e Pilar del Río, tinha em mente o seguinte título para o seu filme: *União Ibérica*. Contudo, à medida que o projeto avançava, o realizador apercebeu-se do perigo dessa denominação – e talvez tenha sentido que ela nem sequer correspondia à verdadeira textura da relação entre a jornalista espanhola e o escritor português. Finalmente, aquilo que estreou nos cinemas em 2010, pouco meses depois da morte de Saramago, intitulava-se *José e Pilar*. Quando Gonçalves Mendes referiu esta alteração ao romancista, visto que a decisão se tomou ainda em vida do autor de *Memorial do Convento*, o escritor respondeu que o iberismo, a união ibérica, era apenas uma ideia que ele tinha tido. Literalmente, declarou-lhe: "Não quero que um filme sobre mim fique conotado com apenas uma ideia que tive" (Halpern, 2010). Como vemos, em Saramago algo aconteceu também, ainda que tenuemente, de um regresso ao ponto de partida.

Estaremos perante sinais de um pós-iberismo, como aventura José Miguel Sardica num importante livro (Sardica, 2013, p. 364)? Já vimos que não. A questão ibérica não ocupa a primeira linha dos grandes debates atuais em Espanha e Portugal – mas continua presente, ainda que seja em *sotto voce*: em surdina. Gostaríamos mesmo de mostrar como nesse iberismo se está a condensar uma parte da insatisfação com as derivas da União Europeia, com as limitações atuais deste projeto e com os seus tropeços. Hoje em dia, a Europa já não surge, em Espanha e Portugal, como uma zona de riquezas abundantes que transbordam e se derramam pelo nosso território. Continua a haver fundos comunitários, sem dúvida, como prova o Plano de Recuperação e Resiliência, mas o projeto europeu implica igualmente, sobretudo desde a crise financeira de 2008, contenção orçamental, uma austeridade que obrigou, por exemplo, a uma revisão da constituição espanhola. A Europa é bem-estar, mas também uma certa modéstia, um suave declínio, como explicou Enric Juliana (2012).

Posta em causa ao longe pelo autoritarismo chinês e, sobretudo, pelos resultados económicos que este tem obtido – o que, de um modo subliminar, vai tornando aceitáveis no Ocidente, para uma parte da cidadania, fórmulas tendencialmente autoritárias –, também ameaçada ao perto pelo imperialismo russo, que decidiu abalançar-se sobre a Ucrânia, e ainda pelas migrações constantes vindas do sul e do leste, a Europa funciona cada vez mais como um grande problema, que tem cada vez menos soluções evidentes. É no mal-estar deste cenário que o novo iberismo, o iberismo contemporâneo encontra o seu húmus mais consistente.

Desde *A Jangada de Pedra*, esta desconfiança relativa à então CEE, sentida como "capitalista", como uma realidade apenas economicista, tem existido. Era, na altura, uma consciência crítica sobretudo situada à esquerda, que não conseguia rever-se no dinheirame de Bruxelas e Estrasburgo, onde se sentia descolocada, fora de jogo. Depois de se verificarem todos os resultados positivos que têm nascido da União Europeia, essa corrente contestatária amainou durante uns tempos, mas, hoje em dia, volta a renascer. E não deixa de ser curioso comprovar que, embora a esquerda mais radical continue a distanciar-se da União Europeia, é de alguns setores da extrema direita que provêm, hoje em dia, as críticas mais veementes e as afirmações mais convictas de um iberismo alternativo.

Convém nesta hora não esquecermos que o projeto europeu não é só uma questão económica. O tal "presentismo" de que falávamos no início deste ensaio pode levar-nos a ignorar que o desígnio essencial da Europa enquanto realidade política passa, desde a criação da CECA – o primeiro rosto deste processo –, pelo desejo de paz e de concórdia entre os seus povos, e é isso que palpita nas estrelas, de ressonância espiritual mariana, da sua bandeira. Na realidade, trata-se de um projeto de paz de inegável êxito, num continente tradicionalmente dilacerado pela guerra e que, no século XX, esteve à beira de uma quase autodestruição através de duas contendas brutais de dimensão mundial.

O clima de paz indubitável existente hoje entre Portugal e Espanha deriva, em grande medida, deste efeito pacificador da Europa atual, que se projetou em nós a partir de 1986. Os rumores de possíveis intervenções espanholas em Portugal acabaram em 1974 e 1975 no momento mais álgido do processo revolucionário luso (Sardica, 2013, p. 253). Não há uma Europa em guerra, como em 1940, que permita pensar numa Operação Félix, que implicaria a conquista de Portugal por parte de uma Espanha franquista aliada com a Alemanha de Hitler (Sardica, 2013, pp. 159-163). O ambiente é, agora, completamente diferente e, de cada vez que os políticos europeus se reúnem em Bruxelas ou discutem em Estrasburgo, isso tem algo de maravilhoso, se pensarmos no nosso outrora europeu tão sangrento, em que aquilo que falava eram as armas.

Por outro lado, a nossa pertença à União Europeia obriga-nos a dar uma certa boa educação, uma certa medida aos nossos demónios interiores ibéricos. Isso tem sido bem visível no recente abalo sofrido pela Espanha, através da crise catalã. A Europa não nos permite mergulharmos a fundo nas nossas pinturas negras de Goya. Houve cargas policiais no dia 1 de outubro de 2017, a data em que se realizou o tão discutível referendo catalão, mas a perplexidade sentida pelos sócios europeus perante essas imagens não permitiu ir mais longe. Somos obrigados a contermo-nos, em Espanha e Portugal, quer seja na violência dos nossos processos sociais, quer seja em termos orçamentais. A pertença à União Europeia funciona como uma certa garantia civilizacional.

É por este motivo que temos defendido a vigência do ideal europeu, e uma certa prudência no que diz respeito às críticas que o novo iberismo lhe pode dirigir (Magalhães, 2023, pp. 271-289). De resto, essas críticas materializaram-se até, numa das suas expressões mais veemen-

tes, na tribuna do Congresso dos Deputados espanhol através de Santiago Abascal, que, numa moção de censura contra um dos governos de Pedro Sánchez, falou daquilo que ele chamava "iberosfera". Não significa isto que o iberismo atual seja propriedade de Vox ou sobretudo relacionado com esta força política. Não afirmamos isso. Mas não deixa de ser curioso registar que este foi o momento mais ouvido, mais presente nos meios de comunicação, dos novos ideais ibéricos.

Poderíamos dizer que os iberistas tiveram pouca sorte, ao verem Santiago Abascal personificar algumas das suas propostas. Mas, na realidade, aquilo que ele chamou "iberosfera" constitui, realmente, um dos grandes sonhos do iberismo contemporâneo. Trata-se de, no âmbito incontornável da globalização, construir um desenho de base ibérica com a capacidade de ser competitivo a nível mundial. E, portanto, uma realidade com capacidade real de se tornar uma alternativa viável e poderosa à União Europeia. No fundo, trata-se de reconstruir a dimensão planetária da Península Ibérica, mas em novos moldes. Prosseguindo com as metáforas matemático-geométricas que nos têm guiado, poderíamos afirmar que este iberismo procura conseguir a quadratura mundial e planetária do círculo ibérico.

Para entendermos bem este desígnio, torna-se muito interessante o conhecimento da obra *Iberofonía y paniberismo: Definición y articulación del mundo ibérico*, de Frigdiano Álvaro Durántez Prados (2018). O próprio título representa, desde logo, uma excelente síntese daquilo que pretendemos explicar: deste grande projeto que poderia representar uma alternativa à União Europeia. Partindo dos esforços que a Espanha e Portugal têm feito para conservar e desenvolver a sua influência nos espaços que partilham os dois idiomas ibéricos dominantes – esforço esse que se materializa na CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e na CIN (Comunidad Iberoamericana de Naciones), Durántez Prado propõe um sistema de articulações que daria lugar ao grande espaço da iberofonia, presidido pelo espírito do paniberismo. Estamos perante uma obra monumental, ampla e sistemática, que poderia funcionar perfeitamente como uma enciclopédia ou uma Bíblia deste projeto.

Embora se trate de um trabalho volumoso, um "Epílogo" sintético constitui um ótimo resumo daquilo que está em causa, pelo que o transcrevemos na íntegra:

En esta obra hemos presentado las bases del Espacio Multinacional de Países de Lengua Española y Portuguesa –el Espacio panibérico o de la Iberofonía, sin excepciones geográficas– y hemos confirmado y descrito su proceso de conceptuación y articulación, identificando los hitos institucionales y funcionales alcanzados hasta este momento histórico. Hemos constatado que se trata de un proceso en curso que, desde sus fundamentos objetivos, ha avanzado en gran medida a partir de proyectos, impulsos y actuaciones de naturaleza constructivista a menudo protagonizados por actores individuales.

Reiteramos una vez más que se trata de un espacio formidable que abarca todos los continentes –América, África, Europa, Asia y Oceanía–, y que está compuesto por una treintena de países y más de 800 millones de personas: la décima parte del planeta en términos demográficos y en torno a la quinta en superficie, así como el primer bloque lingüístico del mundo al aunar el español –segunda lengua materna y de comunicación internacional, hablada por más de 570 millones de seres humanos– y el portugués –segunda lengua ibérica y latina, con más 230 millones de hablantes–. Hemos subrayado que el común denominador lingüístico de lo *iberófono* [itálico do autor] a nivel internacional lo constituyen los dos grandes idiomas vehiculares ibéricos, el español y el portugués y, más exactamente, la base lingüística común derivada de la afinidad sustantiva entre los mismos, que hace de ellos los únicos grandes idiomas internacionales –grandes cuantitativamente– que son, al mismo tiempo y en líneas generales, recíprocamente comprensibles.

La realidad de un mundo crecientemente globalizado, interdependiente e interconectado, y las constatables convergencias y afinidades existentes entre la Comunidad Iberoamericana de Naciones, la Comunidad de Países de Lengua Portuguesa y la generalidad de los países de lenguas ibéricas, sumadas a las actuaciones concebidas y desarrolladas a favor de la articulación de un espacio paniberófono, son factores que contribuyen a afirmar el proceso apuntado, que ya está en marcha y que se vislumbra como irreversible.

Y es evidente que la mayor articulación de este ámbito de la Iberofonía universal tendrá relevantes y positivas consecuencias: dará más visibilidad e influencia en el mundo al conjunto de los

> países iberohablantes, promoverá la cooperación horizontal y triangular entre Estados y sociedades de diversos continentes, y contribuirá a equilibrar en términos geoculturales la preponderancia y la hegemonía actuales del idioma inglés y de las cosmovisiones anglosajonas en beneficio de la diversidad cultural y lingüística de toda la Comunidad Internacional.
>
> Por todo ello, al concluir este trabajo hay que llamar la atención sobre el hecho de que, hasta ahora, la articulación del Mundo Ibérico ha progresado básicamente por la fuerza y la lógica de las afinidades y los elementos objetivos que la sustentan, junto a comprometidos esfuerzos constructivistas individuales que han puesto en valor tales elementos y que han planificado y ejecutado actuaciones específicas a favor de dicha articulación. Es decir, el Espacio Panibérico, el Espacio de la Iberofonía, a pesar de la evidencia irrefutable de su lógica y su sustantividad –muy superiores a los de otros espacios geolingüísticos y culturales del mundo–, ha venido en gran medida conceptuándose y construyéndose sin un diseño y un impulso oficiales, estructurados y coherentes, planteados con realismo y visión política por las Cancillerías y diplomacias estatales e interestatales concernidas e implicadas, que son las instancias a las que, de oficio, les correspondería planificar y ejecutar ese diseño.
>
> Es hora, por tanto, de que esas diplomacias afronten con altura de miras este desafío ineludible –unas, superando sus complejos históricos; otras, evitando la tentación de la instrumentalización; las demás, reparando simplemente en la existencia y la potencialidad del Espacio de la Iberofonía–. Porque es un reto, una tendencia y una propuesta que redunda en beneficio de todos los pueblos de lenguas española y portuguesa del mundo y de la Comunidad Internacional en su conjunto. (Durántez Prados, 2018, pp. 645-646).

Aqui temos, talvez na sua melhor expressão, o novo ideal ibérico, batizado como paniberismo ou iberofonia. O último produto de um velho sonho, que, como vimos, foi capaz de muitos rostos e dos mais diversos caminhos. Durántez Prado é considerado como o pai deste paniberismo, ainda que inspirado na mentoria do Professor Mario Hernández Sánchez-Barba. Além disso, trata-se de alguém próximo do rei Felipe VI, já que, entre 2009 e 2022, foi membro do Conselho de

Estudos e Relatórios da Casa Real espanhola, tendo recebido, em 2022, a Ordem de Carlos III. Ainda que em segunda linha – o lugar mais habitual dos ideais ibéricos –, este projeto está presente e vivo em diversos âmbitos da Península Ibérica, refletindo-se em páginas da Internet, como *El Trapezio*, e o Movimento Partido Ibérico, existente em Portugal. É esta a alternativa que, por vezes, se apresenta ao projeto europeu peninsular, ainda que muito do que recentemente aconteceu de bom, de dialogante, entre os dois países ibéricos tenha tido como base a União Europeia e tenha sucedido depois de 1986.

O objetivo de Durántez Prado é passar do nível do que ele chama esforços ou iniciativas individuais "constructivistas" para uma política de Estado a seguir ao nível das "cancillerías y de las diplomacias". Portanto, implícita, encontramos uma transformação importante do que seriam as grandes linhas, as medidas estruturantes, dos países implicados, e como é evidente também de Espanha e Portugal. Um novo caminho, enfim. Não há na obra menções desenvolvidas à União Europeia e à pluralidade cultural hispânica, embora se respeitem, por princípio, os outros idiomas presentes no espaço panibérico. A perspetiva é outra, e divergente, uma espécie de materialização plena, enciclopédica do conceito de trans-iberismo, que Saramago apresentou (1990, p. 9).

Conseguiu Durántez Prado a quadratura planetária do círculo peninsular? Talvez não, mas estamos perante a mais ambiciosa tentativa nesse sentido. O próprio autor, na apresentação que deste livro se fez na Casa de América, em Madrid, recordou em duas ocasiões que se trata de ideias pouco conhecidas, ainda não presentes de modo muito vivo no espaço do debate público (Casa de América, 2018). No fundo, como já referimos, isto é típico dos projetos iberistas. Mas não duvidemos que, em caso de colapso da União Europeia, estas propostas poderão passar a um claro primeiro plano. O sonho iberista não desapareceu, possui uma curiosa quase eternidade cultural, embora as suas materializações políticas reais tenham sido escassas e sempre bastante problemáticas.

Concluiremos, apresentando as ideias fundamentais deste ensaio:

1. Espanha e Portugal, em termos reais e objetivos, não viveram de costas voltadas, a não ser em termos mentais, sendo que existe sempre um subconjunto formado pela intersecção de elementos

pertencentes a uma e outra nação. Isto é, considerando a Espanha como o grupo E e Portugal como o grupo P, nunca deixamos de ter uma realidade $E \cap P$. Por outro lado, o conjunto português e o conjunto espanhol nunca se fundiram completamente, isto é, nunca se verificou $E \cup P$.

2. Assim, a nova realidade das relações entre Portugal e Espanha, nascida depois de 1 de janeiro de 1986 – entrada dos dois países na futura União Europeia –, constitui um novo formato de um processo muito antigo, que assumiu as mais diferentes versões e modalidades. A Península Ibérica pode ser definida como uma antítese permanente, como um paradoxo em constante movimento, num movimento espiralado.
3. Ancorado sobretudo no século XIX, o iberismo tem uma capacidade notável de mutação, apresentando-nos as mais diversas faces, por vezes bem divergentes. Trata-se, portanto, de um polígono mágico, capaz de se multiplicar nos mais diversos rostos, por vezes agressivos e, noutras ocasiões, utópicos e benevolentes.
4. Na sequência da integração de Espanha e Portugal na futura União Europeia, surgiu um *iberismo aplicado*, prático, que se costuma designar como iberismo cultural. Na realidade, ele é comparável ao teorema de Pitágoras, sendo que os catetos, de natureza política e económica, dão origem a quadrados com uma área igual ao gerado a partir da hipotenusa, em que se exprime a cumplicidade cultural das duas nações.
5. Contudo, o iberismo muda consoante os espaços da Península em que se desenvolve, sendo que, por exemplo, IC (Iberismo na Catalunya) não é igual a IP (Iberismo em Portugal). Isto é, $IC \neq IP$. No espaço catalão, temos um iberismo elevado ao quadrado (I^2) ou mesmo ao cubo (I^3), enquanto em Portugal muitas vezes o sentimento ibérico se vê diluído pela importância dada à identidade nacional. Na Extremadura espanhola, vivemos neste momento uma situação de I^3.
6. Se excetuarmos a segunda metade do século XIX, a questão ibérica vê-se localizada no segundo plano do debate peninsular, como se estivesse entre parêntesis, e tal acontece pelo privilégio dado sempre às questões nacionais e, nas últimas décadas, aos problemas europeus.
7. A crise da União Europeia, cujo desenlace ainda não conhecemos, fez ressurgir, ainda que em segunda linha, o iberismo que, em tempos de

globalização, procura conseguir a quadratura planetária do círculo ibérico. Durántez Prado foi o criador da noção de paniberismo ou de iberofonia que, sendo sobretudo um projeto a desenvolver no âmbito das relações internacionais, não deixa também de representar um lugar onde se condensam muitas insatisfações peninsulares.

8. Feita esta apresentação, em forma de metáforas matemáticas e geométricas, de alguns traços das vivências ibéricas, deixamos ao leitor destas páginas a iniciativa de escolher o próximo corredor deste labirinto. De facto, os percursos deste nosso espaço peninsular desde as suas origens até hoje têm sido de uma densa complexidade, múltiplos e variáveis, a tal ponto que, se não fosse a perecibilidade de tudo o que é humano, poderíamos concluir este trabalho com uma outra fórmula algo hiperbólica, mas expressiva: PI (Península Ibérica) = ∞.

Referências bibliográficas

Casa de América (30 de octubre de 2018). *Iberofonía y paniberismo: Definición y articulación del mundo ibérico*. https://www.youtube.com/watch?v=5PkU-g0pOpw

Cases-Carbó, J. (1933). *El problema peninsular: 1924-1932*. Catalònia.

Durántez Prado, F. A. (2018). *Iberofonía y paniberismo: Definición y articulación del mundo ibérico*. Última Línea.

Ganivet, A. (1999). *Idearium español/El porvenir de España*. Espasa-Calpe. (Obra original publicada em 1897)

Garrett, J. B. S. L. de A. (sem data). *Portugal na Balança da Europa.* (Ed. de J. Serrão). Livros Horizonte. (Obra original publicada em 1830)

Halpern, M. (2010). Miguel Gonçalves Mendes: Simplesmente José, *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. https://visao.pt/atualidade/cultura/2010-11-17saramago-- em-filmesimplesmente-josef579505/

Hartog, F. (2003). *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*. Seuil.

Juliana, E. (2012). *Modesta España: Paisaje después de la austeridad*. RBA.

Lourenço, E. (1994). A Espanha e nós. In *Nós e a Europa ou As Duas Razões* (pp. 79-85). Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Magalhães, F. R. de (2010). *Salazar: Uma biografia política*. D. Quixote.

Magalhães, G. (2012). *Los secretos de Portugal: Peninsularidad e iberismo*. RBA.

Magalhães, G. (2023). *El país que nunca existió: Pasado, presente y futuro de la Península Ibérica.* Elba.

Martínez, B. (2017). La solución ibérica. *Leer*, 283, 22-23.

Martins, J. P. de O. (1973). *História da Civilização Ibérica* (10.ª ed.). Guimarães Editores. (Obra original publicada em 1879)

Martins, J. P. de O. (2009). *A Vida de Nun'Álvares*. Guimarães Editores. (Obra original publicada em 1893)

Molina, C. A. (1990). *Sobre el iberismo y otros escritos de literatura portuguesa*. Akal.

Negreiros, J. de A. (1992). *Obras Completas*, 5, Ensaios. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Pereira, C. S. (1933). *A Restauração vista de Espanha: Histórias de portugueses contadas por espanhois [sic]*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Pereira, M. da C. M. (1999). Portugal no Tempo do Romantismo. In AA.VV., *As Belas-Artes do Romantismo em Portugal* (pp. 10-19). Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura.

Pessoa, F. (2012). *Ibéria: Introdução a um imperialismo futuro* (Ed. de J. Pizarro & P. J. Pérez López). Ática (Babel).

Queirós, J. M. E. de (2000). *Literatura e Arte: Uma antologia* (Ed. de B. Berrini). Relógio d'Água.

Quental, A. de (1982). *Prosas Sócio-Políticas* (Ed. de J. Serrão). Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Quental, A. de (1989). *Obras Completas: Cartas II: 1881-1891* (Ed. de A. M. A. Martins). Universidade dos Açores/Editorial Comunicação.

Revelles Esquirol, J. (2008). *La interpretació portuguesa de Josep Pla* [Tese de Doutoramento, Universidade Autónoma de Barcelona]. https://core.ac.uk/download/pdf/13282599.pdf

Revelles Esquirol, J. (2010). Cambó, Pla, Gaziel i els contactes lusocatalans. In V. Martínez-Gil (ed.), *«Uns Apartats Germans»: Portugal i Catalunya /«Irmãos afastados»: Portugal e a Catalunha* (pp. 149-168). Lleonard Muntaner.

Rina Simón, C. (2019). Iberismos en el siglo XIX. In D. Duarte & G. Vale, Catalonia, *Iberia and Europe* (pp. 139-174). Aracne Editrici.

Rocamora, J. A. (1989). Un nacionalismo fracasado: el iberismo. *Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia contemporánea*, 2, 29-56.

Sáez Delgado, A. & Paula-Soares, F. M. V.-V. de (Eds.) (2017). *Almada Negreiros en Madrid.* Ediciones Universidad Autónoma de Madrid.

Sáez Delgado, A. & Pérez Isasi, S. (2018). *De espaldas abiertas: Relaciones literarias y culturales ibéricas (1870-1930)*. Editorial Comares.

Saramago, J. (1990). Mi iberismo. In C. A. Molina, *Sobre el iberismo, y otros escritos de literatura portuguesa* (pp. 5-9). Akal.

Saramago, J. (1999). *A Jangada de Pedra* (11.ª ed.). Caminho. (Obra original publicada em 1986)

Sardica, J. M. (2013). *Ibéria: A Relação entre Portugal e Espanha no Século XX*. Alêtheia.

Schaub, J.-F. (2001). *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Livros Horizonte.

Sousa, C. M. de (2009). Cronologia. In C. M. de Sousa (ed.), *Dar o Mundo ao Coração: Estudos sobre Miguel Torga* (pp. 311-337). https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/78150/1/Cronologia%20--%20Miguel%20Torga.pdf

Torre Gómez, H. d. l. (1985). *Do «Perigo Espanhol» à Amizade Peninsular: Portugal e Espanha (1919-1930)*. Estampa.

Torre Gómez, H. d. l. (2002). *El imperio del Rey: Alfonso XIII, Portugal y los ingleses (1907-1916)*. Editora Regional de Extremadura.

Torga, M. (1965). *Poemas Ibéricos*. Edição do autor.

Valladares, R. (2000). *Portugal y la Monarquía Hispánica: 1580-1668*. Arco.

Vázquez Cuesta, P. (1974). O espantalho ibérico como arma de política no Portugal do século XIX. In AA. VV., *Estética do Romantismo em Portugal* (pp. 39-43). Centro de Estudos do Século XIX do Grémio Literário.

Do distanciamento à proximidade: As novas inter-relações peninsulares no tempo da democracia e da europeização*

José Miguel Sardica
(Universidade Católica Portuguesa)

1. Portugal e Espanha: uma relação temperamental

Ao longo dos séculos, a relação entre Portugal e Espanha, as duas entidades políticas que entre si partilham o espaço ibérico, revelou sempre uma dinâmica temperamental de ódios e amores, de distâncias e encontros, que enraizou, de parte a parte, estereótipos resistentes ao tempo, fazendo alternar períodos de aproximação e convergência com outros, mais numerosos, de afastamento e rivalidade.

Desde a fragmentação hispânica operada no século XII, com a independência do Condado Portucalense face a Leão e Castela, até às rivalidades inconfessadas do século XX, que a retórica da amizade peninsular e a convergência política de Salazar e Franco apenas suavizavam, o nacionalismo português definiu-se, muitas vezes, por antinomia e alteridade em relação ao suposto, ou real, "perigo espanhol" (AA.VV., 2002, pp. 18-49). A defesa da integridade e da autonomia do Estado peninsular mais pequeno levou sempre consigo um ingrediente anti-castelhano ou antiespanhol vincado – "na etapa fundadora 'contra' ou 'de costas' para Castela; no tempo do crescimento e desenvolvimento 'defronte' ou 'apesar' de Castela; e no declínio 'por culpa' de Castela" (Chato Gonzalo, 2018, p. 629). Por sua vez, o nacionalismo castelhano

* O presente texto aproveita materiais e interpretações já desenvolvidos no meu livro *Ibéria. A Relação entre Portugal e Espanha no Século XX* (Sardica, 2013), sobretudo nos capítulos 12 a 15, pp. 267-369.

ou espanhol foi oscilando entre a ignorância em relação ao seu mais pequeno vizinho e a manifestação de um complexo de amputação e de superioridade que alimentou, de forma cíclica, sonhos de invasão, conquista e anexação (Chato Gonzalo, 2018, pp. 627-28). Na imutabilidade da geografia e nas dinâmicas do tempo, ser-se português consistia assim em *não* ser espanhol e em *não* gostar da Espanha; e ser-se espanhol consistia em acalentar uma obsessão unificadora em relação a Portugal, como tarefa sempre inacabada ou interrompida.

Contra a teimosia das costas voltadas e a dicotomia dos amigos inimigos, em prol de um diálogo construtivo de irmãos face a face, vozes portuguesas hispanófilas e vozes espanholas lusófilas pugnaram por uma aproximação e descoberta mútuas que, sem concessões ao iberismo político de cariz absorcionista, configurassem um iberismo espiritual, intelectual e cultural – um "hispanismo", um "peninsularismo", um "aliancismo", enfim, uma amizade ibérica produtora de uma unidade na diversidade, sem elidir fronteiras físicas, mas permitindo os mais variados encontros transfronteiriços. Ao longo de quase nove séculos de história, esta atitude terá sido mais exceção do que regra. Contudo, foi crescendo com o tempo; e, malgrado os altos e baixos conjunturais, a época contemporânea da história peninsular revelou um sentido de "viaje hacia la amistad" (Torre Gómez, 2017, p. 323), que culminou num encontro multissetorial convergente e colaborativo no final do século XX e no presente século XXI, com as novas condições criadas pelos processos de democratização e europeização conjuntos de Portugal e Espanha, num renovado quadro peninsular.

Durante os regimes ditatoriais de Salazar e Franco, que antecederam as transições ibéricas para a democracia e a plena integração peninsular na Europa transpirenaica da CEE/UE, a relação entre Portugal e Espanha ainda foi feita da alternância entre "excessos de intimidade entre velhos adversários históricos" e a "indiferença entre aliados formais que preferem viver de costas voltadas um para o outro", na medida em que "um subterrâneo anti-espanholismo percorreu o salazarismo, enquanto a ignorância patente sobre tudo o que era português percorreu o franquismo" (César Oliveira em AA.VV., 2006, p. 53, e Loff, 2004, p. 20). Pese embora, no ocaso das duas ditaduras, o reformismo marcelista e o *aperturismo* tardo-franquista terem reforçado alguma aproximação e bilateralismo, até às vésperas do triunfo das duas demo-

cracias peninsulares subsistia, como resquício de antanho, a hispanofobia lusa, quase em registo antropomórfico: "perante o espanhol arrogante, orgulhoso, soberbo, rude, fanático, ignorante, reacionário e cruel, a imagem avançada, afável, adaptável, civilizada, cosmopolita e tolerante do português" (Chato Gonzalo, 2018, p. 633).

Face ao passado mais remoto, em que os problemas e os desafios, os sobressaltos e as oportunidades, os afastamentos e as aproximações entre Portugal e Espanha nunca foram simples questões políticas, mesmo que por vezes elas fossem resolúveis por uma batalha, um tratado ou um casamento régio, o presente ibérico, iniciado nos meados da década de 1970, cimentou um relacionamento luso-espanhol propiciador de um olhar mais próximo, cordial e descomplexado, ainda que não totalmente isento das reservas ou do ciúme que um "pequeno" tem sempre em relação a um "grande". Explorando a evolução paralela das democracias portuguesa e espanhola, desde as suas respetivas consolidações domésticas à sua projeção conjunta pela integração europeia, e nela integrando os novos sinais de um entendimento ibérico social e culturalmente mais próximo, este texto procura demonstrar como novos discursos de iberismo, não marcados pelas sombras de qualquer unitarismo político aborcionista, mas antes pela mutualidade mental entre os povos coabitantes da Hispânia, se foram enraizando nas gerações mais recentes de portugueses e espanhóis.

2. A democratização da Península Ibérica (1974-1986)

Demonstrando a sincronicidade estrutural dos processos políticos peninsulares, Portugal e Espanha derrubaram os seus regimes ditatoriais, transitando para a democracia, particamente em simultâneo e com óbvias interinfluências. Essas duas mudanças tiveram, aliás, importantes repercussões internacionais, constituindo-se como "epicentro da génese da Terceira Vaga" de "disseminação da democracia a nível mundial", que marcaria, na Europa e não só, o quarto de século seguinte (Fishman, 2023, pp. 25-26). Em Portugal, Marcelo Caetano, que sucedera a Salazar na liderança do governo em 1968, foi apeado pelo golpe militar de 25 de abril de 1974, uma rutura revolucionária que encetou dois anos de luta política intensa, até à aprovação da Constituição de abril de 1976, um texto democrático, pluripartidário e

pró-Europeu. O biénio revolucionário português foi atentamente seguido em Espanha, com temor, pelo governo (ainda) franquista de Carlos Arias Navarro, e com expetativa e esperança, por todas as sensibilidades que contestavam o regime do moribundo caudilho Francisco Franco – do reformismo liberalizador moderado e centrista ao complexo das várias esquerdas mais ou menos radicais do PSOE, do PCE e das vozes autonómicas. Franco morreu, em Madrid, no final de novembro de 1975, privando Carlos Arias Navarro e os ultras franquistas do pilar que ainda os escorava no poder, pela mesma altura em que, em Portugal, as forças militares e civis mais moderadas do PREC ("Período Revolucionário em Curso") derrotaram a deriva comunista-radical que dominara o "verão quente" desse ano, recentrando o curso político da revolução lusa. No caso português, a neutralização da extrema-esquerda deixou o caminho aberto para o fecho democrático de 1976. No caso espanhol, a morte do caudilho fez transitar a chefia do Estado para o novo monarca, D. Juan Carlos de Borbón, que logo se transmutou de presumível herdeiro e continuador da obra de Franco em promotor de uma democracia cujo governo confiou a Adolfo Suárez, o homem-chave da *Transición*.

O processo revolucionário português foi pioneiro na Península e antecedeu o caso espanhol de rutura pactada, exercendo sobre este uma influência inspiradora (v. Sánchez Cervelló, 2001). Em Portugal, decantou-se a revolução; em Espanha, desmontou-se a ditadura. Foram transições diferentes – "revolução social" num caso e "transformação parcialmente consensual" no outro – mas ambas convergindo no rumo para a democracia (Fishman, 2023, pp. 45-46). O fecho de ambas chegou com um curto intervalo: a Constituição democrática portuguesa foi parlamentarmente aprovada em abril de 1976 por uma larguíssima maioria (93,6%) dos deputados; a Constituição democrática espanhola foi referendada em dezembro de 1978 por uma larguíssima maioria (88,5%) dos espanhóis.

O PREC luso, mais agitado e divisivo, e a *Transición* espanhola, mais moderada e conciliadora, romperam em conjunto com um passado de meio século de autoritarismos em ambos os lados da fronteira, e permitiram, no entusiasmo das gerações que (re)fundaram as liberdades, alterar o olhar e as relações peninsulares: a "paz indiferente" que marcara grandes trechos do passado evoluiu logo para um "encontro

vacilante" (Torre Gómez, 1998, p. 147) na busca de um renovado diálogo luso-espanhol. Assim, em fevereiro de 1976, os novos ministros dos Negócios Estrangeiros / Relações Exteriores, Ernesto Melo Antunes e José María Areílza, reuniram-se na Guarda (em Portugal), para um encontro que procurou superar as tradicionais "costas voltadas" ibéricas e lançar uma agenda de amizade e de colaboração. Em novembro desse ano, foi a vez de os líderes dos dois governos, Mário Soares e Adolfo Suárez, se avistarem em Lisboa, para a preparação da assinatura – que ocorreria dali a um ano, em Madrid – do novo Tratado de Amizade e Cooperação que veio substituir (e não renovar), o velho Tratado, ou Pacto Ibérico, estabelecido entre Salazar e Franco em 1939 (Antunes, 2003, p. 104). Sob patrocínio dos dois chefes de Estado, o presidente Ramalho Eanes e o rei D. Juan Carlos, o articulado visava estabelecer um verdadeiro peninsularismo saudável, uma aliança entre portugueses e espanhóis que deveriam descobrir-se mutuamente em todas as áreas possíveis, numa política de boa vizinhança que era ainda mais fundamental quanto Lisboa e Madrid tinham já encetado o rumo pró-europeu, que haveria de conduzir à adesão de ambos os Estados à CEE.

Ao longo da década da consolidação democrática luso-espanhola percorrida até 1986, as negociações de Lisboa e Madrid com Bruxelas cimentaram a necessidade de convergências bilaterais e de posições conjuntas da Península com a Europa dos nove (dez, a partir de 1981, com a adesão da Grécia), e tudo isso se constituiu como "importantes acicates de aproximação luso-espanhola" (Torre Gómez, 1998, p. 151). Entre 1976 e 1978, Soares, em Portugal, e Suárez, em Espanha, puseram as respetivas "casas" (institucionais e políticas) em ordem. O presidente do governo espanhol, de centro direita, entendeu-se depois bem com os governos portugueses da Aliança Democrática (AD), de cor política semelhante, chefiados por Francisco Sá Carneiro e Francisco Pinto Balsemão (v. Tabela 1, em anexo). Quando, em 1982-83, as esquerdas socialistas substituíram as direitas conservadora ou social-democrata, Felipe González e o regressado Mário Soares, que se conheciam há mais de uma década, decidiram incrementar e rotinizar a amizade peninsular, inaugurando a importante prática da realização de cimeiras bilaterais. A decisão ainda causou um pequeno atrito simbólico: a diplomacia espanhola quereria chamar aos encontros cimeiras

ibéricas, mas a congénere portuguesa conseguiu consagrar a definição de cimeiras luso-espanholas (Sousa, 1996, p. 164). A 1.ª teve lugar em Lisboa, em novembro de 1983, e dela saiu um protocolo adicional ao Tratado Ibérico de 1977. Até hoje, realizaram-se 34 encontros entre os chefes dos dois governos (a uma média de uma cimeira a cada 14 meses nos 40 anos entre 1983 e 2023), que foram alargando as respetivas comitivas ministeriais e transformando o diálogo em verdadeiros portefólios de tomadas de posição, iniciativas e programas conjuntos nos mais diversos setores de políticas públicas e de aproximações culturais (v. Tabela 2, em anexo).

No caminho para a Europa, ao longo da segunda metade da década de 1970 e da primeira metade da década de 1980, nem tudo foi fácil no diálogo intergovernamental entre Lisboa e Madrid. A adesão da Espanha à NATO, em 1982, suscitou algum ciúme em Portugal, pela perda da posição de exclusividade lusa na ligação da Península à Aliança Atlântica; e os dossiês bilaterais da agricultura e, sobretudo, das pescas tiveram momentos de negociação tensa. Ainda assim, o caminho foi coroado de êxito. No final de maio de 1985, a 2.ª Cimeira Luso-Espanhola, realizada em Cáceres, serviu para celebrar o fecho das negociações para a adesão europeia e para preparar a coreografia das cerimónias de assinatura dos respetivos tratados – na manhã e tarde de 12 de junho de 1985, no Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, e no Palácio do Oriente, em Madrid. A integração conjunta da Península no que era, ao tempo, um dos clubes mais prósperos e prometedores do mundo, pareceu, aos portugueses e espanhóis que televisionaram o espetáculo, o primeiro dia do resto (feliz) das suas vidas. A democratização peninsular, encetada há uma década, requeria desenvolvimento – e a melhor via desenvolvimentista para as duas sociedades e economias que tinham vivido por longo tempo nos seus ensimesmamentos era a europeização dos portugueses e espanhóis, numa CEE que, de dez membros, passou, a 1 de janeiro de 1986 (data efetiva do ingresso peninsular no mercado comum), a doze.

A pertença comum de uns e outros a um espaço político renovado na década que trilhou o caminho para a Europa criou na Península um *status quo* sociocultural e mental novo, que ajudou a romper isolamentos e a destruir preconceitos. Ou seja: a convergência entre as elites do poder contagiou positivamente outros agentes socioculturais e as pró-

prias bases populares – e vice-versa. De facto, com a democracia e em democracia, chegou o tempo de um novo "iberismo cultural" de relacionamento "mais fraterno" (Vicente, 2017, pp. 287-88).

Na sua *Otra Historia de España*, publicada em 1976, Fernando Díaz-Plaja deixara uma análise crítica do que era a predisposição mental dos seus conterrâneos em relação a Portugal: "o espanhol não odeia o português. Ignora-o. […] Enquanto no caso português se receia continuamente a apetência da Espanha por essa terra, aqui, à parte alguns republicanos e anarquistas federais, não se pensa sequer nela" (cit. por Lourenço, 2007, p. 680). Era um retrato já conhecido, e há muito objeto de denúncia por parte de intelectuais de ambos os lados da fronteira, na sempiterna luta por uma maior interculturalidade ibérica. Mas justamente nos meados dessa década de 1970, o cenário de proximidade ibérica mudara para melhor, permitindo uma aposta clara em dar a conhecer, no país vizinho, o melhor que as artes plásticas, a literatura, a música, o cinema ou o conhecimento universitário iam produzindo de cada lado da fronteira.

Isso foi sobretudo desenvolvido por quem mais queria, ou precisava, de se dar a conhecer – Portugal. Em 1977, uma mostra de escultura, pintura e gravura lusa, promovida pela Secretaria de Estado da cultura e pela Fundação Calouste Gulbenkian, embelezou os salões do Teatro Real e da Fundación Juan March, em Madrid. Na viragem para os anos 1980, à tradução e venda de obras de Camilo Castelo Branco, Antero de Quental, Eça de Queirós ou Fernando Pessoa, juntaram-se as de Fernando Namora, José Cardoso Pires, Agustina Bessa-Luís, Eugénio de Andrade ou José Saramago, cuja edição espanhola d'*O Memorial do Convento* o introduziu no país vizinho no início de 1986. Em 1984, a Imprensa Nacional Casa da Moeda obteve da Marcial Pons a colocação de alguma da sua produção editorial nas livrarias espanholas – e Portugal esteve, pela primeira vez, na LIBER, a Feira Internacional do Livro, em Barcelona, logo se rotinizando a presença lusa nessa importante iniciativa no ano seguinte, em Madrid. Também na capital espanhola, em 1985, Portugal estreou-se na ARCO – Feira Internacional de Arte Contemporânea. Na música, o coro e orquestra da Gulbenkian já tinham atuado uma primeira vez em Madrid, em 1983 – bem como o Coro Polifonia, em digressão por Salamanca, Leão e Zamora; e a conhecida pianista portuguesa Maria João Pires conquistou admiradores

com os seus concertos no Teatro Real da capital espanhola. Em 1984, a Cinemateca Espanhola exibiu um ciclo de cinema português. Vários Congressos de índole histórica, com painéis mistos de especialistas portugueses e espanhóis, começaram a cimentar uma historiografia ibérica comparada, desde o pioneiro «Congresso Histórico Internacional sobre a Guerra da Independência», realizado em Ciudad Rodrigo / Almeida, em 1984, aos encontros regulares de Mérida, com a colaboração da UNED, desenvolvidos a partir do final da década de 1980 (Vicente, 2017, pp. 291-310).

Eram sinais animadores, que rumavam contra tenazes persistências do passado. Em 1983, um par de anos antes da assinatura da adesão de Portugal e Espanha à CEE, Carlos Reis, professor universitário luso, confidenciou em entrevista a um jornal espanhol: "aos portugueses da minha geração, educaram-nos num ódio ancestral a Espanha" (cit. por Álvarez, 1996, p. 375). E quando Aníbal Cavaco Silva tomou posse como primeiro-ministro português, em novembro de 1985, o quadro bilateral que encontrou nos corredores do poder era um legado que a velocidade da Europa teria por força de alterar. Na altura, segundo a sua *Autobiografia*, "era ainda muito fraca a intensidade das relações entre os dois países, situação nada consentânea com a vizinhança geográfica"; e no Ministério dos Negócios Estrangeiros, "reinava uma atitude de desconfiança, de reserva mental e de conflitualidade de interesses em relação à Espanha, a qual, receava-se, talvez ainda não tivesse perdido toda a esperança de reunificar politicamente a Península" (Silva, 2002, pp. 239-40).

3. A europeização da Península Ibérica (1986-2000)

Em 2010, numa entrevista ao *El Mundo*, o embaixador espanhol em Portugal, Alberto Navarro, resumiu o quarto de século transcorrido desde a adesão dos dois países ibéricos à CEE como "la mejor etapa de nuestra historia común" (cit. por García Pérez, 2011, p. 163) – tanto da história bilateral, quanto a da inscrição da Península nos melhores tempos de prosperidade do velho mundo. Efetivamente, a Europa foi um poderoso elemento atenuante de velhas suspeitas históricas de parte a parte, tendo impulsionado de forma quantitativa e qualitativa as relações bilaterais, a benefício de uma integração mútua e de uma

história recente verdadeiramente comum, que diluiu o *vivir de espaldas* das décadas anteriores. Cimentando as duas jovens democracias e internacionalizando duas sociedades progressistas, profundamente renovadas face ao passado recente (v. Fernandes, 2015, pp. 1074-1104), a europeização constituiu um "salto decisivo no caminho de uma acelerada inter-relação peninsular" (Torre Gómez, 1998, p. 151).

Para ambos os países, a CEE (transmutada em União Europeia, UE, a partir do Tratado de Maastricht de 1992), significou a transposição e a adoção de um quadro jurídico comunitário, uma abertura económica de mercados com desarmamento alfandegário, uma dinâmica de mimetismo social e a chegada de uma cultura e mentalidade cosmopolitas, que se combinaram para densificar intercâmbios de todo o tipo, não apenas entre Portugal e a Espanha, de um lado, e a Europa, do outro, mas sobretudo entre os dois países ibéricos, por causa do espaço comunitário em que passaram a ter de se relacionar. A partir de 1986, a dinâmica das Cimeiras Luso-Espanholas ganhou um contexto novo, reforçando as noções e necessidades de diálogo, informação, consultas, concertação e cooperação. Por isso, sobre a contiguidade geográfica de sempre, ergueu-se uma convergência nova, fruto da partilha reforçada do mesmo espaço económico, político, diplomático, social, cultural e até mental. Isso ajudou a flexibilizar "a mais antiga, imutável e impermeável fronteira europeia" (Sánchez Cervelló, 2002, p. 285).

Com particular destaque na segunda metade da década de 1980, mas ainda com sólida expressão ao longo da década de 1990, quase toda a opinião pública em ambos os lados da fronteira era euro-entusiasta, embalada pelo crescimento económico e pela abundância material que Bruxelas e o mercado comum então proporcionavam aos novos membros. O desafogo financeiro, o progresso, a fé democrática, o otimismo e o orgulho nacional lançaram Portugal e Espanha numa nova era, depois dos apertos económicos da primeira década da democracia (v. Royo e Manuel, 2003, pp. 1-30). Os dois países, que nunca tinham sido verdadeiros parceiros comerciais, estreitaram a proximidade pelas ligações económicas transfronteiriças. E os bons números e realizações no plano material foram causa e consequência de um renovado entendimento ibérico nas cúpulas políticas de Lisboa e Madrid. Durante uma década, até 1995-96 (a primeira grande década da europeização peninsular), o presidente Mário Soares e o primeiro-ministro

português Cavaco Silva, o rei D. Juan Carlos, e o presidente do governo espanhol Felipe González, formaram um verdadeiro quarteto europeísta, muito dialogante, filo-espanhol ou filo-português, empenhado em provar à CEE/UE que na Península Ibérica estavam os melhores "alunos" da Europa – e que eram bons alunos porque se davam bem entre si. Em novembro de 1987, na 4.ª Cimeira Luso-Espanhola, em Madrid, Cavaco Silva encontrou-se pela primeira vez, em funções, com o rei de Espanha. Num português correto, fruto da sua infância e juventude passadas no Estoril, D. Juan Carlos fez questão de dizer aos dois líderes dos governos ibéricos: "Vocês têm de se entender bem" (Silva, 2002, p. 248). E assim aconteceu, de facto, com o patrocínio do próprio monarca e do presidente Mário Soares.

Confiantes que o seu lugar na Europa poderia potenciar um renovado lugar da Península no mundo, Lisboa e Madrid deitaram os seus olhos através do Atlântico para, com um saber de experiência de séculos, incrementarem o diálogo entre o velho mundo, a América Latina e a África – exatamente nos termos, e em cumprimento do espírito, a que José Saramago, no seu famoso romance ibérico *A Jangada de Pedra* (1986), tinha apelado. Por essa via nasceu, ainda antes da CPLP lusa (criada apenas em 1996), a Conferência Ibero-Americana e as suas respetivas cimeiras, a 1.ª realizada em Guadalajara, no México, em julho de 1991. Desde então, realizaram-se 28 encontros, sentando hoje à mesa um total de 22 países (19 da América de língua portuguesa e espanhola, além de Portugal, Espanha e o Principado de Andorra).

As profundas transformações políticas, institucionais e económicas iniciadas nos dois Estados ibéricos a partir de 1986 tiveram amplas repercussões sociais, culturais e mentais. Foi um segundo e enorme salto depois do registado com o acesso à democracia na década anterior. Fazendo-se europeus, portugueses e espanhóis mudaram muito no tempo das gerações mais recentes, em sociedades de serviços, consumo e bem-estar, incomparavelmente melhores do que aquelas em que tinham vivido os seus pais e avós, e num ambiente cultural e mental mais aberto e tolerante, mais cosmopolita e viajado, mais consciente e crítico. Nesse contexto, vários vultos da *intelligentsia* portuguesa lançaram-se numa reflexão sobre o relacionamento do país com a Espanha e os espanhóis. Eduardo Lourenço, em *A Espanha e Nós* (1988), preconizou um bom entendimento bilateral na era da demo-

cracia europeia, argumentando que "os nossos destinos foram sempre paralelos ou cruzados, nunca opostos enquanto culturas" e desmontando o anti-espanholismo como "a doença infantil do nosso nacionalismo, que está longe de ser o radical amor sem complexos de nós próprios" (Lourenço, 1994 [1988], pp. 82-83). No mesmo ano, em *Somos todos Hispanos*, Natália Correia celebrava a essencial nação cultural "hispânica", que englobava toda a "Ibéria" e que pré-existira à criação política dos Estados e fronteiras intra-peninsulares (Correia, 1988, pp. 11, 62 e 68). Em várias páginas dos seus *Diários*, também Miguel Torga abordou o tema da relação ibérica a partir de um ângulo de iberismo apolítico, afetivo e espiritual – como "um sonho platónico de harmonia peninsular de nações, todas irmãs e todas independentes" (cit. por Matos, 2007, p. 189). Quanto ao iberismo de José Saramago, só diferia do de Eduardo Lourenço, Natália Correia ou Miguel Torga pela sua reserva antieuropeísta. Em 1990, dizia-se apologista de "um encontro contínuo entre todas as nacionalidades da Península, baseado na busca da harmonização dos interesses, no fenómeno dos intercâmbios culturais, enfim, na intensificação do conhecimento", porque somente por esse caminho se poderia liquidar um persistente "sistema organizado de malquerenças e desconfianças" entre as duas nações vizinhas (cit. por Molina, 1990, pp. 6-7 e 267-69). Nesse mesmo ano de 1990, César Molina respondia ao repto dos intelectuais portugueses com um balanço realista e esperançoso do "iberismo hoy". Segundo ele,

> Enquanto o tema dos amores e desamores entre espanhóis e portugueses se vai tornando uma peça de retórica em desuso, uns e outros vamos aprendendo a ser mais pragmáticos e a pormo-nos ao trabalho. De que maneira? Estabelecendo contactos pessoais e académicos, realizando um esforço para aprender e para nos compreendermos nas nossas línguas peninsulares, traduzindo cada vez mais os nossos autores e vendo nestes contactos uma normalidade que até há pouco tempo era uma excecionalidade. (Molina, 1990, p. 101)

A europeização da Península Ibérica teve assim, por efeito benéfico, a revisitação – mais empática, descomplexada e esperançosa – do tema, do conceito e do significado do iberismo, não na sua vertente passada de tentações militaristas de conquista ou unitaristas de política agressi-

va, mas como encontro cultural e, sobretudo, como predisposição socio mental.

Este olhar benevolente coexistiu, contudo, com apreciações mais negativas da fraternidade luso-espanhola e da dinâmica de encontro cultural. Em 1992, por exemplo, o ano *mirabilis* da nova Espanha europeia, com a realização da Exposição Universal em Sevilha, dos Jogos Olímpicos em Barcelona e da Madrid Capital Europeia da Cultura, Alberto Franco Nogueira (antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar e desde sempre um forte adversário de qualquer espécie de amizade peninsular) encerrou a sua carreira de polemista público com um assomo de desconfiança e denúncia hispanófobas. Considerando que "por detrás de cada espanhol paira um conde-duque de Olivares" (*sic*), olhava desgostado a convergência peninsular na Europa como a última face de um iberismo detestável, sempre "descarnado, centralizador, integracionista e anexionista por parte da Espanha, e ingénuo, oportunista e subalterno por parte de Portugal" (Nogueira, 1992, pp. 113 e 100). A "sombra" de Filipe II estava, portanto, bem viva ainda em 1992 – e daí o seu remate, de que na consideração da eterna ameaça espanhola, "os tempos não são novos, nem são outros; e os fantasmas do passado estão bem vivos no presente, porque não são fantasmas" (Nogueira, 1992, pp. 151 e 157).

Franco Nogueira era uma voz quase isolada. O novo iberismo afirmava-se como uma forma de cosmopolitismo, uma possibilidade ou um exemplo, com matéria-prima geograficamente próxima, do que deveria ser o renovado modo português de estar no mundo, aberto ao "outro", e confiando que o "outro" (a Espanha) também assim pensaria e agiria em reciprocidade. Por isso João Medina tem razão ao resumir que

> A entrada de Portugal na Comunidade Europeia, em 1986, em simultâneo com a espanhola, assinala sem dúvida uma das viragens fundamentais do psiquismo, da ontologia e da história lusitana, porquanto, com esse duplo e paralelo ingresso dos dois Estados e países peninsulares na Europa sonhada pelos pais fundadores do Tratado de Roma, algo de profundamente transcendente se iria operar na psique lusa: doravante securizados no redil europeu, os portugueses podiam considerar como extintas as fagocitantes intenções que eram supostas partirem do país vizinho. (Medina, 2006, p. 39)

A popularização do programa Erasmus, de intercâmbio estudantil nas universidades do espaço europeu, significou, a partir do final da década de 1980, um importante impulso para a mobilidade, ajudando ao arejamento mental das novas gerações. A geografia e talvez a língua contribuíram para que muitos estudantes portugueses rumassem a Espanha e para que muitos estudantes espanhóis rumassem a Portugal. O descobrimento do país vizinho por fornadas anuais de jovens fez mais pela amizade peninsular do que muitos discursos políticos ou tratados diplomáticos, porque atuou na base, ao nível do cidadão anónimo. Nessa função de fomento de novas ligações assumiram também papel importante apostas culturais como a do ensino cruzado das línguas, levado a cabo pela instalação do Instituto Cervantes em Portugal, a partir de 1993, e pela criação da rede de leitorados do Instituto Camões em várias cidades espanholas, nos finais da década de 1990, que ajudaram a multiplicar cátedras de língua e cultura portuguesa no país vizinho, em Barcelona, Salamanca, Cáceres, Granada, Santiago de Compostela, Madrid ou Palma de Maiorca (Badillo Matos, 2017, p. 4, e Vicente, 2017, p. 309). As traduções de autores portugueses e espanhóis também aumentaram de parte a parte. António Lobo Antunes, Sophia de Mello Breyner, Miguel Torga ou Jorge de Sena passaram a ser lidos em Espanha, na companhia de José Saramago, cuja popularidade no país vizinho muito se deveu a ter fixado residência na ilha de Lanzarote, nas Canárias; e em Portugal foi possível ler e apreciar Gonzalo Torrente Ballester, António Muñoz Molina, Manuel Vázquez Montálban ou Camilo José Cela.

A caminho do final do século XX, sucediam-se os balanços positivos sobre o efeito acelerador benéfico que a europeização da Península tivera no relacionamento ibérico. O primeiro-ministro Cavaco Silva encerrou o seu último governo com um retrato quase idílico:

> Na última década, foi verdadeiramente impressionante o incremento nas relações políticas entre os dois países, nas relações económicas e empresariais, nas relações culturais e científicas, nas relações entre organizações da sociedade civil, no intercâmbio da juventude. Deixou verdadeiramente de fazer sentido a expressão tão ouvida na Península Ibérica – dois países que vivem de costas voltadas um para o outro. Hoje, Portugal e Espanha são países soberanos que livremente percorrem em conjunto os caminhos do progresso. (Silva, 2004, p. 374)

A convergência, a integração, a interpenetração ibéricas eram a tónica. Eduardo Lourenço regressou ao debate, em 1995, para afirmar que "raramente o relacionamento – e não apenas as relações – entre Portugal e Espanha" tinha sido "tão aproblemático, quase apetece dizer, tão natural", espraiado, como (já) estava, "em natureza espontânea", pelos domínios extrapolíticos da economia, da cultura e da sociedade (Lourenço, 1995, p. 7). Em 1996, o quarteto filo-espanhol e filo-português de Mário Soares, D. Juan Carlos, Cavaco e González foi refeito em continuidade e sintonia com o novo presidente português, Jorge Sampaio, e a nova dupla governamental António Guterres e José María Aznar. Mesmo que o primeiro fosse socialista e o segundo conservador, os dois executivos apostaram em reduzir ao mínimo a diferenciação peninsular e em reforçar a unidade estratégica da Península no sistema internacional – ambos na rota do cumprimento dos critérios para a adesão ao euro (a moeda única) e ambos procurando reforçar o peso da fachada atlântica da Europa, como contrapeso à aposta, que Bruxelas cumpriria no início do século XXI, do alargamento da UE ao Leste pós-comunista.

4. Miradas del otro peninsular no mundo do século XXI

A nova bilateralidade peninsular – tanto nas cúpulas políticas como ao nível das opiniões públicas e perceções quotidianas – foi um efeito benéfico da multilateralidade europeia. Chegado o século XXI, a globalização das decisões políticas, dos fluxos económicos e comerciais, e das ideias, modas e culturas na era da informação, da tecnologia e do cosmopolitismo quase reduziram as fronteiras geográficas a uma relíquia do passado. Essas dinâmicas fizeram-se sentir na Península Ibérica: no quadro europeu, ela tornou-se mais pequena e menos autorreferenciada, como uma unidade geográfica meridional de um continente mais vasto. Em virtude do "forte sabor castelhano" que impendeu sobre a "geografia comercial portuguesa" (Pinto, 2004, p. 52) no mercado comum e aberto da UE, alguma reserva antiespanhola manteve-se sempre larvar em Portugal, como estratégia de sublimação das fraquezas económicas estruturais portuguesas. Em novembro de 2002, por exemplo, causou alguma sensação um manifesto assinado por quatro dezenas de empresários lusos em defesa da manutenção dos centros de

decisão estratégica do país em mãos portuguesas. Era o tempo em que as grandes marcas espanholas – de comércio, de energia, da banca ou dos media – avançavam para Portugal, provocando espasmos nacionalistas, como o da escritora Maria Belo ao *El País*, afirmando que Portugal se fizera a si próprio "contra uma mãe muito poderosa, forte, fálica e castradora" (*sic*) (cit. por Antunes, 2003, p. 519).

Em 2007, reagindo contra os burburinhos patrióticos críticos da suposta "invasão espanhola" – que na verdade eram um subproduto de algum euroceticismo em relação a uma UE que começava a enfrentar dificuldades – José Saramago desceu à liça na defesa do projeto da "Ibéria", realçando a essencial polissemia daquela palavra. Algum patriotismo português continuava a identificá-la com a união política com a Espanha, com abolição de fronteiras estatais e consequente fusão de pátrias, tudo redundando na desnacionalização de Portugal. Contra esta estreiteza de vistas, Saramago identificava "Ibéria" na linha do que a intelectualidade hispanófila sempre tinha feito, como um aprofundamento dos laços culturais e sentimentais hispânicos, agora reforçados pela globalização económica (cit. por Soares, 2007, s.p.). Da política para a economia, questões tão diversas como a gestão conjunta, luso-espanhola, dos recursos hídricos, de um mercado ibérico de eletricidade, da rede ferroviária de TGV ou das participações empresariais cruzadas não deveriam ser razão para novos entrincheiramentos. De resto, e no quadro peninsular, a relação entre Madrid e Lisboa não era separável de outras relações, em crescendo de produtividade… ou de conflitualidade, entre a capital espanhola e as regiões autonómicas da Espanha, e da capital portuguesa ou das regiões fronteiriças lusas com outros polos económicos do país vizinho, e com a importante dinâmica, típica do século XXI em curso, da cooperação transfronteiriça, no Minho-Galiza, na raia beirã ou na raia alentejana.

Depois da convergência no influxo europeu do final do século XX, o século XXI trouxe o aprofundamento de uma renovada identidade peninsular na Europa, tanto nos seus melhores períodos como nos tempos de crise e de aperto. E se Portugal precisou (e precisa) de reforçar a sua competitividade e performance económica e reganhar até alguma insularidade diferenciadora, nada disso faz perigar a identidade e a independência perante o seu (maior) vizinho. Convém não esquecer, aliás, que na Península Ibérica coexistem diferentes mapas – um

mapa político de dois Estados (descontada a pequeníssima Andorra e o caso extraterritorial de Gibraltar), sendo o maior deles uma estrutura federal feita de dezassete comunidades autonómicas; um mapa histórico e cultural/linguístico com seis regiões; e um mapa económico a caminho de se tornar uno, em virtude da inevitável interpenetração comercial, empresarial e financeira (v. Moura, 2010, p. 11). E é assim natural – mas não tem de ser conflitual – que persista algures, difuso, "o complexo de Édipo peninsular do filho que fugiu à alçada parental e é olhado com inveja por alguns irmãos peninsulares obrigados a permanecer por casa eternamente" (Santos & Sousa, 2018, p. 343).

Em 2004-05, quando as lideranças governamentais ibéricas voltaram a mudar (sintonizando-se, ambas, à esquerda), José Luis Rodríguez Zapatero e José Sócrates recriaram, esperava-se que em melhor conjuntura económica, a fraternidade de Felipe González e de Mário Soares vinte anos antes. Todavia, a partir do final da primeira década do século XXI, a grande crise capitalista internacional chegou à Europa, depressa determinando a crise das dívidas soberanas dos países da zona Euro, e colocando a Península Ibérica (sobretudo Portugal) no olho do furacão. Problemas que se julgavam ultrapassados pelos anos de integração europeia, como a dívida pública, o défice, o subfinanciamento do Estado social, o recuo do PIB, o desemprego e a pobreza, regressaram às agendas ibéricas, fazendo renascer formas de clivagem peninsular. Perante o resgate financeiro internacional a Portugal, em 2011, Madrid ensaiou alguma demarcação e diferenciação, para evitar contágio, embora também a banca espanhola tenha tido de ser salva pela intervenção europeia. Em Portugal lutou-se contra isso, não porque se quisesse ver a Espanha no mesmo curso aflito, mas para evitar a marginalização internacional e repor algum equilíbrio ibérico, sem o que a crise poderia servir de alimento renovado aos profetas do "perigo espanhol".

A contração internacional e a decorrente necessidade de programas de austeridade socioeconómica internos liquidaram os governos de Sócrates, em Lisboa, e de Zapatero, em Madrid. Em 2011, a política peninsular virou à direita, com Pedro Passos Coelho e Mariano Rajoy. Portugal completou o seu programa de resgate em 2014, conseguindo obter uma "saída limpa"; a Espanha recuperou da crise de maneira mais discreta, sem resgate de larga escala, mas com uma fatura de

desemprego e de tensão financeira e fiscal entre Madrid e as autonomias (sobretudo a Catalunha) que ditou novos enfrentamentos políticos, em particular o do secessionismo catalão em relação ao governo central. As direitas peninsulares esgotaram-se a solucionar a grande crise que já entrou para a história do nosso século XXI (mas cujos efeitos, distendidos no tempo, ainda se percebem no presente). Em 2015, o governo luso tornou a voltar à esquerda, sob o primeiro-ministro António Costa. Em Espanha, idêntica mutação ocorreu em 2018, quando o socialista Pedro Sánchez substituiu Mariano Rajoy no Palácio da Moncloa. Nos lugares cimeiros dos respetivos sistemas político-institucionais, Marcelo Rebelo de Sousa sucedeu, pelo voto, a Aníbal Cavaco Silva na presidência portuguesa, em 2016, dois anos depois de D. Felipe VI ter sucedido ao pai, pela legitimidade dinástica, como o novo rei de Espanha.

Antes da crise, apesar da crise e nos anos mais recentes viveram-se tempos de definitiva consolidação da abertura social, cultural e mental, que correu de par com a interpenetração económica. A geração do euro (a moeda), do espaço Schengen (de fronteiras abertas), e do programa Erasmus incrementou a visão cosmopolita ibérica, cruzando modas, valores, ideias e práticas. Os números de estudantes espanhóis em Portugal e de estudantes portugueses em Espanha aumentou de forma sustentada, sendo, em diversos dos últimos anos, os mais numerosos num e noutro país. Os professores universitários também cruzaram e cruzam regularmente a fronteira, para lecionação em mobilidade, colóquios, seminários, encontros ou projetos de investigação ibéricos. No domínio concreto do intercâmbio científico ou tecnológico, ganharam realce, por exemplo, as criações do Laboratório Ibérico de Nanotecnologia em Braga, em 2006, ou da Rede de Investigação Transfronteiriça entre Extremadura, Centro e Alentejo (RITECA), em 2007.

Tudo isto tem promovido um mais intensivo conhecimento da língua vizinha, reforçando a presença do espanhol em Portugal e do português em Espanha. Com experiências pioneiras desde a década de 1990 (o espanhol tornou-se então segunda língua estrangeira em muitos percursos escolares lusos), a promoção cruzada dos dois idiomas entrou como tópico obrigatório em todas as Cimeiras Luso-Espanholas do século XXI. Desde 2010-11 que se ultrapassou a barreira dos 100 mil

alunos portugueses que aprendem espanhol no sistema educativo português obrigatório, ou voluntariamente, no Instituto Cervantes, no Instituto Espanhol de Línguas (em Lisboa), ou no Centro de Estudos de Espanhol (no Porto). O ensino do português em Espanha também tem feito bom caminho, tanto no currículo pré-universitário como nas universidades, destacando-se, nesta promoção, várias Juntas regionais, com realce para a Galiza, a Estremadura ou a Andaluzia. Tudo somado, nos últimos anos, cerca de 44 mil estudantes aprendem português em Espanha, sem contabilizar os públicos que, de várias idades e com diversos interesses, frequentam os centros de língua portuguesa em Barcelona (criado em 2001 e vinculado à Universidade Autónoma), Cáceres (criado em 2004 e vinculado à Universidade da Estremadura), e Madrid (criado em 2005, e vinculado à Universidade Autónoma), ou assistem às palestras e mostras das cátedras de cultura e língua lusa em Vigo, Barcelona ou Salamanca (Badillo Matos, 2017, pp. 18-20).

Na última década, a população portuguesa residente em Espanha diminuiu ligeiramente, de cerca de 120 mil para cerca de 100 mil, dos quais 20% vivem em Madrid. Já a comunidade espanhola em Portugal manteve-se relativamente estável, perto dos 20 mil, um quarto dos quais com morada em Lisboa. Porventura mais importantes do que estas presenças são os fluxos de turistas que cruzam a fronteira: em média anual recente, 1,5 milhões de espanhóis visitam Portugal, e 1,3 milhões de portugueses a Espanha (Badillo Matos, 2017, p. 21). É conhecida a semana da Páscoa espanhola, altura de especial concentração de turistas oriundos do país vizinho em Portugal; mas eles também abundam, chegado o verão, no Algarve e no Norte, pela estreita ligação com a Galiza. Em sentido contrário, já há a semana da neve portuguesa, passada na Serra Nevada, e a semana dos finalistas (liceais) que aportuguesa a costa catalã ou valenciana por alturas da Páscoa, a que se soma a procura das praias de Ibiza ou das Canárias, a oferta cultural de Madrid, Barcelona ou Bilbao, e o turismo religioso em Santiago de Compostela.

No plano das relações culturais ibéricas, anota um autor espanhol, "el escenario es tan intenso en los últimos años y se capilariza a través de tal cantidad de instituciones y redes sociales que indudablemente podemos decir que la relación bilateral es la mejor de la historia reciente" (Badillo Matos, 2017, pp. 20-21). Efetivamente, as grandes manifes-

tações mistas, ou cruzadas, de artes, pensamento e cultura não têm hoje fronteiras na Península. Escritores, pintores, cineastas, músicos, bailarinos, toureiros ou arquitetos, entre tantos outros exemplos possíveis, de um e de outro país são lidos, vistos, expõem, atuam ou constroem no país vizinho. É verdade que a balança comercial de Portugal em produtos culturais é estruturalmente deficitária em relação à Espanha. No setor editorial, por exemplo, Portugal é o segundo país em importância para a exportação editorial espanhola (e uma dezena de editoras têm sucursal portuguesa), mas a inversa não é verdadeira. Apesar disso, Portugal tem sido muitas vezes o convidado de honra da Feira do Livro em Madrid e, "más allá de la deslumbrante y permanente figura del iberista José Saramago" (Badillo Matos, 2017, p. p. 11), que foi Prémio Nobel da Literatura em 1998, os anos mais recentes têm dado a conhecer em Espanha a obra de Gonçalo M. Tavares, Valter Hugo Mãe ou José Luís Peixoto. A iberização da produção cinematográfica de cada um dos países também tem realizado caminho seguro: Pedro Almodôvar tem uma legião de admiradores em Portugal, enquanto Manoel Oliveira colecionou prémios em Espanha. Na nova moda das séries em canais cabo ou plataformas *streaming*, a produção espanhola assumiu-se como caso de sucesso entre os espetadores portugueses, mesmo que a coprodução luso-espanhola seja ainda escassa.

Na dança contemporânea, a companhia catalã *La Fura dels Baus* alcançou êxito em Portugal, bem como o dançarino de flamenco Joaquín Cortés. Na música, os artistas ibéricos têm encontrado no país vizinho bons públicos e receitas. Julio Iglesias e Simone de Oliveira abriram um caminho que tem hoje vários rostos: Madredeus, Dulce Pontes, Mariza ou Carminho tiveram êxito em Espanha, mais do que os Silence4 ou os Gift. De Espanha para Portugal chegaram os Mecano, Alejandro Sanz, Luz Casal, Pablo Alborán ou Rosalía. Na grande área da renovação urbana, o catalão Santiago Calatrava foi o escolhido para desenhar a Gare do Oriente, em Lisboa, em 1998, no ano e por ocasião da Exposição Universal dos Oceanos, que trouxe o mundo à capital portuguesa. E Álvaro Sisa Vieira trabalhou na renovação urbanística do *Paseo del Prado*, em Madrid, e desenhou o Centro Galego de Arte Contemporânea, em Santiago de Compostela, ou o Centro Meteorológico da Aldeia Olímpica em Barcelona. No desporto, Luís Figo, José Mourinho e Cristiano Ronaldo levaram sangue e raça portugueses aos relvados do

futebol espanhol, abrindo e cimentando caminho para que muitos outros jogadores ou treinadores tentassem a sua sorte cruzando a fronteira, com maior peso para a exportação portuguesa de talentos, sobre a importação espanhola.

Em 2006 e 2007 ocorreram os anos de Espanha em Portugal e de Portugal em Espanha, respetivamente – e desde então essa dinâmica tem impulsionado iniciativas de exposição da criação contemporânea de ambos os países. A colaboração museológica também anima atividades conjuntas, como a da exposição dos fundos do Museu do Prado madrileno no Museu Nacional de Arte Antiga lisboeta, em 2013. Também em 2006, foi criado o *Prémio Bienal Luso-Espanhol de Arte e Cultura*, com o propósito de consagrar personalidades cujo trabalho acumulado "tenha contribuído significativamente para o reforço dos laços entre os dois Estados e para um maior conhecimento recíproco da criação ou do pensamento". Até hoje foram seus recipientes José Bento (2006), Perfecto Cuadrado (2008), Siza Vieira (2010), Carlos Saura (2012), Lídia Jorge (2014), Pilar del Río (2016), Mariza (2018), e Paulo Branco (2022 – o prémio não foi atribuído em 2020, pela emergência da pandemia então vigente), e Luís Pastor (2024).

É todo este vasto portefólio de proximidades, encontros, trocas e conhecimento ou reconhecimento mútuo que dá corpo aos vários iberismos descomplexados ou *soft*, radicados na mutualidade social, cultural e mental dos dois povos (v. Fernando Reino em AA.VV., 2006, pp. 73-80): o iberismo económico do "Benelux" peninsular, o iberismo fronteiriço do *portunhol* da raia, expressão mais imediata de uma intensa e multifacetada cooperação transfronteiriça, o iberismo tecnocrático, o iberismo informativo (de que foi exemplo a década, 2007-17, em que a espanhola PRISA deteve a propriedade da Media Capital portuguesa), ou o iberismo aristocratizante, patente na simpatia *juancarlista* das elites portuguesas e na atenção com que a imprensa de sociedade lusa acompanha os rumos da nova casa real espanhola de D. Felipe VI.

Praticadas nos mais diversos níveis, as relações culturais ibéricas tornaram-se, elas próprias, um objeto ou campo de estudo universitário, consolidando, desde há uns quinze anos, a área académica dos "Estudos Ibéricos" (Pérez Isasi, 2014, p. 19). O ponto de partida foi a análise comparada das duas culturas e literaturas – a espanhola e a

portuguesa – com enfoques científicos e conceptuais diversos. Vários projetos de filologia, relações linguísticas e literárias foram aproximando académicos de diversa proveniência peninsular, e até outros colegas internacionais, que descobriram nos *Iberian Studies* uma *Area Studies* de especialização ou enfoque comparativo prometedores. Da literatura, os "Estudos Ibéricos" passaram a englobar novas dinâmicas de conhecimento cruzado e comparado nas áreas da história, da sociologia, das artes plásticas, do cinema ou da representação, e não somente portuguesas ou espanholas, mas, dentro da realidade do país vizinho, com estudiosos e objetos de várias regiões autonómicas – o que, olhado a partir de Portugal, tem exponenciado o conhecimento das relações luso-galaicas, luso-andaluzes, luso-catalãs, etc. (Pérez Isasi, 2014, p. 20). Com perspetivas metodológicas diversas, projetos em rede e plataformas de recursos e conhecimentos, os "Estudos Ibéricos" são hoje um "polissistema", uma comunidade intelectual – também uma pré-disposição e uma atitude – que muito tem incrementado os níveis de diálogo e interesse transfronteiriço entre Portugal e Espanha, ao mesmo tempo que potencia o conhecimento das complexidades culturais da Península Ibérica, no seu passado, presente e perspetivas de futuro, para lá dos Pirenéus e da fronteira Atlântica, no mundo global e interconectado do século XXI (Pérez Isasi, 2014, pp. 21-24).

Em 2010, fazendo o resumo e o balanço prospetivo de um quarto de século de pertença peninsular à Europa, o embaixador português em Madrid, Álvaro Mendonça e Moura, qualificava as relações luso-espanholas como "as mais complexas de todo o relacionamento que Portugal mantém com o seu exterior", pela geografia, desde logo, mas também pelos demais fatores históricos, políticos, sociais ou económicos. Por causa disso, e não apesar disso, o caminho do estreitamento da relação ibérica parecia-lhe claro e inevitável. Não era fácil "inverter os séculos de alheamentos, incompreensão, rivalidades e desconfianças. É algo que não se decreta, que não se decide numa cimeira bilateral". Mas, já entrado o século XXI, o diagnóstico era animador: "Assistimos hoje a um forte movimento de correção do anterior distanciamento, como se finalmente a geografia ditasse a sua lei, impondo proximidade onde antes imperavam desinteresses ou desconfianças". E, em consequência, "a intensidade das nossas relações com Espanha e o seu valor estratégico não têm paralelo com as que mantemos com qualquer

outro país; e o mesmo acontece com a Espanha" (Moura, 2010, pp. 8, 10 e 12). Nesse mesmo ano de 2010, Federico González Tejera, um madrileno com experiência de trabalho no meio empresarial português, publicou, em Madrid, um provocador livro intitulado *Portugueses y españoles. Una guía para entenderse mejor*. O seu objetivo era o de aproximar profissionais de ambas as nacionalidades, e terminava com uma conclusão tão simples quanto desafiante: "menos arrogancia española y menos victivismo portugués son necesarios para avanzar" (González Tejera, 2010, p. 252).

5. O presente e o futuro da relação peninsular

A história interligada da Península Ibérica mudou drasticamente nos meados da década de 1970, quando – derrubado o Estado Novo marcelista e desmontada a ditadura franquista – os dois países completaram os seus processos democratizadores. Colocados ambos na rota da Europa e da CEE, Portugal e Espanha descobriram-se num novo ambiente de convergência e de cooperação, trabalhando em conjunto os dossiês da adesão. Tanto em Lisboa, como em Madrid (e demais periferias autonómicas de Espanha), o ingresso na CEE, em janeiro de 1986, inaugurou promissores horizontes novos, de consolidação internacional das duas jovens democracias, oferecendo aos milhões de portugueses e espanhóis o progresso socioeconómico durante tantas décadas tolhido pela repressão política ou pela miséria atávica.

O influxo europeu provocou, nas décadas mais recentes, um verdadeiro choque de abertura e de modernidade, ditando uma "autêntica revolução nas relações peninsulares", que hoje "apresentam um balanço enormemente positivo" (García Pérez, 2011, p. 191). A convivência ibérica deu lugar a uma real integração sem precedentes, assente na rotinização dos contactos políticos e diplomáticos e na multiplicação e interpenetração das trocas comerciais e das formas de diálogo social, cultural e mental. Mesmo que ainda subjaza nos portugueses uma "atitude receosa e precatada em relação aos espanhóis" (Chato Gonzalo, 2018, p. 627), e nestes alguma distância, alheamento os desdém pelas coisas e pessoas do seu vizinho mais pequeno, a convivência na Europa arejou mentalidades e obrigou cidadãos e poderes a descobrirem-se e a conhecerem-se na Península Ibérica – em cimeiras e acordos

bilaterais, em importações e exportações, em planos e modalidades de cooperação transfronteiriça, em redes de conhecimento e de intercâmbio estudantil, em deslocações turísticas ou em mostras recíprocas de cultura e artes, competições desportivas, espetáculos e padrões miméticos de consumo, mediatizados pela globalização comunicacional.

A iniciação a uma cidadania europeia foi, portanto, e desde os finais da década de 1980, a causa de uma paralela iniciação a uma cidadania ibérica, entendível como um novo ambiente empático no interior da Península, de aproximação, descoberta e colaboração, ou "coopetição", em rivalidade e concorrência. Tudo isto materializou um novo iberismo, talvez mesmo um *pós-iberismo*, na verdade um *pan-iberismo* cultural, espiritual, mental, de empreendedorismo material, de pontes políticas, de amizade entre povos, potenciador, e não asfixiador, da portugalidade (e da hispanidade) no mundo global. É a atualização, para o século XXI, do peninsularismo, da hispanologia ou da hispanofilia, que tantos intelectuais defenderam no passado.

Esta relação descomplexada, de superação de nacionalismos entrincheirados que perderam razão de ser no cosmopolitismo europeu, é qualitativamente diferente da que dominou outros tempos, até à década de 1970. Todavia, a democracia, e sobretudo a Europa, são realidades recentes na longa evolução histórica da Península Ibérica. Quatro ou cinco décadas são uma minúscula fatia temporal numa dualidade com quase 900 anos – e por isso González Tejera lembra que "los dos vecinos llevamos muy poco tiempo intentando conocernos" (2010, p. 46) – ainda que o último meio século tenha significado a mais importante e radical alteração geoestratégica e identitária de portugueses e espanhóis desde o tempo das caravelas. Dissipar o *vivir de espaldas* e trocá-lo por uma nova *mirada del otro* deverá ser desejo de todos os habitantes da Península, apostando em que a hispanofilia portuguesa e a lusofilia espanhola constituirão disposições mentais e terrenos de ação para um europeísmo e globalismo democráticos mais conscientes e produtivos.

Em março de 2023, as cúpulas dos governos português (com António Costa) e espanhol (com Pedro Sánchez), encontraram-se na 34.ª Cimeira Luso-Espanhola, em Lanzarote. A Declaração Conjunta final salientava que o local fora escolhido em homenagem a José Saramago, expoente "do carinho e irmandade entre portugueses e espanhóis", e

que a reunião vincara "o excelente momento das relações entre Portugal e Espanha" e "a harmonia das suas posições no seio da UE". As matérias discutidas ou convencionadas tocaram quase todos os setores das políticas públicas bilaterais, cimentando compromissos de cooperação no campo da defesa, em prol de um multilateralismo efetivo, na estratégia marítima atlântica da União Europeia e no aprofundamento das relações entre a Europa, a Península e a Ibero-América, e em agendas comuns no domínio da economia social, das relações laborais, da promoção da igualdade de género, das interligações elétricas e apostas nas energias renováveis e transição digital, da luta contra as alterações climáticas, do fomento da cooperação e do desenvolvimento integrado transfronteiriço, sem esquecer a aspiração de afirmar globalmente a Península Ibérica "como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo". No âmbito da celebração dos cinco séculos da viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães, ambos os governos se declararam "empenhados na candidatura à inscrição deste feito no registo Memória do Mundo UNESCO". Realce mereceu também a proclamada aposta na educação e ensino das línguas, nos intercâmbios universitários e no domínio do reconhecimento mútuo de títulos académicos, "como instrumentos para a consolidação cada vez maior da relação entre os dois países e sobretudo entre os seus cidadãos". E a pedagogia cívica motivou também a Cimeira a anunciar um protocolo de intenções para a execução do projeto *Programação Cultural Cruzada Portugal Espanha – 50 Anos de Democracia*, destinado a evocar a história dos processos de democratização da Península.

Meio ano volvido, em setembro de 2023, na abertura do III Encontro Luso-Espanhol, em Cascais, uma iniciativa cultural conjunta da Fundação D. Luís I e da Fundação dos Duques de Sória, o presidente da República portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, e o rei D. Felipe VI partilharam o palco. O chefe de Estado português destacou a "amizade fraternal" e o "futuro comum" a trilhar pelos dois países, cujas "fronteiras demarcam, mas não separam", destinados a atuarem como "irmãos" na Europa, na Ibero-América ou na NATO, "e em tantas outras projeções linguísticas, comuns ou afins, fazendo convergir as nossas línguas e a nossa presença cultural no mundo". O monarca espanhol concordou com essa visão de iberismo colaborante, expressando a sua satisfação por ver "como Espanha e Portugal, Portugal e Espanha,

geram contínua e responsavelmente espaços de encontro, de enriquecimento mútuo e de visão e compromisso partilhados". Sublinhando a importância estratégica do universo de 800 milhões de falantes das duas línguas, D. Felipe VI terminava fazendo votos para que elas fossem "inter-compreensíveis" e "uma das muitas forças da nossa coesão no plano internacional" (jornal *Público* online, 30.9.2023).

O exemplo dos decisores de topo não deve ficar acantonado, até porque ele surge naturalmente revestido pela boa educação da diplomacia democrática. A escolha e a aposta na convergência, na aproximação, no diálogo e na empatia entre os povos peninsulares, dissipando e recusando a divergência, o recuo, o silêncio, o receio, o ciúme ou a ignorância têm de descer e impregnar toda a sociedade, inspirando assim tanto os que decidem quanto os que simplesmente vivem no espaço ibérico (cerca de 10 milhões de portugueses e 47 milhões de espanhóis). No fundo, o caminho que foi, ou que vai, do distanciamento à proximidade no novo quadro das inter-relações peninsulares do tempo da democracia e da europeização, é tão simples, ou tão complicado, quanto a atitude um dia imaginada por José Saramago: "se nós, portugueses, *decidíssemos* gostar de Espanha; se eles, espanhóis, *decidissem* gostar de Portugal, o sentimento de mútua gratidão que consequentemente se criaria reduziria a nada os receios de ontem e as desconfianças de hoje" (Saramago, 1996, p. 131, itálicos no original).

Referências bibliográficas

AA.VV. (2002). O "Perigo Espanhol" ainda existe?. *História,* 50, 18-49.

AA.VV. (2006). *Portugal/Espanha: Iberismo, Nacionalismo, Europeísmo e Lusofonia*. Fundação Marquês de Pombal.

Álvarez, E. (1996). Iberismo, Hispanismo e Hispanofilia en Portugal en la última década. *Revista de História das Ideias,* 18, 373-387.

Antunes, J. F. (2003). *Os espanhóis e Portugal*. Oficina do Livro.

Badillo Matos, A. (2017). La cultura en la relación de España y Portugal. Real Instituto Elcano/IPRI. https://www.realinstitutoelcano.org/documento-de-trabajo/la-cultura-en-la-relacion-de-espana-y-portugal/

Chato Gonzalo, I. (2018). Antiespanholismo. In J. E. Franco (dir.), *Dicionário dos Antis. A Cultura Portuguesa em Negativo* (vol. 1, pp. 627-634). Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Correia, N. (1988). *Somos todos hispanos*. Edições O Jornal.

Fernandes, T. (2015). Rethinking Pathways to Democracy: Civil Society in Portugal and Spain, 1960s-2000s. *Democratization,* 22 (6), 1074-1104.

Fishman, R. (2023). *Prática Democrática e Inclusão Política. Origens da Clivagem Ibérica*. Tinta-da-China.

García Pérez, R. (2011). España y Portugal en la UE: de la convivencia a la integración. In T. F. Lopes, R. García Pérez (coord.), *Portugal e Espanha. Crise e Convergência na União Europeia* (pp. 145-162). Tribuna da História.

González Tejera, F. (2010). *Portugueses y españoles. Una guía para entenderse mejor*. Minerva.

Loff, M. (2004). Revolución versus Transición? Visiones de España desde el Portugal revolucionario y posrevolucionario. *Gerónimo de Uztariz*, 20, 14-44.

Lourenço, A. A. (2007). Um Olhar sobre a Lusitânia. Portugal visto de Espanha. *Revista de História das Ideias,* 28, 649-683.

Lourenço, E. (1994 [1988]). A Espanha e Nós. In *Nós e a Europa ou as duas razões* (pp. 79-85). Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Lourenço, E. (1995). O Novo Destino da Península. *Finisterra. Revista de Reflexão e Crítica,* 17, 7-11.

Matos, S. C. (2007). Conceitos de iberismo em Portugal. *Revista de História das Ideias, 28*, 169-193.

Medina, J. (2006). *Portuguesismo(s). Acerca da Identidade Nacional.* Centro de História da Universidade de Lisboa.

Molina, C. A. (1990). *Sobre el iberismo y otros escritos de literatura portuguesa*. Akal S.A.

Moura, A. M. (2010). Relações luso-espanholas neste início de século. Aonde chegámos e que futuro queremos? *Nova Cidadania*, 41, 8-13.

Nogueira, F. (1992). *Juízo Final*. Livraria Civilização Editora.

Pérez Isasi, S. (2014). Relaciones culturales ibéricas. Presentación. *Anuario de Literatura Comparada,* 4, 19-24.

Pinto, P. (2004). Internacionalização: as relações luso-espanholas. In L. Moita (dir.), *Janus 95. Anuário de Relações Exteriores* (pp. 52-53). Público / UAL.

Royo, S., Manuel, P. C. (2003). Some Lessons from the Fifteenth Anniversary of the Accession of Portugal and Spain to the European Union. *South European Society and Politics*, 8 (1-2), 1-30.

Sánchez Cervelló, J. (2001). Las transiciones peninsulares a la democracia: interacciones y percepciones mutuas. In H. Torre Gómez e A. J. Telo (coords.), *La mirada del otro. Percepciones luso-españolas desde la Historia* (pp. 143-167). Consejería de Cultura de la Junta de Extremadura.

Sánchez Cervelló, J. (2002). Portugal y España: encuentros y desencuentros (1640-2002). *Historia y Politica. Ideas, processos y movimentos sociales,* 7, 267-287.

Santos, S. & Sousa, R. (2018). Anticastelhanismo. In J. E. Franco (dir.), *Dicionário dos Antis. A Cultura Portuguesa em Negativo* (vol. 1, pp. 320-344). Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Saramago, J. (1996). *Cadernos de Lanzarote. Diário* (vol. III). Editorial Caminho.

Sardica, J. M. (2013). *Ibéria. A Relação entre Portugal e Espanha no Século XX*. Alêtheia Editores.

Silva, A. C. (2002 e 2004). *Autobiografia Política* (vols. 1 e 2). Temas e Debates.

Soares, M. (2007). Portugal na Ibéria? In *Textos de Mário Soares* (online no site do Arquivo & Biblioteca Fundação Mário Soares, 30.7.2007).

Sousa, T. (1996). De Lisboa a Madrid, via Bruxelas. In L. Moita (dir.), *Janus 97. Anuário de Relações Exteriores* (pp. 164-165). Público / UAL.

Torre Gómez, H. (1998). De la distancia rival al encuentro indeciso: La relación peninsular en la edad contemporánea. In A. Morales Moya (org.), *Los 98 Ibéricos y el Mar* (vol. I, pp. 125-154). Comissariado do Pavilhão de Espanha na Expo'98.

Torre Gómez. H. (2017). Portugal y España, un viaje hacia la amistad (1890--1975). In S. C. Matos, L. B. Chorão, *Península Ibérica. Transnacionalidade entre dois séculos (XIX e XX)* (pp. 315-341). Húmus.

Vicente, A. P. (2017). Relações Portugal Espanha num tempo de mudança. História e memória. In S. C. Matos, L. B. Chorão, *Península Ibérica. Transnacionalidade entre dois séculos (XIX e XX)* (pp. 275-314). Húmus.

Tabela 1 – Governos de Portugal e Espanha [1976-2024]

PORTUGAL			ESPANHA		
Datas	**Primeiro-Ministro**	**Campo Político**	**Datas**	**Presidente do Governo**	**Campo Político**
Julho 1976 a Agosto 1978	Mário Soares	Esquerda	Julho 1976 a Fevereiro 1981	Adolfo Suárez	Direita
Agosto a Novembro 1978	Alfredo Nobre da Costa	[*]			
Novembro 1978 a Julho 1979	Carlos da Mota Pinto	[*]			
Julho 1979 a Janeiro 1980	Maria de Lourdes Pintasilgo	[*]			
Janeiro a Dezembro 1980	Francisco Sá Carneiro	Direita			
Janeiro 1981 a Junho 1983	Francisco Pinto Balsemão	Direita			
			Fevereiro 1981 a Dezembro 1982	Leopoldo Calvo-Sotelo	Direita
			Dezembro 1982 a Maio 1996	Felipe González	Esquerda
Junho 1983 a Novembro 1985	Mário Soares	Esquerda			
Novembro 1985 a Outubro 1995	Aníbal Cavaco Silva	Direita			
Outubro 1995 a Abril 2002	António Guterres	Esquerda			
			Maio 1996 a Abril 2004	José María Aznar	Direita
Abril 2002 a Julho 2004	José Manuel Durão Barroso	Direita			
			Abril 2004 a Dezembro 2011	José Luis Rodríguez Zapatero	Esquerda
Julho 2004 a Março 2005	Pedro Santana Lopes	Direita			
Março 2005 a Junho 2011	José Sócrates	Esquerda			
Junho 2011 a Novembro 2015	Pedro Passos Coelho	Direita			
			Dezembro 2011 a Junho 2018	Mariano Rajoy	Direita
Novembro 2015 a Abril 2024	António Costa	Esquerda			
			Junho de 2018 a …	Pedro Sánchez	Esquerda
Abril de 2024 a …	Luís Montenegro	Direita			

* Governos de iniciativa presidencial [1.º mandato do general António Ramalho Eanes].

Tabela 2 – Cimeiras Luso-Espanholas [1983-2023]

Número	Data	Local	País
1.ª	Novembro 1983	Lisboa	Portugal
2.ª	Maio 1985	Cáceres	Espanha
3.ª	Novembro 1986	Guimarães	Portugal
4.ª	Novembro 1987	Madrid	Espanha
5.ª	Novembro 1988	Lisboa	Portugal
6.ª	Fevereiro 1990	Sevilha	Espanha
7.ª	Dezembro 1990	Quinta do Lago	Portugal
8.ª	Dezembro 1991	Trujillo	Espanha
9.ª	Dezembro 1992	Funchal	Portugal
10.ª	Dezembro 1993	Palma de Maiorca	Espanha
11.ª	Novembro 1994	Porto	Portugal
12.ª	Janeiro 1996	Madrid	Espanha
13.ª	Outubro 1996	Ponta Delgada	Portugal
14.ª	Novembro 1997	Madrid	Espanha
15.ª	Novembro 1998	Albufeira	Portugal
16.ª	Janeiro 2000	Salamanca	Espanha
17.ª	Janeiro 2001	Sintra	Portugal
18.ª	Outubro 2002	Valência	Espanha
19.ª	Novembro 2003	Figueira da Foz	Portugal
20.ª	Outubro 2004	S. de Compostela	Espanha
21.ª	Novembro 2005	Évora	Portugal
22.ª	Novembro 2006	Badajoz	Espanha
23.ª	Janeiro 2008	Braga	Portugal
24.ª	Janeiro 2009	Zamora	Espanha
25.ª	Maio 2012	Porto	Portugal
26.ª	Maio 2013	Madrid	Espanha
27.ª	Junho 2014	Vidago	Portugal
28.ª	Junho 2015	Vigo	Espanha
29.ª	Maio 2017	Vila Real	Portugal
30.ª	Novembro 2018	Valladolid	Espanha
31.ª	Outubro 2020	Guarda	Portugal
32.ª	Outubro 2021	Trujillo	Espanha
33.ª	Novembro 2022	Viana do Castelo	Portugal
34.ª	Março 2023	Lanzarote	Espanha

“Esto no es España”: Impressões sobre Espanha em Portugal no século XXI

Isabel Araújo Branco
(CHAM, FCSH, Universidade Nova de Lisboa)

1. “Esto no es España”

“Esto no es España” lê-se em letras garrafais num postal ilustrado com um mapa de Portugal e vendido no centro de Lisboa em 2023, da autoria da Tipografia do Papeleiro Doido. A quem se dirige esta mensagem? A espanhóis que visitam e vivem na cidade? Aos turistas em geral? E porquê esta necessidade de afirmação e distinção escrita em espanhol? É um aviso, uma declaração de orgulho, um esclarecimento? Que imagem têm os portugueses dos espanhóis para preparem um postal deste tipo? Ou será uma reacção à imagem que crêem que estrangeiros de outras nacionalidades têm de Portugal, receando que os confundam com o país vizinho? Com ou sem intenção, o postal provoca muitas dúvidas relacionadas com a imagem que os portugueses têm de Espanha e dos espanhóis. Em primeiro lugar, esta formulação é problemática devido à generalização de “portugueses” e “espanhóis”, como se se tratasse de grupos homogéneos. Veremos como faz sentido falar em subgrupos. Mas ecoará algures o velho ditado: “De Espanha nem bom vento nem bom casamento”. Velho no sentido de ser antigo ou de ser gasto e ultrapassado? Talvez ambos. Com este texto pretendemos contribuir para uma actualização sobre a forma como em Portugal se vêem os espanhóis e Espanha (duas entidades diferentes), já em pleno século XXI, mas com os pés ainda em comprovados desconhecimentos (mútuos) e preconceitos (principalmente do lado português). Mas será que ainda têm um peso real? E em todos os grupos e idades? Certamente aqui também não há homogeneidade, como em

qualquer realidade social. A situação nas zonas fronteiriças é muito diferente, pelos contactos empíricos comuns das populações dos dois lados da fronteira, ignorando-a na prática com frequência. O documentário da RTP *Portunhol* (emitido em 2023 e disponível na RTP Play) exemplifica abundantemente estas ligações. É o que acontece nomeadamente no episódio 2, quando um guia turístico português explica que trabalha em Alcoutim, mas tem de atravessar o rio duas vezes por dia porque os preços da habitação o obrigaram a viver em Sanlúcar do Guadiana.

Voltemos ao nosso ponto de partida, o postal. Em entrevista por nós realizada em Janeiro de 2024, um dos responsáveis pela Papeleiro Doido, João Sebastian, conta que este trabalho é o recordista de vendas da tipografia, sendo os espanhóis aqueles que mais o compram. Existe também uma versão em inglês e ambas são dirigidas a todos os turistas. Trata-se de um postal inserido numa série em que se pretende "gozar" simultaneamente com os visitantes e com os portugueses, aqueles que, "dizendo mal da gentrificação que se vive em Lisboa e também no resto do país, andam na verdade à procura de uma forma de 'viver' dessa mesma gentrificação". Quando se pergunta se a ilustração é também uma paródia a um certo sentimento de inferioridade dos portugueses, fruto de alguma invisibilidade de Portugal fora do país, a resposta é clara e sintética: "Não, isso não é certamente. Será pelo contrário, uma expressão positiva e orgulhosa, apesar de eu não ser patriota. Isto é Portugal!" Filho de um bem humorado galego que migrou para Portugal, João Sebastian recorda como o pai troçava das "vedetas e actores famosos que desembarcavam no aeroporto da Portela e achavam que estavam em Espanha, e diziam-no nas entrevistas que os repórteres portugueses lhes faziam à chegada a Lisboa. O meu pai chateava toda a gente dizendo-lhes que ninguém sabia o que era nem onde era 'isso' de Portugal", lembra. Por isso conclui que "o autor do postal que eu imprimi recentemente é, afinal, o meu pai, que faleceu há trinta anos. Pelo menos o autor da ideia." Um espanhol já muito português, sem dúvida.

Falamos de gozo e de paródia, e outro início do nosso artigo poderia ser a análise de personagens com alguma relação com Espanha desenvolvidas por humoristas. É inevitável pensar quase de imediato em Herman José e em todas as rábulas que protagonizou durante décadas

na televisão portuguesa, nomeadamente nos anos 1980, quando havia apenas dois canais televisivos e era gigantesco o impacto de cada programa na população em geral. Talvez uma das primeiras personagens que nos surja seja D. Afonso Henriques, o bruto primeiro rei que bate na mãe e avança para o Sul da Península, mas, no âmbito do presente trabalho, concentrar-nos-emos em outras figuras, apresentadas na rubrica "Boião de Cultura" do programa "Parabéns", que começou a ser emitido em Abril de 1995 pela RTP1. Não ignoramos que, por trás de um bom *sketch*, existe um argumento que faz sentido (mesmo que de forma distorcida) para o público-alvo. Neste caso, o público-alvo corresponde à generalidade dos portugueses, pessoas de todas as classes e idades, mas que partilham vagamente uma identidade comum. Não nos cabe definir o que será "a" ou "uma identidade portuguesa", até porque preferimos o plural, mas concordemos que, ao contrário do que acontece noutros países, mesmo que não se saiba exactamente o que significa ou implica "ser português", não é de todo problemático um cidadão nacional assumir-se enquanto tal. Sendo transmitidos por um canal nacional em horário nobre aos sábados à noite, os conteúdos humorísticos de "Boião de Cultura" apenas poderiam ter sucesso (e assim aconteceu) se fossem largamente compreendidos pelo público e este se identificasse e divertisse – mesmo se implicasse uma sátira a si mesmo, como frequentemente acontecia. Deste modo, compreende-se que as figuras relacionadas com Espanha que surgem na rubrica, além de divertidas, tinham de encaixar de alguma forma na imagem que em Portugal se tinha de espanhóis (na generalidade ou de figuras concretas) e de si próprios na sua relação com um "outro" espanhol. Assim, alguns episódios foram dedicados a personalidades históricas e contemporâneas, como os pintores Salvador Dalí e Pablo Picasso ou o médico José María Tallón, popularizado em Lisboa pelos seus métodos de emagrecimento rápido (o "Dr. Ballon", de Herman José). Outras prometeriam mais conteúdo afim ao nosso tema, como Brites de Almeida, Cristóvão Colombo e D. Sebastião. Como acontece com muitas das personagens deste humorista, o perfil tradicional das figuras é invertido de forma radical. Assim, o monarca desaparecido em Alcácer Quibir discorda do tom pesaroso com que o "entrevistador" (protagonizado por Vítor de Sousa) diz que "Portugal ficou sob o domínio espanhol" (RTP Arquivos, 1994b). Com erros de pronunciação e a

substituição do som "rr" (ʀˈ) pelo som "g" (gˈ), D. Sebastião responde, com frases que acabam por visar também o regime monárquico e preconceitos em relação à homossexualidade: "E o que é que isso tinha de mal? Os espanhóis são muito mais alegres, muito mais brincalhões. Cá não. Acabaram com os *gays*/reis a implantar a Guépública/República". O Colombo de Herman José troça de Isabel e Fernando, distanciando-se deles: "Os reis de Espanha eram uns totós. Veja lá que os convenci que a América ainda não tinha sido descoberta… e aquilo cheio de Colombos [os seus primos]. Ainda era capaz de os convencer que a Espanha não tinha sido descoberta e eles ainda eram capazes de me financiar uma viagem de Madrid para Badajoz. Totós…" (RTP Arquivos, 1994a) Por seu lado, a Padeira de Aljubarrota – aclamada heroína nacional que entrou para a História por alegadamente ter morto sozinha sete castelhanos que se tinham escondido no seu forno, durante as guerras de 1385 – recorda a batalha ganha pelos portugueses: "Aquilo é que era porrada da boa. O D. Nuno [Álvares Pereira] era danado para a brincadeira. E o Mestre [de Avis] é o que se sabe… [...] Dizimaram, dizimaram e os castelhanos, os que não morreram fugiram como lebres. […] Organizei um serviço cívico de matar espanhóis." Não será um acaso a utilização do anacronismo da palavra "espanhóis" por uma personagem situada 80 anos antes da formação de Espanha, porque, pelo menos nos séculos XX e XXI, a confusão entre Castela e Espanha é comum, sendo uma tomada como equivalente da outra, sem qualquer rigor histórico ou geográfico.

A personagem do "Boião da Cultura" que mais nos interessa é ficcional: o jornalista D. Plácido Rocinante (RTP Arquivos, 2018), nome que cruza dois nomes de espanhóis conhecidos, o do cantor Plácido Domingo e o do cavalo de D. Quixote. Este é o único que fala realmente espanhol (embora recorrendo a algum "portunhol"), sendo a rábula legendada em português. Sempre que ouve a palavra "Espanha", D. Plácido Rocinante começa a dançar um *paso doble*, numa caracterização que recorre aos estereótipos ligados aos gostos musicais, à atitude em público e ao nacionalismo dos espanhóis. Mas não são apenas estes os visados na sátira. Também o são os portugueses e os seus complexos de inferioridade e um certo sentimento de perseguição. Vejamos. Vítor de Sousa mostra-se ofendido quando o convidado, logo no início da "entrevista", afirma que Espanha foi "o que deu novos mundo ao

mundo, a América, o Bojador, o caminho marítimo para a Índia, o Brasil..." Quando o apresentador o interrompe e corrige dizendo que refere acontecimentos da História de Portugal, Plácido Rocinante responde: "Essa é uma maneira muito bairrista de ver a História. Se perguntar a pessoas intelectuais e cultas como os americanos, todos sabem que Vasco da Gama era espanhol". Aqui encontramos outro elemento relevante: a autoridade da opinião de países bem considerados, neste caso os Estados Unidos, embora também com uma inversão implícita, dada a suposta falta de conhecimentos sobre geografia e História mundial da generalidade dos norte-americanos. O "entrevistador" passa para a antiga rivalidade entre os dois países e a resposta de Rocinante, à primeira vista conciliadora, transforma-se em mais uma crítica a uma suposta marca espanhola, a arrogância e o egocentrismo: "Hoje não há rivalidade nenhuma. Já ninguém perde tempo a discutir qual é o melhor, se é Portugal ou se é Espanha, porque hoje ninguém duvida que Espanha é muito melhor que Portugal". Vítor de Sousa rebate com a tradicional referência à Batalha de Aljubarrota, recebendo uma réplica inteligente, utilizando conceitos e práticas do século XX: "Bom, isso foi uma vergonha para Portugal… Foi um dia negro para o turismo português por terem recebido muito mal os visitantes espanhóis. Os portugueses ficaram conhecidos em todo o mundo por não saber receber." Rapidamente se passa para um ponto muito sensível nos anos 1990, o da entrada em grande escala de produtos espanhóis no mercado. O "jornalista" faz referência à prática de alguns portugueses comprarem caramelos em Badajoz (que devemos associar ao baixo poder de compra e à vontade de trazer um item no regresso de uma viagem em que se atravessava uma fronteira com polícia e alfândega para chegar a um "exótico" estrangeiro) e à facilidade com que, naqueles tempos, se passou a consumir produtos espanhóis nos gestos mais banais:

> Vítor de Sousa: Hoje, para comprar produtos espanhóis não é preciso ir a Espanha… Entram-nos pela porta dentro sem nós mesmos querermos...
>
> Plácido Rocinante: *Vale, vale*… Nós somos muito simpáticos. E os portugueses mandam-nos a melhor fruta e nós, por cortesia, para que não fiquem a pensar que temos uma fruta melhor do que a vossa, mandamos a fruta mais infame, mais intragável. E ficam todos satisfeitos, claro.

> Vítor de Sousa: Os portugueses queixam-se precisamente de serem importados demasiados produtos vindos de Espanha.
> Plácido Rocinante: Não sei do que é que os portugueses se queixam. Só vêm para cá os melhores produtos espanhóis. Nós só exportamos o melhor: o vinho do Porto, o queijo de Serpa, o leitão da Bairrada.
> Vítor de Sousa: Peço imensa desculpa, mas está a falar de produtos portugueses.

O diálogo assenta, pois, em duas ideias base: a falta de qualidade de produtos espanhóis e a apropriação do que é português. Facilmente relacionamos a segunda com a frase do postal que mencionámos: "Esto no es España", ou seja, não se devem confundir os países e o que deles emana. Principalmente, os espanhóis não o devem fazer… A conversa segue rapidamente para outro ponto sensível para a sociedade portuguesa (e que se mantém nos nossos dias), o plano hidrográfico e a partilha do caudal de rios internacionais, como o Tejo e o Douro:

> Vítor de Sousa: Vai-me desculpar, mas essa apropriação parece-me um pouco abusiva. Aliás, passa-se o mesmo com a questão dos rios, com o plano hidrológico espanhol… Era uma questão que não queria aqui levantar e nem tenho apontamentos…
> Plácido Rocinante: É apenas um serviço que nós vos prestamos. Somos um país que polui muito os rios. Não deixamos passar a água para que não faça mal às vossas culturas. Há muita poluição e nós preocupamo-nos com os portugueses.
> Vítor de Sousa: Preocupa-se com os portugueses? A Espanha?
> Plácido Rocinante: Portugal nunca esteve tão bem como quando era espanhol, na época dos Filipes. Do Filipe II de Espanha, do III, do IV e agora com Filipe González. Portugal está cada vez mais espanhol. Do que seria de Portugal sem Espanha? Um rectângulo de terra rodeado de oceano por todos os lados. Tinham de apanhar um cacilheiro para ir a França! Era ridículo.

Outro tema sensível é, pois, introduzido, o da terceira dinastia, sem o rigor histórico sobre a união das coroas ibéricas, mas antes com o repetido sentimento de apropriação indevida e uma certa vitimização a ele associada. Mas, mais uma vez, também os portugueses são alvo de sátira, com a referência à questão da pesca da palmeta que então opu-

nha o Canadá a Portugal e Espanha. Crítica porque, como é indicado no diálogo, o governo português pouco mais fez do que um apoio moral às iniciativas de Madrid. "Unidos, unidos, porque os portugueses não querem entrar nesta guerra com o Canadá. Será que Portugal não podia mandar um barquito? Ao menos um barquito. Portugal não tem Marinha de Guerra?", pergunta Plácido Rocinante.

No mesmo ano em que o programa "Parabéns" começou a ser emitido, num texto publicado em 1995, Lídia Jorge reflectia sobre várias destas questões no artigo "A mão espanhola", publicado no *dossier* "A Espanha e nós" da revista *Finisterra*. É claro, pois, como estas questões estão arreigadas em diferentes partes da sociedade portuguesa. Partindo de vários episódios relacionados com Espanha ocorridos no início da década de 1990 e que ofenderam a opinião pública portuguesa (as estátuas do edifício do Parlamento Europeu e um suplemento do jornal *El País* sobre Portugal, em particular), a escritora constata a forte presença de empresas espanholas no mercado português (alimentação, electrodomésticos, têxteis, vestuário, produtos de limpeza e higiene, supermercados, bancos e imprensa) mas assume que são apenas os produtos vindos do país vizinho que "agudizam sentimentos nacionais de dependência":

> O nosso país suporta melhor a colonização francesa, a americana ou a inglesa, ou mesmo a brasileira, do que a influência espanhola. […] Porque Espanha significa a fronteira e demarca o limite. […] não falta quem utilize o termo guerreiro de *invasão*. O que significa que a questão da antiga rivalidade fraterna e fratricida não está apagada. (Jorge, 1995, p. 67).

Lídia Jorge considera que este tipo de "ressentimentos" não é, por si só, negativo ou positivo, na medida em que opera uma afirmação e compreensão de um "eu" português. Recusar estes sentimentos é ignorar o ritmo de mudança social, sublinha, acrescentando que "a ideia de que o *conhecimento mútuo* abate as rivalidades e neutraliza a cultura da desconfiança, defendida pelos poetas e intelectuais de todas as formações, encontra barreiras surpreendentes e estranhas" (Jorge, 1995, p. 67). E sugere que o País se organize do ponto de vista da produção e comercialização.

2. Humor no século XXI

Poderemos pensar que se trata de uma visão já ultrapassada e que não a encontramos nos nossos dias. Vejamos, então, outros exemplos mais nossos contemporâneos, com os programas de rádio/*podcast* humorísticos "Vamos todos morrer" de Hugo van der Ding (rádio Antena 3) e "Bruno Aleixo" (SIC Radical e Antena 3), ambos dirigidos a um público jovem. O primeiro corresponde a notas biográficas de personalidades que morreram no dia corresponde à da emissão do episódio, com explicações contextuais bastante completas e comentários divertidos, típicos de van der Ding. Entre outros, foram emitidos programas sobre Afonso I de Aragão, Afonso III de Portugal, o Conde Andeiro, Afonso III de Espanha, Salvador Dali e Corín Tellado. Alguns comentários vão ao encontro dos lugares comuns habituais ("Como sabem, Portugal e Castela sempre à pancada…" (Antena 3, 2023a), comentava o radialista num desses programas), mas são incluídos factos históricos que normalmente são ignorados pelo público português. É o caso do episódio dedicado a Andeiro, em que explica que o rei D. Fernando foi convencido a se assumir como rei de Castela, em substituição do "traidor" rei Enrique, e atacou três vezes Castela, perdendo todas essas contendas. Também se aproxima da História da gente comum, por exemplo explicando a expressão "pariu a galega", que surge no contexto das migrações galegas, dos muitos que fugiram à fome e a uma existência miserável em terras do Norte. Os radialistas que o acompanham desconhecem quase todas as informações dadas. Quando van der Ding refere que Juan Carlos foi escolhido por Franco para o substituir após a sua morte e que o monarca viveu no Estoril, Tiago Ribeiro diz: "Desse já conhecemos um bocadinho da história" (Antena 3b, 2023).

O programa "Bruno Aleixo" tem por base uma conversa do protagonista com amigos (com características físicas muito particulares) sobre temas diversos, reflectindo a *vox populi* e as mentalidades reinantes. Apenas a personagem do Busto de Napoleão assume uma atitude mais sensata e racional. Entre as referências a Espanha, temos o preço da gasolina (mais baixo que em Portugal), vários costumes (como a sesta e festas populares), eleições, o tom de voz com que em geral os

espanhóis falam e a sua dificuldade em compreender português. Há, sem dúvida, muitos choques culturais típicos de quem assume que as suas características nacionais são universais e estranha quando encontra práticas diferentes. O episódio sobre o gasoduto ibérico é paradigmático. Discute-se a forma de convencer Emmanuel Macron, Presidente de França, a aceitar o projecto, e Bruno Aleixo sugere três ameaças a França, entre elas o turismo espanhol:

> Bruno: Sanchez ameaçava com o turismo espanhol.
> Busto: Mas como é que isso é uma ameaça? Turismo costuma ser uma coisa boa.
> Bruno: Turismo espanhol? Uma inundação de espanhóis?
> Busto: É outra vez aquela conversa de falarem muito alto?
> Bruno: Pá, não é só falarem alto. Falam alto e falam espanhol. Uma combinação feita nos infernos. Parecem animais a balir.
> Busto: Sim, está bem. Pode ser um bocado chato. Mas a França ia sempre lucrar com esse turismo economicamente.
> Bruno: Não ia nada. Não consumiam nada francês. Só iam a restaurantes de *tapas*, espanhóis. Se houver *Corte Inglés*, vai ao *Corte Inglés* de lá, de França. Estava tudo combinado com o governo espanhol. França inundada por milhões de espanhóis, tudo a balir, e a lucrar zero. Achas que eles queriam?
> Busto: Neste caso, acho que não iam querer, não.
> Bruno: O turismo é como se fosse a bomba atómica da Espanha. (Aleixo FM, 2022)

Nas redes sociais de "Bruno Aleixo" foram também publicadas ilustrações sobre alguns episódios. Uma delas tem a já clássica frase "Sabia que..." e, por baixo da bandeira de Espanha, a seguinte frase: "o vermelho da bandeira espanhola representa o sangue derramado pelos ouvidos das pessoas que têm de ouvir os espanhóis a falar?" (Bruno Aleixo, 2022)

Por seu lado, o divertido programa "As três da manhã" da Rádio Renascença tem uma rubrica que nos permite projectar uma imagem próxima do que se passará nas salas de aula de Espanhol. Trata-se da rubrica "La profesora", iniciada em Outubro de 2022, em que a locutora bilingue Ana Galvão ensina espanhol às suas duas colegas, Inês Lopes Gonçalves e Joana Marques. Estando disponibilizados os vídeos

online, acompanhamos a expressão de espanto e a hesitação das "alunas", bem como a surpresa e as gargalhadas com os "falsos amigos", em sessões muito simples em que se aprende vocabulário comum relacionado com alimentação, vestuário, meteorologia, corpo, futebol, estações do ano, etc. Haveria espaço para um "curso" deste tipo de inglês ou francês numa rádio nacional e com a projecção que a Renascença tem? Provavelmente não. Certamente existe esta rubrica dedicada ao espanhol, porque é um idioma "exótico" que proporciona comentários engraçados e o esclarecimento do significado de palavras que elas julgavam conhecer. Por exemplo, Joana, quando aprende que "cadeira" significa "silla", recorda uma música popular e comenta: "Quando ouvia 'Mueve la cadera', pensava que era a cadeira…" (Renascença, 2023d). Ao longo das sessões vão surgindo outros comentários de Joana Marques e Inês Lopes Gonçalves relacionados com os reduzidos elementos de Espanha conhecidos em Portugal, como a loja de roupa Zara, o já referido especialista em emagrecimento Tallón e a revista *Hola*, e percebe-se que as poucas palavras de espanhol que já conheciam aprenderam nos rótulos dos supermercados (com frequência em espanhol em primeiro lugar e, em baixo e em caracteres mais pequenos, em português). "Isso eu sei. A pessoa vai ao supermercado e vê lá não sei quê de *merluza*" (Renascença, 2021), recorda Inês. Outro universo já familiar é o do futebol, daí que conheçam palavras deste campo. O genérico da rubrica é musicado por um clássico dos *Gipsy Kings*, provavelmente uma das bandas do universo hispânico mais conhecidas em Portugal, apesar da sua origem francesa. Mas não será o único lugar-comum em relação a Espanha que encontramos. Quando Ana insiste na pronúncia correcta das palavras e na importância de pôr a língua junto aos dentes, Joana desabafa: "Os espanhóis devem mandar imensos gafanhotos" (Renascença, 2023b). No episódio sobre doenças, Joana pergunta se a onomatopeia do som do espirro é "atchim" e Ana responde: "É igual, mas batem palmas. Ou com umas castanholas" (Renascença, 2023a). Ela própria brinca com os estereótipos. O episódio que poderia ter mais lugares comuns poderia ser o da "pronunciación en inglés", que brinca com a dificuldade que grande parte dos espanhóis tem ao falar inglês. Contudo, Ana Galvão acaba por ser a única a brincar com isso, porque as restantes – portuguesas correntes – estão a perceber isso pela primeira vez. Divertem-se, surpreendidas. "É

a única forma de se safarem em Espanha. A má pronúncia inglesa em Espanha é algo que a cultura adoptou" (Renascença, 2023c), explica Ana. No fim, Joana valoriza: "Eu gosto dessa maneira de falar inglês. Não estão muito preocupados com a pronúncia. 'Dizemos à nossa maneira e eles que entendam'."

3. Historiografia e ensino da história

De onde virá esta visão sobre o país vizinho e os seus habitantes, manifestando-se em particular em pessoas que não contactam com Espanha directamente com frequência? A resposta mais imediata relaciona-se com os livros e o ensino da História. Como escreve José Luiz Fernandez Lorenzo, "el discurso historiográfico es una poderosa fuente de lugares comunes" (Adão *et al*, Matos, 2003, p. 13). Se pegarmos em manuais da disciplina de História e Geografia de Portugal do 5.º ano, verificamos que uma parte significativa da História do País é contada apresentando como contraponto as ofensivas militares, políticas e diplomáticas de outros reinos peninsulares contíguos, como Leão, Castela e depois Espanha, sendo evidente uma quase ausência de alusões aos "inimigos" árabes. Estas referências são apresentadas explícita ou implicitamente como ameaças à soberania territorial e de Estado, sendo citadas apenas as tentativas ou supostas tentativas de domínio sobre Portugal e nunca as tentativas portuguesas de domínio dos outros reinos. Tal contribui fortemente para associar os leoneses, castelhanos e espanhóis (numa mescla histórica pouco rigorosa, em que tudo é Espanha e todos são espanhóis, mesmo antes da fundação deste país) a uma ideia de "outro" que tradicionalmente pretende anexar e dominar Portugal, traindo a sua vontade e interesses e abafando a sua identidade e cultura. A reacção natural de quem ouve esta versão é automática: "eles" são "nossos" inimigos e "temos" de nos defender. Além de um desconhecimento sobre a diferença de conceitos, mentalidades e práticas ao longo dos séculos, assume-se que "aqueles" portugueses são "nossos" equivalentes, numa identificação com esses desconhecidos quiçá maior do que com os próprios avós ou bisavós. Sublinhemos que esta "versão" da História não é apresentada como tal, mas como a "verdade" sobre o passado nacional, sem a pluralidade de perspectivas e a complexidade de fontes e referências que encontramos,

por exemplo, nas universidades. Não esqueçamos também a questão da autoridade de quem diz: é a escola que ensina a História do País, um professor que segue livros validados pelo Ministério da Educação, ou seja, pelo Estado. Se assim é dito, é porque assim aconteceu… E, em geral, não há indícios na sociedade (nos meios de comunicação, nas referências culturais, na memória familiar e colectiva, à excepção das zonas de fronteira, como aludimos) que introduzam hesitações, dúvidas e perspectivas complementares ou alternativas.

Peguemos em dois manuais da disciplina, *Novo HGP 5* (editoria Texto, 2016) e *Era uma vez… 5* (editora Raiz, 2016). Nota-se uma grande sensibilidade aos "ataques" dos vizinhos ibéricos, mas praticamente não é criticada a violência e a subjugação de pessoas, culturas e territórios durante a expansão e o período imperial. Vejamos apenas alguns exemplos. "Tal como D. Henrique, D. Teresa defendeu o condado dos ataques dos Mouros. Contudo, aliou-se a nobres da Galiza, para reforçar o seu poder, na esperança de se tornar rainha, o que provocou o descontentamento de muitos nobres portugueses. Por isso, estes apoiaram D. Afonso Henriques contra a sua mãe" (Matias *et al*, 2016, p. 80), lemos em *Novo HGP 5*. Temos, então, nobres "portugueses" antes de Portugal existir. Não ficarão os jovens leitores com a ideia de que uma ambiciosa e egoísta D. Teresa traiu o país a favor dos seus inimigos, apesar de simplesmente não haver país? Será ilegítimo manter os vínculos sociais, políticos e económicos com o território com quem se tem uma relação? Galiza parece, aliás, ser um foco de supostas traições por parte de mulheres nobres portuguesas ou proto-portuguesas. "Quando se tornou regente do reino, D. Leonor Teles mandou aclamar D. Beatriz [...]. Para agravar o descontentamento popular, D. Leonor Teles tinha por conselheiro um nobre da Galiza – o conde João Fernandes de Andeiro. Álvaro Pais [...] planeou então uma conspiração para matar o conde de Andeiro, detestado pelo povo" (Matias *et al*, 2016, p. 119), lê-se mais à frente, no capítulo sobre o fim da primeira dinastia. Em *Era uma vez… 5*, os acontecimentos são colocados nos mesmos termos, com a marca do poder subreptício do país vizinho: "D. Leonor Teles, influenciada pela nobreza castelhana e pela sua ligação amorosa com um nobre galego, o conde João Fernandes Andeiro, faz aclamar D. Beatriz como rainha de Portugal." (Gago *et al*, 2016, p. 131). A "rivalidade" é acentuada no estudo do século XVI, com os

"espanhóis" a imitar os projectos nacionais e assim a ensombrecê-los: "Era uma vez… a Expansão marítima portuguesa, que estava a ser um sucesso. Mas o reino de Castela também se tinha lançado nesta aventura e foi necessário fazer alguns tratados" (Gago *et al*, 2016). Esta leitura é acentuada nos apartados sobre a III Dinastia (em geral, nomeada como o "domínio filipino", como se não tivesse por base uma legitimidade institucional) e a guerra da restauração. Aí, é sempre aludida a Revolta do Manuelinho. Não podemos deixar de reparar que praticamente são só referidas as revoltas populares quando está em causa um possível controlo directa ou indirectamente por castelhanos/espanhóis. As muitas revoltas do povo contra o poder português ao longo dos séculos não são recordadas. Um outro apontamento: a propósito da formação do reino de Portugal, o manual assinala que o país tem "a fronteira mais antiga da Europa e que é a mesma até hoje, com a excepção de Olivença, ocupada pelos Espanhóis em 1801" (Gago *et al*, 2016). Olivença foi, de facto, ocupada a 20 de Maio de 1801, quase três meses depois de Espanha ter declarado guerra a Portugal devido à aliança com a Grã-Bretanha. Todavia, logo a 6 de Junho é assinado um tratado de paz pelos dois países em que é acordada, entre outros aspectos, a cedência de Olivença a Espanha. Ou seja, rapidamente deixou de ser uma "ocupação" para passar a ser uma transmissão de território.

Qual a origem desta visão da História ibérica e portuguesa? Quando consultamos manuais escolares da república e da ditadura, concluímos que surpreendentemente não existe uma diferença gigantesca, mesmo se os termos estão esbatidos. Em *História de* Portugal (Editora Educação Nacional, cerca de 1955), lemos algo que nos pode parecer familiar:

> Um dos seus [de D. Leonor Teles] primeiros actos foi proclamar rainha de Portugal sua filha D. Beatriz, casada [...] com o rei de Castela. A independência de Portugal estava em perigo. Mas o bom povo português, sempre patriota e decidido para os grandes acontecimentos, logo reagiu contra as decisões da rainha regente, que desde há muito vinha sendo mal vista e até odiada por todos. Alguns fidalgos [...] prepararam, por isso, uma conjura sentenciando à morte o fidalgo castelhano João Fernandes Andeiro, favorito da rainha, que era, na verdade, quem tudo mandava e governava. (Machado, s.d., p. 43)

Mais tarde, a Batalha de Aljubarrota dá-se porque o "rei de Castela, a quem a sorte das armas tinha corrido desfavorável, resolveu invadir novamente Portugal com um poderoso e luzido exército, formando por cerca de 32 mil homens!" (Machado, s.d., p. 53). A Dinastia Filipina é, como seria previsível, muito criticada e, ao que parece, teve apenas aspectos muito negativos:

> Nessas cortes [as Cortes de Tomar], a fim de atrair a simpatia dos Portugueses, [Filipe I] jurou governar o Reino segundo os seus usos e costumes tradicionais: – que todas as leis, regalias e liberdades seriam asseguradas; que para os lugares públicos e de confiança da Nação só seriam nomeados portugueses de nascimento; que a nossa língua continuaria a ser a portuguesa; que o nosso império seria respeitado, etc. Mas, se bem prometeu, a tudo faltou infelizmente. (Machado, s.d., p. 98)

Escrevendo sobre manuais destes períodos, Maria João Mogarro resume:

> O papel reservado pelos republicanos ao ensino da história marcou os conteúdos dos manuais – apresenta-se fundamentalmente uma história pátria, que privilegia os momentos de afirmação da independência do país e das suas grandes realizações. Como consequência, as restantes nações, povos e culturas peninsulares são encarados como um todo homogéneo, genericamente designado por Espanha (ou, para períodos cronologicamente anteriores, conferindo a Castela ou Leão esse lugar central), já que era em torno dos interesses desse estado que se movimentavam os outros actores históricos, como, por exemplo, alguns nobres galegos referenciados em períodos e situações específicos da história de Portugal. [...] Recorrentemente apresentada como o inimigo e a ameaça à independência nacional, a Espanha surge como um bloco homogéneo, sem diferenciações no seu interior e carregada de força negativa. (Adão *et al*, 2003, pp. 25-26)

Os manuais reflectiam a autorepresentação pretendida pelo Estado, e a perspectiva que apresentaram sobre a Espanha ficou prisioneira da natureza maniqueísta e redutora subjacente a essa visão do mundo: perante "nós", os portugueses, que se afirmavam como constituindo

uma pátria independente, os "outros" que partilhavam o espaço ibérico constituíam uma unidade indiferenciada e quase sempre hostil" (Adão *et al*, 2003, p. 36), acrescenta Maria João Mogarro. José Luis Fernández Lorenzo assinala que "España constituiría en definitiva un mito-motivo vinculado a ese contexto más amplio de los mitos nacionalistas tanto si estas resaltan los aspectos mas etnicistas ([Teixeira de] Pascoaes) o los más políticos ([Oliveira] Martins)" (Adão *et al*, 2003, p. 20). António Gomes Ferreira e Ana Maria Parracho Brito ressaltam que, na maioria dos manuais durante o "Estado Novo", "a referência à Espanha surge associada aos momentos mais decisivos da afirmação de Portugal como país independente" (Ferreira e Brito, 2003, p. 216), com Espanha a ser "confundida com a secular ambição castelhana" (Ferreira e Brito, 2003, p. 216). Ferreira e Brito concluem que interessa menos o rigor histórico e mais a formação do imaginário nacional: à precisão da verdade sobrepõe-se, quase sempre, uma prosa sedutoramente maniqueísta. Os conflitos geraram heróis e heroínas que se apresentam como estandartes da soberania dos portugueses." (Ferreira e Brito, 2003, p. 216)

4. Discussões também entre os intelectuais

Este tipo de visão vai-se perpetuando no tempo, incluindo entre alguns intelectuais, embora com nuances. Podemos ilustrar essa ideia com um debate sobre nacionalismo, realizado no programa da RTP "Café Central", em 1989, em que o sociólogo Boaventura Sousa Santos manifestou a sua preocupação com uma possível descaracterização de Portugal como consequência da entrada na CEE e do seu apagamento face a Espanha. Comentava ainda que o ensaio *Somos Todos Hispanos* (1988), de Natália Correia, poderia "vir a constituir a justificação ideológica e simbólica para a absorção de Portugal pelo grande mercado espanhol. […] Hoje, as grandes multinacionais americanas, japonesas e europeias já não distinguem Portugal e Espanha. Só têm uma divisão, a divisão ibérica. [...] Não vamos ter futuro, se o futuro não for nosso" (RTP Arquivos, 1989c).

Na sequência destas afirmações, o episódio seguinte de "Café Central" teve como tema o iberismo. Aí, Natália Correia esclarece que não pretende a união ibérica, antes o reconhecimento das raízes ibéricas da cultura e história portuguesas, a par de outras: "O terror do papão

espanhol põe-me os cabelos em pé. Houve tempos em que se justificava. Havia golpes, havia traumas… Hoje em dia não vejo a mínima razão para que se continue a pensar dessa maneira" (RTP Arquivos 1989b). Em *Somos Todos Hispanos*, Correia defende que a separação de Portugal de outros corpos ibéricos dá-se na pulsão da Espanha das Espanhas, ou seja, na pluralidade da Hispânia. A ensaísta considera que Portugal não cede à Espanha Absoluta e assim realiza "o objectivo da dinâmica da pluralidade ibérica na perseverança da sua independência" (Correia, 2003, p. 41), sendo "o grande intérprete da Espanha das Espanhas" (Correia, 2003, p. 41) e cumprindo "a consequência lógica da vertente pluralista da ibericidade" (Correia, 2003, p. 41). No programa "Café Central", o historiador Fernando Rosas recorda que "há uma permanência, ao nível das classes dirigentes espanholas, de uma ideia pan-castelhana anexionista", que "aflora em projectos de integração económica ibérica, em grandes planos de defesa peninsular e até no plano cultural em certa forma de reconstruir a História dos países ibéricos […]" (RTP Arquivos 1989a). Em contraponto, Rosas destaca um outro tipo de iberismo, "o iberismo dos fracos, o iberismo dos discriminados, o iberismo das utopias, que é uma espécie de contrapoder das oligarquias ibéricas", um projecto de "diálogo livre e fraterno entre nacionalidades" como a portuguesa, a galega, a basca e a catalã, que poderá ser "extremamente importante precisamente para esconjurar certos perigos". Boaventura Sousa Santos esclarece que não se trata de um anti-espanholismo, mas antes de racionalismo e pragmatismo. Por seu lado, o escritor António Quadros assinala as relações de Portugal com toda a Europa e com os países africanos de expressão portuguesa, onde "o interesse pela cultura portuguesa é infinitamente maior do que o interesse existente em Espanha, que é praticamente nulo, tirando o caso de Eça de Queirós e de Fernando Pessoa". Para Quadros, o iberismo constitui "o grande obstáculo para as relações naturais entre Portugal e Espanha. Deve haver uma amizade e diálogo grandes entre Portugal e Espanha, mas o iberismo é um espectro, que mete nos espanhóis a ideia que um dia poderão dominar toda a Península Ibérica e mete nos portugueses a ideia de que tem de se defender dos espanhóis".

Dizíamos que Lídia Jorge, no artigo "A Espanha e nós", afirmava que poetas e intelectuais defendiam "a ideia de que o *conhecimento mútuo* abate as rivalidades e neutraliza a cultura da desconfiança"

(Jorge, 1995, p. 67). Poderíamos ver alguns exemplos disso, mas gostaríamos de evitar autores já abordados noutras ocasiões, como José Saramago (Branco, 2011, 2013, 2020), Natália Correia (Branco, no prelo) e Julián Rodríguez (Branco, 2017, 2022), entre outros. Assim, optámos por analisar a recente peça *Reconquista de Olivenza*, de Ricardo Neves-Neves, em cena no Teatro São Luiz, em Lisboa, em 2021. O próprio título, por um lado, dá o lema à paródia que se segue e, por outro lado, constitui a assunção que a cidade de Olivença é espanhola, dado optar pelo topónimo escrito em castelhano (com a letra "z", e não "ç"). Paródia, dizíamos, em primeiro lugar a quem defende que a cidade deve regressar ao território nacional, mas também às ambições de liderar o mundo e simultaneamente os complexos de inferioridade dos portugueses em relação a Espanha.

Tendo como personagens a Rainha de Portugal, a Rainha-Mãe, o Rei de Espanha e os Infantes Portugueses e Espanhóis, são postos em cena muitos dos preconceitos e estereótipos a que temos vindo a aludir, mostrando que são forçados e ridículos, caricaturando embora sem aprofundar. Esse efeito de personagem-tipo alvo de sarcasmo está presente em todas as personagens, em particular as portuguesas, afinal as mais presentes. Explica Ricardo Neves-Neves, numa entrevista publicada num folheto do Teatro São Luiz, que lhe interessa mais a lógica dos sonhos do que a da "vida normal", devido à forma como, no plano onírico, se misturam as nossas referências, "como fazemos um género de digestão do nosso dia-a-dia e das nossas angústias recentes ou passadas" (Lourenço, 2021, p. 5). Assim, com a peça procurou "perceber como é que um miúdo, com as suas referências e preocupações, sonha em véspera de exame de História, misturando o que estudou com aquilo que vê todos os dias na rua e na sua vida, incluindo os videojogos e a animação" (Lourenço, 2021, p. 5). Voltamos, portanto, aos manuais escolares… Esta entrevista ajuda-nos a compreender o texto de uma outra forma, introduzindo uma perspectiva que mais dificilmente tem o espectador estrito do espectáculo. Sem a explicação de Neves-Neves, a peça seria acima de tudo mais uma mostra da estereotipação de espanhóis e portugueses, sem se avançar para imagens alternativas e mais complexas e próximas da realidade.

Qual a imagem dos portugueses? Está muito próxima do "portuguesinho" (Correia, 1983) do conto "Nações Unidas", de Natália Correia,

provocado por um arrogante espanhol. Ou seja, trata-se de uma figura por quem se sente pena, compaixão ou carinho. São obcecados com a afirmação face a Espanha na recuperação de um passado glorioso, embora vivendo numa realidade cheia de incompetência e pobreza:

> Rainha de Portugal: Mandai já dois aviões / da frota aérea da TAP / contra duas torres em Madrid.
> Conselheiros: Minha senhora, / a TAP faliu. / Não temos aviões disponíveis.
> Rainha de Portugal: Compram-se!
> Conselheiros: Não temos fundos suficientes / para comprar dois aviões / para mandar contra duas torres em Madrid. (Neves-Neves, 2022, p. 31)

Contra Espanha, todos servem como aliados da coroa portuguesa, até árabes, chineses e sindicalistas comunistas. Ainda assim, os portugueses são enganados pelos espanhóis. Na Cena 9, grita a Rainha: "Cabrões dos galegos, / que já me entalaram outra vez!" (Neves-Neves, 2022, p. 57) Naturalmente, o uso de "galegos" é depreciativo.

Por seu lado, os espanhóis são apresentados como mesquinhos, vingativos, abusadores traiçoeiros e traidores. Contam os Conselheiros na cena 1:

> As sete Bolas de Cristal
> foram trazidas para Portugal.
> [...] Na sua véspera,
> as bolas seriam reunidas,
> o corpo do dragão unificado
> e o Mundo salvo,
> vivendo mil anos de paz e prosperidade.
> Foi o maior segredo de sempre
> da Coroa portuguesa.
> Até que no século XVI
> aconteceu a União Ibérica
> e Nossa Senhora e Bandarra
> passaram a aparecer nos sonhos dos Filipes,
> os reis estrangeiros.
> E, assim,
> Espanha tomou conhecimento da missão de Portugal

> e do Quinto Império.
> [...] Espanha
> que quis desde o início
> impedir a Glória de Portugal,
> elaborou um plano. (Neves-Neves, 2022, pp. 12-13)

O plano era ocupar Olivença e tomar conta de uma das bolas de cristal do Dragão Lusitano. As personagens espanholas têm uma imagem particular dos portugueses. Para os infantes, são "gusanos pequeñitos" (Neves-Neves, 2022, p. 40); para o rei, gente "fea, / pequeña, / de débil intelecto / que escupe para el suelo / y duerme em el gallinero" (Neves-Neves, 2022, p. 92). O monarca faz uma promessa: "Voy a hundir la Lusitánia / y me llevo nueve siglos de atraso!" (Neves-Neves, 2022, p. 93).

Mas há uma outra camada de significado introduzida por um beijo involuntário entre os infantes portugueses e espanhóis, que ficam surpreendentemente agradados: o da descoberta empírica, o da paixão, o do reconhecimento que o "outro" espanhol é igualmente bom. Até a Rainha, ao entrar em Olivença, elogia:

> Conselheiros: Estamos no Terreiro do Chão Salgado, / vossa majestade.
> Rainha de Portugal: Os espanhóis chamam a isto / el Paseo Grande, / É mais simples / mais funcional.
> Infante D. Sebastião: As palmeiras estão bem tratadas.
> Infante D Beatriz: É bonito aqui. (Neves-Neves, 2022, p. 89)

E a solução do problema (a recuperação da sétima bola) é dada pela nova geração da corte espanhola, os infantes apaixonados pelos portugueses: por artes mágicas, trocam de corpo com os infantes portugueses, entram no palácio do rei de Espanha e retiram uma chave. No fim, fruto desta colaboração ibérica, Portugal salva o mundo e mantém a sua individualidade e fronteiras.

Será esta paixão juvenil ibérica uma antecipação do próximo período das relações entre os dois países? A resposta só pode ser positiva. Após este percurso por programas de rádio e televisão, arte gráfica, manuais escolares e ensaio ao longo dos séculos XX e XXI, podemos concluir que a imagem de Espanha e dos espanhóis tem vindo a modificar-se, em particular através do contacto empírico com o «outro». As viagens, as aproximações culturais, o jornalismo e os *mass media* pro-

porcionam a desconstrução de estereótipos e preconceitos alimentados durante décadas (ou mesmo séculos) e um reconhecimento da imensamente interessante que é a cultura, História, geografia e sociedade de Espanha, com toda a sua complexidade. Com isso, os efeitos da sedução poderão ser incontroláveis...

Referências bibliográficas

Adão, A., Matos, S. C., Fernández Lorenzo, J. L. & Mogarro, M. J. (2003). Representações de Espanha no sistema educativo português, na historiografia e no discurso nacionalista (1890-1933). *Eixo Atlântico*, 4, 1-52.

Aleixo FM (2022, 19 de Outubro). Gasoduto ibérico. https://www.rtp.pt/play/p510/e647527/aleixo-fm

Branco, I. A. (2011). Amigos ou inimigos? As relacões ibéricas na obra de José Saramago. In K. Sartingen e E. Gimeno Ugalde (eds.), *Perspectivas actuais na Lusitanística: Literatura, Cultura, Cinema, Língua* (pp. 77–91). Martin Meidenbauer.

Branco, I. A. (2013). José Saramago. "Todo futuro es fabuloso": Construção Literária e Social. In G. Magalhães e F. F. da Silva (eds.), *El dret al futur / O direito ao futuro* (pp. 61–66). Húmus / Centro de Estudos Comparatistas / Institut Ramon Llull.

Branco, I. A. (2017). Imágenes de Portugal en Ninguna necesidad, de Julián Rodríguez. In S. Pérez Isasi, R. Baltazar, I. A. Branco, R. B. Maia, A. B. Morais, e S. R. de Sousa (eds.), *Los limites del Hispanismo. Nuevos métodos, nuevas fronteras, nuevos géneros* (pp. 113–122). Peter Lang.

Branco, I. A. (2020). Futuro e "transibericidade": José Saramago em diálogo com ensaístas catalães. In C. Reis (ed.), *José Saramago: 20 anos com o Prémio Nobel* (pp. 299–307). University of Coimbra and Centro de Literatura Portuguesa. http://monographs.uc.pt/iuc/catalog/view/57/153/227-1

Branco, I. A. (2022). Portugal na obra de Julián Rodríguez. In A. Sáez Delgado (ed.), *Ejercicio sentimental. El universo literario de Julián Rodríguez* (pp. 91–100). Editora Regional de Extremadura.

Branco, I. A. (no prelo). Natália Correia e a "mesquinheira portuguesa da hispanofobia". In E. Cordero Hoyo, F. F. da Silva e S. Pérez Isasi (eds.), *Ibéricas. Las mujeres y la construcción del espacio cultural peninsular (ss. XX-XXI)*. Comares.

Bruno Aleixo (2022, 30 de Novembro). https://www.facebook.com/photo.php?fbid=723608619124871&set=pb.100044272187493.--2207520000&type=3

Correia, N. (1983). *A Ilha de Circe*. Publicações Dom Quixote.
Correia, N. (2003). *Somos Todos Hispanos*. Editorial Notícias.
Ding, H. v. d., Antena 3 (2023a, 16 de Fevereiro). *Vamos todos morrer. Afonso III.* [Programa de rádio] https://www.youtube.com/watch?v=Rv9lqUzW36o
Ding, H. v. d., Antena 3 (2023b, 28 de Fevereiro). *Vamos todos morrer. Alfonso XIII.* [Programa de rádio] https://www.youtube.com/watch?v=LYBRdZdJsnQ
Ferreira, A. G. & Brito, A. M. P. (2003). A inevitável Espanha em narrativas de textos escolares no tempo do Estado Novo. *Eixo Atlântico*, 4, 211-229.
Gago, M. & Marinho, P. (2016). *Era uma vez…5*. Raiz.
Jorge, L. (1995). A mão espanhola. *Finisterra*, 17, 63-68.
Lourenço, G. (2021). *Estreia. A Reconquista de Olivenza*. Teatro São Luiz.
Machado, A. (s.d.). *História de Portugal*. Editora Educação Nacional.
Matias, A., Oliveira, A. R. & Cantanhede, F. (2016). *Novo GHP 5*. Texto.
Neves-Neves, R. (2022). *A Reconquista de Olivenza*. Artistas Unidos.
Renascença (2023a, 10 de Julho). *La Profesora. La enfermedad.* [Programa de rádio] https://www.youtube.com/watch?v=WP89PFghVGE
Renascença (2023b, 17 de Julho). *La Profesora. Las frutas.* [Programa de rádio] https://www.youtube.com/watch?v=jlkqYWA_EkM
Renascença (2023c, 6 de Novembro). *La Profesora. La pronunciación en inglés.* [Programa de rádio] https://www.youtube.com/watch?v=341DNAoNcXE
Renascença (2023d, 9 de Maio). *La Profesora. Los objetos del día a día.* [Programa de rádio] https://www.youtube.com/watch?v=w317RAdww2w
Renascença (2021, 12 de Outubro). *Nota "Sobresaliente" para a Inês e a Joana no teste de espanhol.* [Programa de rádio] https://www.youtube.com/ watch?v=xfoFejNzw30
RTP Arquivos (2018, 27 de Janeiro). *Boião de Cultura. Dom Plácido Rocinante*. [Programa de televisão] https://arquivos.rtp.pt/conteudos/ boiao--de-cultura-37/
RTP Arquivos (1994a, 21 de Maio). *Cristóvão Colombo.* [Programa de televisão] https://arquivos.rtp.pt/conteudos/cristovao-colombo/
RTP Arquivos (1994b, 22 de Janeiro). *D. Sebastião, Rei de Portugal.* [Programa de televisão] https://arquivos.rtp.pt/conteudos/d-sebastiao-rei-de-portugal-2/
RTP Arquivos (1989a, 2 de Outubro). *Iberismo. Parte I*. [Programa de televisão] https://arquivos.rtp.pt/conteudos/iberismo-parte-i/
RTP Arquivos (1989b, 2 de Outubro). *Iberismo. Parte II*. [Programa de televisão] https://arquivos.rtp.pt/conteudos/iberismo-parte-ii/
RTP Arquivos (1989c, 27 de Janeiro). *Nacionalismo. Parte II*. [Programa de televisão] https://arquivos.rtp.pt/conteudos/nacionalismo-parte-ii/

Línguas de Espanha:
Enganos e desenganos portugueses

Marco Neves
(Universidade NOVA de Lisboa / CETAPS)

1. Introdução

Espanha é um Estado onde o fenómeno linguístico é particularmente complexo e rico, com a existência de várias línguas faladas por um número considerável de cidadãos e ainda com uma tensão antiga entre uma visão monolingue, com o castelhano a assumir-se como *espanhol*, língua vertebradora do Estado, e uma visão multilingue, que contrapõe uma igual validade para as demais línguas. Se esta realidade cultural e linguística é suficientemente complexa para ser, por si só, de difícil análise e compreensão, é também verdade que há factores próprios da cultura portuguesa que distorcem a perspectiva que em Portugal se tem das línguas dos vizinhos, criando uma visão simplificada da diversidade linguística espanhola – neste artigo, tentarei descrever essa mesma visão, mas também oferecer argumentos e dados que ajudem a modificá-la no sentido de uma relação mais realista e saudável com as línguas próximas.

Começarei por descrever os factores que levam aos enganos do título. Depois, farei um exercício de argumentação, elencando várias ideias-fantasma (ou seja, ideias que nem sempre são abertamente afirmadas em público ou, pelo menos, na produção escrita, mas que determinam muitas das atitudes portuguesas perante as línguas do país vizinho) e tentando desmontá-las. Será, assim, um exercício de desbloqueio mental, uma tentativa de dispersar o nevoeiro que nos impede um conhecimento mais profundo da diversidade linguística do Estado vizinho.

Sublinho que me concentrarei nas línguas não castelhanas, tendo em conta que a existência do castelhano – a denominação mais comum

em Portugal é *espanhol* – é universalmente conhecida. A distorção centra-se nas outras línguas. Irei analisar em particular as três línguas com estatuto de oficialidade numa ou mais comunidade autónoma: o basco, o catalão/valenciano e o galego. No final, farei uma breve descrição da imagem do castelhano em Portugal e da evolução do seu conhecimento entre a população. Afinal, é também o desconhecimento do castelhano que motiva o desconhecimento das outras línguas, que se vêem confundidas, entre os portugueses, com o castelhano.

Comecemos, pois, por olhar para os enganos portugueses.

2. Enganos portugueses

A 16 de Fevereiro de 2019, no *Público*, Vasco Pulido Valente comentava a situação política catalã com esta afirmação (itálicos meus): "A propósito, é extraordinária a complacência da esquerda, que grita por aí contra os populismos, com o mais típico e o mais perverso de todos eles: o republicanismo catalão, que pretende fechar um território sem fronteiras históricas, *numa língua que ninguém fala*". A 10 de Setembro de 2017, no *Expresso*, Miguel Sousa Tavares chama ao catalão "*uma língua de trapos*".

A importância destas declarações – apenas exemplos – não está, certamente, no seu número ou sequer na intensidade. Não são, bem vistas as coisas, grandes insultos. No entanto, imagine-se dois comentadores portugueses com a importância de Vasco Pulido Valente e Miguel Sousa Tavares a descreverem da mesma forma ("língua que ninguém fala"; "língua de trapos") qualquer outra língua europeia falada por milhões de pessoas. Diriam o mesmo do dinamarquês, por exemplo, mesmo que discordassem acesamente de algum fenómeno social ou político ocorrido na Dinamarca?

Esta possibilidade de insultar uma língua inteira só tem uma explicação: o catalão, na cabeça destes comentadores – e de muitos outros portugueses – *não é bem uma língua*, ou melhor, não tem a importância de outras línguas, é um fenómeno meramente político, uma curiosidade local, provinciana, perfeitamente ignorável.

Esta visão das outras línguas de Espanha – ou seja, das línguas não castelhanas; por outras palavras, as línguas que não são o famoso *espanhol* com que designamos, quase sempre, a língua mais falada no reino

vizinho – assoma nestas declarações públicas, mas encontra-se também em conversas de ocasião, em enganos habituais, em dificuldades várias em encarar a diversidade do país vizinho como ela é: um conjunto de línguas com velhas tradições literárias que convivem em tensão num mesmo Estado. Entre os portugueses encontramos enganos que poderíamos encontrar noutros países – e muitos deles também em Espanha –, mas também enganos próprios, ligados a características da cultura portuguesa e da sua relação com os vizinhos.

Comecemos por um engano geral, que encontramos em várias culturas europeias (e noutros lugares influenciados pela Europa): depois de um processo que parte da Revolução Francesa e se fortalece durante o século XIX, os europeus pensam o mundo pela lente de um modelo nacional, ou melhor, nacionalista, que assume como ideal a existência de um Estado-nação, por mais imperfeita que seja a sua realização, com uma comunidade soberana (a Nação, que substitui o monarca escolhido por Deus), uma História inevitável, um território bem definido, uma cultura e uma língua. A diversidade interna desta Nação feita Estado existe, mas sempre numa hierarquia em todos os factores: o território divide-se em regiões, a História de cada região subordina-se à História nacional, a comunidade nacional, no seu conjunto, é a única comunidade soberana, a cultural regional é sempre inferior à cultura nacional – e as variedades linguísticas que não sejam a língua escolhida são dialectos ou *patois*. O nacionalismo linguístico (descrito por Moreno Cabrera, 2008) é um dos aspectos do nacionalismo geral.

O modelo nacional e monolinguista é historicamente contingente. Esta afirmação parecerá óbvia, mas o modelo está tão fortemente implantado na visão do mundo de muitos europeus (e não só) que é particularmente difícil compreender como nem sempre foi assim, como a História da Europa não é o conjunto de histórias dos actuais Estados, cada um deles com uma língua natural. Na verdade, como descrito por Faraco (2019), a Assembleia Nacional francesa debateu a melhor forma de transmitir as leis da Nação a todo o território, um território onde apenas uma parte da população falava algo parecido com o francês parisiense. As duas opções eram o uso da tradução ou a imposição do padrão francês. A opção foi clara a partir de 1794: o francês passou a ser a língua nacional e todas as outras variedades passaram a ser consideradas formas de perpetuar a superstição, linguagens primitivas de perigosos reaccionários. O famoso Abbée Grégoire decla-

ra a centralização do idioma como um desiderato que os franceses poderiam atingir, mostrando claramente como a diversidade linguística era considerada como algo a eliminar (como se vê nesta passagem, o ideal seria mesmo uma língua universal; as línguas nacionais serão o mais próximo que se consegue desse objectivo):

> Quoiqu 'il y ait possibilité de diminuer le nombre des idiômes reçus en Europe, l'état politique du globe bannit l'espérance de ramener les peuples à une langue commune. Cette conception, formée par quelques écrivains, est également hardie & chimérique. Une langue universelle est dans son genre ce que la pierre philosophale est en chimie.
> Mais au moins on peut uniformer le langage d'une grande nation, de manière que tous les citoyens qui la composent, puissent sans obstacle se communiquer leurs pensées. Cette entreprise, qui ne fut pleinement exécutée chez aucun peuple, est digne du peuple français, qui centralise toutes les branches de l'organisation sociale, & qui doit être jaloux de consacrer au plutôt, dans une République une & indivisible, l'usage unique & invariable de la langue de la liberté (Grégoire, 1774).

Foi esta, em grande medida, a raiz da nacionalização da língua pela Europa. Claro que este processo não apareceu no vácuo e foi beber a uma identificação da língua com a corte e até com um determinado povo. No entanto, a visão nacionalista que implica uma distinção clara entre línguas nacionais e uma uniformização linguística dentro de cada Estado-nação ganha forma nesse momento posterior à Revolução Francesa. É, diga-se, apenas um aspecto do processo de nacionalização da política, que se fortaleceu ao longo dos séculos seguintes.

Esse processo recebeu, na Península Ibérica, um particular fortalecimento durante o século XX, com as duas ditaduras ibéricas a consolidar de forma muito particular a visão da História da península, agora pintada a duas cores. A História foi revista de forma diferente em cada um dos Estados, com Espanha a contar uma História de unificação (aliás, de reunificação) inevitável de uma Nação com milhares de anos (Espanha vê-se como a Hispânia) e Portugal a rever-se como Nação que enfrentou um vizinho poderoso, que ganhou um nome só muito recentemente *estrangeiro* (Espanha era, ainda em Camões, uma designação geográfica-

-cultural que abarcava a Península). Note-se que a existência de Portugal era, de certa forma, indiferente ou até incómoda para a história de unificação do lado espanhol; já a existência de Espanha reforça e naturaliza a História de *independência* do lado português. Quanto mais forte o vizinho, mais heróica a resistência. Portugal, durante o Estado Novo, ganha monumentos medievais reconstruídos à moda do regime, bandeiras desde o século XII (na verdade, são os brasões reais retroactivamente interpretados como bandeiras nacionais), uma História bem contada e bem definida, ao lado de um país que nada tem que ver connosco. Somos portugueses, eles são espanhóis. Esta visão consagrou-se de tal forma – dois Estados, duas nações, duas línguas – que há hoje uma fraquíssima consciência de que o nome "Espanha" começou por ser uma referência a toda a península (por outro lado, e sintomaticamente, é fácil encontrar quem veja Andorra como parte de Espanha. Andorra não encaixa na visão peninsular dos portugueses).

A esta limpeza dos mapas mentais, espalhada durante o século XX pela escola, pela comunicação social, pela comunicação do regime, junta-se a particular facilidade com que Portugal encaixa no modelo de um Estado / uma Nação / uma língua – a homogeneidade do país, a estabilidade das fronteiras e a continuidade histórica de um reino transformado num estado tornam a visão nacional particularmente atraente para os portugueses.

Em suma, a narrativa histórica cristalizada pelo sistema educativo e propagandístico do Estado Novo, reforçada pela imagem de Espanha transmitida pelo Franquismo; o monolinguismo português (em grande medida, imaginado) e consequente incapacidade para identificar e respeitar línguas não estatais; a particular aceitação da visão política centralista emanada de França; o triunfo popular do nacionalismo estatal a partir de Oitocentos; a história da língua tal como é contada na escola; entre outros – todos estes factores deixaram na cabeça dos portugueses um modelo de explicação das línguas do mundo marcado pela divisão em Estados-nação. Em Portugal, fala-se português; em Espanha, fala-se espanhol; em França, fala-se francês. Esta ideia de que a cada Estado corresponde uma língua é tão forte que, estou em crer, explica em parte a forma como os portugueses têm alguma dificuldade em usar "português" para descrever a língua dos brasileiros.

Sendo assumido de forma natural pelos portugueses, o modelo falha redondamente na explicação de outros Estados, a começar por Espanha. Vemos esta particular dificuldade portuguesa na forma como a palavra "país", em Portugal, é praticamente sinónima de "país independente". É muito difícil, para um português, aplicar a palavra para um território que não seja um Estado soberano.

O modelo nacionalista na visão dos Estados acaba por se reflectir naquilo que poderíamos chamar modelo *monolingualista* (não monolingue, note-se) na visão das línguas. A situação natural e, pensa-se, habitual é a existência de uma só língua em cada Estado. Todas as variedades internas são dialectos da língua nacional – ou então "línguas de trapos" ou "línguas que ninguém fala" (mesmo que milhões as falem). No fundo, o monolingualismo é a ideologia linguística que defende a necessidade de promover uma só língua dentro de cada Estado. Esta ideologia pode estar na cabeça dos falantes e influenciar a política do Estado. Espanha adoptou e propagou esta ideologia durante várias décadas do século XX. Depois, durante a Transição, houve uma mudança, mas esta mudança não se reflectiu inteiramente na visão transmitida para o exterior. Portugal manteve a visão monolinguista de Espanha e só nas últimas décadas o discurso público tem mudado e a população tem compreendido – aos solavancos – como o país vizinho não corresponde, nem de perto nem de longe, à visão que nos foi transmitida.

A visão monolingualista de Espanha está – de certa forma – mais viva em Portugal do que em Espanha. Em Espanha, é muito visível e, por vezes, usada como forma de agressão política ou social – no entanto, a existência de várias línguas é algo que uma grande parte dos espanhóis assume. Em Portugal, a visão monolingualista de Espanha não provém, em geral, de uma tentativa de agressão, mas ainda de um conformismo a um modelo que foi transmitido e que nunca houve necessidade ou interesse em desmontar. Quando há (como no caso de Vasco Pulido Valente e Miguel Sousa Tavares) algum motivo para aliar o modelo a um ataque político – é então que a visão portuguesa levanta a cabeça e se mostra. Ou seja, a visão monolingualista de Espanha é um icebergue de que só vemos algumas manifestações públicas – diga-se que é um icebergue claramente a derreter.

3. Enganos e desenganos

O icebergue está a derreter, mas ainda tem uma dimensão considerável. Assim, julgo útil elencar vários dos enganos relacionados com as línguas de Espanha em Portugal, assumindo que estes enganos nem sempre se manifestam publicamente, mas encontram-se em conversas ou comentários dispersos. A cada engano, tentarei contrapor o desengano, contribuindo assim para a criação de um argumentário que permita desvanecer a bruma que nos esconde as outras línguas de Espanha.

Note-se que muitas destas ideias são absurdas para alguém que estude linguística ou filologia. No entanto, é este tipo de ideias-fantasma que, de facto, constitui uma barreira para os portugueses – e não, necessariamente, as opiniões publicadas, que exigem, em geral, um maior conhecimento da realidade (ou, pelo menos, assim se espera).

3.1. "O basco, o catalão e o galego são dialectos."

O uso da palavra "dialecto" é problemático, por vários motivos. Apesar de ser um termo técnico proveniente da linguística, acabou por assumir um cariz depreciativo, semelhante ao francês *patois*, no uso não especializado da língua. Assim, em Espanha e Portugal, a palavra designa, no uso geral, uma variedade linguística menos importante, menos completa e, em geral, subordinada a outra variedade *e com origem nesta*. Este é o ponto onde o engano se torna mais flagrante. O basco é, claramente, uma língua com uma origem distinta, uma das poucas línguas não indo-europeias da Europa e uma língua isolada. Designá-lo como dialecto não faz sentido, mesmo se nos restringirmos a uma visão sociolinguística em que um dialecto é uma variedade de pouco prestígio. O basco tem hoje muito prestígio, mas mesmo que não o tivesse, tem uma história claramente distinta das línguas latinas que o rodeiam. Já o catalão e o galego têm tradições escritas medievais e desenvolvimentos paralelos ao castelhano, mas não radicados neste.

Note-se que, à parte o engano relacionado com a origem do basco, galego e catalão, o uso do termo "dialecto" denota também um desco-

nhecimento sobre a tradição escrita e literária destas línguas. Torna-se surpreendente para muitos portugueses compreender que existe um mundo editorial pujante em língua catalã, por exemplo.

É também surpreendente para muitos – e este é um desengano particularmente útil – perceber que todos os falantes de basco, catalão e galego também falam castelhano. Aliás, falam-no, por vezes, com um sotaque próprio. Ou seja, podemos dizer que existe, de facto, uma variedade do castelhano típica da Catalunha (um dialecto, se quisermos). Mas essa variedade existe em paralelo ao catalão, que tem também (outra surpresa) uma enormíssima variedade interna.

Para combater este engano, convém ainda divulgar na sociedade o significado técnico de dialecto: variedade geográfica da língua. Todos os falantes de uma língua falam um dialecto particular. Não há falantes de dialectos em contraponto a falantes de línguas. Todos os falantes falam um ou mais dialectos de uma ou mais línguas. A verdadeira questão na oposição língua / dialecto é outra: como agrupar os vários dialectos existentes no terreno em conjuntos denominados *línguas*?

Qualquer que seja a resposta dada, a verdade que é consensual entre os linguístas que o galego e o catalão não são dialectos do castelhano, já que são áreas marcadamente diferentes, com evoluções paralelas a partir do latim.

3.2. "Só há pouco tempo começaram a querer falar estas línguas."

Para os portugueses em geral (não aqueles que sempre se interessaram pela questão), as línguas não castelhanas de Espanha começaram a ganhar visibilidade nas últimas décadas. Anteriormente, ou não eram ouvidas / lidas ou eram consideradas "meros dialectos" e, por isso, consideradas com indiferença.

Com a oficialização do basco, catalão e galego em várias regiões a partir da aprovação da Constituição de 1978, a presença pública destas línguas é agora habitual e visível para portugueses que visitam as várias regiões bilingues de Espanha. Além disso, estas línguas são referidas na imprensa e começam a entrar na visão portuguesa sobre o país vizinho. Este processo de crescente visibilidade leva a uma crença habitual: estas são línguas recentes ou, pelo menos, línguas que recuperaram o seu uso recentemente. Por outras palavras, Espanha teria uma língua natural,

usada por todos até há poucas décadas, aparecendo agora estas invenções não se sabe bem de onde.

Ora, na verdade, estas línguas não têm um uso actual mais significativo que antes dessa recente visibilização (com a possível excepção do basco, que é hoje mais falado do que há algumas décadas). Têm um maior apoio institucional, maior prestígio social, maior presença no espaço público, mas já eram línguas efectivamente utilizadas, tanto na oralidade como na escrita, antes da sua oficialização. Aliás, se há língua que cresceu no último século foi o castelhano. Será hoje praticamente impossível encontrar quem não saiba falar castelhano, situação muito diferente do que acontecia há 100 anos.

3.3 "Nunca oiço ninguém falar estas línguas quando vou a Espanha!"

A visibilidade acrescida destas línguas no espaço público foi acompanhada por um menor uso social de algumas delas, em particular do galego. Tal significa que, na região mais próxima de Portugal onde existe uma língua não castelhana, a presença do castelhano é cada vez mais intensa.

Por outro lado, há que considerar a dificuldade de muitos portugueses em reconhecer as outras línguas de Espanha. Esta dificuldade é causada pela falta de exposição e pela proximidade entre as várias línguas latinas ibéricas. Para um português, ao encontrar uma das línguas não castelhanas, a operação mental mais imediata é considerar qualquer língua com fonética com algumas semelhanças à fonética do castelhano como sendo uma variedade do *espanhol*. Este processo pode dar-se mesmo no caso do basco: não sendo uma língua facilmente reconhecível, é possível que a fonética semelhante ao castelhano leve os ouvidos portugueses a concluir estar perante um espanhol a falar castelhano com um sotaque particular ou com uma velocidade que impede a compreensão. Na verdade, está perante um falante de uma das línguas mais distantes do castelhano.

Para a impressão portuguesa de que "ninguém fala esta língua" (referida, aliás, por Vasco Pulido Valente) poderá ainda contribuir o menor uso das línguas não castelhanas pelos seus próprios falantes quando estão perante alguém que não fala a língua. Desta forma, o uso real das

línguas torna-se invisível aos portugueses. (Neste caso, devemos separar o caso do galego dos restantes, pois muitos galegos falam galego com os portugueses. O mesmo não acontece com bascos e catalães.)

3.4. "Estas línguas não servem para nada!"

A lógica por trás desta afirmação (ou crença não afirmada) é a ideia de que, havendo uma língua A falada por muitas pessoas, é inútil aprender ou usar uma língua B que seja falada apenas por pessoas que também sabem a língua A. Tal implica, por um lado, uma visão da utilidade da língua baseada apenas no uso enquanto ferramenta de comunicação – por esta lógica, seria ideal termos um mundo com apenas uma língua. Note-se que este argumento utilitário é raramente aplicado à língua que uma pessoa considera materna ou que defende enquanto língua de prestígio ou língua nacional do seu nacionalismo particular. Imaginemos um mundo em que todos os falantes de português aprendessem inglês de tal forma que o seu uso da língua fosse indistinguível do uso por um falante de inglês enquanto língua materna. Seria difícil imaginar que os portugueses, mesmo nessa situação, considerassem o português menos valioso. A língua portuguesa continuaria a ser usada como língua, com tudo o que tal implica de diferença vocabular e expressiva e ainda de veículo de culturas e literaturas próprias (e com a sua variedade interna). Seria, certamente, uma língua ainda mais influenciada pelo inglês, mas não seria certamente uma língua a desprezar ou a desvalorizar. Note-se que o português já passou por épocas em que o próprio castelhano ocupava parte do espaço público e literário de Portugal (por exemplo, durante o século XV) e nem por isso se considera que deva ser considerada uma língua menor.

O problema, aqui, é mesmo a ideia de que as outras línguas de Espanha não representam um Estado (o catalão, na realidade, é a língua oficial única de um Estado: Andorra) e, por isso, são bastante menos valiosas. Esta desvalorização é, assim, uma consequência directa do nacionalismo desenvolvido nos últimos séculos enquanto ideologia através da qual vemos o mundo.

Os bascos, galegos e catalães de língua materna não castelhana aprendem todos castelhano. Que esse esforço seja argumento para defender a inutilidade das suas línguas maternas é particularmente injusto.

Convém ainda sublinhar que a utilidade comunicativa de uma língua está dependente da situação: é claro que o castelhano é muito útil para comunicar com falantes de castelhano, que são em grande número. Mas será praticamente inútil para comunicar na Alemanha, por exemplo. O galego pode ser inútil em Madrid, mas é utilíssimo para a comunicação com a população de muitas zonas da Galiza – e será até útil para comunicar em Portugal. O catalão pode não ser útil em Burgos, mas é bastante útil em Tarragona.

3.5. "Ensinar crianças e adolescentes a falar e a escrever nestas línguas limita-os no acesso às culturas de língua castelhana."

Se a existência destas línguas já levanta alguns sobrolhos em Portugal, a confusão é maior quando se percebe que o basco, o galego e o catalão são usados no ensino, não só numa disciplina particular, mas também como língua de ensino de outras disciplinas. Note-se que a situação é muito diferente em cada comunidade autónoma.

O uso das línguas não castelhanas no ensino é causa de grandes controvérsias e perplexidades em Espanha e, à distância e com muito menor intensidade, em Portugal. No meio do torvelinho de ideias e mitos, encontramos uma crença falsa: a de que os alunos catalães não podem aprender castelhano, vendo-se assim privados do acesso a essa língua tão útil e a uma literatura tão rica. (Note-se que este argumento, usado por portugueses, nunca se vira para Portugal, que nunca é descrito como um país privado do castelhano; a ideia será que a língua e cultura portuguesas são ricas o suficiente para compensar a falha e que, de qualquer forma, somos uma nação, mostrando assim como a questão é de análise nacionalista da realidade e não de respeito por outras línguas e culturas.)

A ideia de que os catalães não aprendem castelhano é rigorosamente falsa. Todos os alunos catalães (tal como todos os alunos bascos, galegos, baleares, valencianos, navarros – e de todas as outras regiões) aprendem castelhano desde o primeiro ano de escolaridade e têm aulas de língua e literatura castelhanas. Os alunos das regiões com duas línguas oficiais têm ainda aulas de língua e literatura basca, catalã, galega... Repito: o castelhano é ensinado desde o primeiro ao último ano de escolaridade em todas as regiões de Espanha. Não há qualquer privação linguística ou cultural.

A diferença entre as várias regiões está na língua de ensino das outras disciplinas (Matemática, Física, etc.). No caso particular da Catalunha, a Generalitat tem há várias décadas uma política de imersão. Com o objectivo de permitir todas as crianças a saber as duas línguas de igual forma, e como o catalão é a língua mais frágil, as outras disciplinas são ensinadas em catalão (note-se que, quando essas disciplinas começam, já todos os alunos tiveram vários anos de aprendizagem das duas línguas). Esta política é muito controversa em Espanha, mas bastante menos entre a população catalã. Na Galiza, algumas disciplinas são ensinadas em castelhano e outras em galego. No País Basco, varia de escola para escola e de zona para zona. A situação é também diferente em cada uma das outras regiões oficialmente bilingues: Ilhas Baleares, Navarra e Comunidade Valenciana.

Em Espanha, com reflexos em Portugal, o discurso público contrário ao ensino nestas línguas espalha-se entre aqueles que imaginam uma situação de proibição do ensino do castelhano na Catalunha (uma completa irrealidade) e os que desconfiam da política de imersão, atribuindo-lhe resultados escolares mais fracos nas regiões que a aplicam, como se o uso do catalão para ensinar matemática fosse, de certa forma, inibidor da aprendizagem da matemática. Também se argumenta (de forma mais plausível) que os resultados escolares em castelhano sofrem com o uso de outra língua no ensino das outras disciplinas. Esse é, na verdade, o centro da discussão pública mais informada.

Em Portugal, é útil sublinhar este facto: o castelhano não é proibido em nenhuma escola nem está ausente da educação de nenhuma criança espanhola. As crianças das regiões bilingues, longe de aprenderem menos uma língua, aprendem mais uma língua que os alunos das regiões monolingues. Um catalão aprende castelhano, catalão, inglês. Um madrileno aprende castelhano e inglês.

3.6. "Estas línguas são demonstração de provincianismo. Porque insistem nelas?"

Ninguém acusa os dinamarqueses de provincianismo por aprenderem e ensinarem a sua língua. Também ninguém nos acusa a nós, portugueses, de tal crime, pelo menos por motivos linguísticos (e não é pela nossa capacidade de comunicar com outros povos de língua por-

tuguesa). Muitos povos da Europa falam línguas com muito menos milhões de falantes que o castelhano e ninguém se importa com isso. Esses povos aprendem, claro, outras línguas – exactamente o que acontece com os falantes de basco, galego e catalão.

A acusação de provincianismo é sintoma de como as línguas escolhidas pelos Estados são vistas como legítimas e dignas de protecção e as outras como algo a eliminar.

3.7. "Estas línguas são apenas armas de arremesso político."

É verdade: as línguas podem servir de arma política. No entanto, não nos podemos esquecer que a política lida com a comunidade e, assim, é natural que a língua seja objecto da luta política. Este facto não é exclusivo das línguas não castelhanas de Espanha.

Na sequência do desenvolvimento do nacionalismo político desde a Revolução Francesa, há uma ligação muito forte entre a ideia de Nação e a ideia de uma língua nacional. Desta forma, os nacionalismos periféricos dão uma importância particular à língua enquanto marca de identidade. No entanto, tal fenómeno não é exclusivo destes nacionalismos; o próprio castelhano é central na visão nacionalista espanhola, tal como o português é considerado uma peça fundamental do nacionalismo português.

Em Portugal, tende-se a identificar a defesa das línguas não castelhanas com correntes particulares, muitas vezes em polémicas políticas de baixa intensidade que servem de eco das posições dos partidos correspondentes em Espanha; a esquerda tende a simpatizar com estas línguas e a direita a rejeitá-las. É necessário sublinhar que, em cada uma das sociedades que usam línguas não castelhanas em Espanha, o uso da língua e a sua defesa não é exclusiva de nenhuma inclinação política particular.

Foram sete os enganos que identifiquei, como descrição de uma visão monolingualista de Espanha, que paira ainda na consciência linguística dos portugueses. Não foi uma descrição exaustiva e teve necessariamente de basear-se no conhecimento que advém de discussões e conversas ao longo das últimas décadas. A verdade é que esta visão se alimenta também da indiferença – e há ainda a considerar um fenómeno que também ocorre com outras atitudes culturais: há a vaga impres-

são de que não é socialmente aceitável, nos dias de hoje, desprezar estas línguas; desta forma, a imagem negativa que se tem delas tende a esconder-se e a não declarar-se publicamente. Também por isso, decidi escrever mais que uma descrição da visão das línguas de Espanha, um ensaio sobre como nos desenganarmos.

3.8. E o castelhano?

Apesar da maior atenção dada às *outras línguas* de Espanha, não quero terminar sem algumas palavras sobre a imagem do castelhano em Portugal.

Em 2022, realizei um inquérito sobre a imagem de várias línguas entre os portugueses (Neves, 2022). Os resultados permitem ter uma visão geral da imagem que os portugueses têm do castelhano. Como vemos, destaca-se a facilidade pela positiva e a beleza pela negativa. O castelhano, aos ouvidos portugueses, tende a parecer fácil de compreender, mas pouco belo, pelo menos em comparação com outras línguas de prestígio internacional (só o alemão é considerado menos belo). Tem, ainda assim, uma avaliação positiva em todos os factores.

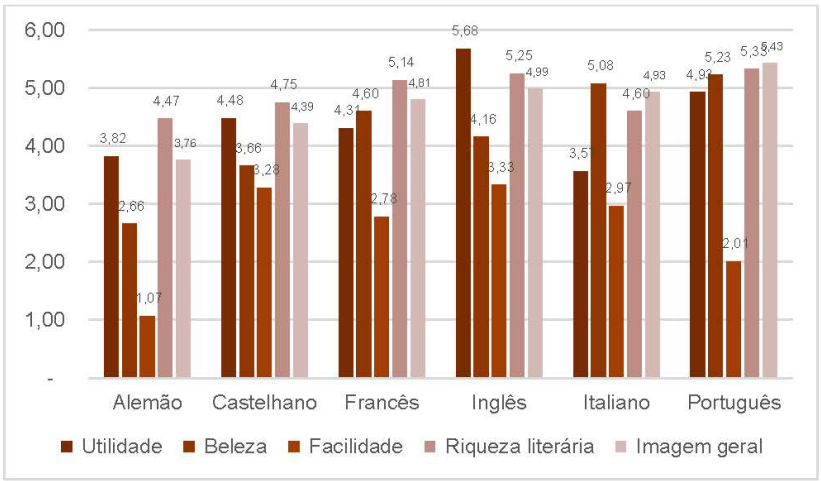


Figura 1 - Imagem de cinco línguas estrangeiras e do português em Portugal

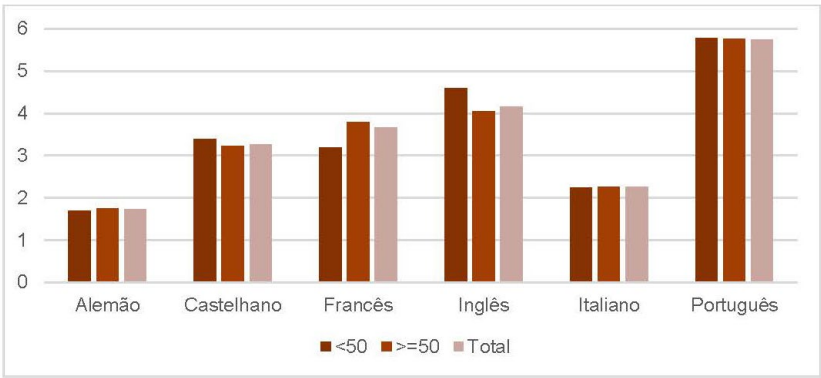


Figura 2 - Grau de conhecimento de várias línguas estrangeiras em Portugal

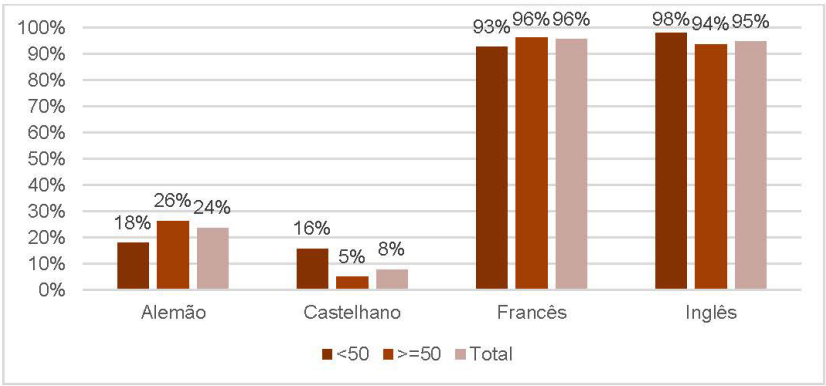


Figura 3 - Percentagem de inquiridos que aprenderam várias línguas na escola

Note-se que o castelhano e o inglês são as únicas duas línguas com notas positivas em todos os factores.

No que toca à utilidade, o castelhano fica em terceiro lugar, atrás do inglês (em primeiro) e do português (em segundo).

Quanto à beleza, o castelhano fica em penúltimo, embora com nota positiva. Podemos aduzir uma hipótese: a proximidade do castelhano ao português leva a uma percepção de menor beleza, por aplicação do que podemos chamar *falácia da distorção*: as línguas próximas parecem-nos distorções da nossa própria língua.

Em relação à facilidade, o castelhano fica em segundo lugar, atrás do inglês – e bem à frente do português, o que se poderá explicar por uma interpretação diferente do termo *facilidade* aplicado à língua materna e às línguas estrangeiras. Em relação ao português, a *facilidade* é entendida num quadro global de comparação entre línguas, em que o português tende a ser visto, pelos seus próprios falantes, como particularmente difícil.

No que toca à riqueza literária, o castelhano fica à frente do alemão e do italiano, mas atrás do francês, do inglês e do português – o que poderá ser explicado pelo maior conhecimento, entre os portugueses, de grandes nomes das literaturas castelhana, inglesa, francesa e portuguesa.

Na imagem geral, o castelhano fica em penúltimo lugar, à frente do alemão. Sem querer ler demasiado em resultados de um inquérito limitado, e apenas como hipótese, podemos ver nesta resposta um reflexo da perspectiva histórica portuguesa perante os povos associados às línguas em questão. Espanha aparece como o adversário histórico e a Alemanha como o vilão das guerras novecentistas. A França e a Inglaterra são, por outro lado, culturas de prestígio, a que podemos acrescentar a Itália, como cultura de prestígio cultural assinalável entre os portugueses.

Note-se que devemos deixar de lado qualquer ilusão de objectividade na análise das línguas por partes dos falantes. A avaliação que se faz de uma língua está absolutamente enviesada pela imagem dos povos, da História e da própria língua enquanto realidade social.

No inquérito referido, um outro dado relevante é o desfasamento entre o grau de conhecimento declarado pelos inquiridos e a falta de aprendizagem formal da língua, como podemos observar nos gráficos seguintes. As duas primeiras colunas em cada língua referem-se aos inquiridos com menos de 50 anos e com mais de 50 anos.

Note-se que os inquiridos declararam um grau de conhecimento do castelhano semelhante ao grau de conhecimento do francês. No entanto, a percentagem de inquiridos que declaram ter aprendido formalmente o francês é muito superior (perto dos 100%) à percentagem que declaram ter aprendido o castelhano (sempre inferior a 20%). Este desfasamento mostra-nos uma confiança talvez pouco realista nas competências de língua castelhana.

Note-se ainda que entre os inquiridos com mais de 50 anos e os inquiridos com mais de 50% a percentagem de estudo formal da língua passou de 5% para 16%, um crescimento muito significativo. No entanto, a avaliação do conhecimento da língua não mudou significativamente.

Em suma, o castelhano é uma língua pouco estudada (embora cada vez mais), mas aparentemente fácil. Não é, certamente, uma língua desconhecida – no sentido de sabermos da sua existência. Desconhecidas são as outras línguas de Espanha – e são-no devido à floresta de enganos em que nos enredámos nos últimos séculos.

No entanto, podemos argumentar que é uma língua desconhecida noutro sentido: a proximidade ao português acaba por esconder as suas características linguísticas; ou seja, os falantes compreendem castelhano principalmente com base no seu conhecimento de português, tentando usar a proximidade para entender a outra língua. Esta técnica é válida e usada desde sempre para a comunicação entre comunidades linguísticas próximas. No entanto, leva a que não haja um conhecimento suficientemente profundo para que se consiga compreender as diferenças em relação a outras línguas, levando a sistemáticas confusões entre línguas latinas ibéricas. Só o pouco conhecimento sobre o castelhano pode levar portugueses a confundi-lo com o catalão ou até com o galego.

Acrescento, como nota final, que o castelhano – denominado *espanhol* no nosso sistema de ensino – é hoje uma língua presente nas escolas portuguesas. O conhecimento dessa língua está a aumentar em Portugal, o que pode levar a um maior conhecimento das outras línguas de Espanha, pela simples razão de que será mais difícil confundi-las com o castelhano. Por outro lado, a aprendizagem formal da língua dá oportunidade a professores e instituições de ensino de transmitir uma visão mais completa da realidade linguística de Espanha.

4. Conclusão

Usei a imagem de um icebergue para descrever a visão monolinguista de Espanha existente em Portugal – é, como referi, um icebergue que está a derreter. Aliás, num inquérito que criei para um artigo anterior (Neves, 2021), tive como resultados uma maioria de inquiridos a reconhecer sem dificuldade o multilinguismo de Espanha.

No entanto, é verdade que a situação ainda está longe de ser a ideal. Em primeiro lugar, há outras modalidades linguísticas de Espanha que estão ainda por descobrir, algumas bem próximas de Portugal (por exemplo, o estremenho ou a fala). Por outro lado, é possível que esta multiplicação de línguas visíveis possa ter o efeito de retrair a atenção do português, que descai para a posição mais simples e confortável: em Espanha, fala-se espanhol.

Note-se ainda que, tal como o prestígio social das línguas não castelhanas de Espanha está garantido nas regiões onde são faladas, a sua associação ao combate político leva a um extremar da posição contrária. Um partido como o VOX defende um desinvestimento activo na promoção destas línguas. Sabendo-se a ligação do partido a organizações portuguesas, imagina-se que a posição contrária à promoção destas línguas venha a ter um maior eco em Portugal, como parte do combate político, sabendo-se como os partidos populistas e nacionalistas assumem as causas uns dos outros, num curioso *internacionalismo nacionalista*.

Falta responder a um outro argumento português, ou melhor, a outra perplexidade portuguesa perante as línguas de Espanha: por que razão nos há-de interessar o assunto? Ora, a resposta poderá começar por apontar a proximidade geográfica, que só aconselha um maior conhecimento sobre as línguas que aqui se falam à volta; depois, poderemos avançar pelo interesse que temos na História da nossa própria língua, que só se compreende integrada numa história mais alargada das línguas ibéricas e, claro, latinas (e não só); termine-se dizendo que Espanha e a sua diversidade, nem sempre bem vivida pelos próprios espanhóis, ajuda-nos a compreender o alcance da diversidade linguística enquanto habitantes de um país onde essa diversidade é particularmente mal compreendida. As línguas dos nossos vizinhos ajudam-nos a compreender melhor, no fundo, a linguagem humana e o mundo.

Referências bibliográficas

Faraco, C. A. (2019). *História do Português*. Parábola.

Grégoire, H. (1774). *Rapport sur la nécessité et les moyens d"anéantir les patois et d"universaliser l"usage de la langue française*. Convention nationale.

Moreno Cabrera, J. C. (2008). *El nacionalismo lingüístico*. Península.

Neves, M. (2021). O galego (in) visível. Inquérito sobre a visibilidade da Galiza e do galego em Portugal. In Pazos-Justo, C., Bota Vilar, M. X., & André, G. (eds.). *Galiza e(m) nós. Estudos para compreensão do relacionamento cultural galego-português* (pp. 191-212). HUMUS/CEHUM.

Neves, M. (2022). A imagem actual da língua alemã em Portugal: estudo comparativo. In L. Coelho (ed.), *Portugal-Alemanha: Convergências e Divergências* (pp. 262-278). Lisbon International Press.

Valente, V. P. (16 de Fevereiro de 2019). "Diário". *Público*.

Tavares, M. S. (10 de Setembro de 2017). "Crónica". *Expresso*.

DA(S) FRONTEIRA(S)

"Portugueses e espanhóis é igual… ou talvez não!": Narrativas sobre pertença, cultura e política em comunidades de fronteira*

Maria de Fátima Amante
(Universidade de Lisboa – ISCSP-CAPP)

1. Introdução

O capítulo visa explorar a produção de narrativas aprofundadas sobre pertença e identidade em zonas de fronteira. A fronteira luso-espanhola, uma parte fundamental da relação de poder na Península Ibérica, foi instrumental na construção dos estados ibéricos e das respetivas identidades nacionais. Na sua longa história, são identificáveis os vários modos como, ora separou, ora se constituiu como uma ponte entre os que viviam de um e de outro lado. Assim, neste capítulo proponho discutir o ajustamento imperfeito entre os limites políticos e culturais quando consideradas as comunidades e as pessoas que vivem nas zonas de fronteira, introduzindo o modo como experiências de um passado relativamente recente – décadas de 1950 a 1990 – desempenham um papel fundamental na produção de narrativas sobre si e sobre os seus vizinhos. Subscrevo nesta análise o valor há muito reconhecido às narrativas na abordagem de questões relacionadas à pertença e à construção de identidades pessoais e coletivas (De Fina, 2015), discutindo como as identidades são construídas, representadas e negociadas no âmbito da narrativa. O capítulo tem um conteúdo polifónico,

* O texto está parcialmente baseado num capítulo da tese de doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de Antropologia Cultural, *Fronteira e Identidade. Construção e representação identitárias na raia luso-espanhola*, defendida em 2005 e publicada em 2007 (Amante, 2007).

cruzando as vozes da autora com a dos sujeitos das narrativas e usa como recurso dois tipos de narrativa, a oral e a imagética.

Uma parte deste capítulo está baseado na investigação etnográfica. Realizei, entre 2001 e 2003, pesquisa etnográfica na zona raiana do concelho do Sabugal, que limita com a comarca de Ciudad Rodrigo, na província de Salamanca. Desde então, tenho voltado à raia, não a essa, apenas, mas a outras secções, sobretudo na zona Sul. Alguma reflexão, sobretudo a que respeita à memória e sua inscrição no espaço público, na segunda parte do capítulo, não foi ainda objeto de publicação.

Quando iniciei o trabalho de campo tinha passado uma década da "abertura da fronteira", como coloquialmente se colocou o fim das aduanas e do controlo de pessoas e produtos nas fronteiras internas da União Europeia (UE). Os estados ibéricos vinham de um longo período de "viver de costas voltadas", tendo iniciado maior aproximação através da adesão, em simultâneo, à então Comunidade Económica Europeia (CEE) no ano de 1986. Entraram no ano de 1992 num novo momento da geopolítica ibérica com o controlo da fronteira interna, terrestre, formalmente abolido. Iniciava-se, deste modo, sobretudo na narrativa produzida pelos Estados, um outro momento nas relações políticas na Península Ibérica: o tempo da cooperação transfronteiriça, algo visto na altura não só como positivo, mas absolutamente necessário, para "superar distanciamentos seculares, inverter as tendências isolacionistas do passado" (Campesino Fernández, 2000, p. 219) e eliminar a "síndrome da raia" (López Trigal, 2002). A fronteira luso-espanhola, importante marcador e símbolo de soberania territorial e política para ambos os Estados – talvez mais acutilante este sentido para o Estado português, por ser a sua única fronteira terrestre – passava a ser percebida no discurso político como um anacronismo, algo que impedia o desenvolvimento socioeconómico de zonas que são, reconhecidamente, e a vários níveis, tendencialmente deprimidas. Por outro lado, a *abertura* da fronteira antecipava para os responsáveis políticos um novo momento nas relações entre populações, isto é, a convicção de que, removido o obstáculo, se incrementariam os contactos entre portugueses e espanhóis e se tornariam mais fluídas as relações sociais através da fronteira.

Porém, quando em 2002 iniciei, de forma mais continuada, a estada na raia *desfronteirizada*, o que encontrei foi uma presença praticamente constante da fronteira. A liberdade de "poder ir e vir" – como ali se dizia –,

era desvalorizada face à importância que lhe era concedida como referencial de pertença e de identidade. Nas narrativas aprofundadas que ia recolhendo, constantemente se sublinhava, de modo assertivo, ou mais subtil, metaforicamente, o valor da fronteira e das experiências que ela tinha produzido. A fronteira tal como existiu no passado recente – fechada e militarizada – quotidianamente ignorada e tantas vezes transgredida pelas populações locais, permanecia o elo numa rede de relações que era transfronteiriça, e parte importante da memória coletiva, revelando-se, portanto, imprescindível. Desde logo, as subjetividades que no passado foram produzidas pela fronteira obstáculo – raianos, contrabandistas e emigrantes "a salto" – ainda constituíam o suporte narrativo da identidade nas comunidades, portuguesas e espanholas, onde foi realizada a investigação. Mais recentemente, vemos como nas zonas de fronteira, de norte a sul do país, o privilégio deste tipo de enunciação se reconfigura noutras narrativas, consubstanciadas em processos e práticas de patrimonialização da fronteira, tais como a musealização da emigração, da estatuária que reproduz nos espaços públicos os heróis de um certo modo de vida ligado à fronteira, agora também para consumo turístico, e das muitas rotas do contrabando que não só recuperam antigos caminhos através da fronteira, mas são palco duma *performance* da fronteira (Amante, 2010). A fronteira congrega, em torno de si, noções de diferenciação, face ao conjunto nacional, e de autenticidade, através de elementos que atestam um modo de vida particular. Esse modo de vida ficou no passado, mas é recorrentemente trazido ao presente. Em Alcoutim, na zona raiana algarvia, esse valor mnemónico tem sido colocado ao serviço do desenvolvimento local, na ligação com o turismo, e está gravado no espaço público. A patrimonialização do contrabando, através da estatuária que reproduz os protagonistas de um tempo e atividade – o contrabandista e o guarda-fiscal, e as falas de homens e mulheres envolvidos na atividade –, trazem o passado para o presente e fazem entrar o contrabando e a fronteira num novo registo.

2. Narrativas da identidade na raia Luso-Espanhola

Existe alargado consenso sobre a relação intrínseca entre a identidade e a narrativa (De Fina, 2015; Weedon, 2004). A complexidade de conceptualização da identidade contribui, certamente, para este reco-

nhecimento. Mas não só. Desde os anos de 1990 que nas ciências sociais se consolidou a ideia de que é através da narrativa, isto é, das "histórias que as pessoas contam sobre si próprias e sobre o seu mundo" (Rapport, 2000, p. 74) que a identidade é definida, negociada, e traduzida aos outros. A identidade, em linha com o pensamento do impactante Stuart Hall (1992) é, fundamentalmente, uma construção que, fazendo uso de diferentes temporalidades e com recurso à narrativa, confere sentido a classificações, posicionamentos e pertenças. As histórias de si e dos outros – na medida em que a identidade sempre se conceptualiza através da relação social – podem ser narradas oralmente ou *performatizadas*, isto é, encenadas e preparadas para uma audiência, interna, comunitária, ou externa, no âmbito dos processos de patrimonialização de que tem sido objeto a fronteira (Godinho, 2008; Silva, 2009; Amante 2016). Tornam-se parte de um pacote mais vasto referido como turismo de fronteira (Pereiro, 2010; Hernández-Ramiro, 2017). Sobre os processos de patrimonialização, observaram Renata Gonçalves e Izabel Tâmaso:

> Os valores patrimoniais dos sistemas locais são observados na articulação com afirmações de identidade, sentidos de pertencimento, como práticas culturais pelas quais se transmitem memórias e saberes coletivos, atravessados por relações de poder internas e externas aos grupos (2018, p. 459).

No caso em apreço, o passado recente e a fronteira enquanto artefacto em torno do qual se polarizaram as relações entre as comunidades locais e os Estados ibéricos, impôs-se de maneira incontestada nas narrativas sobre si e sobre os outros. A recolha de narrativas aprofundadas com as pessoas que à altura do trabalho de campo permaneciam nas aldeias e *pueblos* raianos – uma população envelhecida – transportam-nos para um tempo que perdura na memória coletiva como um tempo de dificuldades, de abandono pelo Estado – sobretudo no caso dos portugueses –, de comunitarismo, e duma agência nascida da necessidade. São narrativas que estão indexadas ao ato de recordar, à memória e à seletividade que os processos mnemónicos sempre envolvem (Connerton, 1999) destacando uns aspetos e escolhendo esquecer outros. A valorização da memória de grupos sociais, económica e politicamente desempoderados tem sido observada como estratégia de lhes

conceder voz. Nas zonas de fronteira, a vulnerabilidade política tem relação com a distância instituída entre o Estado a suas margens. Os raianos, dada a sua condição de interioridade e periferia, encontraram na produção de narrativas sobre si, e na patrimonialização da cultura local uma expressão de relevância que tem sido a opção de muitos agentes políticos locais nas zonas de fronteira luso-espanhola. Nelas encontram um palco para uma retroalimentação da identidade com recurso à memória.

Nas narrativas produzidas, tornava-se por demais evidente que a identificação e os sentidos de pertença gravitavam em torno de experiências partilhadas, inegavelmente ligadas à circunstância de viver junto da fronteira e *na* fronteira. Isto é conforme ao observado por Pablo Vila (2000) defensor do recurso à narrativa, à interpelação e às metáforas como forma de aceder ao entendimento que cada um tem de si próprio e dos outros: "Acredito que as pessoas só conferem sentido a si próprias e aos 'outros' em termos puramente categoriais e metafóricos e utilizam amplamente o discurso e as taxonomias para descrever atitudes e comportamentos" (Vila, 2000, p. 235).

Que categorias e que metáforas foram invocadas e se constituíram como recurso nas narrativas identitárias na raia luso-espanhola? Afinal, quem são e como são os raianos? "Isto de ser raiano tem as suas coisas", referiu um dos meus entrevistados; que "coisas" são essas?



Figura 1. Mural do Contrabando em Alcoutim. Fonte: Fotografia da autora.

A frase na Figura 1, que ilustra a capa do livro *Contrabando, delito mas não pecado*, da autoria de Manuel Leal Freire, natural da Bismula, concelho do Sabugal, inscrita no espaço público da vila raiana de Alcoutim, condensa para os meus interlocutores o significado do "ser raiano", isto é, essa condição de viver entre dois países, com um pé cá e outro lá, de ser parte de um sistema económico informal, em total oposição à lógica do Estado. O contrabando era, por isso, a categoria mais invocada e em torno dele se estruturava a narrativa identitária dos raianos. É através desta prática económica, que abriu para outras ligações, sociais e familiares, que caracterizou extensivamente toda a linha de fronteira luso-espanhola até ao final dos anos de 1970, produzindo uma espécie de narrativa fixa, como lhe chamou Luís Cunha (2010), que primeiramente se pensavam as pessoas que vivem na raia. Cabe recordar que na entrada do milénio, quando decorreu o trabalho de campo, há três décadas esta prática económica tal como narrada não marcava o quotidiano da vida nas comunidades raianas. Mas ela permaneceu nas suas mentes como um traço distintivo, portanto um recurso fácil quando foram chamados a falar de si e dos seus vizinhos. A dimensão geográfica da designação, *raiano*, é importante; raianos são as pessoas que vivem na raia, porém, no ato de *falar da* raia e dos raianos, encontrei uma leitura bastante mais restrita sobre quem pode ser considerado raiano. Essa classificação era reservada aos que existiam encostados à linha de fronteira, nas "aldeias com espelho" (Pais de Brito, 1995) e posteriormente densificada através da adição da prática do contrabando de "pequenas coisas", ou de sobrevivência, estabelecendo ligação com a identidade. Desse modo, a relação construída no passado, a propósito do contrabando, funciona como o gatilho que sustenta as narrativas da identidade,

> A vida na raia, quando eu era mais nova, já o meu marido estava na França, a gente era da Espanha que se governava (…) a gente ganhava um dinheirito. Era o café, o leite e o pão. O café era mais às Casilhas [de Flores] e o pão a Albergaria [de Argañán], que era mais perto. Era todos os dias nisto, às vezes íamos lá duas vezes à Espanha, e até três. (Mulher, Forcalhos, Sabugal).

Esta experiência de uma mulher dos Forcalhos, no concelho do Sabugal (Beira Interior Norte), coincide com a de outras, noutros pontos da raia, com idêntico valor na narrativa. A sul, na raia húmida, em

Alcoutim, o contrabando construiu igual relação com os vizinhos de Sanlúcar de Guadiana. Ela está, atualmente, disponibilizada para consumo dos que aí vivem e dos que visitam a vila. Esta opção dos poderes públicos locais é parte de um processo de seleção e "emblematização" (Godinho, 2008) de dimensões da vida social que, pelo significado que lhes é atribuído, não apenas socialmente, mas politicamente, são objeto de patrimonialização.



Figura 2. Mural do Contrabando em Alcoutim. Fonte: Fotografia da autora.

As narrativas identitárias, enquanto construções, adquirem especial relevância no momento de pensar o outro, neste caso, os vizinhos que vivem do outro lado da fronteira. Estão sustentadas pela proximidade das experiências quotidianas que teceram uma rede de interconhecimento e de relações sociais que é amplamente manipulada, ora polarizando a identidade, ora ignorando a fronteira e escolhendo pensar-se como se ela não existisse.

> En absoluto, yo creo que las diferencias son mínimas, son las diferencias que han venido dadas por la cultura, y han venido dadas por los condicionantes políticos, pero las personas son idénticas. Nos aproxima la cultura local, la problemática de nuestras tierras, la historia y la realidad. Aquí nos aproximan más cosas a Portugal, en muchos casos, que a España (Homem, Navasfrías, Ciudad Rodrigo)

Esta ideia da cultura local, raiana, diferente da dos conjuntos nacionais foi definida pelo antropólogo Luis Uriarte como *cultura de fronteira*:

> A cultura de fronteira na área raiana (com fronteira) caracteriza-se por uma fluida permeabilidade sociocultural que estrutura uma forte interdependência simétrica entre os povos fixados de um e de outro lado da raia, em toda a sua largura e extensão. O fluxo sistemático – contrabando económico, demográfico (…) linguístico e cultural característico da cultura de fronteira requer relações de complementaridade e interdependência. Esta complementaridade e interdependência são possíveis porque as populações da área raiana partilham um código cultural mutuamente inteligível. (Uriarte, 1996, pp. 26-27).

O código mutuamente inteligível, que ignora a divisão política construída pelos Estados, encontra eco nas palavras dos meus interlocutores que, frequentemente, reproduziam uma certa comunalidade de costumes: "Portugueses e Espanhóis, é igual…". Foi essa convivência do passado, a proximidade geográfica e o negócio do contrabando que mantém nos portugueses mais idosos que vivem na raia, o recurso a interjeições como "*Bueno*", para iniciarem uma frase, ou a usarem palavras emprestadas da língua dos seus vizinhos, por exemplo, "os Portugueses eram mais *listos* para o negócio", quer dizer, mais espertos. Esta hibridez, mais acentuada do lado português que do lado espanhol, é a marca que ficou de um passado comum. Pese embora se mantenha nas aldeias raianas a presença e circulação dos vizinhos dos *pueblos* espanhóis, ela tem distintas motivações e é, atualmente, mais esporádica, acontece nos dias dos mercados mensais, para frequência dos cafés e espaços de restauração. De uma certa maneira, mantêm um prosseguimento do dito "*aqui, vivemos com eles toda a vida"*, referindo-se à estreita colaboração através da fronteira, que decorria do facto de "*terem preciso uns dos outros"*. Ainda assim, a vasta rede de contactos do passado permanece mais diluída no presente. Há uma questão geracional que não pode ser ignorada.

Narrando-se como "gente do contrabando", essa prática emerge na oralidade, de forma relativamente seletiva, como contrabando de sobrevivência, deixando um pouco à margem da narrativa "*as coisas grandes*", como eufemisticamente se referem ao volumoso contrabando

de volfrâmio ou de café, negócios que movimentaram elevando capital, económico e humano, na raia do Sabugal. Porque o fluxo de produtos e capitais através da fronteira luso-espanhola, legais ou de contrabando, numa e noutra direção, constituíram, desde tempos antigos, a coluna vertebral que sustinha e articulava a economia regional e a identidade raiana (Uriarte,1994, p. 57), uma economia tida pelo Estado como paralela, mas como a única possível pelos locais, dada a ausência de outras perspetivas para maioria, assume um protagonismo que mantém uma conceção da fronteira como um recurso, e não exatamente como uma linha de separação.

Ser contrabandista, ou "ter andado ao contrabando", incorpora uma serie de valorações e significados que ainda jogam um importante papel nas narrativas identitárias na raia. Uma das mais interessante é a sua valorização como *economia moral*, em que a prática é avaliada, simultaneamente, como um sistema de valores económicos e como um sistema de valores morais, onde, "mais do que regras económicas, são princípios de vida boa, justiça, dignidade, respeito" (Fassin, 2019, p. 33) o que está em apreço.

> Vivia-se muito mal. Quem quisesse trabalhar, só ir à Espanha com um litrinho de azeite, já não passava fome, agora quem não quisesse, não havia nada, era só uma batatinha que se colhia… (Mulher, Foios, Sabugal)
>
> Há certos sítios em que, falar de contrabando, pensam que é roubar. Nós temos uma comadre em Coimbra que, ao princípio, pensava, quando falava dos arraianos, que eram ladrões porque andavam ao contrabando. (Mulher, Aldeia da Ponte, Sabugal)

Contrabando e contrabandistas ficam, assim, socialmente legitimados. A ausência do Estado é uma base para essa legitimação na medida em criou um espaço de atuação que foi ocupado pelos membros da comunidade, através da utilização da fronteira como recurso. Nessa utilização, a manipulação, as vigilâncias constroem "*os filhos da arte*", isto é, os que conseguem manter-se, iludindo os agentes do Estado que patrulham a fronteira.



Figura 3. Mural do Contrabando em Alcoutim. Fonte: Fotografia da autora.

Em análise anterior explorei o modo como o contrabando, a par de outras práticas como a emigração *"a salto"* para França, são percebidos pelos que neles tomaram parte como uma inevitabilidade: "A ditadura tratava de nos apinhar o mais 'posible'. Nós é que fomos o cão que partimos a corrente, e saltámos fora…" (Amante, 2007, p. 205).

> O contrabando representou a reação dos raianos ao isolamento a que estiveram votados durante a maior parte da sua vida e também uma estratégia local de contorno do poder central. O Estado é para os raianos uma entidade perfeitamente abstrata e profundamente distante, não lhe reconhecem nenhuma capacidade de intervenção na sua vida nem méritos no seu próprio sucesso, assumindo que tradicionalmente houve uma divergência entre a retórica de fronteira difundida pelo Estado e aquela que é a realidade da vida na fronteira, destacando[-se] sempre uma assimetria entre os interesses do Estado e os interesses locais (Amante, 2007, p. 137).

A presença do Estado na raia, materiazizada nos postos da Guarda Fiscal disseminados pelas aldeias, e na vigilância das patrulhas na serra,

produziu protagonistas de um tempo: contrabandistas e guardas. A dinâmica das relações entre estes personagens no passado é ainda o que confere sentido a algumas tensões que, subliminarmente, se manifestam no presente. O passado, e a resiliência das comunidades nesse tempo, alimentam a memória coletiva e mantêm-se relevantes na construção da identidade, através da autoidentificação com recurso a características como coragem, valentia, arrojo. Identifica-se, assim, uma forte interdependência entre a fronteira e o que ela permitiu, e com o modo como o Estado se posicionou, primeiro como ausente e depois, como repressor. A identidade local, raiana, particularmente no caso dos vizinhos portugueses, dependeu muito dessa dinâmica, está sustentada numa assimetria de poder e é daí que emergem os sentidos de comunalidade ou de diferença que encontram entre si e os seus vizinhos espanhóis.

> Yo creo que entonces, en Portugal vivían peor, porque incluso se veían en el invierno las personas que venían descalzas con nieve, antes igual cabía un metro de nieve. Creo que en todas las naciones ahora se vive mejor (Homem, La Alberguería de Argañán, Ciudad Rodrigo).

As narrativas identitárias, entendidas como construções, ganham sentido no recurso à memória que permite, ainda, a articulação de experiências de um quotidiano, agora mais distante. O que sobressai desse quotidiano e permite que se pensem, e aos outros, com recurso a determinadas classificações e categorizações, é o contrabando, a cultura e a política, neste caso, mais precisamente, o Estado e a sua ação. Não apesar da fronteira, mas por causa dela, são as relações tecidas pela necessidade que, simultaneamente, aproximam e permitem distinguir:

> A colaboração entre nós e eles, nestas terras vizinhas, viveu-se sempre, porque não eramos só nós que íamos lá, eles também vinham cá. Tanta falta de dinheiro tinham eles como nós, que eram pobres igual que nós. (Homem, Foios, Sabugal)

É o contrabando, ainda, o que permite distinguir as mulheres portuguesas e espanholas na raia, o facto de as primeiras atuarem, frequentemente, como contrabandistas e as segundas não o fazerem.

> As espanholas não andavam para cá a trazer cântaros de leite, nem a trabalhar como nós. Sempre viveram melhor. A Espanha é mais rica. Quando foi a guerra, ainda aí vieram umas espanholas, mas poucas, vinham aos comércios, comprar café. Mas não vinham muito, as espanholas não saiam de lá. (Mulher, Forcalhos, Sabugal)

A generalização contida nesta fala – abusiva, como são todas as generalizações – encontra equivalência na narrativa dos vizinhos espanhóis que avaliam criticamente o modo como nas aldeias portuguesas é frequente que pessoas, mesmo com idade avançada, inclusive, as mulheres, trabalhem nos campos. Na sua leitura, tal justifica-se pela diferença entre o Estado Social português e o espanhol no momento de compensar depois de terminada a vida ativa. São, por isso, percebidos pelos vizinhos como sendo mais pobres, e o país, menos desenvolvido. Há nesta interpretação uma simetria entre portugueses e espanhóis. Também para os vizinhos portugueses, a sua situação é narrada como mais desfavorável e a responsabilidade dessa condição é assacada ao Estado português. Esta situação conheceu alteração durante a guerra civil espanhola. Pese embora o impacto que teve nas comunidades fronteiriças de ambos os lados da fronteira, com escassez de produtos que alimentavam o contrabando, simbolicamente, funcionou como um nivelador da vida na raia:

> Permitiu que os espanhóis sentissem que precisavam tanto, ou mais, dos vizinhos portugueses quanto estes sempre haviam precisado deles e que, da mesma forma, permitiu aos raianos portugueses sentirem que agora eram os espanhóis que tinham que vir às aldeias portuguesas tanto ou mais do que eles sempre tinham ido aos *pueblos* levar e buscar contrabando (Amante, 2007, p. 251).

É ainda o *negócio* – como por vezes referem o contrabando que envolvia volumes de produto e capital maiores – que é simultaneamente responsável pelas relações de amizade que hoje se mantém, e pelo rótulo de *falsidade* que apontam aos vizinhos:

> Há de tudo, mas são mais falsos que os portugueses. Se o contrabando era português e ia exportado para a Espanha, os portugueses, tínhamos que lhes dar o produto fiado e só depois de eles o venderem e de organizarem a vida é que o pagavam. Se a gente

> ia lá buscar – era geralmente à raia que no lo entregavam – tínhamos que o pagar no ato da entrega, sempre, sempre era assim. (Homem, Lageosa da Raia, Sabugal)

É interessante verificar que os próprios raianos espanhóis se reveem nesta representação: alguns entrevistados em Casillas de Flores referiram insistentemente que "Los portugueses son muy fiados, en eso somos peores nosotros" (Amante, 2007, p. 153). É o passado e a ligação ao contrabando que sustentam as representações dos vizinhos. Uma das mais reiteradas narrativas de caracterização da relação através da fronteira, é a de se tratar de uma relação de irmãos, mas "*mal irmanados*", com os espanhóis descritos como "sentindo-se superiores". Uma assimetria de poder é identificável entre os que vivem de um e do outro lado da fronteira que, com frequência, se justifica através da "diferença entre Portugal e a Espanha". As populações raianas de Navasfrías, Casillas de Flores e de La Alberguería de Argañán habituaram-se a ver os vizinhos, homens, mulheres e crianças arrastados através da fronteira, de dia e de noite, a verem como tinham que recorrer aos seus *pueblos* para consultarem um médico ou adquirirem medicamentos, como os rapazes das aldeias portuguesas não frequentavam a escola e trabalhavam como pastores nas *fincas* espanholas desde tenra idade. Culturalmente, dizem, "los portugueses *han ido mucho con lo de la iglesia*".

> Es una lástima que unos pueblos tan grandes como Aldeia da Ponte, Alfaiates, carezcan de una farmacia, de un médico, que es una cosa que la salud está tirada por el suelo. Entonces, ahí hay una variación entre Portugal y España. Yo ya recuerdo que cuando era pequeña – mira que tengo 64 años – el gobierno pagaba a los padres, aunque fuera poco, para ayudar a criar sus hijos. En Portugal, no sé si hoy lo hacen. (Mulher, La Alberguería de Argañán, Ciudad Rodrigo)

Tudo isto criou nos raianos espanhóis a conceção de partilharem espaços e modos de vida com vizinhos cujas possibilidades económicas e sociais foram no passado muito diferentes, resultado da existência ou ausência de apoio do Estado. Essa diferença narrada atua como uma fronteira simbólica, que persiste.

3. Identidade e memória no espaço público

Nesta secção abordo outras narrativas, as patrimoniais, através do caso de Alcoutim e de como a relevância do contrabando na memória coletiva e identitária se inscreveram no espaço público, gravando em pedra a memória de um tempo e de um modo de vida. Porque tem um reconhecimento importante na forma como as comunidades raianas se pensam, a fronteira e o contrabando têm sido, um pouco por toda a linha da raia, objeto de uma intensa patrimonialização (Godinho, 2008; Silva, 2009; Pereiro, 2010). O reconhecimento do seu valor identitário tem levado a que os poderes públicos locais – autarquias e associações de desenvolvimento local – criem estratégias nesse sentido, inscrevendo as práticas relacionadas à fronteira no domínio do património cultural imaterial. Entre estas iniciativas contam-se a reativação de antigos caminhos de contrabandistas, reconfigurados como Rotas do Contrabando, para consumo local, reafirmando autenticidade e identidade, e como estratégia de desenvolvimento local, apelando ao turismo (Godinho, 2008; Amante, 2010; 2016). A edificação dos vários Museus do Contrabando – de um e do outro lado da fronteira –, cuja poética expositiva recupera, por vezes de um modo estático, esta prática, constituem também uma estratégia comum de patrimonialização da fronteira e do contrabando.

O património, associado à preservação (Anderson & Prokkola, 2021) mantém-se como uma estratégia privilegiada na recuperação do passado e de um conjunto de práticas e sentidos que lhe são associados e inseparáveis da maneira como os que vivem em zonas de fronteira se pensam. A investigação aos processos de patrimonialização concede "a possibilidade de estudar como os grupos fazem e valorizam os seus lugares de memória coletiva" (Gonçalves & Tâmaso, 2018) e, a partir daí, perceber como elementos tangíveis e intangíveis do passado se reconstroem, com novos usos, significados e protagonistas.

David Lowenthal defendeu que o património é criado para domesticar o passado, para o esclarecer, para lhe conferir propósitos que, sendo do presente, se alinham nas virtudes dos antepassados. Tudo isso sugere conhecimento – real ou suposto – do passado e um processo de seleção que permita identificar as características que melhor servem propósitos do presente. O património é uma construção social (Prats, 1997) e a patrimonialização um recurso político recorrente para a

produção de uma narrativa identitária repleta de um conjunto bastante diversificado de símbolos culturais.

Numa perspetiva construtivista, é habitualmente pensado como sendo todas as formas e meios através dos quais, de forma muito seletiva, artefactos materiais do passado, paisagens naturais, mitologias, memórias e tradições se tornam recursos culturais, políticos económicos no presente (Graham & Howard, 2008, p. 2).

A ligação entre o património e a identidade tem merecido destaque, seja no estabelecimento de uma relação intrínseca (Peralta, 2000), evidenciando a sua complexidade (Anico & Peralta, 2008) seja na necessidade de uma abordagem crítica desta simbiose na medida em que "nem todo o património cria identidade, nem toda a identidade dá origem a um património" (Peixoto, 2004, p. 183). Por outro lado, é também habitual que se sublinhe a ligação entre patrimonialização e o desenvolvimento económico e social local (Prats, 2003; Amante, 2016).

As zonas de fronteira luso-espanhola mantêm na maior parte da sua extensão, o perfil de zonas de fraco desenvolvimento socioeconómico, maioritariamente rurais e com uma população envelhecida. Alcoutim, encaixa neste perfil: "Em 2018, Alcoutim foi o município com maior proporção de idosos de Portugal, contando-se 95 idosos por 100 pessoas em idade ativa, valores que quase se igualam" (Censo Alcoutim, 2018 citado por Silva & Dani, 2019). Nestes casos, a valorização de recursos locais, como estratégia que permita, através do turismo, de algum modo, inverter ou tão somente minorar estes quadros depressivos, tem sido uma opção. Sem surpresa, a fronteira surge como um recurso que individualiza este concelho e a vila, diferenciando-os do outro Algarve, o litoral, fortemente turistificado. Alcoutim, como a generalidade das vilas e aldeias do interior de Portugal, mantém uma forte esperança no turismo como estratégia de desenvolvimento local. A autarquia local promove na sua página oficial, um "turismo de fronteira" divulgado através do slogan "Dois Países, um destino". A fronteira e o posicionamento de Sanlúcar de Guadiana do lado oposto, constituem o espaço para encontrar "uma ponte de partilha, que já se enraizou na natureza, nas suas gentes, tradições e costumes" (https://turismodefronteira.alcoutim.pt/). O emblemático *Festival do Contrabando*, que liga, fisicamente, Alcoutim e Sanlúcar de Guadiana, através de uma passagem pedonal sobre o rio, é promovido pela autarquia

local como uma estratégia que permite combater a sazonalidade do turismo no Algarve e como homenagem a todos os que desenvolveram a atividade como estratégia de sobrevivência.

Estas considerações conduzem a reflexão sobre o modo como em Alcoutim, que tem um vasto património natural e cultural, "todos los bienes del patrimonio cultural se impregnan de la idea de frontera" (Hernádez-Ramírez, 2017, p. 398), de como isso configura novos usos do passado e da memória e permite manter a fronteira bem presente no quotidiano das populações que aí residem. Expressões de fronteira e de um certo tipo de vida na fronteira, ganharam um lugar fixo no espaço público através do recurso a uma outra narrativa, as "novas iconografias" (Hernández-Ramírez, 2017): edificação da estatuária e de um mural do contrabando. A estatuária que homenageia o contrabandista tem sido uma das formas privilegiadas de trazer de volta o passado da raia e uma opção relativamente comum de entidades portuguesas (Cevide no concelho de Melgaço) e espanholas (El Granado, La Codosera, Eljas) para valorização de elementos e símbolos comunitários. Em Alcoutim, as estátuas, separadas por algumas dezenas de metros, exibem uma narrativa, cujos significados são múltiplos. Por um lado,

> La imagen, que equipara a dos sujetos antagónicos, implica una relectura del pasado en la que el pobre y marginal contrabandista y el otrora despreciado y temido guardia fiscal son glorificados. Ambos son sujetos de especial admiración: del primero se subraya su valentía y astucia; del segundo su perseverancia y tenacidad. Contempladas como conjunto, las dos imágenes idealizan un pasado fronterizo de encuentros, dificultades y conflictos entre las vecindades colindantes y de éstas con el poder de los estados. (Hernández-Ramírez, 2017, p. 401)

Por outro lado, e porque colocados como um *cartão de identidade*, exibem artisticamente como querem ser pensados. A narrativa de pedra mimetiza a da oralidade, mantendo os registos paralelos e igualmente seletivos. O caso da patrimonialização da fronteira em Alcoutim torna-se mais singular pela concentração de uma maior diversidade de expressões alusivas ao contrabando. À representação simbólica da prática do contrabando, através de duas estatuas à beira do Guadiana – a fronteira –, o contrabandista e o guarda-fiscal, juntou-se, mais

recentemente, uma peça do artista Bordalo II, que criou uma lontra. Numa das apresentações desta obra, o responsável pela autarquia fez o seu enquadramento sublinhando a valorização identitária:

> Vamos criar uma obra de arte que está conotada com o contrabando, com o artista Bordalo II, que nos fez aqui uma peça que irá ser montada junto ao cais sul de Alcoutim, que é uma lontra, uma peça gigantesca, que tem este animal como conotação figurativa relativamente ao que é o contrabandista, porque tem uma capacidade par se camuflar e vive na água e no rio, que era o meio por onde esta atividade ilegal se realizava (Osvaldo Gonçalves, Presidente da autarquia em declarações à Agência Lusa, 6 de novembro de 2020).

Esta peça artística, inaugurada em 2020, partilha o espaço com a estátua que imortaliza o pescador e a relação da comunidade com o rio e a fronteira, o contrabandista e o guarda-fiscal. Se no caso da estátua do contrabandista, com o seu saco carregado e ar furtivo, e do guarda-fiscal, em posição de vigilância, o poder comunicacional das figuras é imediato, no caso da lontra, requere clarificação, já que ela funciona como um signo cultural partilhado apenas entre os locais.



Figura 4. Lontra, peça artística de Bordalo II em Alcoutim. Fonte: Fotografia da autora.

De forma mais explícita, as narrativas dos protagonistas do contrabando têm em Alcoutim um mural que as reproduz. Algumas ilustram este texto (Figuras 1 a 4). Tal como as narrativas dos meus interlocutores na raia do Sabugal, mantém-se a opção de homenagear um certo tipo de contrabando e de contrabandista: o contrabando de sobrevivência e o contrabandista-herói que através da sua arte consegue impor-se ao Estado, iludindo as forças policiais e atravessar o rio. A romantização do contrabandista, oportunamente observada (Amante, 2007; Cunha, 2010) é uma das opções nas narrativas da identidade que os antigos contrabandistas nos trazem e que, como se percebe, é seguida noutras formatos pelos poderes políticos locais com múltiplos objetivos.

> Las estatuas, las rutas, las conferencias o los libros tratan de ser antídotos contra el olvido, pero sobre todo comunican que hoy se ha superado un pasado dominado por la penuria y falta de libertad. No es una exaltación del pasado, sino un elogio del presente. (Hernández-Ramírez, 2017, p. 402).

Enquanto parte da memória e da cultura imaterial raiana é a possibilidade concreta de lhe renovar o uso, isto é, se é consensualmente descrito e valorizado como um modo de vida que caracterizou, genericamente, as zonas raianas, percebemos que, no presente, ambiciona manter relevância, não só do ponto de vista da identidade, mas até de um ponto de vista económico, através da ligação no turismo.

4. Comentário final

Tal como no passado, a fronteira mantém-se um importante recurso. Não foi eliminada, antes reconfigurada no seu valor. Na raia luso-espanhola, como noutras fronteiras, assiste-se a uma transformação da fronteira – de fronteiras políticas a fronteiras culturais e simbólicas que rememoram tempos, práticas e relações que se mantém importantes no modo como pessoas e comunidades se pensam e como pensam os outros. Mais recentemente, a patrimonialização da fronteira surge como narrativa promovida pela vontade e ação dos políticos locais. A relevância da fronteira luso-espanhola como referencial identitário é a chave para pensarmos a intensidade dos processos de patrimonializa-

ção de que tem sido alvo, bem como a possibilidade de gerir uma certa narrativa de si. Ser raiano não é apenas viver na periferia. É mais do que isso. As implicações dessa condição têm maior ligação com pessoas, negócios, parcerias, dramas familiares, dificuldades e superação. Também têm que ver com solidariedade e, portanto, com afetos. A ação política que se concretiza na intensa patrimonialização da fronteira evidência o compromisso entre o poder político, a tradição comunitária e o valor identitário conferido à singularidade dessa tradição. A ativação da fronteira e do contrabando como recursos patrimoniais tem, como acontece frequentemente nos patrimónios locais, uma dimensão biográfica e de memória coletiva (Prats, 2003), isto é, definem-se pelo significado que lhes é atribuído, portanto, a sua valorização está diretamente relacionada à identidade local e à história da vida na raia.

Referências bibliográficas

Anderson, D. & Prokkola, E-K. (2021). Heritage as bordering: heritage making, ontological struggles and the politics of memory in the Croatian and Finnish borderlands. *Journal of Borderland Studies*, 36 (3), 405-424.

Amante, M. F. (2007). *Fronteira e identidade. Construção e representação identitárias na raia luso-espanhola*. Lisboa: ISCSP.

Amante, M. F. (2010). Local discursive strategies for the cultural construction of the border. The case of the Portuguese-Spanish border. *Journal of Borderland Studies*, 25 (1), 99-114.

Amante, M. F. (2016). Patrimonialização, políticas da identidade e desenvolvimento na raia do Sabugal. In Trillo, J. M. & Pires, I. (eds.): *Fronteras en la investigació peninsular: temáticas y enfoques contemporáneos/Fronteiras na investigação peninsular: temáticas e abordagens contemporâneas* (pp. 183--196). Servicio de Públicacións e Intercambio Científico da Universidade de Santiago de Compostela.

Anico, M., & Peralta, E. (eds.). (2008). *Heritage and identity: Engagement and demission in the contemporary world*. Routledge.

Campesino Fernández, A. J. (2000). La cooperacion transfronteriza en la raya lusa-extremeña. In López Trigal, L. & Guichard, F. (coord): *La frontera hispano-portuguesa: nuevo espacio de atraccion y cooperacion* (pp. 219--227). Fundação Rei Afonso Henriques.

Connerton, P. (1999). *Como as sociedades recordam*. Celta.

Cunha, L. (2010). A memória como património: da narrativa à imagem. In Mármol, C. d.; Frigolé, J. & Norotzky, S. (eds.), *Los Lindes del Património. Consumo y Valores del Pasado* (pp. 235-249). Icaria.

De Fina, (2015). Narrative and identities. In De Fina, Anna & Georgakopoulou, Alexandra (eds), *The handbook of Narrative Analysis* (p. 351-368). Wiley Blackwell.

Fassin, D. (2019). As economias morais revisitadas. (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). *RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 18 (53), 27-54.

Freire, M. L. (S/d). *Contrabando, delito, mas não pecado*. Instituto S. Miguel.

Godinho, P. (2008). Processos de emblematização: fronteira e acepções de património. In Pereiro, X., Prado, S. & Takenaka (orgs), *Patrimónios culturales:educacion e interpretation. Cruzando limites y produciendo alternativas* (pp. 205-221). Ankulegi.

Gonçalves, R. de S. & Tamaso, I. (2018). A antropologia nos processos de patrimonialização: expansão e perspectivas. In *A antropologia e a esfera pública no Brasil: perspectivas e prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º aniversário* (pp. 451-467). E-Papers. ABA Publicações.

Graham, B., & Howard, P. (2008). Heritage and identity. In Graham, B., & Howard, P (eds). *The Ashgate research companion to heritage and identity* (pp. 1-15). Ashgate Publishing.

Hall, S. (1992). The question of cultural identity. In Hall, S., Held, D. & Mc Grew, T. (eds.), *Modernity and its futures* (pp. 273-326). The Open University Press.

Hernández-Ramírez, J. (2017). Turismo en la frontera: patrimonialización y cooperación transfronteriza en una periferia de la Unión Europea, *Etnográfica* 21 (2), 385-409.

Lopez Trigal, L. (2002). Articulacíon territorial y cooperacion transfronteriza de Castilla Léon con Portugal. In Herrero de la Fuente, A. A., (ed.), *La cooperacion transfronteriza Hispano – Portuguesa en 2001* (pp. 57-64). Editorial Tecnos e FRAH.

Pais de Brito, J. (1995). *Retrato de aldeia com espelho. Ensaio sobre Rio de Onor*. Edições D. Quixote.

Peixoto, P. (2004). A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, 183-204.

Peralta, E. (2000). Património e identidade. Os desafios do turismo cultural. *Antropológicas*, 4, 217-224.

Pereiro, X. (2010). As fronteiras e o turismo. *Cadernos Mateus Doc.*, 5, 75-83.

Postal (6 de novembro 2020). *Alcoutim assinala Festival do Contrabando com iniciativas culturais "online"*. https://postal.pt/cultura-sul/alcoutim-assinala-festival-do-contrabando-com-iniciativas-culturais-online/).

Prats, L. (1997). *Antropologia y Patrimonio*. Ariel.

Prats, L. (2003). Patrimonio + turismo = desarrollo?, *Pasos. Revista de turismo y patrimonio cultural*, 1-2, 127-136.

Rapport, N. (2000). The narrative as a fieldwork technique. Processual ethnography for a world in motion". In Amit Vered (ed.), *Constructing the field. Ethnographic fiedwork in the comtemporary world* (pp. 71-95). Routledge.

Silva, L. (2009). A Patrimonialização e a turistificação do contrabando. In E. Rovisco, I Fonseca & D. Freire (eds.), *Contrabando na Fronteira Luso-espanhola. Práticas, Memórias e Património* (pp. 255-287). Nelson de Matos.

Silva, Y. F. & Farias, I. S. (2019). Turismo Comunitário – Criativo: uma descrição da operacionalização de pesquisa na região do Algarve de 2017 – 2019, *Revista Turydes: Turismo y Desarrollo*, 27 [OnLine]. https://www.eumed.net/rev/turydes/27/turismo-algarve.html

Uriarte, L. (1994). *Cultura de fronteras y fronteras culturales en la raya luso-extremeña*. Asamblea de Extremadura.

Uriarte, L. (1996). Cultura de frontera con y sin fronteras, *O Pelourinho*, 25-26.

Vila, P. (2000). *Crossing borders, reinforcing borders. Social categories, metaphors and narrative identities on the Mexico-border*. University Press of Texas.

Weedon, Ch. (2004). *Identity and Culture*. Open University Press.

Migrações ibéricas: portugueses em Espanha e espanhóis em Portugal no século XXI*

Filipa Pinho
(ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa)

1. Introdução

Espanha e Portugal são dois países que partilham similitudes, nas suas histórias, que convergiram para o regime de migração que ambos têm atualmente, o qual se pode designar como misto. Ou seja, nos dois países ocorrem, simultaneamente, fluxos de emigração e de imigração com visibilidade e importância assinaláveis. Ambos os países sofreram efeitos económicos, políticos e sociais muito significativos com a crise mundial de 2008 e, posteriormente, com as crises das dívidas soberanas. As taxas de desemprego muito elevadas então verificadas e os níveis de dívida pública geraram instabilidade, e uma parte das populações destes países respondeu com a emigração, intensificando-a nos últimos 10-15 anos:

> entre 2011 e 2016, no caso de Portugal, e entre 2010 e 2014, no caso de Espanha, os saldos migratórios foram negativos em cada um dos países, depois de um longo período com taxas de imigração elevadas e taxas de emigração reduzidas, também em ambos os países. (Pinho et al., 2022, p. 1)

* O texto tem como uma das referências um trabalho anterior sobre a emigração portuguesa para Espanha (Pinho & Pires, 2013), mas foi atualizado com estatísticas dos últimos cerca de 10 anos, aumentado em conteúdos e adaptado para a inclusão da parte sobre a imigração em Portugal.

Nos dois países, ecos sobre estas "novas" emigrações foram aumentando na opinião pública, na mesma medida em que iam aumentando as notícias acerca desse fenómeno. Em Portugal, a partir de meados da primeira década dos anos 2000, em particular após a eclosão da crise financeira e da crise das dívidas soberanas, os meios de comunicação social realçavam a mais recente emigração, que, assim, volta à agenda pública e é percecionada como uma resposta ao aumento do desemprego no país. Na imprensa divulgavam-se notícias em que se sublinhava que os portugueses procuravam novos destinos de emigração e, até 2008, Espanha foi um desses principais destinos (Pinho & Pires, 2013), embora seja uma emigração que permanece com pouca atenção da academia, como Moreira (2010) já referia no passado. Ainda que a investigação tenha demonstrado que a emigração tem sido contínua desde os anos 1980 (Pires et al., 2020), o seu volume estaria, então, a atingir valores próximos dos anos 1960; ou seja, a emigração não seria nova, a crise e o aumento do desemprego tinham-na intensificado. Pires e colegas mostram como o crescimento do desemprego é proporcional ao crescimento da emigração e à descida da imigração (Pires et al., 2020), um indicador da regulação das migrações pelo mercado de trabalho.

Segundo as estimativas do Observatório da Emigração, entre 2001 e 2020, saíram, em média, mais de 75 mil pessoas de Portugal por ano. A emigração foi responsável pela partida, ao longo destes vinte anos, de mais de um milhão e meio de pessoas, o equivalente a perto de 15% da população total do país, se considerados os valores acumulados (Pires et al., 2023).

A emigração portuguesa que se dirigia para Espanha acaba por abrandar depois da primeira década dos anos 2000 (Pinho & Pires, 2013), devido ao crescimento intenso e célere do desemprego em Espanha, em especial nos sectores em que se concentrava uma parte considerável dos portugueses, como era o caso da construção civil. A atenuação da emigração portuguesa para este destino tem-se mantido, depois de uma retração, e hoje em dia está estabilizada. Atualmente, a emigração portuguesa total ronda as 70 mil saídas anuais (Pires et al., 2023).

Relativamente a Espanha, e com muitas semelhanças com o caso português, nos últimos quase 30 anos começou por passar de país emissor para país recetor e, mais recentemente, para emissor outra vez – mantendo a imigração –, e esta mudança no ciclo migratório espoletou

interesse académico e político (Caro et al., 2016), gerou preocupação acerca da saída de emigrantes jovens e com formação académica (Caro et al., 2018), e veio a estar na origem da criação de um programa de estímulo ao regresso de emigrantes (Pinho et al., 2022). Em 2014, Espanha foi o país europeu de onde mais se emigrou e o crescimento do *stock* de espanhóis no estrangeiro crescia a um ritmo anual de cerca de 7% desde 2009 (Caro et al., 2018). Entre 1 de janeiro de 2022 e 1 de janeiro de 2023, o número de espanhóis residentes no estrangeiro aumentou 1,7% e totalizava 2,790.317 pessoas, segundo os dados do Padrón de Españoles Residentes en el Extranjero (PERE) (INE, 2023). Portugal constitui-se como um destes destinos de emigração.

Neste texto é feito o retrato sociodemográfico da população portuguesa residente em Espanha, assim como o da população espanhola residente em Portugal, por esta ordem e de uma forma ainda exploratória, tentando contribuir para um maior conhecimento acerca destas duas populações e dinâmicas migratórias que têm subjacentes, a partir de estatísticas de estrangeiros disponíveis também para outras nacionalidades, quer publicadas, quer disponíveis em *websites* dos organismos oficiais de estatísticas demográficas ou de migração. A escassez de conhecimento enunciada derivará, parcialmente, de uma história contemporânea de relações distantes, de desconhecimento ou de contacto intermitente entre os dois países, por várias razões (Pazos-Justo, 2021). Pretende-se dar a conhecer quantas são as pessoas migrantes, quais as suas características demográficas e sociais, nomeadamente as qualificações que detêm ou as suas condições de trabalho, onde residem (nos países de destino), entre outra informação que foi possível obter.

2. Notas metodológicas

Os dados sobre a população portuguesa emigrada (residente no estrangeiro), ou de espanhóis residentes em Portugal, referem-se, sempre que seja possível, a pessoas nascidas no país de onde se referem como originários, pois a variável da naturalidade é imutável, ao contrário do que acontece com a da nacionalidade (os cidadãos podem alterá-la, depois de residirem no país de destino). Nas estatísticas administrativas das entradas nos países para onde se vai residir, é o facto de se ser estrangeiro que estabelece a necessidade de registo da sua entrada. Assim,

os dados de fluxos referem-se a entradas no país em análise (Portugal ou Espanha), com a nacionalidade espanhola ou portuguesa, independentemente do seu local de nascimento, pois é o facto de serem espanhóis ou portugueses que obriga à necessidade de registo da sua entrada. Sendo possível aceder a alguns indicadores já trabalhados ou publicados, utilizamos a informação disponível para caracterizar as populações, seja por naturalidade, seja por nacionalidade. Será sempre indicado.

Para os dados em Espanha, sobre os portugueses, encontramos a informação nos registos do Padrón Municipal, no INE espanhol, quer sobre os fluxos, quer para a caracterização dos *stocks*.

Em Portugal, os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)[1] permitem-nos ter acesso às séries anuais sobre imigração em Portugal. Utilizamos as estatísticas disponíveis no *website* ou nos relatórios anuais que esta entidade publica. Para a caracterização sociodemográfica e distribuição da população, utilizamos informação publicada nos relatórios sobre a população estrangeira em Portugal, pois não conseguimos ter acesso aos microdados para trabalhar sobre a naturalidade/país de nascimento.

3. Portugueses em Espanha

A tendência para a subida da imigração em Espanha era visível desde o início dos anos 1990, na sequência da entrada dos países ibéricos na então Comunidade Económica Europeia (CEE). Em 1989, 250 mil estrangeiros tinham entrado no país, número que subiu para 400 mil em 1993, após a regularização extraordinária de 1991 (Stalker, 1994). A nova atração migratória de Espanha no contexto europeu tinha origem, por um lado, na maior mobilidade intraeuropeia, e, por outro, no estatuto preferencial de que podiam usufruir os provenientes das ex-colónias espanholas nos domínios das permissões de trabalho e da naturalização (Stalker, 1994). Foi particularmente notória a emergência de movimentos de direção contrária aos que aconteciam até às primeiras décadas do século XX. Países da América Latina e Caraíbas, como a

[1] À data da escrita do capítulo o processo de extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e de constituição da AIMA ainda não estava finalizado e as estatísticas disponíveis constavam nos Relatórios do, então, SEF.

Bolívia, Colômbia, Argentina, Peru, Equador, República Dominicana passaram a estar entre os principais exportadores de mão-de-obra para Espanha (OECD, 2008).

A entrada de imigrantes em Espanha prosseguiu, como em Portugal, até ao fim da primeira década dos anos 2000. As cerca de 99 mil entradas em 1999 passaram a valores quase dez vezes superiores em 2007 e o peso da população estrangeira no total da população passou de cerca de 3%, em 1998, para 13% em 2008 (Pinho & Pires, 2013), com população oriunda do Norte de África ou da América Latina, entre outras regiões. Espanha foi o país da União Europeia que mais contribuiu para o aumento da população imigrante no continente europeu (Moreira, 2010).

Embora o crescimento do número de entradas tenha, a partir de 2007, passado a ser negativo, em virtude da recessão económica que atingiu Espanha de uma forma especialmente vigorosa por comparação com outros países e outras épocas, tendo sido a mais forte em 50 anos (Holland et al., 2011), em 2011 ainda entraram cerca de 416 mil emigrantes estrangeiros em Espanha (ver Tabela 1).

Em 2021, depois de uma diminuição de 40,1%, entraram 662.173 estrangeiros para residir em Espanha, número que ainda se encontra longe do assinalado em 2007, embora em 2019 não se fizesse prever essa descida (quando entraram quase 900 mil) nem a pandemia que terá contribuído para ela.

3.1. Fluxos de entrada de população portuguesa (nacionalidade) em Espanha

Relativamente às entradas de portugueses, observam-se crescimentos na ordem dos 47% entre 1999 e 2001 (de 2.015, para 2.968, em 2000, e para 3.057, em 2001). Embora inconstantes, as taxas de crescimento foram sempre superiores a 30%, a partir de 2003 e até 2007, embora para o total das entradas não se verificasse o mesmo ritmo de crescimento (a maior foi de 50% entre 2003 e 2004). No espaço de um ano duplicou o número de portugueses que entraram em Espanha, entre 2003 e 2004 (de 4.825 para 9.851) e essa subida é particularmente evidente na figura 1. Para algumas famílias, em regiões habituadas à emigração e por comparação com a crise portuguesa e o crescimento no estrangeiro, a saída para aquele destino significava "a possibilidade

inédita de regressar a casa semanal ou quinzenalmente. Para outras, com ativos habitualmente empregados na construção civil, a novidade foi a substituição da migração pendular interna pela migração pendular internacional" (Monteiro & Queirós, 2009, 21).

Depois de 2007, o ano em que as entradas de portugueses significaram a maior proporção (3%) no total do período em análise, as entradas de portugueses têm uma queda abrupta, à semelhança do que acontece com as entradas de estrangeiros. Entre 2008 e 2009, as entradas de estrangeiros e as de portugueses em Espanha decrescem, respetivamente, 24,8% e 38% e, no ano seguinte, foram menos -32.2% e -42.2% de estrangeiros e de portugueses que entram em Espanha para residir.

É apenas em 2014 que Espanha volta a ter um crescimento positivo relativamente às entradas de imigrantes, quer estrangeiros na sua totalidade, quer portugueses, com respetivamente +17% e +11%. O que parecia uma propensão de Espanha para a atração migratória de portugueses volta a ser interrompida de forma muito evidente em 2020 (- 36,3%), seguindo a tendência verificada no total de estrangeiros, por razões que podemos atribuir à pandemia, que veio a ter impactos muito fortes em todas as formas de mobilidade internacionais. No último ano disponível nas estatísticas oficiais, entraram cerca de 8.300 portugueses em Espanha, retomando a trajetória positiva, com cerca de 27% de aumento (ver Tabela 1 e Figura 1).

Ano	Total		Portugueses		
	N.º	Var. anual em %	N.º	Var. anual em %	% total de nascidos no estrangeiro
1999	99.122	--	2.015	--	2,0
2000	330.881	233,8	2.968	47,3	0,9
2001	394.048	19,1	3.057	3,0	0,8
2002	443.085	12,4	3.538	15,7	0,8
2003	429.524	-3,1	4.825	36,4	1,1
2004	645.844	50,4	9.851	104,2	1,5
2005	682.711	5,7	13.327	35,3	2,0
2006	802.971	17,6	20.658	55,0	2,6
2007	920.534	14,6	27.178	31,6	3,0
2008	692.228	-24,8	16.857	-38,0	2,4
2009	469.342	-32,2	9.739	-42,2	2,1
2010	431.334	-8,1	7.678	-21,2	1,8

2011	416.282	-3,5	7.424	-3,3	1,8
2012	336.110	-19,3	6.201	-16,5	1,8
2013	342.390	1,9	5.302	-14,5	1,5
2014	399.947	16,8	5.923	11,7	1,5
2015	455.679	13,9	6.638	12,1	1,5
2016	534.574	17,3	7.646	15,2	1,4
2017	637.375	19,2	9.038	18,2	1,4
2018	760.804	19,4	10.636	17,7	1,4
2019	873.842	14,9	10.155	-4,5	1,2
2020	523.618	-40,1	6.471	-36,3	1,2
2021	662.173	26,5	8.272	27,8	1,2

Quadro 1. Entrada de estrangeiros e de portugueses em Espanha, independentemente do país de nascimento, 1999-2021. Fonte: INE Espanha, séries anuais da *Estadística de Variaciones Rresidenciales Exteriores*, *Altas por país de nacionalidad, lugar de nacimiento y sexo* [último acesso em 13/01/2024].

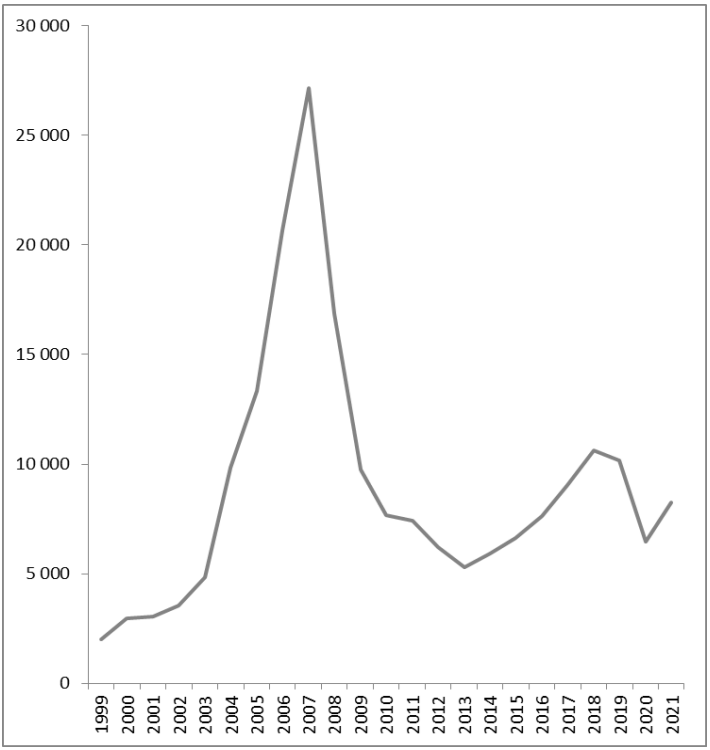


Figura 1 – Entrada de portugueses em Espanha, 1999-2021. Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Espanha, séries anuais da "Estadística de Variaciones

Rresidenciales Exteriores, Altas por país de nacionalidad, lugar de nacimiento y sexo", gráficos da autora [último acesso em 13/01/2024]

3.2. População portuguesa residente em Espanha

Os portugueses constituíam, em 1991, 9,3% do total da imigração estrangeira em Espanha, 18,4% do total de imigração oriunda de países europeus e 20,7% do total de países da Comunidade Europeia (da época), de acordo com os dados do Recenseamento da População (López Trigal & Sarro, 1993). Ainda sem o aumento e a diversidade da imigração que veio a verificar-se, os portugueses têm, então, um peso maior entre a população estrangeira residente em Espanha, mesmo que em número absoluto fossem uma população inferior. E isso é visível na Tabela 2, pois nos dois primeiros anos (1999 e 2000), a população portuguesa representa 4% entre a população estrangeira, um peso relativo que vai descendo ao longo dos anos em análise.

Na primeira década dos anos 2000 verifica-se, em relação aos *stocks* da população nascida no estrangeiro e em Portugal, residente em Espanha (ver Tabela 2), que o número de portugueses foi sempre aumentando, passando de 54.065, em 1999, para 148.789, em 2010, tendo depois começado a estabilizar e a descer (a partir de 2010). Este facto não é totalmente surpreendente tendo em conta as descidas nos fluxos anteriormente assinaladas, mas significa que ocorreu não apenas a diminuição da emigração portuguesa para Espanha, como terão acontecido regressos para Portugal, ou remigrações para outros destinos, de pessoas de naturalidade portuguesa já residentes naquele país.

Ano	**Total de nascidos no estrangeiro**		**Nascidos em Portugal**		
	N.º	Var. anual em %	N.º	Var. anual em %	% total de nascidos no estrangeiro
1999	1,259.054	–	54.065	–	4,3
2000	1,472.458	16,9	58.364	8,0	4,0
2001	1,969.270	33,7	62.610	7,3	3,2
2002	2,594.052	31,7	67.313	7,5	2,6
2003	3,302.440	27,3	71.843	6,7	2,2
2004	3,693.806	11,9	71.065	-1,1	1,9
2005	4,391.484	18,9	80.846	13,8	1,8
2006	4,837.622	10,2	93.767	16,0	1,9

2007	5,249.993	8,5	111.575	19,0	2,1
2008	6,044.528	15,1	136.171	22,0	2,3
2009	6,466.278	7,0	148.154	8,8	2,3
2010	6,604.181	2,1	148.789	0,4	2,3
2011	6,677.839	1,1	146.298	-1,7	2,2
2012	6,759.780	0,9	143.488	-1,9	2,1
2013	6,640 536	-1,4	134.248	-6,4	2,0
2014	6,283 712	-5,4	116.710	-13,1	1,9
2015	6,162 932	-1,9	107.226	-8,1	1,7
2016	6,123 769	-0,6	100.027	-6,7	1,6
2017	6,180.342	0,9	96.266	-3,8	1,6
2018	6,386.904	3,3	94.520	-1,8	1,5
2019	6,753.098	5,7	94.319	-0,2	1,4
2020	7,231.195	7,1	95.221	1,0	1,3
2021	7,322.408	1,3	93.902	-1,4	1,3
2022	7,534.513	2,9	93.621	-0,3	1,2

Quadro 2. População residente em Espanha nascida no estrangeiro e nascida em Portugal, 1999-2022. Fonte: INE Espanha, séries anuais anuais do *Padrón municipal de habitantes, Población por nacionalidad, pais de nacimiento y sexo* [último acesso em 13/01/2024]

Entre 2013 e 2014, a população nascida em Portugal e residente em Espanha tem a maior descida (- 13%, passa de 134.248, para 107.226) e essa tendência de descida é interrompida apenas em 2020, para depois retomar a trajetória descendente (embora a ordem de grandeza dos números em causa não permita ver mais que uma tendência de estabilização na figura 2). Em 2022, residiam 93.621 portugueses em Espanha, um valor próximo do que existia antes da intensificação das entradas a partir de 2007 (93.767).

Para se ter uma ideia do peso destes contingentes, os nascidos em Portugal e residentes em Espanha eram, no início da década de 1990, um pouco mais de metade do que eram em 1999 (Pinho & Pires, 2013). Em pouco mais de 20 anos, aumentaram 400%.

Existiam grandes oscilações nos contingentes de naturais de Portugal naqueles anos do século XX anteriores à década de 1990, que se deveriam ao facto de a emigração de então para Espanha responder à oferta de trabalhos sazonais em zonas fronteiriças (sobretudo durante a década de 1950) (Pinho & Pires, 2013). Nos anos 1960, alguma da emigração para Espanha resultava de percursos interrompidos ou mal sucedidos, originalmente pensados para terminarem em França ou no

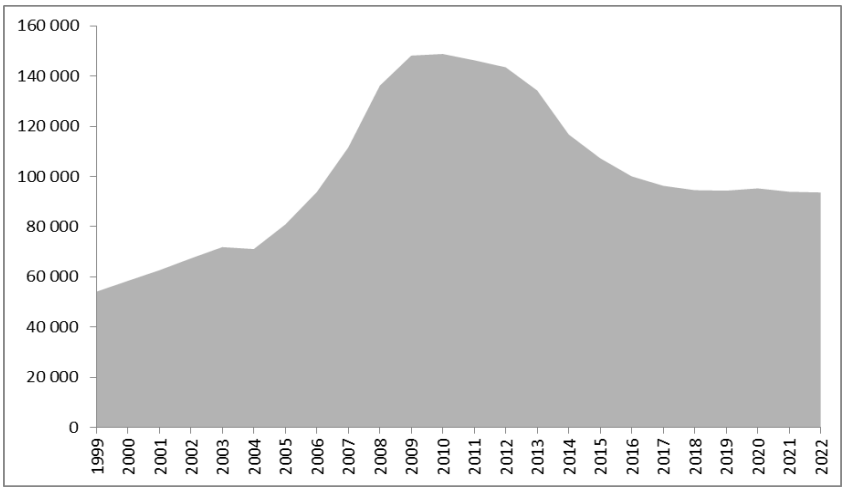


Figura 2. População residente em Espanha nascida em Portugal, 1999-2022. Fonte: INE Espanha, séries anuais do *Padrón municipal de habitantes, Población por nacionalidad, pais de nacimiento y sexo,* gráficos da autora [último acesso em 13/01/2024]

Luxemburgo. Em 1990, as zonas fronteiriças perdem importância relativa como polos de atração da emigração portuguesa, sendo substituídas pelas grandes cidades como Madrid ou Barcelona e a esta mudança está associada uma nova composição da emigração portuguesa para Espanha (Pinho & Pires 2013). Atualmente, a população tem algumas características distintas destas.

3.3. Caracterização sociodemográfica

O perfil médio entre os migrantes portugueses em Espanha nos anos 1990 era jovem, encontrava-se a iniciar a constituição de família, e trabalhava na construção civil, nas minas, nos serviços domésticos, na hotelaria e, sazonalmente, na agricultura (Lopez Trigal, 1996, p. 116). Eram jovens com estudos primários (ou, mesmo, sem estudos), pois as suas origens também eram rurais, embora se aventasse que os que tinham chegado mais recentemente fossem mais escolarizados, por também ter havido uma melhoria do sistema de ensino em Portugal (López Trigal & Sarro, 1993).

A imigração portuguesa em Espanha tem sido sempre de caráter económico ou laboral e constituiria a única, de entre os países da Comunidade Económica e Europeia, em 1990, com estas características (López Trigal & Sarro, 1993).

Podemos verificar que, atualmente, a população é maioritariamente masculina, ou seja, em qualquer dos anos em análise, a proporção de homens entre a população residente em Espanha nascida em Portugal tem estado sempre entre os 50 e os 60%, conforme podemos verificar na Tabela 3. Tal dever-se-ia às características de inserção profissional desta população no passado. A diferença entre homens e mulheres estreitou-se, pois se em 2012 se situava em 19,4 pontos percentuais, no último ano disponível já é apenas de 7,8 p.p., e essa aproximação proporcional é visível na figura 3.

Ano	**Nascidos em Portugal**				
	Total	H	%	M	%
2012	143.488	85.733	59,7	57.755	40,3
2013	134.248	79.010	58,9	55.238	41,1
2014	116.710	66.605	57,1	50.105	42,9
2015	107.226	59.754	55,7	47.472	44,3
2016	100.027	54.983	55,0	45.044	45,0
2017	96.266	52.353	54,4	43.913	45,6
2018	94.520	51.178	54,1	43.342	45,9
2019	94.319	51.020	54,1	43.299	45,9
2020	95.221	51.535	54,1	43.686	45,9
2021	93.902	50.752	54,0	43.150	46,0
2022	93.621	50.453	53,9	43.168	46,1

Quadro 3. População residente em Espanha nascida em Portugal, 2012-2022. Fonte: INE Espanha, séries anuais do *Padrón municipal de habitantes, Población (españoles/extranjeros) por país de nacimiento y sexo* [último acesso em 13/01/2024]

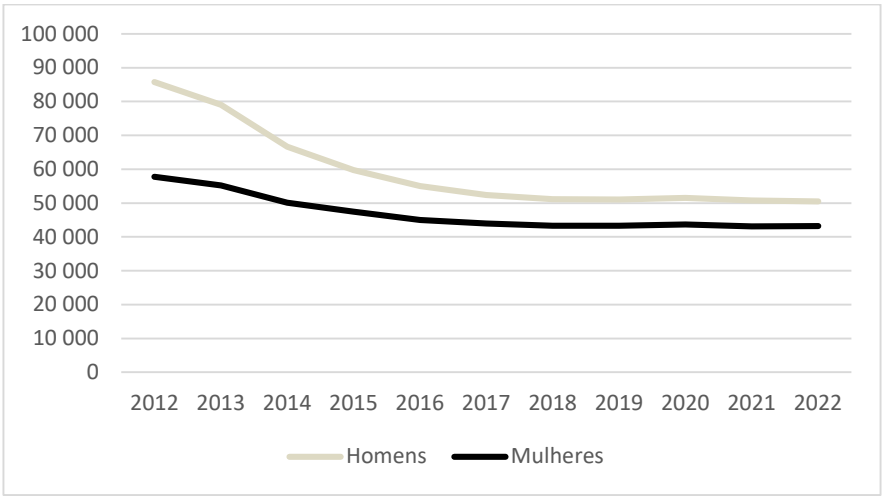


Figura 3. População residente em Espanha nascida em Portugal, 2012-2022. Fonte: INE Espanha, séries anuais do *Padrón municipal de habitantes, Población (españoles/ extranjeros) por país de nacimiento y sexo*, gráficos da autora [último acesso em 13/01/2024]

A distribuição etária da população portuguesa imigrada em Espanha demonstra uma representação muito elevada da população em idade ativa, em 2022, quer no grupo etário entre os 15 e os 39 anos (29,6%), quer entre os 40 e os 64 anos (48,7%), compatível com o perfil de migração com características económicas e laborais. A população encontra-se mais envelhecida do que 10 anos antes, pois o grupo de mais de 65 anos subiu de 8,4% para 18%, e o grupo de menos de 15 anos desceu de 7,3% para 3,8% (ver figura 4). Se continuar a tendência de descida de entradas de portugueses em Espanha, conforme o que foi analisável na secção sobre os fluxos de entrada, a população continuará a envelhecer, pois não há realimentação da migração. Se, por outro lado, continuar a migração, e esta se caracterizar por jovens, esta configuração poderá alterar-se.

Segundo as estatísticas da Tesorería General de la Seguridad Social disponíveis na publicação de Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social/Servicio Público de Empleo Estatal (2021), a população de trabalhadores portugueses em Espanha totalizava, em 2020, 53.866 pessoas, distribuindo-se entre 65% de homens (34.978) e 35% (18.888) de mulheres – ou seja, seguindo uma distribuição por sexo semelhante à população em geral. Os maiores efetivos são na Cata-

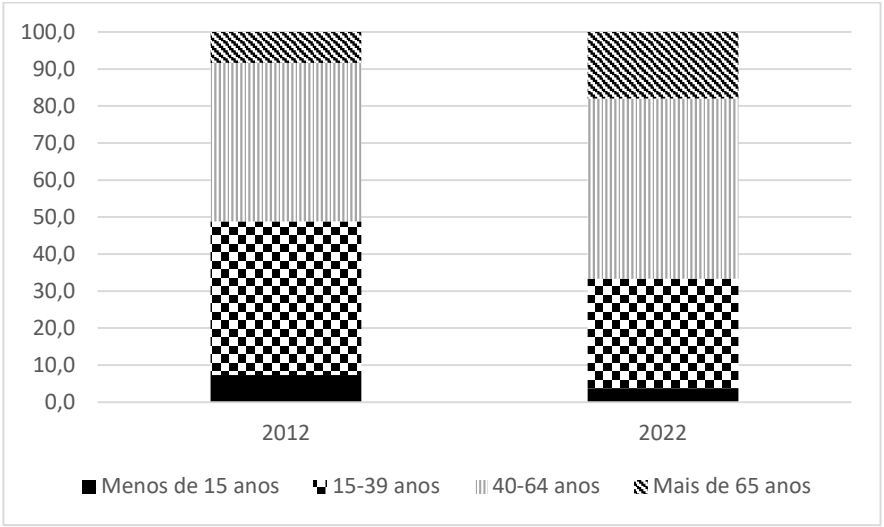


Figura 4. População residente em Espanha nascida em Portugal, 2012-2022. Fonte: INE Espanha, séries anuais do *Población por país de nacimiento, edad (grupos quinquenales) y sexo*, gráficos da autora [último acesso em 02/03/2024]

lunha e em Madrid, conforme pode ser observado para o conjunto da população no ponto seguinte. Na sua distribuição por setores de atividade vemos que metade dos trabalhadores portugueses se concentram nos setores do comércio por grosso e a retalho, reparações, transportes, construção e hotelaria: "comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos", com 15%, "transporte e armazenamento", com 13,2%, construção, com 12,5%, e hotelaria, com 11,5%. Ou seja, e de forma geral, as características da população continuam muito semelhantes às do passado, pelo menos em termos das características gerais. Apenas 5,8% se insere no setor das "atividades profissionais, científicas e técnicas", ao contrário do que acontece, como veremos, com os espanhóis em Portugal.

3.4. Distribuição geográfica

Dizia López Trigal, em 1995, que as crises profundas das minas de carvão e das indústrias tradicionais do Norte de Espanha reduziram o fluxo e a atracão desta região, e que seria de prever que, em determinadas áreas, como Leão e Astúrias, houvesse uma deslocação da emigração

portuguesa, ou um retorno desta a Portugal. Nesta época, havia perspetivas de trabalho nos serviços em cidades, bem como de atividades temporárias nas zonas agrárias. E, portanto, muito provavelmente assistir-se-ia a uma reconfiguração da distribuição geográfica dos migrantes portugueses, no sentido de uma maior concentração nas áreas metropolitanas (López Trigal, 1995). Esta reconfiguração seria facilitada por alguma dispersão dos portugueses residentes em Espanha, com presença significativa em Madrid desde os anos 1980 e com alguma representação em Valência, Maiorca e Tenerife (López Trigal, 1995, 115).

A mudança prevista por López Trigal viria a ocorrer durante a primeira década do século XXI. Nos anos 2000, são Galiza, Madrid, Castela-Leão e Catalunha as comunidades autónomas com mais residentes portugueses, se tomados como referência os anos de 2004 e de 2012, com valores iguais ou acima de 10% do total dos emigrantes portugueses em Espanha (ver Tabela 4).

O número absoluto dos portugueses emigrados sobe muito nestas regiões, entre 2004 e 2011, mas sem que haja alterações de monta em termos relativos, porque essa subida é proporcional à subida do total da população portuguesa emigrada em Espanha (Pinho & Pires, 2013, p. 3).

Atualmente, e fazendo a comparação com o ano de 2012, observa-se, na Tabela 4, que a distribuição da população portuguesa imigrante pelas comunidades autónomas espanholas não teve alterações muito significativas, a não ser que desceu muito ligeiramente a parte que residia em Aragão (de 3% para 1,9%), e a de Castela e Leão (de 11,8% para 10,1%) e subiram as representações da Catalunha (atualmente, 12% da população portuguesa imigrada em Espanha reside na Catalunha, contra 10% em 2012) e de Madrid (de 12% para 14%, números arredondados). Portanto, reforçam-se as previsões de López Trigal.

Comunidades autónomas	**2004**		**2012**		**2022**	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Total	71.065	100,0	143.488	100,0	93.621	100, 0
Andaluzia	5.711	8,0	13.125	9,2	7.706	8,2
Aragão	1.195	1,7	4.366	3,0	1.733	1,9
Astúrias	3.427	4,8	4.717	3,3	3.141	3,4
Ilhas Baleares	978	1,4	2.552	1,8	1.676	1,8

Canárias	2.441	3,4	5.850	4,1	3.398	3,6
Cantábria	492	0,7	1.831	1,3	933	1,0
Castela e Leão	7.498	11,2	16.898	11,8	9.488	10,1
Castela – La Mancha	1.094	1,5	3.299	2,3	1.707	1,8
Catalunha	6.660	9,4	14.460	10,1	11.238	12,0
Comunidade Valenciana	3.123	4,4	6.798	4,7	4.233	4,5
Estremadura	3.400	4,8	7.019	4,9	3.846	4,1
Galiza	15.834	22,3	26.949	18,8	18.558	19,8
Madrid	9.392	13,2	14.895	10,4	13.297	14,2
Múrcia	599	0,8	2.854	2,0	1.147	1,2
Comunidade Foral de Navarra	2.345	3,3	5.575	3,9	3.259	3,5
País Basco	4.992	7,0	9.002	6,3	6.496	6,9
La Rioja	1.381	1,9	3.189	2,2	1.715	1,8

Quadro 4. População residente em Espanha nascida em Portugal, por comunidades autónomas, 2004, 2012, 2022. Fonte: INE Espanha, séries anuais do *Padrón municipal de habitantes, Población (españoles/extranjeros) por país de nacimiento y sexo* [último acesso em 13/01/2024]

4. Espanhóis em Portugal

A migração espanhola para Portugal tem origens históricas, explica-se pela proximidade cultural e geográfica e a sua composição associa-se a processos de migração económica e a exílios. Durante o século XIX e XX, inúmeros espanhóis refugiaram-se em Portugal por questões políticas, especialmente em Lisboa (Pazos-Justo, 2021). Quer no fim do século XIX (1890), como em meados do século XX (1960) – embora aí já em menor número, indicando uma diminuição dos fluxos de entradas – os espanhóis constituíam o principal grupo populacional estrangeiro residente em Portugal (Pires et al., 2010). Entre as datas assinaladas, o contingente diminuiu de cerca de 30 mil, para cerca de metade, ainda que continuando a ocupar a primeira posição na lista dos estrangeiros residentes no país (Pires et al., 2010). A mão de obra galega, que comporia a maioria desta imigração, era vista como substituta da mão de obra portuguesa emigrada, e estima-se que mais de 90% dos espanhóis então residentes em Portugal eram provenientes da Galiza, que migrava sazonalmente para o país ou se estabelecia de forma permanente (Pires et al, 2010).

A maioria, masculina e residente em Lisboa, desempenhava profissões duras, nomeadamente o ofício de "aguadeiro", que esteve associado ao imigrante galego, dando origem a uma figura do mundo lisboeta (Pires et al., 2010). No final do século XIX, os criados e moços de fretes eram o principal grupo profissional, seguido pelos trabalhadores rurais, e trabalhadores braçais urbanos. Também havia pequenos e médios comerciantes (Pires et al., 2010).

Depois do aumento da imigração consequente da descolonização, os espanhóis deixam de constar nos grupos mais representados entre a população estrangeira residente. Uma exceção, contudo, para o nível local, que veremos mais à frente, pois atualmente Espanha surge na lista de países das principais nacionalidades dos estrangeiros residentes em Lisboa.

4.1. Fluxos de entrada de população espanhola (nacionalidade) em Portugal

Espanha encontra-se no 9.º lugar do *ranking* de países para o qual se atribuem novos títulos de residência anualmente. No indicador de fluxos, de acordo com o relatório do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de 2022, são referidas as entradas de 3.599 espanhóis para residir em Portugal, representando uma subida de 0,4% em relação ao ano anterior, que representa uma taxa de crescimento inferior à do ano passado, quando foram 26,3%. O ano em que as entradas tiveram uma subida mais elevada, foi entre 2015 e 2012, de 33%. Ainda assim, a tendência do volume do fluxo de espanhóis é de subida.

É possível observar que, no último ano, o volume de entradas global subiu 28,5% (ver Tabela 5). Embora as entradas de espanhóis não tenham tido a mesma dinâmica, assinala-se um crescimento de 116% entre 2010 e 2022, ou seja, no último ano entraram mais do dobro de espanhóis em Portugal para residir, do que no ano de 2010.

À exceção de em 2014, entraram sempre mais homens em Portugal, do que mulheres, como sobressai na Figura 5.

	Total de estrangeiros		Espanhóis			
Ano	N.º	Var. anual em %	N.º	Var. anual em %	H	M
2010	50.747	–	1.664	–	896	768
2011	45.369	-10,6	1.533	-7,9	836	697
2012	38.537	-15,1	1.356	-11,5	692	664
2013	33.242	-13,7	1.474	8,7	742	732
2014	35.265	6,1	1.452	-1,5	764	688
2015	37.851	7,3	1.662	14,5	842	820
2016	46.921	24,0	2.214	33,2	1.182	1.032
2017	61.413	30,9	2.738	23,7	1.447	1.291
2018	93.154	51,7	2.899	5,9	1.485	1.414
2019	129.155	38,6	3.246	12,0	1.703	1.543
2020	118.124	-8,5	2 837	-12,6	1.476	1.361
2021	111.311	-5,8	3.583	26,3	1.877	1.706
2022	143.081	28,5	3.599	0,4	1.923	1.676

Quadro 5. Fluxos de entrada de estrangeiros e de espanhóis em Portugal (nacionalidade). Fonte: SEF, Relatórios de Imigração, Fronteiras e Asilo 2010-2022 [último acesso em 20/01/2024].

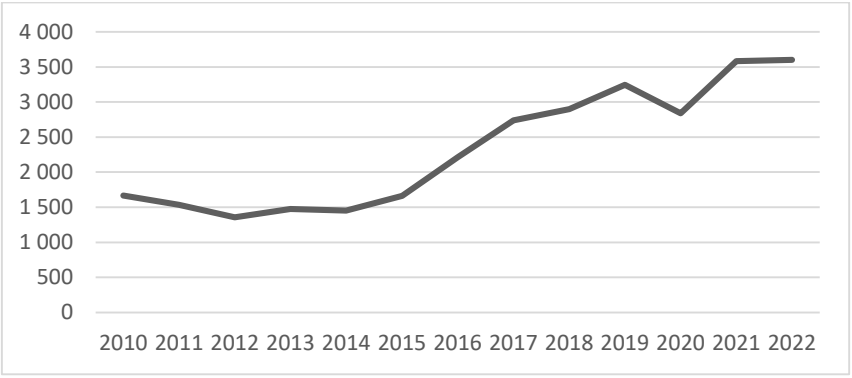


Figura 5. Entrada de espanhóis em Portugal, 2010-2022. Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Relatórios de Imigração e Asilo, população estrangeira residente em Portugal [último acesso em 13/01/2024].

4.2. População espanhola (nacionalidade) residente em Portugal

Segundo o Estatuto Nacional de Estatística espanhol, em 2023 vivem cerca de 2,8 milhões de espanhóis fora de Espanha, 16.243 em Portugal. Este número encontra-se próximo do dobro do contingente

de 2009, quando 9.136 espanhóis residiam no país, de acordo com a mesma fonte (INE, 2023). Esta informação não é surpreendente, depois do que foi analisado relativamente aos fluxos. Mas, assim como para caracterizar a população portuguesa residente em Espanha consideramos as estatísticas nacionais sobre estrangeiros, aqui iremos incidir a análise nos dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras a esse respeito.

Os estrangeiros residentes em Portugal, em 2022, totalizam 781.915. Cerca de 19,5 mil são de nacionalidade espanhola, o que significa 2,5% no total dos estrangeiros, proporção que desceu relativamente a 2017 (quando teve o maior peso, 3%), mas mais por via do aumento e da diversidade da imigração em Portugal, pois em termos absolutos o número é mais elevado atualmente (Tabela 6). Entre a população da EU 27 residente em Portugal, Espanha constitui cerca de 11% e nunca significou menos que 10% nos últimos 14 anos.

Entre 2016 e 2019 a população cresceu entre 11 e 13% anualmente, desde 2020 que a variação anual se situa abaixo da percentagem anterior à pandemia. Em números absolutos, a população está em tendência crescente (ver Figura 6).

Espanha encontra-se em 13º lugar entre as 15 nacionalidades com mais residentes entre a população estrangeira residente (542.165), com 12.811 residentes em 2021, situando-se entre o Nepal (13.224) e a Alemanha (11.193) (Instituto Nacional de Estatística, 2022). A população de nacionalidade brasileira encontra-se em 1º lugar, com 199.810 e a são-tomense encontra-se em 15º lugar, com 10.024. Países como Reino Unido, França ou Itália encontram-se na lista dos 15 países do topo, com razões que vão desde o *Brexit* ter sido um fator de repulsão de população, a Portugal ter passado a ter condições atrativas para estrangeiros europeus, nomeadamente os benefícios fiscais para residentes não habituais. O número de espanhóis aumentou 22,2% em 10 anos (em 2011, eram 10.486). Os números do recenseamento diferem dos do SEF porque, ao contrário destes, e em teoria, não contemplam apenas as pessoas em situação regularizada; não é muito claro, deste modo, que apresentem efetivos menores. Esta fonte de informação permite-nos, contudo, ter acesso a mais variáveis de caracterização.

Ano	Estrangeiros em Portugal		Espanhóis em Portugal					
	Total	Variação. anual em %	Total	% [do total de estrangeiros]	% [do total da UE28/27]	Variação anual em %	Homens %	Mulheres %
2009	454.191	–	8.060	1,8	10,4	–	52,1	47,9
2010	445.262	-2,0	8.918	2,0	10,4	10,6	52,9	47,1
2011	436.822	-1,9	9.310	2,1	10,3	4,4	53,1	46,9
2012	417.042	-4,5	9.351	2,2	11,1	0,4	53,1	46,9
2013	401.320	-3,8	9.541	2,4	11,3	2,0	51,6	48,4
2014	395.195	-1,5	9.692	2,5	11,6	1,6	50,9	49,1
2015	388.731	-1,6	10.019	2,6	11,4	3,4	50,2	49,8
2016	397.731	2,3	11.133	2,8	11,3	11,1	50,5	49,5
2017	421.711	6,0	12.526	3,0	10,9	12,5	50,8	49,2
2018	480.300	13,9	14.066	2,9	10,6	12,3	51,0	49,0
2019	590.348	22,9	15.848	2,7	10,5	12,7	51,1	48,9
2020	662.095	12,2	16.981	2,6	10,7	7,1	51,3	48,7
2021	698.887	5,6	18.546	2,7	11,0	9,2	51,0	49,0
2022	781.915	11,9	19.508	2,5	11,2	5,2	51,2	48,8

Quadro 6. Estrangeiros e espanhóis residentes em Portugal, por sexo, 2009-2022. Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Relatórios de Imigração e Asilo, população estrangeira residente em Portugal. [último acesso em 13/01/2024]

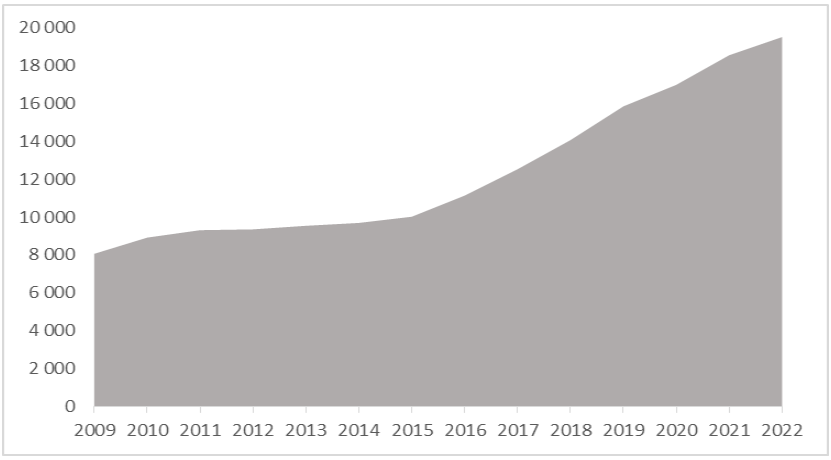


Figura 6. População de nacionalidade espanhola residente em Portugal, 2009-2022. Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Relatórios de Imigração e Asilo, população estrangeira residente em Portugal [último acesso em 13/01/2024].

4.3. Caracterização sociodemográfica

De acordo com o último recenseamento, a população espanhola residente em Portugal (12.811) distribui-se entre 53,7% de mulheres e 46% de homens. Apresenta uma estrutura etária que se situa entre a que se verifica para o total da população estrangeira e a portuguesa, nos seguintes aspetos: a média etária é de 43 anos (enquanto a estrangeira é de cerca de 37 anos, e a portuguesa é de 46 anos); a proporção de população ativa situa-se nos 65%, enquanto as outras são, respetivamente, de 66% e 52%; a parte de pessoas com idades acima dos 65 anos é de 15%, enquanto na totalidade de população estrangeira é de 8,5% e na população portuguesa é de 24% (Figura 7).

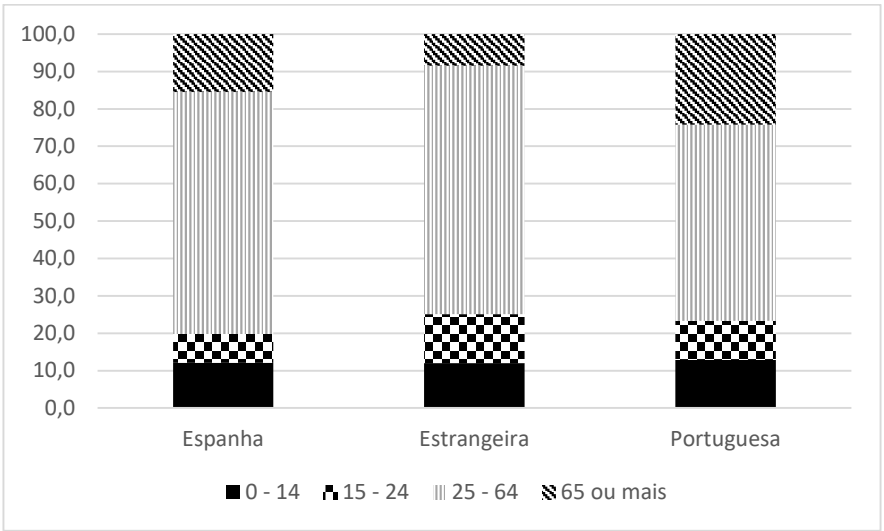


Figura 7. População de nacionalidade espanhola, estrangeira e portuguesa residente em Portugal, por grupos etários. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2022), gráficos da autora [último acesso em 13/01/2024].

No que respeita às qualificações na população residente entre os 15 e os 64 anos, os espanhóis são muito mais qualificados do que a população estrangeira tomada como um todo, e a portuguesa, uma vez que 77% daqueles detém mais do que o ensino secundário completo e 52% tem o ensino superior. Estas qualificações são indiciadoras de que a população ativa espanhola exerce profissões qualificadas em Portugal (Figura 8).

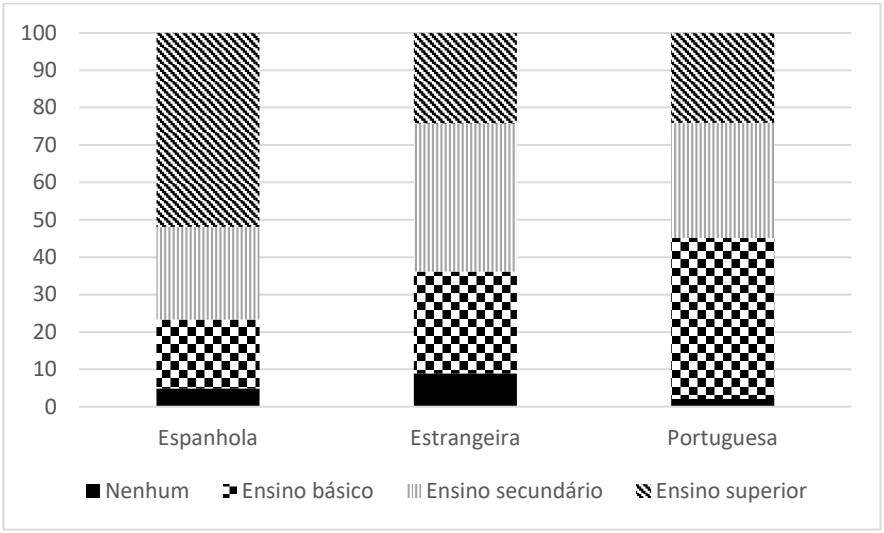


Figura 8. População de nacionalidade espanhola residente em Portugal, estrangeira e portuguesa, por escolaridade. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2022), gráficos da autora [último acesso em 13/01/2024].

Em concordância com o observado para a escolaridade, entre quem exerce uma profissão na população espanhola (6.266), 39% são especialistas das atividades intelectuais e científicas e 70% trabalham por conta de outrem (Instituto Nacional de Estatística, 2022). Os setores de atividade por onde se distribui a população que exerce profissão são, por ordem decrescente, e se considerados apenas os que têm 500 ou mais efetivos: atividades de saúde humana e apoio social (877), comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos (811), atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (687), indústrias transformadoras (536), atividades de informação e de comunicação (508) e educação (511), atividades administrativas e dos serviços de apoio (505) (Instituto Nacional de Estatística, 2022).

4.4. Distribuição geográfica

De acordo com os dados do Recenseamento Geral da População, os espanhóis residentes no país distribuem-se pelo território, embora 44% – 5.641 – se concentrem na Área Metropolitana de Lisboa e 29% – 3.688 – residem no Norte do país (cerca de metade, concretamente na Área Metropolitana no Porto – 1.738) (Instituto Nacional de Estatísti-

ca, 2022). No município de Lisboa, Espanha ocupa o 8º lugar na lista de nacionalidades mais representadas entre residentes (com 2.266), a seguir a países europeus como França (com 3.090) ou Itália (com 2.717), embora o Brasil e países asiáticos como o Bangladeche ou o Nepal ocupem os primeiros lugares desta lista.

5. Algumas considerações comparativas finais

A análise que agora se termina tinha como objetivo caracterizar as populações ibéricas imigrantes, i.e., residentes no país que não o da sua origem (de naturalidade ou de nacionalidade). Ao fazer as pesquisas para o levantamento da informação estatística necessária, surgiram as dificuldades que derivam de não se poder usar sempre o mesmo critério de análise. Tendo havido recenseamentos gerais da população em 2021 em Portugal (e em Espanha), com alguns dados já publicados, e porque no *Padrón Municipal* (Espanha) se recolhe informação sobre populações nascidas no estrangeiro, foi possível fazer uma análise exploratória e recolher diversa informação útil, mesmo que, em rigor, estas fontes não sejam totalmente comparáveis. Além destas fontes mais estruturantes do texto, outras publicações oficiais foram úteis para complementar a caracterização de imigrantes portugueses em Espanha.

É possível destacar alguns contrastes ou semelhanças entre as duas populações em análise, tendo em conta as limitações enunciadas. Assim, e em primeiro lugar e em termos de volume e dimensão, sublinha-se que a emigração portuguesa para Espanha se encontra em trajetória descendente, ao contrário do que acontece com a emigração espanhola para Portugal. Os fluxos têm volumes muito díspares, pois as entradas de espanhóis não chegam a atingir os 4 mil efetivos anuais, enquanto as de portugueses para Espanha estão nos quase 9 mil, mas chegaram a ser três vezes mais. Relativamente à população residente, também aí se trata de dimensões muito distintas: em Espanha residem cerca de 93 mil pessoas nascidas em Portugal, enquanto em Portugal não chegam a 20 mil os espanhóis (nacionalidade) residentes.

Em terceiro lugar, relativamente à distribuição demográfica, as mulheres estão mais representadas que os homens entre espanhóis em Portugal, o contrário acontecendo nas migrações contrárias. E relati-

vamente às idades, a população portuguesa em Espanha tem uma proporção mais elevada de pessoas com idades acima dos 65 anos, do que a espanhola em Portugal.

Uma nota de comparação final para a estrutura de atividades profissionais das populações: os migrantes portugueses em Espanha inserem-se em setores de atividade que não são muito diferentes do que foi possível conhecer para os espanhóis em Portugal, exceção feita para o setor da saúde e para as atividades científicas e técnicas, onde a proporção de espanhóis é, comparativamente, mais marcada em território português. Não foi possível encontrar, em tempo útil, informação sobre habilitações escolares de portugueses em Espanha, e, se é verdade que os espanhóis têm uma representação elevada de profissionais técnicos e científicos, também é verdade que se trata de uma migração qualificada em termos escolares, pois os licenciados estão bastante mais representados. Estas duas características apontam para uma migração de tipo qualificado que ocorre em direção a Portugal, ao contrário da migração em sentido contrário (e com tendência descendente). Outros migrantes europeus têm vindo a aumentar a sua fixação em Portugal, numa ressignificação de Portugal como atrativo em termos de clima, gastronomia, custo de vida, mesmo que em termos económicos e financeiros se traduza em desvantagens comparativas. São razões como aquelas que explicam, em parte, regressos de portugueses para o seu país de origem.

Será importante continuar a trilhar o caminho da descoberta sobre as migrações que se dão no interior da Península Ibérica, de portugueses e espanhóis, procurando aceder a testemunhos dos migrantes sobre as suas motivações, os seus processos de integração, o tipo de ligações estabelecidas com outras populações já residentes (casamentos, constituição de famílias, etc.), entre outras dimensões que contribuem para enriquecer os estudos ibéricos. Uma pista de investigação para obter mais informação seria explorar a ligação entre a emigração portuguesa para Espanha e a migração espanhola para Portugal, nomeadamente para compreender porque é que, em ambos os países, um dos setores de atividade laboral com mais representantes de imigrantes da nacionalidade do outro país, é o do comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos (1º em Espanha, 2º em Portugal). Migrações circulares, de regresso e de constante vaivém serão o

palco para a criação de relações e laços comerciais, interpessoais, laborais e profissionais que, por sua vez, vão retroalimentar novas migrações.

Referências bibliográficas

Caro, R., Cavasola, S., & Fernández, M. (2018). Back to (a different) emigration? Mobility from Spain and Italy during the economic crisis, *Iberoamerican Journal of Development Studies*, 7 (1), 30–55. https://doi.org/10.26754/ojs_ried/ijds.273.

Caro, R., Fernandez, M. & Valbuena, C. (2016). Predicting return intentions in Madrid. *Migration Letters*, 13(1), 116-130. https://doi.org/10.59670/ml.v13i1.267

Holland, D., Fic, T., Rincon-Aznar, A., Stokes, L., & Paluchowski, P. (2011). *Labour Mobility within the EU – The Impact of Enlargement and the Functioning of the Transitional Arrangements*. European Commission, National Institute of Economic and Social Research.

Instituto Nacional de Estadística (INE). (2023, 16 de marzo de 2023). La población española residente en el extranjero aumentó un 1,7% durante el año 2022. Estados Unidos, México y Francia fueron los países con mayor incremento de población de nacionalidad española Tres de cada cuatro nuevas inscripciones al PERE durante 2022correspondieron a nacidos fuera de España [Notas de prensa]. https://www.ine.es/prensa/pere _2023.pdf

Instituto Nacional de Estatística. (2022). Censos – O que nos dizem os Censos sobre a população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal – 2021. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=66196836&PUBLICACOESmodo=2

López Trigal, L., Sarro, I. P. (1993). Portugueses y caboverdianos em España, *Estudios Geográficos*, 54 (210), 75-96. https://doi.org/10.3989/egeogr.1993.i210.75

López Trigal, L. (1995). Revisión de los estudios sobre la migración portuguesa en España, *População e Sociedade*, 1, 109-118. https://www. cepese.pt/portal/pt/populacao-e-sociedade/edicoes/revista-populacao-e-sociedade-no-1/revision-de-los-estudios-sobre-la-migracion-portuguesa-en-espana.

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social/Servicio Público de Empleo Estatal. (2021). O mercado de trabalho e a mobilidade laboral entre Espanha e Portugal 2021 (dados 2020) / El mercado de trabajo y la movilidad laboral entre España y Portugal 2021 (datos 2020). https:

//www.crlaborais.pt/documents/10182/0/Portugal_Espanha_2021_pdf/cf277fd1-89db-40d3-94ef-9bd5928856ca

Monteiro, B., Queirós, J. (2009). Entre cá e lá: notas de uma pesquisa sobre a emigração para Espanha de operários portugueses de construção civil, *Configurações. Revista de Ciências Sociais*, 5/6, 143-173. https://doi.org/10.4000/configuracoes.403

Moreira, Maria João Guardado (2010). Quem são os portugueses em Espanha: uma primeira abordagem a partir da Encuesta Nacional de Inmigrantes (2007), *População e Sociedade*, 18, 161-175.

OECD (2008). International Migration Outlook, SOPEMI 2008. OECD. https://doi.org/10.1787/migr_outlook-2008-en

Pazos-Justo, C. (2021). La emigración española en Portugal a través de su prensa. *La España Moderna* (1908), *España y Portugal* (1913) e *Hispania* (1924). In J. P. M. Villarreal & M. G. Caba (eds.), *Frontera sur. Voces y relatos en los márgenes* (pp. 85-104). TREA. https://hdl.handle.net/1822/75574

Pinho, F., Pires, R. P. (2013). *Espanha*, *OEm Country Reports, 1*, Observatório da Emigração, CIES-Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. https://10.15847/CIESOEMCR012013

Pinho, F., Marques, J., Góis, P. (2022). Portugal e Espanha, países para regressar. Uma análise comparativa de políticas de recuperação de emigrantes. *Cidades. Comunidades e Territórios*, 44, 104-120. https://doi. org/10.15847/cct.26508

Pires, R. P., Machado, F. L., Peixoto, J., Vaz, M. J., Pinho, F., Azevedo, J., Sabino, C., Chalante, S. (2010). *Portugal: Atlas das Migrações Internacionais*. Tinta-da-China.

Pires, R. P., Pereira, C., Azevedo, J., Vidigal, I., & Veiga, C. M. (2020). A emigração no século XXI. *Sociologia, Problemas e Práticas,* 94, 9-38. https://doi.org/10.7458/SPP20209419573

Pires, R. P., Vidigal, I., Pereira, C., Azevedo, J., Veiga, C. M. (2023). *Atlas da Emigração Portuguesa*. Observatório da Emigração, Editora Mundos Sociais. https://doi.org/10.15847/CIESMS0012023

Serviço de Estrangeiros, Fronteiras e Asilo. Relatórios de Imigração, Fronteiras e Asilo, 2000-2022. Ministério da Administração Interna, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. https://www.sef.pt/pt/pages/conteudo-detalhe.aspx?nID=92

Stalker, P. (1994). *The Work of Strangers: a Survey of International Labour Migration*. International Labour Office.

Agradecimentos

O meu interesse sobre a emigração portuguesa para Espanha teve início durante as funções de coordenação e investigação que exerci no Observatório da Emigração, em Portugal, há mais de 10 anos. Agradeço, portanto, ter tido a oportunidade de trabalhar neste projeto, ao qual ainda permaneço ligada como investigadora associada. Foi um gosto colaborar nesta publicação.

Papel das cidades transfronteiriças na cooperação entre Portugal e Espanha*

Eduardo Medeiros
(Instituto Politécnico de Setúbal e Instituto Universitário de Lisboa)

1. Introdução

Vivemos em uma era em que o mundo é delimitado por Estados-nação soberanos. Este paradigma do territorialismo apresenta várias armadilhas territoriais conhecidas que afetam, por exemplo, a implementação de processos de planeamento transfronteiriços e transnacionais (Faludi, 2018). De momento não se vislumbra no horizonte um caminho claro para a implementação de um paradigma de desterritorialização global (Medeiros et al., 2020). A transgressão das fronteiras estatais, bem como o complexo redimensionamento do Estado, em certos domínios políticos, tem sido, no entanto, uma realidade, pelo menos em certas partes do mundo, e durante certos períodos da nossa história (Sachs, 2020). Este tem sido o caso do período associado à construção política da União Europeia (UE). Como refere Rodríguez-Pose (2002), até recentemente, as fronteiras intra-UE não só delimitavam as fronteiras entre os Estados-membros, como também representavam uma série de barreiras ao comércio e custos adicionais. Um estudo mais recente sugere que se apenas 20% dos obstáculos legais e

* Este texto constitui uma revisão de um texto publicado num libro editado pelo autor – Medeiros E. & Neto, P. (2021) Border cities in Portugal-Spain and territorial development trends. In Medeiros E. (Ed.) (2021). *Border Cities and Territorial Development*. Regions and Cities Book Series, Routledge, New York, pp. 190-208.

administrativos existentes fossem removidos, as regiões fronteiriças ao longo das fronteiras nos países centrais da UE e da EFTA poderiam ter um produto interno bruto PIB significativamente mais elevado (EC, 2017).

Apesar da persistência no espaço europeu de um grande número de obstáculos transfronteiriços (socioeconómicos, culturais, de acessibilidades, institucionais, jurídico-administrativos, etc.), os programas Interreg-A (cooperação transfronteiriça) da UE têm sido cruciais para reduzir sistematicamente a maioria destas barreiras transfronteiriças nas fronteiras internas e externas da UE (Medeiros, 2018b; Reitel et al., 2018). O impacto positivo destes programas de cooperação transfronteiriça da UE na redução dos efeitos fronteiriços foi particularmente evidente na região fronteiriça luso-espanhola. Em primeiro lugar nos domínios da acessibilidade física, e depois nos restantes (Medeiros, 2010a; 2010b; 2011a; 2011b). Um desses impactos visíveis pode ser observado na criação de redes urbanas transfronteiriças, desde a constituição do Eixo Atlântico (PT Norte 19 cidades + Galiza ES 17 cidades) (Ladeiras et al., 2019) e, mais recentemente, na implementação de seis Eurocidades fronteiriças (Jurado-Almonte et al., 2020).

As vantagens dos processos de colaboração urbana transfronteiriça entre Portugal e Espanha já foram apresentadas em vários estudos, que destacaram como a dinâmica socioeconómica das cidades médias fronteiriças espanholas beneficia as cidades fronteiriças portuguesas próximas, através de um incremento dos fluxos comerciais e turísticos, bem como na cooperação técnica, científica e cultural. Entretanto, existem outros aspetos cruciais que podem potenciar as sinergias e complementaridades urbanas transfronteiriças, tais como: (i) a economia produtiva; (ii) as parcerias culturais; (iii) o ambiente e (iv) a cultura (DGOTDU, 2003; MAOTDR, 2007). O estabelecimento destas interdependências urbanas transfronteiriças, que caracterizam as cidades gémeas fronteiriças (Eskelinen & Kotilainen, 2005) só são possíveis, no caso ibérico, entre pequenas ou médias cidades, uma vez que não existe nenhuma grande área metropolitana na Raia Ibérica.

A análise das tendências de desenvolvimento territorial (ver Medeiros, 2019c) ao longo das últimas décadas das cidades transfronteiriças ibérica é, em grande parte, afetada pelo referido contexto territorial de despovoamento geral sistemático, e também pelo facto de se localiza-

rem, maioritariamente, em regiões desfavorecidas numa perspetiva socioeconómica (Trigal, 2002). Antes disso, as duas primeiras secções deste capítulo irão ilustrar respetivamente os principais contextos geográficos e históricos relacionados com a área fronteiriça luso-espanhola, ao longo das últimas décadas, com base na literatura disponível e em dados estatísticos (demográficos e económicos) atualizados para a as NUTS 3 de fronteira entre Portugal e Espanha. Uma análise mais detalhada de um estudo de caso específico (A Eurocidades Elvas PT – Campo Maior PT – Badajoz ES) é apresentada numa secção final. Este estudo de caso foi selecionado porque Badajoz é a maior cidade localizada perto da fronteira luso-espanhola (a segunda em toda a área fronteiriça depois de Vigo – ES), e porque não está muito longe de uma histórica cidade fronteiriça portuguesa (Elvas). Para este estudo de caso foi realizada uma série de entrevistas com *stakeholders* relevantes de ambas as cidades fronteiriças ibéricas, para complementar e atualizar os estudos existentes.

2. Região fronteiriça luso-espanhola: uma análise geográfica

Como diria Haggett (2001), os geógrafos estudam um continuum de ambientes bastante limitados de tamanhos variados. No caso deste capítulo, o foco da análise geográfica é a região fronteiriça luso-espanhola, também conhecida como Raia Ibérica (Trigal & Guichard, 2000). A delimitação precisa deste espaço fronteiriço é, como em muitos outros casos, particularmente difícil de fazer, pois depende de uma série de fatores complementares (Medeiros, 2019a). Para alguns, a delimitação da Raia Ibérica deve seguir o critério de delimitação de municípios fronteiriços (Cavaco, 1997). Para outros, essa delimitação implica uma seleção mista de municípios fronteiriços com províncias fronteiriças (Perronnet-Menault, 2000). Para esta análise, o autor decidiu seguir os critérios utilizados no primeiro programa Interreg-A da UE: a seleção das NUTS 3 de fronteira entre Portugal e Espanha (CE, 1990). Este é, evidentemente, um critério controverso, pois, por vezes, vastas áreas da zona fronteiriça delimitada têm pouco ou nenhum carácter fronteiriço. É o caso de vários territórios incluídos na NUTS 3 do Algarve (PT) e vastos territórios orientais de várias províncias espanholas (i.e. Badajoz, Cáceres, Salamanca, etc.). A vantagem de

usar este critério é, no entanto, a possibilidade de ter acesso a um grande conjunto de estatísticas comparáveis de ambos os lados da fronteira.

Do ponto de vista geográfico, a Raia Ibérica ocupa uma parcela territorial significativa da Península Ibérica (Figura 1), que inclui várias capitais regionais, com contingentes populacionais relativamente importantes a nível nacional e sobretudo a nível regional. Estas são, no entanto, na sua maioria, localidades de pequena dimensão com algumas cidades médias a nível nacional. Vários desses municípios estão mesmo enfrentando tendências de despovoamento sistemáticas (Tabela 1). Mesmo no lado espanhol da fronteira, onde se situam as maiores cidades fronteiriças, apenas as capitais regionais (provinciais) + Vigo e Badajoz, têm contingentes populacionais superiores a 50.000 habitantes. Ao todo, pode-se concluir que, do ponto de vista demográfico, a Raia Ibérica é um território sem uma área metropolitana muito grande no contexto ibérico e europeu. É ainda possível verificar uma predominância demográfica das capitais regionais, muitas das quais com tendências de despovoamento (Viana do Castelo, Faro, Évora, Vila Real, Chaves, Guarda, Bragança, Beja, Salamanca, Huelva, Ourense e Zamora).

Em 2019, a Raia Ibérica tinha uma população estimada de aproximadamente 5.465.330 habitantes, o que representa 9,5% da população total dos dois países ibéricos. Estes números evidenciam uma tendência sistemática de despovoamento desta zona fronteiriça na última década, com uma perda total de cerca de 267 mil habitantes. Como se pode verificar na Tabela 2, o lado português da fronteira é muito mais relevante a nível nacional do que o espanhol, do ponto de vista demográfico.

Para completar o quadro demográfico da Raia Ibérica, a utilização dos dados de densidade populacional de todas as freguesias (PT) e concelhos (ES) da Península Ibérica desvenda um panorama global de um território com baixos níveis de contingentes populacionais. As exceções são o eixo que liga Porto (PT) e Braga (PT) a Vigo (ES), a Noroeste da região fronteiriça, e o eixo Algarve (PT) – Huelva (ES), a sul. Por outro lado, as tendências populacionais nas últimas duas décadas mostram um vasto ponto de despovoamento na parte nordeste da Raia Ibérica. Isto confirma as conclusões de outros estudos que identificam esta região como um dos territórios europeus com maiores

perdas populacionais e maiores níveis de envelhecimento demográfico (CE, 2017, 2020), o que não é um fenómeno recente (Caramelo, 2007; Medeiros, 2011a; Perronnet-Menault, 2000; Trigal, 2002).

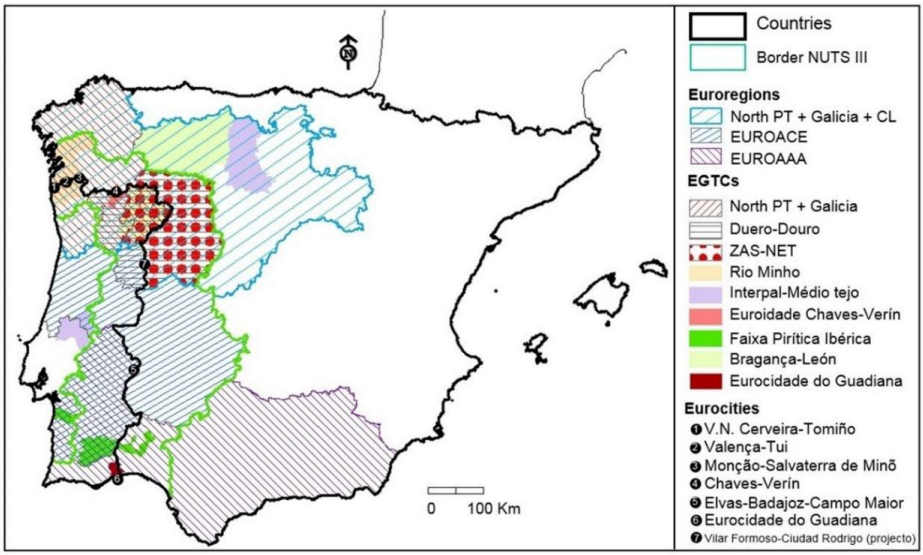


Figura 1. Entidades transfronteiriças na Raia Ibérica. Fonte: autor.

Portugal	2019	2009	1999	Espanha	2019	2009	1999
Braga -c	182,679	180,414	166,127	Vigo	295,364	297,332	283,670
Barcelos	116,187	121,116	122,278	Badajoz	150,702	148,334	136,613
Viana do Castelo -c	84,417	89,210	88,878	Salamanca -c	144,228	155,619	158,720
Loulé	68,697	69,538	60,337	Huelva -c	143,663	148,806	140,583
Faro -c	61,015	64,032	58,721	Ourense -c	105,233	107,742	109,120
Portimão	55,483	54,602	45,890	Cáceres -c	96,126	93,131	78,614
Évora -c	52,428	56,779	56,637	Pontevedra -c	83,029	81,576	74,139
Castelo Branco -c	51,987	56,224	55,922	Zamora -c	61,406	66,293	64,906
Vila Real -c	49,962	51,826	50,279	Mérida -c	59,335	56,395	50,387
Vila Verde	46,911	48,053	46,861	Plasencia	39,913	41,148	36,465
Covilhã	46,787	52,260	54,320	Vilagarcía Arousa	37,456	37,576	33,909
Olhão	44,405	44,922	41,256	Don Benito	37,151	35,791	31,367
Albufeira	41,528	39,859	32,405	Almendralejo	33,474	33,588	27,554
Ponte de Lima	41,315	43,799	44,342	Redondela	29,218	30,001	28,943

Chaves -c	39,343	41,785	43,563	Lepe	27,431	25,886	18,995
Guarda -c	38,969	42,880	43,831	Cangas	26,542	25,748	23,413
Silves	36,226	36,824	34,185	Villanueva Serena	25,667	25,838	23,717
Esposende	34,177	34,340	33,533	Marín	24,319	25,969	25,421
Bragança -c	33,607	35,431	34,916	Almonte	24,191	21,782	17,202
Beja -c	33,579	35,974	35,805	Ponteareas	22,877	23,172	17,938

Tabela 1. População (município) dos principais centros urbanos na Raia Ibérica. Nota: Dados para Portugal em 1999 referem-se a 2001; c- capital regional. Fonte: autor, com base em estatísticas regionais.

Território	2019	2009	1999
Portugal	10,295,909	10.573.479	10,394,669
Fronteira NUTS 3	2,122,776	2,270,885	2,283,902
Fronteira NUTS 3 (%)	20.6	21.5	22.0
Espanha	47,026,208	46,745,807	40,202,160
Fronteira NUTS 3	3,342,554	3,461,492	3,341,282
Fronteira NUTS 3 (%)	7.11	7.40	8.31
Portugal e Espanha	57,322,117	57,319,286	50,596,829
Fronteira NUTS 3	5,465,330	5,732,377	5,625,184
Fronteira NUTS 3 (%)	9,5	10,0	11,1

Tabela 2. Tendências demográficas na Raia Ibérica no contexto ibérico. Nota: Dados para Portugal em 1999 referem-se a 2001. Fonte autor, com base em estatísticas regionais.

Para alguns, os aspetos mentais das fronteiras podem ser mais relevantes do que os materiais (Guichard et al., 2000). Ainda assim, é inegável que a análise geográfica das fronteiras constitui uma ferramenta útil para melhor compreender as principais características da região fronteiriça. Como seria de esperar, as tendências de despovoamento de grande parte do território da Raia Ibérica espelham desafios socioeconómicos. Com efeito, genericamente, do ponto de vista socioeconómico, a zona fronteiriça luso-espanhola abrange sobretudo regiões socioeconomicamente frágeis e periféricas (Rivera & Vázquez, 2018). Com mais de 1.200km, a fronteira da Raia Ibérica e sua área envolvente é genericamente conhecida por: (i) baixos níveis de densidades demográficas; (ii) uma população envelhecida; (iii) uma econo-

mia com um setor primário significativo; (iv) baixos níveis de inovação no setor secundário, maioritariamente assentes em pequenas empresas e um setor terciário largamente dependente da iniciativa pública; (v) uma fraca rede urbana na área próxima à fronteira, com predominância de pequenos aglomerados urbanos; (vi) um quadro jurídico/político distinto; e (vii) baixos níveis de transporte público transfronteiriço (Castro, 2008).

Um estudo recente sobre as tendências de coesão territorial das regiões ibéricas, (Medeiros & Rauhut, 2020) demonstrou que o território abrangido pela Raia Ibérica apresentou, na sua maioria, tendências de exclusão territorial na última década, no contexto ibérico, face ao objetivo de coesão territorial pretendido. Vários outros estudos apresentam um quadro semelhante (CE, 2020; Medeiros, 2010a) em que as NUTS 3 do nordeste da Raia Ibérica são as que enfrentam tendências de desenvolvimento socioeconómico menos positivas ao longo das últimas décadas. Um indicador económico relativamente recente (PIB) essa região a par das regiões mais pobres de toda a Península Ibérica.

Finalmente, do ponto de vista da geografia física, importa sublinhar que as únicas barreiras físicas relevantes são colocadas pela presença dos mais formidáveis rios ibéricos (Tejo, Douro, Guadiana) juntamente com o rio Minho a Norte. Estes delimitam vários quilómetros da linha de fronteira ibérica. Apesar de terem sido amplamente mitigados por muitos projetos financiados por fundos da UE (i.e. Interreg-A), especialmente entre 1990 e 2006 (Medeiros, 2010a; 2011b), que melhoraram consideravelmente as acessibilidades transfronteiriças (construção e melhoria de estradas e pontes), existem ainda algumas passagens fronteiriças (ou seja, Algarve-Andaluzia) que dependem de uma única passagem rodoviária transfronteiriça (Ponte do Guadiana – ainda o maior projeto Interreg-A da UE sob um prisma financeiro). Além dos rios, a presença de montanhas e outros obstáculos físicos não constituem barreiras significativas aos fluxos transfronteiriços na Raia Ibérica. O que é problemático, no entanto, é a reduzida presença de transportes públicos transfronteiriços (Medeiros, 2010a; 2019b) em quase todas as passagens transfronteiriças, mesmo naquelas com maior fluxo transfronteiriço: Porto (PT) – Vigo (ES); Faro (PT) – Huelva (ES) e Évora (PT) – Mérida (ES).

3. O processo de cooperação transfronteiriça entre Portugal--Espanha: uma perspetiva histórica

Durante a maior parte dos seus 800 anos de história, as relações políticas entre Portugal e Espanha foram marcadas por um processo de cooperação *back-to-back* devido à peculiar estrutura de desconfiança existente entre os dois grandes Estados ibéricos (Rivera & Vázquez, 2018). Muitas vezes concebida como uma das fronteiras mais antigas e praticamente inalteradas da Europa, a linha de fronteira entre Portugal e Espanha foi definida pela primeira vez no Tratado de Alcañices em 1297 entre Castela e Portugal (Trillo-Santamaría & Paül, 2014). A sua demarcação legal é, no entanto, relativamente recente, tendo sido estabelecida sobretudo através do Tratado de Lisboa (1864) e do aditamento de 1926 (Lois & Cairo, 2015). Acresce que, ao contrário do que acontece em várias fronteiras europeias (ver Lundén, 2006), a fronteira entre Portugal e Espanha não se caracteriza por alterações sistemáticas na delimitação das fronteiras nacionais, e consequentemente em justaposições culturais.

Em 1977, o Tratado de Amizade e Cooperação entre Espanha e Portugal iniciou uma nova era para um processo mais formal e frutífero de cooperação ibérica (Jurado-Almonte et al., 2020). No plano prático, porém, esta cooperação formal só começou a ser forjada com a adesão dos dois países ibéricos à UE, em 1986 (Rodrigues & Pérez, 2010), e sobretudo com a sua participação na primeira (1990-1993) Iniciativa Comunitária Interreg-A da UE (Medeiros, 2010a). No fundo, um efeito combinado entre o financiamento da UE e a vontade institucional levou ao surgimento do processo de cooperação transfronteiriça mais formal e robusto entre os dois países ibéricos (Rivera & Vázquez, 2018). De forma pragmática, esses efeitos podem ser vistos em: aumentos de transações económicas e fluxos de transporte; intercâmbios sociais e culturais transfronteiriços; ou a construção de entidade e projetos de cooperação transfronteiriça (Trillo-Santamaría & Paül, 2014). Além disso, o programa Interreg-A da UE foi particularmente importante para melhorar as conexões físicas transfronteiriças ao longo da fronteira da Raia Ibérica (Medeiros, 2010a, 2011b), que de fato facilitaram os fluxos transfronteiriços em várias passagens transfronteiriças (Trillo-Santamaría, 2014). Este novo cenário contrastava com as

anteriores formas de colaboração transfronteiriça de caracter marcadamente informal, consubstanciadas em parte pelo contrabando (Amante, 2010). Curiosamente, nas zonas rurais fronteiriças, os fluxos transfronteiriços tendem a ser significativamente mais ativos quando a fronteira está fechada, pois existem condições para explorar economicamente essas características (Amante, 2013), em particular quando existem diferenças claras entre os preços de determinados produtos procurados (Lundén, 2004).

Um dos impactos mais visíveis da implementação dos programas transfronteiriços da UE na Raia Ibérica foi o alargamento sistemático da institucionalização de entidades transfronteiriças além-fronteiras, particularmente na região do Norte de Portugal e da Galiza (Oliveira, 2015; Pérez-Nieto, 2016). Concebidas como mecanismos de democratização através da descentralização dos órgãos governamentais locais e/ou regionais (González-Gómez & Gualda, 2016), estas entidades estão implementadas ao longo da fronteira entre Portugal e Espanha desde 1990, tendo ultrapassado as 100 entidades num espaço de uma década (Medeiros, 2010a). O que é notável é a quantidade de entidades transfronteiriças de base territorial estabelecidas nesta antiga região fronteiriça europeia desde 2008, que incluem Eurorregiões, Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT) e Eurocidades, cobrindo todo o escopo da Raia Ibérica e até vastos territórios adjacentes (Fig. 1).

Para Rivera & Vázquez (2018), o desenvolvimento da institucionalização transfronteiriça pode ser dividido em quatro fases distintas. A primeira desenvolveu-se no início da década de 1990 com a constituição de várias comunidades de trabalho transfronteiriças, como a do Norte de Portugal – Galiza e a do Norte de Portugal – Castilla & León (Medeiros, 2014). Esta fase criou a plataforma para um processo mais sustentável e perene de cooperação formal entre as nações ibéricas que consolidou uma segunda fase de cooperação mais formal. Uma terceira fase é iniciada em meados dos anos 2000, com a constituição das primeiras Eurorregiões Ibéricas (Medeiros, 2013) e logo a seguir com a constituição do primeiro AECT Ibérico (Norte de Portugal-Galiza), em 2008. A quarta fase segue-se com a criação em 2010 da rede transfronteiriça ibérica (2009–2015), que se pretendia como a primeira macrorregião europeia em território ibérico: Regiões do Sudoeste Europeu – RESOE.

As zonas fronteiriças, enquanto espaços de confluência de tradições, leis e diferentes arranjos territoriais, apresentam desafios específicos para o estabelecimento de estratégias comuns de desenvolvimento (Vaz & Soto, 2020). Uma vantagem potencial da implementação de Eurocidades, por exemplo, é o seu papel na redução das barreiras fronteiriças associadas à mobilidade de trabalhadores transfronteiriços. Espera-se que o estabelecimento de Eurocidades contribua para aumentar a integração territorial em regiões transfronteiriças por meio de uma alocação mais eficiente de mão de obra (Pires & Nunes, 2018) e reduzir os custos de transação (Lange, 2018). Além dos aspetos principais relacionados à cooperação *hard* (apoio financeiro e técnico), o estabelecimento de entidades transfronteiriças traz elementos positivos de cooperação *soft*, como a construção de confiança e a consolidação de processos de ordenamento transfronteiriço (Lange & Pires, 2018). Desenvolvidas no quadro das políticas de cooperação territorial da UE, as Eurocidades Ibéricas surgiram ao nível local, agrupando localidades que se juntam para atender a serviços públicos com menor custo (Jurado-Almonte et al., 2020) (Tabela 3). Na Raia Ibérica, as Eurocidades são vistas como novas estruturas de governança transfronteiriça e um exemplo novo e empolgante de compromisso local com a cooperação transfronteiriça. Estas novas instituições estabelecem-se com base em diferentes objetivos comuns, como o dinamismo económico, o turismo, a mobilidade, a sustentabilidade e o acesso a financiamento (Jurado-Almonte et al., 2020).

Nome	Data	Habitantes
AECT Euricidade Chaves–Verín	18.12.2007 / 17.07.2013 in AECT	55,500
Euricidade Tui–Valença do Minho	10.02.2012	31,000
Euricidade of the Guadiana (Ayamonte–Vila Real de Santo António–Castro Marim)	09.05.2013 / 07.02.2018 in AECT	46,000
Euricidade Monção–Salvaterra de Miño	28.03.2015	29,000
Euricidade EUROBEC (Elvas–Badajoz–Campo Maior)	03.05.2018	190,000
Euricidade Cerveira–Tomiño	04.10.2018	23,000

Tabela 3. As Eurocidades da Raia Ibérica. Fonte: Autor, baseado em (Jurado-Almonte et al., 2020)

O crescimento urbano varia muito entre cidades, estando dependente de processos de suburbanização (ESPON SPIMA, 2018). Num mundo em que mais de 50% da população habita em áreas urbanas, os desafios cruciais do desenvolvimento territorial têm uma forte dimensão urbana. Tomando o exemplo europeu, dados recentes mostraram que uma comparação do desempenho económico entre cidades europeias indica que as grandes cidades apresentam uma performance superior às demais, e que as capitais e regiões metropolitanas de grande dimensão populacional tiveram um desempenho melhor durante a crise económica de 2008 do que outras regiões metropolitanas e não metropolitanas. As cidades de pequena e média dimensão, porém, constituem a espinha dorsal do território europeu e têm um papel importante a desempenhar no desenvolvimento e coesão territorial do espaço Europeu (CE, 2014).

Vários estudos já apontavam para a crescente importância do papel das aglomerações urbanas no desenvolvimento socioeconómico, cultural, tecnológico e político, num mundo cada vez mais afetado por dinâmicas globais. Nesse contexto, as cidades servem como polos cruciais de atração para processos de inovação e desenvolvimento socioeconómico (Nijkamp, & Kourtit, 2013), bem como para a produção de fontes sustentáveis de energia (Hatti, 2019; Medeiros, 2020). Estas representam cerca de 80% do uso de energia e geram até 85% do PIB da Europa, tornando-os motores da economia europeia e catalisadores de criatividade e inovação em toda a UE (CE, 2021).

Com base numa classificação comparável de cidades europeias produzida no âmbito do European Territorial Observatory Network (ESPON), que identificou um conjunto de Áreas Metropolitanas de Crescimento Urbano (MEGAs) e Áreas Urbanas Funcionais (FUAs), para o espaço europeu, é possível verificar uma relativa fragilidade do sistema urbano da Raia Ibérica no contexto ibérico. Em primeiro lugar, não há uma única MEGA na Raia Ibérica. Em segundo lugar, existem vastas áreas sem uma única FUA. As que existem concentram-se em três eixos urbanos transfronteiriços: (i) Norte de Portugal – Galiza: Braga (PT) + Vigo e Ourense (ES); (ii) Alentejo – Extremadura: Évora (PT) + Badajoz e Cáceres (ES); e (iii) Algarve – Andaluzia: Faro (PT) + Huelva (ES). As duas FUAs restantes são as capitais regionais de Salamanca e Zamora (ES), sem contrapartida semelhante do outro lado da fronteira.

Os dados demográficos aplicados às cidades da Raia Ibérica evidenciam estes três principais eixos urbanos transfronteiriços. Isso explica as tendências de despovoamento nas áreas fronteiriças fora de sua influência e, portanto, a importância dos povoamentos urbanos para reter os contingentes demográficos raianos. As regiões de fronteira, no entanto, deverão ter a presença de cidades médias para poderem atrair atividades económicas relevantes e manter serviços públicos essenciais (Medeiros & Rauhut, 2020). Isto explica porque a parte nordeste portuguesa da fronteira mostra tendências sistemáticas de despovoamento, apesar de ter um número relativamente grande de cidades. São, no entanto, em sua maioria, pequenas cidades localizadas em uma região pouco desenvolvida do ponto de vista socioeconómico, sendo que todas elas têm vido a perder sistematicamente habitantes nas últimas décadas.

Uma análise global das tendências demográficas em todas as cidades da Raia Ibérica revela um cenário preocupante em que um número significativo destas tem vindo a perder habitantes nas últimas décadas, o que é um sinal revelador de fragilidades nos processes de desenvolvimento territorial. As exceções são, mais uma vez, algumas capitais regionais localizadas nos três eixos urbanos transfronteiriços acima referidos. Mas mesmo algumas delas, como a grande cidade fronteiriça de Badajoz (ES) não tem revelado uma dinâmica demográfica muito positiva, face às cidades localizadas junto ao Atlântico (noroeste e sul da fronteira).

4. O caso Elvas-Badajoz-Campo Maior Eurocidade

A Eurocidade de Elvas-Badajoz-Campo Maior (EUROBEC) situa-se no sudoeste da Península Ibérica, na fronteira entre Portugal e Espanha, nas regiões do Alentejo (Portugal) e da Estremadura (Espanha) (Ver Fig. 1). Trata-se de um projeto de cooperação transfronteiriça, formalizado através de protocolo assinado a 3 de maio de 2018. Este protocolo visa criar um órgão de cooperação transfronteiriça, desprovido de personalidade jurídica, sob a forma de grupo de trabalho para acompanhar, promover, coordenar, apoiar e/ou realizar atividades de cooperação transfronteiriça.

A EUROBEC situa-se na área de intervenção da Eurorregião EUROACE, uma entidade constituída por três regiões: Alentejo (Portu-

gal), Centro (Portugal) e Extremadura (Espanha). Foi fundada a 21 de setembro de 2009 em Vila Velha de Ródão, com a assinatura de um protocolo que, com efeito, constituiu a comunidade de trabalho EUROACE. Este evento confirmou a vontade das três regiões de reforçar e dinamizar a sua cooperação. Este novo acordo é a base legal para a criação de uma grande Eurorregião entre estas três regiões. A ideia é iniciar um novo período de colaboração em que possam trabalhar juntos em projetos mais próximos e úteis para os cidadãos, empresas e sociedade em geral.

A EUROBEC está a ser promovida através do projeto "Building Eurocity Badajoz-Elvas-Campo Maior", cofinanciado pela UE com o apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do Programa Interreg V-A Espanha-Portugal (POCTEP) 2014--2020. No futuro imediato, está previsto um nível mais alargado de formalização institucional desta Eurocidade, por exemplo, recorrendo à figura jurídica do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT).

Através da EUROBEC, os municípios de Elvas, Campo Maior e Badajoz pretendem reforçar uma relação institucional que os leve a cooperar através da troca de informação e da organização de projetos e ações conjuntas, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida na região e estabelecer compromissos para avançar nesta cooperação transfronteiriça, promovendo a criação de economias de escala. A criação da Eurocidade Elvas-Badajoz-Campo Maior permitirá aos seus cidadãos adquirir uma nova dimensão na estrutura dos três municípios, no espaço transfronteiriço entre Portugal e Espanha, nos seus países e na União Europeia. Em concreto, esta Eurocidade permite facilitar a partilha de serviços, equipamentos e infraestruturas, permitindo aos munícipes de cada um dos concelhos aproveitar as oportunidades e o que de melhor cada tem para oferecer.

A atividade da Eurocidade atua nos seguintes aspetos fundamentais das políticas de desenvolvimento: (a) equipamentos rurais e urbanos; (b) energia; (c) transportes e comunicações; (d) educação, ensino e formação profissional; (e) património, cultura e ciência; (f) lazer e desporto; (g) saúde; (h) ação social; (i) habitação; (j) protecção civil; (k) meio ambiente e saneamento básico; (l) defesa do consumidor; (m) promoção do desenvolvimento; (n) ordenamento do território e urba-

nismo; (o) polícia Municipal; e (p) cooperação externa. De seguida, apresentam-se os principais objetivos da EUROBEC:

- Criação de uma plataforma digital para a cooperação da Eurocidade;
- Identificação de mapa de atores da cooperação;
- Produção de documento orientador da estrutura administrativa;
- Criação da agenda comum de eventos desportivos da Eurocidade;
- Criação da agenda comum de eventos culturais da Eurocidade;
- Elaboração de tabela de mobilidade laboral;
- Elaboração de relatório de mobilidade laboral;
- Promoção de serviços de aluguer, programas de transporte, cooperação turística;
- Criação de roteiros turísticos Eurobec;
- Promoção cartão da Eurocidade;
- Criação de programa de intercâmbio entre centros de formação;
- Promoção de ação cultural comum na rede de bibliotecas;
- Criação de um laboratório de interação social;
- Promoção de reuniões do observatório da Eurocidade;
- Promoção conjunta dos principais setores estratégicos;
- Elaboração de um projeto de plano de promoção conjunta; e
- Organização de eventos de promoção interna

Por outro lado, a EUROACE é a primeira Eurorregião com carácter tripartido na fronteira hispano-portuguesa. A sua organização não está legalmente constituída e, por isso, possui uma estrutura aberta e dinâmica, deixando a porta aberta a todas as entidades e organizações das três regiões, tanto públicas como privadas, que queiram participar. O objetivo da EUROACE é incentivar a cooperação transfronteiriça e inter-regional entre as três regiões (Alentejo, Algarve e Andaluzia), de modo a promover o desenvolvimento integral dos seus territórios e melhorar as condições de vida dos seus cidadãos, através da concretização dos seguintes objetivos principais: (i) conceber estratégias transfronteiriças de desenvolvimento territorial, e coordenar e garantir o seu acompanhamento; (ii) assegurar a consistência das diferentes dinâmicas de cooperação na fronteira entre as três regiões; (iii) promover e aprovar iniciativas que aproximem os agentes das três regiões, tendo como objetivo último a criação e reforço de redes de cooperação trans-

fronteiriça; (iv) incentivar a cooperação de segunda geração, orientada para a eliminação de gastos fronteiriços e melhorar as condições de vida dos cidadãos das três regiões, principalmente através da otimização de recursos e uso compartilhado de infraestrutura, equipamentos e serviços.

5. Conclusão

Embora seja sabido que várias cidades europeias superam os seus países em termos de desempenho socioeconómico e que as cidades ajudam a economia nacional a tornar-se mais competitiva à escala global (EC, 2016), as cidades fronteiriças tendem a ter contingentes populacionais reduzidos no contexto nacional, e a estar localizadas em regiões socioeconomicamente menos desenvolvidas. É exatamente este o caso das cidades localizadas na Raia Ibérica, dominada por vastas regiões despovoadas e socioeconomicamente menos desenvolvidas, bem como por uma rede urbana transfronteiriça mal articulada. As exceções são os dois eixos urbanos transfronteiriços litorais (PT Norte – Galiza ES + Algarve PT – Andaluzia ES) e o eixo Évora – Badajoz – Mérida.

Ao todo, as maiores cidades fronteiriças da Raia Ibérica são as capitais regionais de ambos os lados da fronteira, com poucas exceções, como Vigo e Badajoz (ES). Poucas são as cidades transfronteiriças da Raia Ibérica que não perderam população nas últimas duas décadas. Isso significa que essas cidades fronteiriças de baixa ou média dimensão precisam mobilizar melhor seu capital territorial e capacidade institucional para inverter as tendências atuais de atraso no desenvolvimento, atraindo atividades de maior valor acrescentado. Face a este declínio demográfico de longa duração, muitas das cidades fronteiriças da Raia Ibérica podem travar este círculo vicioso negativo estabelecendo formas institucionais de redes urbanas transfronteiriças. É o caso da iniciativa Eixo Atlântico, que desde meados da década de 1990 ligou 36 cidades fronteiriças da zona fronteiriça do Norte (PT) e da Galiza (ES).

Mais recentemente (desde 2007), no entanto, seis Eurocidades foram estabelecidas para promover processos de cooperação urbana transfronteiriça na fronteira luso-espanhola. Quatro situam-se a norte (Eurocidade Monção–Salvaterra de Miño + Eurocidade Tui–Valença do Minho + Eurocidade Cerveira–Tomiño + AECT Eurocidade Cha-

ves–Verín) e duas a sul (Eurocidade do Guadiana (Ayamonte–Vila Real de Santo António–Castro Marim + Eurocidade EUROBEC Elvas–Badajoz–Campo Maior). Outra está em preparação na zona centro da fronteira. No contexto europeu, apenas a cidade de Badajoz é considerada como FUA (Área Urbana Funcional), o que significa que as restantes são maioritariamente cidades de pequena dimensão, nos contextos nacional, ibérico e europeu, pelo que estas iniciativas transfronteiriças são ainda mais desafiantes, sobretudo nos tempos de pandemia que agora vivemos (2020), que em muito afetaram os anteriormente estabelecidos fluxos transfronteiriços.

Apesar de ser uma iniciativa de cooperação transfronteiriça relativamente recente (implementada em 2018), os objetivos da EUROBEC foram apresentados na última seção do artigo para fornecer ao leitor novas informações sobre um dos projetos de Eurocidades Ibéricas em operação. No essencial, a EUROBEC visa facilitar processos de cooperação transfronteiriça na zona transfronteiriça Alentejo-Extremadura que possam facilitar a vida dos trabalhadores e residentes fronteiriços. Para tal, pretende, entre outros objetivos, melhorar a partilha transfronteiriça de serviços, equipamentos e infraestruturas pelos cidadãos de cada um dos três concelhos envolvidos (Elvas – Campo Maior – PT e Badajoz – ES), e reforçar as já estabelecidas redes transfronteiriças na zona fronteiriça. Em suma, apesar de muitas conquistas positivas visíveis na implementação da colaboração entre cidades transfronteiriças ao longo da Raia Ibérica, é claro que ainda existem muitos desafios pela frente, em particular, no apoio a processos de ordenamento transfronteiriço que levem a uma integração mais integrada território fronteiriço ibérico

Referências bibliográficas

Amante, M. (2010). Local discursive strategies for the cultural construction of the border: The case of the Portuguese–Spanish border, *Journal of Borderlands Studies*, 25 (1), 99-114.

Amante, M. (2013). Recovering the Paradox of the Border: Identity and (Un)familiarity Across the Portuguese–Spanish Border, *European Planning Studies*, 21 (1), 24-41.

Caramelo, S. (2007). *União Europeia, Fronteira e Território*, Campo das Letras.

Castro, L. D. (2008). *A cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha*, Biblioteca dos Estudos Estratégicos, Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.

Cavaco, C. (1997). Fronteira Portuga-Espanha e individualidade territorial, *Finisterra*, XXXII (63), 59-166.

DGOTDU (2003). *Sistema urbano nacional. Síntese*, Colecção Estudos 7, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

EC (1990). *INTERREG – Community Initiatives*, Directorate General for Regional Policy Commission of the European Communities.

EC (2014). *The urban dimension of EU policies – Key features of an EU urban agenda*. COM (2014) 490 final, European Commission.

EC (2016). *The State of European Cities 2016*. European Commission.

EC (2017). *Seventh report on economic, social and territorial cohesion*, European Commission.

EC (2020). *Eurostat regional yearbook 2019*, Eurostat.

EC (2021). *Urban Development*, European Commission.

Eskelinen, H. & Kotilainen, J. (2005). A vision of a Twin City: Exploring the only case of adjacent urban settlements at the Finnish-Russian Border, *Journal of Borderlands Studies*, 20 (2), 31-46.

ESPON SPIMA (2018). *Spatial dynamics and strategic planning in metropolitan areas,* Final Report Version 5 March 2018, ESPON.

Faludi, A. (ed.) (2018). *The Poverty of Territorialism. A Neo-Medieval View of Europe and European Planning*, Edward Elgar.

González-Gómez, T. & Gualda, E. (2016). Reporting a bottom-up political process: Local perceptions of crossborder cooperation in the southern Portugal–Spain region, *European Urban and Regional Studies,* 23 (3), 468--480.

Guichard, F.; Trigal, L.; Marrou, L. (2000). *Itinerarios transfronterizos en la Península Ibérica*, Fundación Rei afonso Henriques.

Haggett, P., (2001). *Geography. A global synthesis.* Prentice Hall.

Hatti, M. (ed.) (2019). *Renewable Energy for Smart and Sustainable Cities Artificial Intelligence in Renewable Energetic Systems*, Springer.

Jurado-Almonte, J. M.; Pazos-García, F.J.; Castanho, R.A. (2020). Eurocities of the Iberian Borderland: A Second Generation of Border Cooperation Structures. An Analysis of Their Development Strategies, *Sustainability,* 2020 (12), 6438.

Ladeiras, A. L.; Carricoba, C; Pardo, C. & Fernández-Prado, M. (2019). *Impacto do Turismo na Morfologia Urbana dos Municípios do Eixo*

Atlântico, Cadernos de Cooperação do Eixo Atlântico, Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.

Lange, E. (2018). Cross-border Cooperation in Action: Taking a Closer Look at the Galicia–North of Portugal European Grouping of Territorial Cooperation, *Journal of Borderlands Studies*, 33 (3), 415-431.

Lange E., Pires I. (2018). The Role and Rise of European Cross-Border Entities. In: Medeiros E. (eds) *European Territorial Cooperation. The Urban Book Series* (pp. 135-149). Springer.

Liberato, D.; Alén, E.; Liberato, P. & Domínguez, T. (2018). Governance and cooperation in Euroregions: border tourism between Spain and Portugal, *European Planning Studies*, 26 (7), 1347-1365.

Lois, M & Cairo, H. (2015). Heritageized Places and Spatial Stories: B/Ordering Practices at the Spanish-Portuguese Raya/Raia, *Territory, Politics, Governance*, 3 (3), 321-343.

Lundén T. (ed.) (2004). *On the Boundary. About humans at the end of territory*. Södertörns Högskola.

Lundém, T. (ed) (2006). Crossing the border. Boundary relations in a changing Europe*, Baltic and East European Studies 9*, Förlags ab Gondolin.

MAOTDR (2007). *PNPOT – Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território*, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Medeiros, E. (2010a). Old vs Recent Cross-Border Cooperation: Portugal--Spain and Sweden-Norway, *AREA*, 42 (4), 434-443.

Medeiros, E. (2010b). *A cooperação transfronteiriça: Portugal-Espanha e Suécia-Noruega. Efeito Barreira e impactos territoriais do INTERREG-A*, Tese de Doutoramento, IGOT – Universidade de Lisboa.

Medeiros, E. (2011a). *Efeito Barreira e Cooperação Transfronteiriça na Raia Ibérica*, Centro de Estudos Ibéricos / Âncora Editora.

Medeiros, E. (2011b). (Re)defining the concept of Euroregion, *European Planning Studies*, 19 (1), 141-158.

Medeiros, E. (2013). Euro-Meso-Macro: The new regions in Iberian and European Space, *Regional Studies*, 47 (8): 1249-1266

Medeiros, E. (2014). Cross-border cooperation in Raia Ibérica: the role of the INTERREG in building territorial networks. In I. Pires e L. Domínguez Castro (eds.), *Cross Border Cooperation Structures in Europe, learning from the Past to the Future* (pp. 135-154), Euroclio Studies and Documents, P.I.E. Peter Lang.

Medeiros E. (2018a). Should EU cross-border cooperation programmes focus mainly on reducing border obstacles, *Documents d"Anàlisi Geogràfica*, 64 (3), 467-491.

Medeiros E. (2018b). The Role of European Territorial Cooperation (ETC) in EU Cohesion Policy. In Medeiros E. (ed.), *European Territorial Cooperation* (pp. 245-265), The Urban Book Series**,** Springer.

Medeiros E. (2019a). Delimiting Cross-Border Areas for policy implementtation: a multi-factor proposal, *European Planning Studies*, 28 (1), 125--145.

Medeiros, E. (2019b). Cross-Border Transports and Cross-Border Mobility in EU Border Regions, *Case Studies on Transport Policy*, 7 (1), 1-12

Medeiros, E. (2019c). Spatial Planning, Territorial Development and Territorial Impact Assessment. *Journal of Planning Literature*, 34 (2), 171-182.

Medeiros, E. (2020). Urban SUNstainability: a multi-dimensional policy evaluation framework proposal, *CIDADES, Comunidades e Territórios*, 40 (Jun/2020),117-133.

Medeiros, E.; Rauhut, D. (2020). Territorial Cohesion Cities: a policy recipe for achieving Territorial Cohesion? *Regional Studies*, 54 (1), 120-128

Medeiros, E. Guillermo-Ramírez, M.; Ocskay, G.; & Peyrony, J. (2020). Covidfencing effects on cross-border deterritorialism: the case of Europe. *European Planning Studies*. https://doi.org/10.1080/09654313.2020.1818185.

Nijkamp, P.; Kourtit, K. (2013). The "New Urban Europe": Global Challenges and Local Responses in the Urban Century, *European Planning Studies*, 21 (3), 291-315

Oliveira, E. (2015). Constructing regional advantage in branding the cross--border Euroregion Galicia–northern Portugal, *Regional Studies, Regional Science*, 2 (1), 341-349.

Pérez-Nieto, E. (2016). Centralization as a Barrier to Cross-Border Cooperation? Some Preliminary Notes from an Iberian Approach, *Journal of Borderlands Studies*, 31 (4), 481-495.

Perronnet-Menault, M. (2000). La zone frontaluère hispano-portugaise: un espace en crise démographique grave? In Trigal, L.; Guichard, F. (eds.) *La frontera hispano-portuguesa: nuevo espácio de atracción y cooperación* (pp. 299-308), Fundación Rei Afonso Henriques.

Pires, I. & Nunes, F. (2018). Labour mobility in the Euroregion Galicia–Norte de Portugal: constraints faced by cross-border commuters, *European Planning Studies*, 26 (2), 376-395.

Reitel B., Wassenberg B., Peyrony J. (2018). The INTERREG Experience in Bridging European Territories. A 30-Year Summary. In Medeiros, E. (ed.),

European Territorial Cooperation. The Urban Book Series (pp. 7-23). Springer.

Rivera, P. & Vázquez, F. (2018). Institutional Aspects of Portugal-Spain Cross-Border Cooperation, *Journal of Borderlands Studies*, 33 (4), 585-604.

Rodrigues, T. F. & Pérez, R. (eds.) (2010). *Portugal e Espanha – Crise e Convergência na União Europeia,* Tribuna da História – Edição de Livros e Revistas, Unipessoal Lda.

Rodríguez-Pose, A. (ed.) (2002). *The European Union. Economy, Society, and Policy,* Oxford University Press.

Sachs, J. (2020). *The Ages of Globalization. Geography, Technology, and Institutions.* Columbia University Press.

Trigal, L. L. & Guichard, F. (2000). *La frontera hispano-portuguesa: Nuevo espacio de atracción y cooperación*, Fundación Rei Afonso Henriques.

Trigal, L. L. (2002). Articulación Territorial y Cooperación Transfronteriza de Castilla y León con Portugal. In *La cooperación transfronteriza Hispano--Portuguesa en 2001* (pp. 57-65), Fundación Rei Afonso Henriques / Editorial Tecnos.

Trillo-Santamaría, J. (2014). Cross-Border Regions: The Gap Between the Elite"s Projects and People"s Awareness. Reflections from the Galicia--North Portugal Euroregion, *Journal of Borderlands Studies,* 29 (2), 257--273.

Trillo-Santamaría. J. & Paül, V. (2014). The Oldest Boundary in Europe? A Critical Approach to the Spanish-Portuguese Border: The Raia Between Galicia and Portugal, *Geopolitics*, 19 (1), 161-181.

Vaz, D. & Soto, J. (2020). Landscape and post-rurality in a European borderland. The Raia Central Ibérica, *European Planning Studies*, 28 (4), 691-712.

Cooperação transfronteiriça Portugal-Espanha na proteção ambiental*

Iva Pires
(Universidade Nova de Lisboa)

1. Introdução

A fronteira entre Portugal e Espanha, definida nos Tratados de Zamora (1143), de Badajoz (1267) e de Alcañices (1297), é considerada uma das mais longas, antigas e estáveis da Europa (Trillo e Paül, 2014). Porém, o último conflito bélico entre os dois países é relativamente recente, data do século XIX, aconteceu em 1801, durante a Guerra das Laranjas, na qual o exército espanhol, aliado da França, invadiu o território português e conquistou algumas povoações de fronteira (Pires, 2015). Findo esse conflito, a delimitação das fronteiras resultou da necessidade de reduzir o "estado de desassocego em que se encontram muitos povos situados nos confins de ambos os Reinos por nâo existir uma demarcaçâo bem definida do territorio, [...] e aos desagradaveis conflictos que por tal motivo se suscitam en varios pontos de raia, estabelecer e consolidar a paz e harmonia entre os povos limítrofes" (TRATADO DE LIMITES, 1864, n. p.).

No Tratado dos Limites, os rios foram utilizados para definir as fronteiras. O Artigo XXVIII clarifica que o troço internacional de cursos de água deve ser de uso comum aos povos de ambos os Reinos.

* Este texto retoma parte de um outro da mesma autora Pires, I. (2021) A Cooperação Transfronteiriça na Proteção do Ambiente: exemplos na fronteira Portugal-Espanha, in Edgar da Costa, Inês Gusman, Maristela Ferrari e Ruben Gonzalez (Org.) *Fronteira, território e ambiente: diálogos entre América Latina e Europa* (pp. 361-388). Cascavel PR: Editora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Edunioeste.

Assim, as fronteiras ficaram em definitivo demarcadas desde a foz do Rio Minho até à confluência da Ribeira do Caia com o Rio Guadiana. O restante troço da fronteira só foi demarcado por um novo Tratado dos Limites, em 1926, desde a confluência da Ribeira de Cuncos com o Rio Guadiana até à foz desse rio internacional.

Porque os ecossistemas não reconhecem fronteiras administrativas a cooperação transfronteiriça, que se iniciou quando os dois países instauraram um regime democrático, em 1974 em Portugal e em 1977 em Espanha com a realização das primeiras eleições democráticas, e se intensificou desde então, incluiu também a área do ambiente.

Portugal e Espanha partilham uma enorme riqueza ambiental, que se distribui pelos dois lados da fronteira e que inclui Reservas da Biosfera Transfronteiriças, parques naturais e bacias hidrográficas. Das 12 reservas que integram a Rede Portuguesa de Reservas da Biosfera, 3 são transfronteiriças: a do Gerês/Xurés, a do Tejo/Tajo Internacional e a da Meseta Ibérica. Para além disso, os três principais rios portugueses, em extensão, o Tejo, o Douro e o Guadiana, e mesmo um mais pequeno como o Rio Minho, que no passado tiveram um papel importante na delimitação da fronteira, nascem em Espanha, pelo que a gestão das suas bacias é partilhada. No artigo pretendemos discutir os desafios relacionados com a proteção deste património ambiental partilhado e a gestão, nem sempre fácil, das bacias dos rios internacionais, num século que ficará marcado pela emergência climática e no qual a água será um recurso crescentemente escasso.

2. Gestão transfronteiriça de recusos naturais

2.1. O ambiente na União Europeia – Breve resenha

As questões ambientais fronteiriças Luso-Espanholas, que se norteiam por dois grandes objetivos, o de evitar conflitos e o de proteger o ambiente, extravasam em grande medida as relações meramente bilaterais pelo fato de ambos os países integrarem a União Europeia, onde as questões relativas ao ambiente e à sua proteção são discutidas (Alvim, 2015).

Na União Europeia a discussão sobre uma política comunitária do Ambiente foi iniciada no Conselho Europeu de Paris de 1972, na se-

quência da Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente que se realizou em Estocolmo, e inscreveu-se no Ato Único Europeu de 1987 que introduziu um novo tema "Ambiente". Com o objetivo de preservar a qualidade do ambiente, proteger a saúde humana e assegurar a utilização racional dos recursos naturais, foi sendo reforçada nas subsequentes revisões do tratado (Tratado de Maastricht, 1993; Tratado de Amesterdão, 1999; Tratado de Lisboa, 2009). Em 1990 foi criada a Agência Europeia do Ambiente (AEA), que desempenha um papel importante no desenvolvimento, aplicação e avaliação da política ambiental e de informação ao público através da publicação de relatórios sobre o estado do ambiente. O 6.º Relatório *The European environment state and outlook 2020, Knowledge for transition to a sustainable Europe* (EEA, 2019) discute os desafios da transição para a sustentabilidade, que requer soluções urgentes e sistémicas, e a necessidade de fazer mais coisas e de forma diferente para satisfazer as expectativas dos cidadãos de viverem num ambiente saudável. No mesmo sentido o Pacto Ecológico Europeu (2020) que visa o desenvolvimento de um leque de iniciativas estratégicas para apoiar a transição ecológica na U.E e alcançar a neutralidade climática até 2050, e a sua Estratégia do Prado ao Prato, que visa acelerar a transição para a sustentabilidade dos sistemas alimentares, nomeadamente reduzindo o seu contributo para as alterações do clima e para a perda de biodiversidade e assegurando que todos têm acesso a alimentos suficientes, nutritivos e sustentáveis.

Par além disso, a Comissão Europeia tem lançado, desde 1973, Programas de Ação em matéria de Ambiente, sendo que o 7.º (2014-2020), tinha como tema "Viver bem, dentro das limitações do nosso planeta" (CE, DG Ambiente, 2014). Já o 8.º PAA, que entrou em vigor em 2022, "deverá acelerar a transição verde, de uma forma justa e inclusiva, para uma economia circular com impacto neutro no clima, sustentável, sem substâncias tóxicas, eficiente na utilização de recursos, baseada em energias renováveis, resiliente e competitiva que restitua ao planeta mais do que lhe retira", para além de "constituir a base para a concretização dos objetivos em matéria de ambiente e clima definidos no âmbito da Agenda 2030 das Nações Unidas e dos seus ODS, e deverá ser alinhado com os objetivos do Acordo de Paris, das Convenções do Rio e de outros acordos internacionais pertinentes" (PE, 2022).

Particularmente importante, para o tema em discussão neste artigo, é a Diretiva Quadro da Água (DQA) de 2000 que, para além de definir princípios comuns para coordenar os esforços no sentido da proteção das águas comunitárias em termos de quantidade e de qualidade e para promover uma utilização sustentável da água, estabelece também a necessidade de as regiões hidrográficas transfronteiriças partilhadas entre Estados Membros, como é o caso das partilhadas entre Portugal e Espanha, serem planificadas e geridas por meio de um Plano de Gestão de Bacia único. Dela falaremos no ponto 3.

2.2 Cooperação entre Portugal e Espanha em matéria de ambiente

A transição democrática, que aconteceu quase em simultâneo em Portugal e Espanha, inicia uma nova fase de relações entre os dois países ibéricos, concretizada com a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação, em 1977, e com a criação das Cimeiras Luso Espanholas. Estas iniciaram-se em 1983, com a periodicidade anual, e têm por objetivo discutir soluções para problemas conjuntos, discutir iniciativas de reforço da cooperação e, inicialmente, também o processo de adesão conjunto à então CEE iniciado em 1977 (para uma síntese da cooperação entre os dois países ver Ministério dos Negócios Estrangeiros (2024)). Depois de uma fase inicial pouco dinâmica (1983-86) uma vez que ainda não estavam integrados na CEE a cooperação transfronteiriça tem sido ativa em muitas áreas, para além da económica. As agendas das Cimeiras incluem, entre outras, questões relacionadas com a economia, os transportes, a cultura, a energia, a segurança e as obras públicas conjuntas. Na cooperação em matéria de ciência e tecnologia merece destaque a criação conjunta do Instituto de Nanotecnologia, com carater internacional e aberto a especialistas de todo o mundo, com sede em Braga (Pedrosa, 2008).

A cooperação para o desenvolvimento dos territórios da raia também tem sido muito dinâmica, não só entre o Norte/Galiza, mas também entre os territórios mais isolados, em perda demográfica e com tecidos económicos frágeis. Essa cooperação intensificou-se com a assinatura do Convénio sobre Cooperação Transfronteiriça na Cimeira de Valência em 2002. Na 34.ª Cimeira Luso-Espanhola, que aconteceu em Lanzarote em 14 e 15 de março de 2023, entre muitos

temas discutidos foi reforçado o compromisso "de continuar a implementar a Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço através da promoção da inovação territorial, aproveitando o potencial endógeno e promovendo a diversificação da atividade económica [...] e a promoção e a implementação de medidas no âmbito da revitalização e inovação territorial de pequenos municípios transfronteiriços" (XXXIV Cimeira Luso-Espanhola, 2023: 9-10). Na XXXIII Cimeira Luso-Espanhola de 2022, de Viana do Castelo, foi dado mais um passo no reforço dessa cooperação ao ser assinado um memorando para a criação de uma rede – REDCOT – que pretende agregar entidades, públicas e privadas, promotoras de cooperação transfronteiriça, "capaz de criar sinergias, otimizar ações, promover a troca de informações, difundir boas praticas, assegurando uma maior coordenação e articulação multinível".

Para além da história em comum, Portugal e Espanha também partilham uma enorme riqueza ambiental, que se distribui pelos dois lados da fronteira e que inclui Reservas da Biosfera Transfronteiriças, parques naturais e bacias hidrográficas e que exigem uma abordagem conjunta. Ela deve acontecer no contexto de uma gestão transfronteiriça de recursos naturais entendida como "any process of cooperation across boundaries that facilitates or improves the management of natural resources to the benefit of all parties in the area concerned" (Okonkwo, 2017, p. 43).

3. O património natural ao longo da fronteira

3.1. Reservas da biosfera transfronteiriças

O Programa "O Homem e a Biosfera" (*Man & Biosphere, MaB*) começou a ser pensado no princípio da década de 1950, mas ganhou forma a partir das recomendações de uma cimeira da UNESCO que se realizou em Paris em 1968. Propunha a criação, em consulta com outras organizações do sistema das Nações Unidas e com as organizações não governamentais interessadas, de um programa a longo prazo para promover abordagens inovadoras para o desenvolvimento económico e social, conciliando o equilíbrio entre as sociedades humanas e os ecossistemas:

> Recommends that a plan for an international and interdisciplinary programme on the rational utilization and conservation of the resources of the biosphere be prepared for the good of mankind-a programme which should be carried out on an intergovernmental basis, with the participation of the non-govern- mental organizations required; Recommends that this programme concentrate on the scientific, technical and educational aspects of the problems in the rational utilization and conservation of the resources of the biosphere and in the improvement of the human environment. (UNESCO, 1970, p. 233)

Para além de ser considerado um dos primeiros programas multilaterais de governação ambiental global (Fiske, 2022), a abordagem adotada também foi inovadora para a época por incluir cientistas de diversas áreas das ciências sociais e físicas, da tecnologia e da economia com o objetivo de discutir soluções para problemas comuns como o de considerar o homem no contexto do seu ambiente global, e não como um ser à parte (Reed, 2019). Foi evoluindo em termos de cobertura e de conceito, nomeadamente integrando o discurso do desenvolvimento sustentável (Matar e Anthony, 2022).

As Reservas da Biosfera, criadas em 1976, são a componente mais visível do MaB. Estas reservas são ecossistemas representativos em todo o mundo, estabelecidos como locais de investigação, monitorização, educação e formação em todas as áreas de projeto do Programa MAB. Atualmente a Rede Mundial de Reservas da Biosfera conta com 701 locais em 124 países, incluindo 21 locais transfronteiriços. A ligação em rede facilita a partilha de experiências relacionadas com políticas, tecnologias e inovações para a gestão sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais, e para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

3.2. Reservas da Biosfera Transfronteiriças Portugal-Espanha

Portugal e Espanha partilham 3 das 21 Reservas da Biosfera Transfronteiriças que existem atualmente em todo o mundo: a do Gerês-Xurés (4), a da Meseta Ibérica (8) e a do Tejo-Tajo Internacional (9) (Figura 1).



Figura 1. Carta das reservas da biosfera em 2016. Fonte: Wikimedia Commons (2016). Disponível em: https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=60317390

Como é referido no Guia Técnico das Reservas da Biosfera, "The governance of transboundary biosphere reserves can be challenging. Normally, national governance structures are responsible for the respective national parts of the site, while a joint governance structure coordinates and plans transboundary activities" (UNESCO, 2022).

Contudo, elas representam um bom exemplo de cooperação com Espanha e do trabalho desenvolvido em conjunto para a obtenção do galardão UNESCO, que não só permite que se diferenciem pela qualidade e excelência, mas pelo fato de estarem integradas numa Rede Mundial que lhes dá visibilidade, aumentando a procura turística com impactos positivos nas economias locais.

A Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés

Um exemplo de cooperação entre Portugal e Espanha no domínio do ambiente é o da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés, localizada na Comunidade Autónoma da Galiza (Espanha) e na Região Norte de Portugal. Essa reserva é constituída por dois parques nacionais, o da Peneda-Gerês (em Portugal), de maior dimensão, e o da Baixa Limia-Serra do Xurés (em Espanha). Os dois parques celebraram, em 1997, o Acordo de Cooperação entre o Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) e o Parque Natural Baixa Limia-Serra do Xurés

(PNBLSX), o que conduziu à criação do Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés. Esse parque transfronteiriço apresentou uma candidatura para ser classificado pela UNESCO como Reserva da Biosfera, o que veio aconteceu em 2009.

Reserva da Biosfera Transfronteiriça da Meseta Ibérica

A candidatura conjunta ao Programa MaB (Man and Biosphere) da UNESCO para a criação da reserva da biosfera foi submetida pelo Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial ZASNET (ZASNET – AECT). O ZASNET AECT, criado em 2010, é um instrumento jurídico para a cooperação territorial, no âmbito da União Europeia, dotado de personalidade jurídica, que visa a facilitar e promover a cooperação territorial entre os seus membros, reforçando a coesão económica e social. Os seus membros são, do lado de Portugal, a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano, a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana e a Câmara Municipal de Bragança, e, do lado da Espanha, o Ayuntamiento de Zamora, a Diputación de Zamora e a Diputación de Salamanca. O projeto de candidatura, denominado "Biosfera Transfronteiriça", foi cofinanciado pelo Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP).

O processo de candidatura demorou quatro anos para ser preparado e exigiu um trabalho conjunto e de colaboração entre as entidades portuguesas e espanholas, nomeadamente na elaboração de estudos relativos aos Planos de Ordenamento dos Recursos Naturais e ao estabelecimento das diretrizes para um desenvolvimento sustentável conjunto para o futuro dos espaços transfronteiriços.

A Reserva da Biosfera Transfronteiriça Meseta Ibérica foi distinguida com o galardão da UNESCO, em 2015, é constituída por cinco parques naturais, o Parque Natural de Montesinho; o Parque Natural Regional do Vale do Tua; o Parque Natural Lago de Sanabria y Alrededores; o Parque Natural do Douro Internacional e o Parque Natural de los Arribes del Duero, para além de diversos espaços REDE NATURA (Espaço Natural Sierra de la Culebra, Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo…), como proposta de constituir-se como uma região-piloto para o desenvolvimento sustentável.

Reserva da Biosfera Transfronteiriça do Tejo/Tajo

Tal como no caso das outras duas reservas transfronteiriças, a Reserva da Biosfera Transfronteiriça do Tejo/Tajo nasceu da cooperação entre os dois países ibéricos, Portugal e Espanha. Na Cimeira Ibérica de Braga, foi assinado o compromisso para a elaboração de um acordo internacional para a criação de uma área transfronteiriça protegida no Tejo. O Memorando de Entendimento sobre colaboração transfronteiriça foi assinado na XXIV Cimeira Luso-Espanhola de Zamora, em 2009, que finalmente conduziu à constituição do Parque Internacional Tejo-Tajo, aprovado em 2013. Do lado de Portugal existia a área protegida do Parque Natural do Tejo e, do lado, de Espanha o Parque Natural del Tajo Internacional. A cooperação entre os dois países permitiu a constituição do Parque Internacional Tejo-Tajo. O Parque Internacional Tejo-Tajo viu igualmente aprovada, na 28.ª sessão do Conselho de Coordenação Internacional do Programa o Homem e a Biosfera (MaB) da UNESCO, em 19 de março de 2016, a sua classificação como reserva da biosfera transfronteiriça, a Reserva da Biosfera Transfronteiriça Tejo-Tajo (RBTTT), cuja gestão é conjunta.

4. Os Rios: Bacias partilhadas, interesses divergentes?

4.1. Gestão de bacias hidrográficas partilhadas

> A água não é um produto comercial como outro qualquer, mas um património que deve ser protegido, defendido e tratado como tal.
> (Diretiva Quadro da Água, da União Europeia)

Como destaca Abdulrahman (2019), a história do homem moderno é talvez a história da má gestão do recurso mais precioso do nosso planeta: a água. Essa foi subvalorizada, pressionada, esgotada, poluída, desperdiçada e vendida a baixo custo, num processo que se intensificou desde a Revolução Industrial. Paradoxalmente, apesar de ser um recurso escasso e valioso, é mal administrado porque os consumidores têm uma perceção errada de que é abundante; logo, pode ser desperdiçado e deve ser disponibilizado gratuitamente ou a um preço baixo.

A água tem um papel crítico no processo de desenvolvimento, nomeadamente para a saúde, para aliviar a pobreza, para a agricultura e para a produção de energia. Um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada pelas Nações Unidas em 2015, refere-se ao uso e governação da água pela importância que este recurso natural assume. O ODS 6 – Água Potável e Saneamento – inclui 6 metas, entre elas a 6.5 "Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos, a todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado."

As Nações Unidas estimam que, em 2020, 2,4 mil milhões de pessoas vivam em países com stress hídrico, das quais quase 800 milhões em países com stress hídrico elevado e criticamente elevado (UN, 2023). Tendo em conta a tendência de escassez desse recurso essencial, políticas públicas e modelos de governança claros e eficientes seriam fundamentais, mas a complexidade do ciclo hídrico e a quantidade e diversidade de *stakeholders*, públicos e privados, com motivações e interesses diversos, estruturas institucionais fragmentadas, capacidade de gestão reduzida ao nível local, falta de planeamento estratégico em longo prazo e escassez de recursos, têm sido obstáculos à sua concretização (OCDE, 2011). No sentido de aumentar a eficácia, a eficiência, a confiança e o envolvimento na governança da água, é necessária coerência nas políticas, mais financiamento, gerir os *trade-offs* entre utilizadores, áreas rurais e urbanas e entre gerações para aumentar a confiança e o envolvimento de todos (Neto *et al.*, 2017).

Mas a complexidade aumenta quando a gestão de rios ou lagos é internacional, ou seja, quando é partilhada por mais do que um país. Apesar de a água não reconhecer fronteiras, os rios assumem uma função política, pois servem como limites de fronteira, que atravessam os lagos e, tratando-se de braços transfronteiriços, a água é a própria fronteira entre dois territórios diferentes e uma porta aberta para o mar (Branco, 2011). Nesse caso, exigindo uma boa articulação entre organismos subnacionais, nacionais e internacionais, uma vez que, enquanto os problemas têm que ser discutidos a uma escala supranacional, as soluções são executadas num âmbito local (Sereno, 2010).

Outro aspeto a ressaltar é a conflitualidade. Existem no mundo aproximadamente 200 sistemas fluviais que passam por vários países e as possibilidades de conflito na gestão destes recursos são bastante

elevadas já que, em determinadas partes do mundo, muitos desses sistemas são explorados até à exaustão (Ferreira, 2017). A construção da Barragem do Renascimento, no Rio Nilo (Grand Ethiopian Renaissance Dam Project), uma das maiores barragens em África, um projeto de 4,1 mil milhões de Euros, é um exemplo. A Etiópia defende-a justificando pela necessidade de produção de energia barata para apoiar o desenvolvimento económico do país, para minimizar as secas que o afetam e pelo contributo para melhorar o bem-estar dos seus habitantes. Mas é contestada pelos países a jusante, pelo Sudão, com uma população em rápido crescimento, e pelo Egito, temendo que os seus 100 milhões de habitantes possam ficar privados da água, essencial para a produção de alimentos ao longo das margens. Apesar do compromisso da Etiópia de que fará uma gestão da água que não irá afetar os outros países e da existência de legislação internacional para regular o uso de bacias hidrográficas internacionais, o mal-estar estre os países que partilham a bacia do Nilo pode conduzir a mais uma "guerra pela água" e aumentar a instabilidade na região (Okonkwo, 2017; Michaelson, 2020).

Considerando a relevância da água enquanto recurso estratégico o Parlamento Europeu aprovou a Diretiva-Quadro da Água (DQA) (Directiva 2000/60/CE), que estabelece um quadro de ação comunitária com o objetivo de conservar e melhorar o ambiente aquático na Comunidade e defende a necessidade de existirem:

> (23) princípios comuns para coordenar os esforços dos Estados-Membros para aumentar a proteção das águas comunitárias em termos de quantidade e de qualidade, para promover uma utilização sustentável da água, para contribuir para o controlo dos problemas de águas transfronteiriças, para proteger os ecossistemas aquáticos e terrestres e as zonas húmidas que deles dependem diretamente, e para salvaguardar e desenvolver as potenciais utilizações das águas comunitárias. (DIRETIVA, 2000, p. 3).

A Convenção sobre a proteção e a utilização dos cursos de água transfronteiriços e dos lagos internacionais, a Estratégia Europeia sobre gestão integrada de zonas costeiras e a Gestão Integrada de Zonas Costeiras e Marinhas, para além das Diretivas Habitats e Aves, para os sítios classificados como Rede Natura 2000 e da Convenção de Ramsar

para a proteção das Zonas Húmidas, são outras convenções internacionais e estratégias europeias de gestão de recursos hídricos.

O Artigo 13º (2) da Diretiva Quadro da Água (DIRETIVA 2000/60/CE) estabelece que, no caso das regiões hidrográficas internacionais situadas inteiramente no território comunitário, como é o caso das partilhadas entre Portugal e Espanha, os Estados Membros têm de assegurar a coordenação dos planos de gestão de região hidrográfica (PGRH) desenvolvidos por cada parte a nível nacional para alcançar os objetivos da Diretiva. As regiões hidrográficas transfronteiriças devem preferencialmente ser planificadas e geridas por meio de um Plano de Gestão de Bacia único. Dos cinco principais rios que correm em Portugal, os três maiores (Tejo, Douro e Guadiana) nascem na Espanha e, por isso, são partilhados com esse país. A gestão integrada das bacias hidrográficas é assim obrigatória no âmbito da DQA. A área total da bacia desses rios partilhados é de quase 265.000 km2 (representando cerca de 45% da Península Ibérica); 78% dessa área localiza-se em Espanha e 22% em Portugal e 2/3 do território português está contido nessas bacias internacionais (Nunes Correia, 2019, p. 57). Portugal e Espanha cumprem a meta 6.5.2 dos ODS pois 100% das bacias hídricas transfronteiriças encontram-se abrangidas por acordos de cooperação internacional (INE, Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS] em Portugal, 2023).

4.2. A gestão de bacias hidrográficas partilhadas entre Portugal e Espanha

Como vimos, pelo fato de os rios terem sido utilizados preferencialmente para limitar a fronteira, criando-se troços internacionais, o Artigo XXVIII do Tratado dos Limites (1864), clarificava que eles deveriam ser de uso comum para os povos de ambos os Reinos. O Anexo a esse tratado ("ANNEXO I Regulamento relativo aos rios limitrophes entre ambas as nações", Annexos de 1866 ao Tratado de Limites), representa uma primeira tentativa de gestão comum dos troços partilhados internacionais

> Mas que d"ora ávante ponha cobro aos abusos respectivos á construção de obras nas orlas dos rios, especialmente nas no

> Minho e de suas ilhas, já porque se estorva a navegação e se difficulta o uso e aproveitamento commum d"esses rios, já porque se altera o curso das aguas, com simultaneo prejuizo das propriedades particulares situadas nas margens fluviaes e da soberania territorial de um e outro estado […] (TRATADO..., 1866, s/p).

Ao longo do século XX, desde o Tratado de 1912 sobre o aproveitamento industrial dos rios fronteiriços, seguiram-se vários outros tratados e protocolos que enquadraram as relações hidrográficas Luso-Espanholas que Canelas de Castro (*apud* Alvim, 2015) sistematiza em três ciclos temporais: um primeiro ciclo político no qual os rios serviam essencialmente para fazer a delimitação das fronteiras, um ciclo económico orientado para o aproveitamento hidroelétrico do Douro (1927), alargada aos afluentes do Douro (1964) e, mais tarde, para o aproveitamento hidráulico dos outros rios (1968), e, por fim, um terceiro ciclo, o atual, no qual aos interesses económicos se juntaram preocupações de proteção do ambiente, no contexto do desenvolvimento sustentável (Alvim, 2015, p. 89).

Caminhou-se, assim, como enfatizam Zucco e Costa (2013), no sentido de uma maior cooperação na gestão conjunta de bacias hidrográficas e que culminou com a assinatura da Convenção de Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso – Espanholas, mais conhecida como Convenção de Albufeira (1998). Foi assinada pelos dois países em 30 de novembro de 1998, entrou em vigor em janeiro de 2000 e foi posteriormente completada com o Protocolo de Revisão do Regime de Caudais, em 2008, que define as normas para a proteção e o desenvolvimento sustentável das águas transfronteiriças e cria a Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção (CADC), sede adequada à coordenação da gestão das águas dos rios comuns. Esta Convenção surge da necessidade de atualizar os acordos anteriores no sentido de reforçar a cooperação conjunta dos rios internacionais num novo contexto – o da adesão conjunta à CEE –, de uma maior complexidade na gestão de um recurso natural estratégico e na sequência da aprovação, em 1993, de um novo Plano Nacional Hidrológico espanhol, que visava a transferência de água do rio Douro (Almeida et al., 2018).

A Convenção de Albufeira, tinha por objeto

> [...] definir o quadro de cooperação entre as Partes para a proteção das águas superficiais e subterrâneas e dos ecossistemas aquáticos e terrestres deles diretamente dependentes, e para o aproveitamento sustentável dos recursos hídricos (Artigo 2º), das bacias hidrográficas dos rios Minho, Lima, Douro, Tejo e Guadiana, aplica-se às atividades destinadas à promoção e proteção do bom estado das águas destas bacias hidrográficas e às atividades de aproveitamento dos recursos hídricos, em curso ou projetadas, em especial as que causem ou sejam suscetíveis de causar impactes transfronteiriços (CONVENÇÃO..., 1998, artigo 3º, DIÁRIO DA REPÚBLICA – I SÉRIE-A p. 5411).

Apesar da existência de legislação comunitária, a Diretiva-Quadro da Água (DQA) (transposta para o direito nacional através da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro) e da Convecção de Albufeira, a gestão dos rios internacionais tem sido uma das que mais polémicas tem causado nas relações entre Portugal e Espanha.

Por um lado, a Espanha está mais próxima de uma situação de stress hídrico do que Portugal tendo em conta o índice de exploração hídrica (definido como a percentagem média dos recursos hídricos totais que são captados para as várias utilizações humanas) que é de 12% no caso de Portugal e de 43% para Espanha (AEA, 2020). Por outro lado, Portugal está numa situação de maior vulnerabilidade pois enquanto a Espanha tem um controlo total sobre os seus recursos hídricos, Portugal possui cerca de dois terços (64%) do seu território em bacias hidrográficas internacionais e 50% dos seus recursos hídricos são transfronteiriços (Ferreira, 2017, p. 7424), pelo que a gestão dos recursos hídricos internacionais é uma questão estratégica para Portugal. O diferente posicionamento dos dois países nessas bacias, a Espanha, na nascente, e Portugal, em posição oposta, implica uma desigual relação de poder que tem sido aproveitada pelo país vizinho em benefício próprio. Como argumenta Henriques (2004), a Espanha tende a assumir a posição de Estado que "cede" as águas a Portugal, assume uma posição mais passiva em face do cumprimento da Convenção, pois não é afetado pelos usos e pela poluição das águas que possam acontecer em Portugal. Pelo contrário, Portugal é afetado pela poluição ali gerada, pela modificação dos regimes hidrológicos, pelos consumos mais elevados e em crescimento e pelos transvazes que diminuem a disponibilidade de água afluente de Espanha (Ferreira, 2017).

Assim, enquanto a Espanha tem total autonomia na gestão das águas das bacias hidrográficas partilhadas, em Portugal, ela não pode ser feita sem a indispensável colaboração do país vizinho. Particularmente grave para Portugal é o fato de a Convenção de Albufeira estabelecer apenas a necessidade de respeitar volumes anuais integrais, mas não enfatizar a garantia de volumes mínimos (Henriques, 2004). Para além disso, de acordo com Maia (2003):

> A Espanha é o país da UE com a maior capacidade de armazenamento de água (cerca de um terço de todos os países da UE), o suficiente para regular 40% de seus recursos totais anuais médios. A capacidade total de armazenamento dos rios partilhados é de 4,7 km^3 para Portugal e 31,1 km^3 para Espanha (INAG, 2001), numa relação global de cerca de 1/7, o que, para os três principais rios partilhados, se traduz em cerca de: 1/7 para o Douro; 1/4 para o Tejo; e 1/20 para o Guadiana. (Maia, 2003, p. 190).

Dependendo mais do abastecimento que provém dos rios partilhados, os transvazes de água feitos a partir deles para bacias hidrográficas espanholas prejudicam Portugal e geram potenciais conflitos. Com efeito, o relacionamento entre Espanha e Portugal, em matéria de recursos hídricos partilhados, foi razoavelmente bom até ao surgimento dos projetos de grande dimensão do Plano Nacional de Águas da Espanha (PHNE), aprovado em 1993 (Sereno, 2010).

No Relatório de Apreciação desse Plano, a equipa portuguesa de técnicos contestou fortemente algumas das soluções de transvaze propostas:

> O anteprojecto de PHNE de 1993 previa várias possibilidades de transvases, enunciadas de forma algo confusa, possibilidades que não avaliava em profundidade, em nossa opinião. O Governo português à época, a quem não havia sido apresentada pelo Governo espanhol a informação sobre este estudo, foi apanhado de surpresa, mas veio a reagir apresentando as suas reservas às soluções ali previstas para o transvase das águas do Douro e do Tejo em direção às bacias deficitárias do Levante. (RELATÓRIO à CADC, 2000, p. 21).

O PHNE previa, nomeadamente, o transvaze do Tejo (de 1.100 hm^3/ ano) para a Bacia do Rio Ebro, fortemente deficitário em água, aprovado em 2001 (Maia, 2003). De maior dimensão, o transvaze Tejo--Segura, tinha como objetivo transferir água da cabeceira do rio Tejo para a bacia do rio Segura, situada na região do Levante espanhol, que inclui as províncias de Murcia, Alicante e Almería para apoiar o desenvolvimento agrícola. Foi uma das maiores obras hidráulicas de engenharia em Espanha e ficou concluída em 1979, tendo gerado muita polémica, mesmo na Espanha. Especialistas, movimentos cívicos locais e regionais e ONGs, como a WWF, denunciam que, para além dos custos ambientais e sociais, o transvaze acabou por contribuir para o uso não sustentável da água, ao fomentar o aumento incontrolado de áreas irrigáveis, a expansão de urbanizações no litoral e do turismo. Também as comunidades autónomas argumentam a falta de solidariedade regional e as diferenças quanto aos usos da água, considerando que, se no passado a região recetora era inicialmente árida e apresentava um enorme déficit hídrico e pobreza estrutural, a água do transvaze transformou-a na Horta da Europa promovendo a intensificação da agricultura irrigável, um modelo produtivo desequilibrado e insustentável. Por seu lado, a região que compõe o curso do rio do Tejo até à foz e que cede a água apresenta atualmente um enorme déficit hídrico. Por isso, o Governo Regional de Castela-Mancha tem-se oposto a novos transvazes, os quais acabam por beneficiar o litoral, mais desenvolvido, em detrimento ao interior do país (Ferreira, 2018). E quando o Governo espanhol aprovou, em 2014, a maior transferência de água, o Governo Regional comentou que "Os planos hidrológicos têm vindo a cortar os direitos de Castela-Mancha em matéria de água" (Diário de Notícias, 2016), alertando a população para uma possível escassez de água no Tejo. A polémica dessa transferência de água voltou a reacender-se durante a seca de 2017, sendo notícia nos meios de comunicação portugueses, espanhóis e ingleses, como foi o caso do *The Guardian* (14 August, 2017).

> Ao Tejo transformam-no em esgoto, depois de quase o secarem para regar as hortas do Levante e de lhe depositarem as águas mal tratadas de Madrid. E apesar de morrerem peixes em Vila Velha de Ródão devido à poluição, o governo espanhol garante que "os parâmetros físico-químicos da qualidade da água estão

> de acordo com a normativa vigente" Seca. Quanto do Tejo sobrevive num rio que chega quase a morrer? (JORNAL SOL, 10 dez. 2017, s/p).

A proposta do transvaze prevista para o Baixo Douro com a tomada de água a ser feita a poucos quilómetros da sua entrada no troço internacional, beneficiando dos volumes de toda a bacia do Douro à nascente, é a mais prejudicial. Essa situação manteve-se no PHNE de 2000 e suscitou avaliação negativa por parte da equipa técnica portuguesa, considerando, por um lado, que não cumpria as disposições da Convenção de Albufeira, nomeadamente em relação ao volume de entrada do troço internacional de rio e, por outro lado, por não terem sido considerados, na análise económica, os custos da perda de produção hidroeléctrica no troço internacional, cuja exploração está atribuída a Portugal pelo Convénio de 1964, e no troço nacional português (Conselho Nacional da Água, Relatório de Apreciação do PHNE à CADC, 2000).

Apesar da integração conjunta na CEE, em 1986, ter contribuído para intensificar a cooperação transfronteiriça e da criação de estruturas mais eficientes de promoção da cooperação, como as AECT (Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial), no caso da gestão das bacias hidrográficas comuns existem ainda muitos desafios que devem ser superados em conjunto, para os quais a Convenção de Albufeira não parece estar a dar resposta. O desempenho da Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção (CADC) ficou aquém das expectativas, foi pouco dinâmico, tinha uma estrutura de governança frágil, não cumpriu prazos nem funções prioritárias (até 2010 não tinham sido criadas as Subcomissões por bacia – previstas na Ata da I Reunião Plenária da CADC de 2000) (Sereno, 2010). A Conferência das Partes, que faz a gestão da Convenção a nível político, tem reunido de forma irregular e neste período apenas se reuniu 3 vezes (em Lisboa, em 2005, em Madrid, em 2008 e a última no Porto, em 2015). Nesse sentido, para melhorar a sua eficácia, essa comissão deveria ser reformulada com novas valências, obrigações e funções bem definidas (Oliveira, 2017). E, como previsto na Diretiva Quadro da Água da UE, deveria existir um plano de bacia único e um modelo de governança. Para desenvolver tal modelo em contexto transfronteiriço,

é importante considerar os aspetos básicos da organização administrativa e das competências em ambos os países (Instituições competentes, Quadro normativo, Instrumentos de planificação e gestão), assim como os instrumentos de intervenção pública no estuário, as principais utilizações (nas margens – agrícolas, urbanas – e no plano de água – áreas navegáveis e não navegáveis; utilizadas pela atividade marítimo-turística; navegação, náutica de recreio e desportos náuticos..) e respetivos utilizadores (Branco, 2011).

Para além do desequilíbrio geográfico em termos de território, população, capacidade económica e consumos de água, que são maiores na Espanha, os dois países têm diferentes estruturas de governança (mais descentralizado em Espanha), incluindo instrumentos de planeamento, diferentes organizações institucionais de água, diferentes perspetivas sobre o planeamento hídrico e diferentes problemas de água para serem resolvidos. Por outro lado, ambos optaram por elaborar os planos de gestão das suas bacias hidrográficas de forma individual em lugar de terem partido, desde o início, de um plano conjunto e único (Maia, 2003; Almeida et al., 2018; Do Ó, 2017).

Contudo, como refere Mendes Correia (2017) cabe a Portugal, principal interessado, defender os seus direitos em relação aos usos da água e à proteção do ambiente, ser pró-ativo na articulação com a Espanha no cumprimento da Convenção, tomar a iniciativa pedindo a sua atualização sempre que considere necessário, e controlando o regime de caudais a observar nos rios Luso-Espanhóis.

Mas também existem aspetos positivos a salientar. Por um lado, dando seguimento ao mandato da Cimeira de Viana do Castelo, as Partes acordam em configurar definitivamente o Secretariado Técnico Permanente da Comissão para a Aplicação e Desenvolvimento da Convenção de Albufeira (CADC), que nunca tinha chegado a funcionar, com base nos termos acordados na XXIV CADC, referendados numa decisão a tomar em próxima sessão extraordinária, e no respeito do ordenamento jurídico interno de cada uma das Partes (33.ª Cimeira Luso-Espanhola, 4 de novembro de 2022). Por outro lado, existe um crescente número de projetos de cooperação transfronteiriça promovidos pela CADC e financiados pelo Interreg Espanha-Portugal, entre eles os projetos "Prevenção de Riscos de Inundações e Secas na Bacia internacional do Minho e Lima (RISC ML); Poluentes Emergentes nas

Águas da Galiza – Norte de Portugal: Novas Ferramentas para a Gestão do Risco (NOR-WATER) e Valorização ambiental e gestão Integrada da água e dos habitats no Baixo Guadiana Transfronteiriço (VALAGUA)", referidos no site da Agência Portuguesa do Ambiente.

5. Conclusão

Apesar das relações amigáveis que existem entre os dois países ibéricos, da forte interação económica e social, da coesão jurídica e legislativa no âmbito da UE e do aprofundamento da cooperação transfronteiriça, um planeamento conjunto e uma gestão colaborativa das baciais hidrográficas partilhadas continuam a ser difíceis de alcançar. Apesar de a sobrevivência dos Rios Douro, Tejo e Guadiana estar cada vez mais em discussão, o que só por si deveria ser motivo suficiente para intensificar a cooperação na sua gestão, não parece provável que a Espanha, que está numa posição de vantagem, mostre disponibilidade para discutir uma gestão mais equitativa e mais sustentável da água das bacias internacionais. Enquanto na gestão das reservas transfronteiriças a cooperação parece mais facilitada, no caso na gestão das baciais hidrográficas partilhadas permanecem alguns obstáculos que dificultam o aprofundar da cooperação entre os dois países.

Modelos de governança que facilitem a articulação da ação dos organismos competentes de ambos os países serão essenciais no futuro próximo, não só porque é urgente fazer uma gestão sustentável da água, mas também por que é necessário reduzir um potencial aumento da conflitualidade na gestão das bacias hidrográficas em consequência do aumento da procura de água, quer por parte de uma agricultura de mercado, intensiva e de regadio, que está em expansão no Sul de Espanha, quer pelo crescimento do turismo e pela procura urbana e industrial, e também pela maior variabilidade dos regimes pluviométricos decorrentes das alterações do clima e maior frequência de períodos de seca. Porque é a parte mais interessada numa gestão sustentável das bacias hidrográficas dos rios internacionais, Portugal deve ter uma atitude mais pró-ativa nessa gestão e no diálogo com a Espanha

Referências bibliográficas

Abdulrahman, S. A. (2019). The water paradox: overcoming the global crisis in water management. *International Journal of Environmental Studies*, 76 (4), 714-719. DOI: 10.1080/00207233.2019.1594237

Almeida, S., Pimenta-Machado, J., Maia, R. (2018). Perspetivas e desafios da gestão integrada das bacias luso espanholas. *Atas das 12.as Jornadas de Hidráulica, Recursos Hídricos e Ambiente* (pp. 76-84), Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Alvim, D. (2015). Relações ambientais transfronteiriças luso-espanholas. In F. Pereira Coutinho & M. kowalski (eds.), *Fatores Pós-Soberanistas De União, As Fronteiras Luso-Espanholas: das questões de soberania aos fatores de União* (pp. 77-100). Instituto Diplomático.

Branco, P. (2011). *Gestão Integrada de zonas estuarinas em contexto transfronteiriço. O caso do estuário do Minho*. Dissertação do Mestrado em Engenharia do Ambiente. Universidade do Porto.

Burgen, S. (2017, August 14). Tagus river at risk of drying up completely, Climate change, dams and diversion bring Iberian peninsula"s longest river, on which millions depend, to brink of collapse. *The Guardian*. Disponível em https://www.theguardian.com/environment/2017/aug/14/tagus-river-at--risk-of-drying-up-completely.

Comissão Europeia, Direção-Geral do Ambiente (2014). *Viver bem, dentro das limitações do nosso planeta: 7.° PAA – o Programa Geral de ação de União para 2020 em matéria de Ambiente*. Serviço das Publicações. https://data.europa.eu/doi/10.2779/62414

Convenção sobre Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (30 de novembro de 1998). DIÁRIO DA REPÚBLICA – I SÉRIE-A N.o 191 – 17-8-1999. Disponivel em: https://www.cadc-albufeira.eu/content/dam/albufeira/imagenes/pt/PT1_14_tcm62-424782.pdf

Diário de Notícias, LUSA (3 de Junho de 2016). Governo espanhol autoriza o maior transvase do Tejo desde 2014. Disponível em: https://www.dn.pt/sociedade/governo-espanhol-autoriza-o-maior-transvase-do-tejo-desde--2014-5209885.html.

DIRECTIVA 2000/60/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 23 de Outubro de 2000 que estabelece um quadro de acção comunitária no domínio da política da agua. Jornal Oficial das Comunidades

Europeias, 2000. Disponível em https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:5c835afb-2ec6-4577-bdf8-756d3d694eeb.0009.02/DOC_1&format=PDF

Do Ó, A. (2011). Gestão transfronteiriça do risco de seca na bacia do Guadiana: análise comparativa das estruturas nacionais de planeamento. *Anais do VII Congreso Ibérico sobre Gestión y Planificación del Agua "Ríos Ibéricos +10. Mirando al futuro tras 10 años de DMA* (pp. 1-8), Talavera de la Reina, 16/19 de febrero.

European Environment Agency (2019). *The European environment state and outlook 2020, Knowledge for transition to a sustainable*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Fiske, D. (2022). Towards an Anthropocene Narrative and a New Philosophy of Governance: Evolution of Global Environmental Discourse in the Man and the Biosphere Programme. *Journal of Environmental Policy & Planning*, 24(1), 109-122. https://doi.org/10.1080/1523908X.2021.1960807

Ferreira, J. G. (2018). Conflitos e desigualdades sócio-ambientais nos transvases de água: os casos dos rios Tejo-Segura e São Francisco. *Anais do X Congresso Português de Sociologia Na era da "pós-verdade"? Esfera pública, cidadania e qualidade da democracia no Portugal contemporâneo*, Covilhã, 10 a 12 de julho.

Ferreira, C. (2017). Os Hidroconflitos e a Hidrodiplomacia na Gestão das Bacias Hidrográficas Internacionais. O caso Ibérico. *Atas do XVII Simpósio de Geografia Física Aplicada sonre "Os Desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento*, Campinas, Brasil (pp. 7423-7427). DOI:10.20396/sbgfa.v1i2017.2606 – ISBN 978-85-85369-16-3

Henriques, A. G. (2004). O direito internacional das águas e a Convenção de Albufeira de 1998 sobre as bacias hidrográficas luso-espanholas. *Anais do 7º Congresso da Água* (pp. 1-16), Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos, Lisboa, LNEC, 8 a 12 de Março.

Maia, R. (2003). The Iberian Peninsula"s Shared Rivers Harmonization of Use: A Portuguese Perspective. *Water International*, 28 (3), 389-397. DOI:10.1080/02508060308691713

Matar, D., Anthony, P. (2022). BREMi–A New Tool for the Evaluation of UNESCO Biosphere Reserve Management Effectiveness: Case-study in the Arab Man and Biosphere (ArabMAB) Regional Network. *Environmental Management*, 70, 730–745. https://doi.org/10.1007/s00267-022-01711-x

Michaelson, R. (2020). Nilo, A nova guerra pela água. *Courrier Internacional*, 294, 23 abril.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (2024). Portal Diplomático. https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/espanha

Neto, S., Camkin, J., Fenemor, A., & Elfithri, R. (2017). OECD Principles on Water Governance in practice: an assessment of existing frameworks in Europe, Asia-Pacific, Africa and South America. *Water International*, 43 (1), 60-89. DOI: 10.1080/02508060.2018.1402650.

Nunes Correia, F. (2019). A gestão dos recursos hídricos transfronteiriços e as relações Portugal-Espanha. *Lusíada. Política Internacional e Segurança*, 17/18, 47-66.

OCDE. *Water Governance in OECD Countries: A Multi-level Approach*. OECD Studies on Water, OECD Publishing, 2011.

Oliveira, A. S. A. (2017). Perspetivas e desafios da gestão integrada das bacias Luso Espanholas envolvendo a ARH NORTE da APA. Dissertação de Mestrado em Engenharia do Ambiente, Universidade do Porto.

Okonkwo, T. (2017). Management of transboundary natural resources. *Journal of Law and Conflict Resolution*, 9 (4), 42-52. DOI:10.5897/JLCR2016.0266

Parlamento Europeu (2022). 8º Programa Geral de Ação da União para 2030 em Matéria de Ambiente. Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho de 6 de abril de 2022. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CONSIL:PE_83_2021_REV_1

Pedrosa, M (2008). Las Cumbres Luso-Espñolas. In I. Pires (ed.), *A Integração dos Mercados Ibéricos: um Processo Dependente e Territorialmente Diferenciado?* (p. 41-54). Centro de Estudos Geográficos. ISBN 978-972-636-181-7

Pires, I. (2015). Portugal-Spain: Olivenza. In E. Brunet-Jailly (org.), *Border Disputes, A Global Encyclopedia* (vol. 1: Territorial Disputes, pp. 394-404). ABC-CLIO.

Reed, M. (2019). The contributions of UNESCO Man and Biosphere Programme and biosphere reserves to the practice of sustainability science. *Sustainability Science*, 14, 809–821. https://doi.org/10.1007/s11625-018-0603-0.

Rodrigues, A. (10 de dezembro de 2017). Seca. Quanto do Tejo sobrevive num rio que chega quase a morrer?. *JORNAL SOL*. Disponível em https://sol.sapo.pt/2017/12/10/seca-quanto-do-tejo-sobrevive-num-rio-que-chega-quase-a-morrer/

Sereno, A. A (2010). Proteção Ambiental das Regiões Hidrográficas Luso-Espanholas: Dez Anos de Cooperação no Marco da Convenção de Albufeira. In J. Aliseda, F. Condesso & B. C. São Pedro (coords.), *Gestión sostenible de los recursos hídricos* (pp. 12-41).

Tratado de Limites Celebrado entre Portugal e Espanha (29 de Setembro de 1864). Disponível em: http://www.idiplomatico.pt/Ebooks/Tratado_de_Limites/mobile/index.html

Trillo, J. M.; PaüL, V. (2014). The Oldest Boundary in Europe? A Critical Approach to the Spanish-Portuguese Border: the Raia between Galicia and Portugal. *Geopolitics*, 19 (1), 161-181.

UNESCO (1970). *Proceedings of the Intergovernmental Conference of Experts on the Scientific Basis for Rational Use and Conservation of the Resources of the Biosphere*, Paris, 1968. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

UNESCO (2022). *Technical Guidelines for Biosphere Reserves. Natural Sciences Sector, Secretariat of the Man and Biosphere Programme*.

United Nations (2023). The Sustainable Development Goals Report 2023: Special Edition, Towards a Rescue Plan for People and Planet, Goal 6 Clean water and sanitation.

XXXIV Cimeira Luso-Espanhola (2023). Declaração Conjunta. Portugal e Espanha: Europa no Atlântico. https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/comunicado?i=declaracao-conjunta-da-xxxiv-cimeira-luso-espanhola

Zucco, E.; Costa, F. S. (2013). Recursos hídricos compartilhados: As relações luso-espanholas no primeiro ciclo de planeamento. *Anais do Congresso Ibérico de gestão e planeamento da água* (pp. 518-525). Lisboa.

DA SOCIEDADE

As relações comerciais entre Portugal e Espanha: O período pós-integração na CEE/UE

José Cadima Ribeiro
(Universidade do Minho)

1. Introdução

A importância do comércio internacional para o crescimento económico é um tema que não suscita controvérsia no seio da Ciência Económica. Em termos gerais, as teorias do comércio internacional procuram explicar como o comércio está relacionado com a alocação de recursos, a produção e a distribuição de recursos escassos nos mercados nacionais e internacionais (Jeyarajah, 2019).

As teorias tradicionais fornecem dados relevantes para compreender o fenómeno, mas não proporcionam uma visão completa dos padrões observados nas trocas entre países (Bharat *et al*., 2023), isto porque, nomeadamente, registava-se e continua a verificar-se muito comércio entre economias com perfis produtivos semelhantes. Em parte, pelo menos, isso ficou a dever-se à ascensão do número de mercados oligopolistas e ao surgimento de muitas empresas multinacionais no período pós 2.ª guerra mundial (Jeyarajah, 2019; Bharat *et al*., 2023). Nesse contexto, tenderam a emergir novas teorias de comércio internacional que tomam como elemento focal as empresas para explicar os novos padrões do comércio global.

Estudos recentes têm-se centrado em dois tipos de fatores cruciais para a escolha de parceiros comerciais: os socioeconómicos e os sociopsicológicos. As proximidades física e cultural têm, também, papel essencial, tanto mais que tendem a estar associadas a níveis de confiança e comprometimento maiores entre parceiros comerciais.

Pese a longa fronteira comum, foi necessário aguardar pela integração de Portugal e Espanha na CEE (Comunidade Económica Europeia), União Europeia (UE), na expressão atual, para que as relações económicas entre os dois países se desenvolvessem significativamente, passando a Espanha de um parceiro pouco relevante no período pré-integração europeia para primeiro parceiro comercial de Portugal a partir do final da década de 90 do século XX (Freitas Santos & Cadima Ribeiro, 2005; Cadima Ribeiro, 2021).

Fazendo uso de estatísticas do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal (BdP) sobre comércio de bens e serviços, disponíveis no portal da PORDATA – Estatísticas sobre Portugal e Europa, recorrendo a elementos gráficos disponibilizados por aquela base de dados, pretende-se neste capítulo traçar um retrato panorâmico da evolução das relações económicas entre os dois países. Complementarmente, são usados dados do INE e do BdP coligidos e disponibilizados pelo GEE (Gabinete de Estudos do Ministério da Economia) sobre a conjuntura económica nacional e internacional (GEE, 2023b) e sobre o comércio internacional Portugal-Espanha (GEE, 2023a).

A análise detém-se quer sobre o comércio de bens quer sobre o de serviços, incluindo o turismo. Por essa via, também se fará alguma exploração da forma como as proximidades geográfica, sociocultural e político-institucional, no sentido de pertença a um mesmo espaço de integração económica e político-institucional, a União Europeia, acabaram por ditar o nível de aprofundamento da integração económica entre Portugal e Espanha.

Como as estatísticas também deixam transparecer, o senão de tal nível de integração económica está no modo como a dinâmica económica de um dos parceiros pode condicionar a do outro, como ainda muito recentemente se evidenciou no contexto dos efeitos subsequentes à crise-sanitária COVID-19. Acrescente-se a esse propósito que as economias mais pequenas tenderão a ser mais sensíveis a choques externos, comparativamente com outras dotadas de mercados maiores (Daştan, Karabulut & Yalçınkay, 2023).

O texto que se segue tem a seguinte estrutura: após esta Introdução, numa primeira secção, faz-se uma sucinta invocação de algumas teorias e conceitos que se prendem com a escolha dos parceiros internacionais para a realização de trocas económicas, e o contributo que estas

podem dar para o crescimento económico dos territórios, das regiões aos países; segue-se a referência aos métodos e fontes de dados; a secção seguinte é dedicada à abordagem empírica, com apresentação de dados sobre a evolução do relacionamento comercial entre Portugal e Espanha, primeiro em abordagem agregada e depois situando alguns aspetos na especialidade, intercalada por algumas considerações para situar os momentos e os contextos sociais e políticos vividos; finalmente, temos uma breve conclusão.

2. Comércio internacional: da escolha dos parceiros ao contributo para o crescimento

Num mundo crescentemente globalizado, o comércio internacional apresenta-se como um instrumento central de crescimento económico (Jeyarajah, 2019). A principal abordagem clássica ao papel do comércio internacional na dinâmica das economias é a Teoria das Vantagens Comparativas, de David Ricardo, originalmente datada de 1817, apresentada na sua obra de referência, traduzida para português com o título "Princípios de Economia Política e Tributação", e publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian, em 1975. Aí, Ricardo (1817) explica como as forças de mercado permitem que um país possa beneficiar com o comércio mesmo que seja mais eficiente que outros na produção de qualquer produto (Samuelson & Nordhaus, 1999; Jeyarajah, 2019; Bharat *et al*., 2023). Mais concretamente, tomando como premissa a especialização de cada país na produção dos bens em que é mais eficiente, é a diferença nos preços relativos dos bens entre os países que constitui a base para uma atividade comercial mutuamente benéfica (Samuelson & Nordhaus, 1999; Bharat *et al*., 2023).

Mais tarde surge a abordagem da teoria neoclássica materializada no Modelo Heckscher-Ohlin (Ohlin, 1933). Este modelo teórico olha para o comércio internacional num contexto de concorrência perfeita, destacando a interação entre as proporções em que diferentes fatores estão disponíveis em diferentes países e a proporção em que eles são usados para produzir diferentes bens (Leão, 2012; Krugman, Obstfeld & Melitz, 2015), o que ditaria o tipo de bens alvo de troca comercial entre si. Sublinhe-se que o comércio é viável mesmo que os países tenham tecnologias iguais. Cada país especializa-se e exporta o bem

que utiliza mais intensamente o seu fator produtivo mais abundante e barato (Leão, 2012; Bharat *et al.*, 2023).

No período pós 2.ª Guerra Mundial, com a ascensão do número de mercados oligopolistas e o surgimento de muitas empresas multinacionais, as explicações dadas pelas teorias do comércio internacional clássicas e neoclássicas para os novos padrões do comércio global foram sendo crescentemente questionadas (Jeyarajah, 2019; Bharat *et al.*, 2023). É nesse contexto que emergem novas teorias de comércio internacional que procuram explicar os novos padrões do comércio global tomando como elemento focal as empresas (Jeyarajah, 2019), e mostrando que o comércio pode ter lugar mesmo entre economias com idênticas dotações de fatores e de conhecimento técnico.

Nesse novo contexto, a emergência de cadeias de valor globais garante a deslocalização da produção para países mais eficientes em termos de custos. Por seu lado, os rendimentos crescentes de escala que são conseguidos podem interferir na eficiência das empresas e nos padrões de troca internacionais (Bharat *et al.*, 2023).

Olhando para a escolha dos parceiros comerciais internacionais, estudos recentes centraram-se em dois tipos de fatores cruciais: os socioeconómicos; e os sociopsicológicos. O primeiro inclui aspetos como o tamanho da empresa ou a idade da população (Zeuli & Betancor, 2005), enquanto que o segundo se concentra em variáveis como a confiança, a atitude ou o nível de compromisso (James & Sykuta, 2006; Österberg & Nilsson, 2009). Conforme sublinham Enander, Melin e Nilson (2010), a escolha do comprador é importante para os produtores nas perspetivas económica, social e psicológica.

Uma dimensão muito presente no intercâmbio económico, sobretudo para se entender o processo de seleção de mercados por parte das empresas, das Pequenas e Médias Empresas, em particular, conforme sublinhado por Hollensen (2011), é a de distância psicológica. Este conceito pode ter alguma relação com a distância física, mas prende-se, sobretudo, com as diferenças culturais, organizacionais e sociais dos potenciais parceiros, que podem ser maiores ou menores, condicionando a comunicação, a facilidade de obtenção de informação relevante e a confiança dos intervenientes nas trocas económicas.

Quando se olha para o relacionamento comercial dos países é, também, sobremaneira importante manter presente a respetiva pertença

ou não a algum espaço de livre comércio ou de integração económica e político-institucional, como é o caso da União Europeia (Cadima Ribeiro & Freitas Santos, 2002; Cadima Ribeiro, 2021; Daştan, Karabulut & Yalçınkay, 2023), de que Portugal e Espanha são membros desde janeiro de 1986. Esse enquadramento económico-institucional e a existência de quadros regulamentares supranacionais são facilitadores/incentivadores das trocas e da cooperação económica entre países (Daştan, Karabulut & Yalçınkay, 2023) e acabam por ter, também, efeitos nos níveis confiança e de compromisso das empresas que atuam nos países-membros.

As distâncias física e política também contam, como é óbvio. A fronteira, em concreto, pode ser encarada como barreira para proteger um território da entrada de produtos, serviços, capitais e pessoas, ou como uma linha separadora de indivíduos, empresas e instituições pertencentes a realidades político-administrativas, culturais e linguísticas distintas (Cadima Ribeiro & Freitas Santos, 2002). As coisas mudam de figura na presença de projetos de integração económica, social e política (Cadima Ribeiro & Freitas Santos, 2002; Daştan, Karabulut & Yalçınkay, 2023). Nesse enquadramento, não é surpreendente que os países da União Europeia constituam o principal destino das exportações de bens portugueses e constituam, igualmente, os principais fornecedores de Portugal (GEE, 2023b).

Referindo-se a isso, e à realidade concreta de Portugal e Espanha, Gusman, Trillo-Santamaría e Lois-González (2019) sublinham que o peso simbólico e político que a fronteira teve, sobretudo até aos anos 80 do século passado, não impediu que fossem surgindo estruturas de cooperação a diferentes escalas no período pós-integração europeia. A essa luz, a teoria do comércio internacional destaca o efeito que o desaparecimento das tarifas aduaneiras, decorrentes de processos de integração ou de liberalização comercial, provoca no desenvolvimento das zonas de fronteira, e dos países, em geral. Para a teoria da localização, por sua vez, a presença da fronteira constitui uma rutura no desenvolvimento comum da rede de áreas de mercado, tal como concebidas por A. Losch e W. Christaller (Freitas Santos, 1997) e, logo, um entrave ao crescimento dos territórios (e dos mercados) condicionados por essas realidades político-administrativas.

3. Métodos e fontes de dados

Na abordagem empírica que se sucede faz-se uso de estatísticas do INE (Instituto Nacional de Estatística) e do Banco de Portugal (BdP) sobre comércio de bens e serviços, disponíveis no portal da PORDATA – Estatísticas sobre Portugal e Europa, recorrendo para o efeito a elementos gráficos disponibilizados por aquela base de dados. São usados, também, dados do INE e do BdP coligidos e disponibilizados não há muito tempo pelo GEE sobre a conjuntura económica nacional e internacional (GEE, 2023b) e sobre o comércio internacional Portugal-Espanha (GEE, 2023a). Esses dados permitem sublinhar alguns aspetos particulares do relacionamento comercial existente entre os dois países. Foi igualmente feito um sumário levantamento de literatura empírica existente sobre as relações económicas entre Portugal e Espanha, sobretudo para documentar a situação existente no período anterior a 1986.

Sucintamente, a análise detém-se quer no comércio de bens quer no de serviços, incluindo o turismo. Conforme decorre do título do capítulo, a análise centra-se no período subsequente à integração europeia de Portugal e Espanha na CEE, isto é, na União Europeia, como é atualmente designada.

Dados reportados ao período precedente são apresentados apenas para sublinhar as diferenças existentes entre o antes e o pós-integração, e sublinhar que a proximidade geográfica, a semelhança de regime político subsistente durante muitos anos, até à democratização de ambos os países, nos anos 70 do século XX, e a proximidade cultural, pelo menos no caso de algumas Comunidades que integram o Estado Espanhol, não foram suficientes para fazer de Espanha um parceiro comercial relevante até à data simbólica de 1 de Janeiro de 1986.

A abordagem é de natureza descritiva e recorre-se à apresentação de figuras com dados estatísticos que se espera que sejam suficientemente esclarecedoras da evolução registada ao longo do período considerado e, de algum modo, dos condicionalismos que estão por detrás das flutuações que foram sendo observadas. A evolução em matéria de trocas de bens e serviços, e de pessoas (na expressão resultados financeiros associados a movimentos turísticos) permite também fazer algum tipo

de aproximação às teorias do comércio internacional, para evidenciar limitações de capacidade de apreensão da realidade em presença por parte de alguns quadros teóricos, e evidenciar as virtualidades de outros, pelo menos no caso da relação comercial entre Portugal e Espanha.

Estamos, obviamente, perante um contexto de relacionamento muito distinto do de Portugal e Inglaterra, a que se referiu Ricardo (1814) na sua Teoria das Vantagens Comparativas, mesmo que as trocas de confeções e vinhos entre os dois países sejam uma componente relevante do movimento comercial recíproco.

4. As trocas comerciais entre Portugal e Espanha no pós-integração na CEE/UE

Pese a sua integração na Associação Europeia de Comércio Livre (AECL), mais conhecida como EFTA (European Free Trade Association), instituída em 1960 pelo tratado de Estocolmo, Portugal permaneceu um país relativamente fechado às trocas comerciais com o exterior até à democratização do país em abril de 1974, e mesmo depois desta data, até à integração na Comunidade Económica Europeia, em 1986. O Reino Unido era o seu principal e mais antigo parceiro comercial. O comércio com Espanha era insignificante (Freitas Santos & Cadima Ribeiro, 2005; Cadima Ribeiro, 2021).

Perante a decisão do Reino Unido de ficar de fora do processo de integração europeia enquadrado pelo Tratado de Roma, não restou a Portugal senão seguir os passos daquele seu principal parceiro comercial (Freitas Santos & Cadima Ribeiro, 2005). Este modelo de integração económica permitia, também, a manutenção do protecionismo comercial da indústria portuguesa, favorecendo a expansão de alguns setores industriais, como o têxtil, o vestuário e o calçado.

A Figura 1, reportada às exportações totais de mercadorias do país entre 1974 e 2022, ilustra o percurso de abertura comercial de Portugal, evidenciando a rutura que a adesão do país à CEE representou. Conforme pode perceber-se na Figura 1, a descolagem acontece um pouco antes, no quadro dos acordos de pré-adesão.

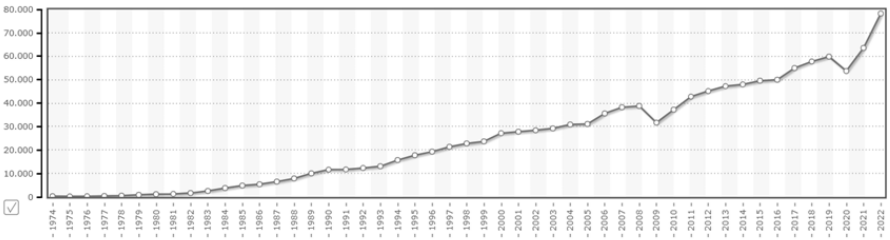


Figura 1. Portugal: evolução das exportações totais de bens, em milhões de euros. Fonte: PORDATA, com base em dados do INE (acesso em 2023/10/12).

Aparte a progressão sustentada das exportações de bens pelo país que a Figura 1 denuncia, esta deixa perceber, também, os impactes da crise financeira iniciada nos Estados Unidos da América no final de 1977, com efeitos agravados em Portugal por força da crise económica e da dívida soberana que lhe sucederam (2009-2011), e os efeitos económicos e comerciais decorrentes da crise sanitária COVID-19, sentidos de forma mais gravosa em 2020 e 2021. São resultados esperados posto que, conforme anotado por Daştan, Karabulut e Yalçınkay (2023), dada a inter-relação forte existente entre as economias devido à pertença a um espaço económico-comercial comum, facilmente os efeitos sentidos por uma delas, originados por choques externos, nomeadamente, rapidamente se estende às demais.

Retendo um período mais curto, entre 1996 e 2022, isto é, deixando de fora os primeiros 10 anos de integração, a Figura 2, reportada à Balança Comercial, em % do PIB (Produto Interno Bruto) nacional, evidencia, do mesmo modo, a importância crescente que o comércio internacional foi tomando na economia do país.

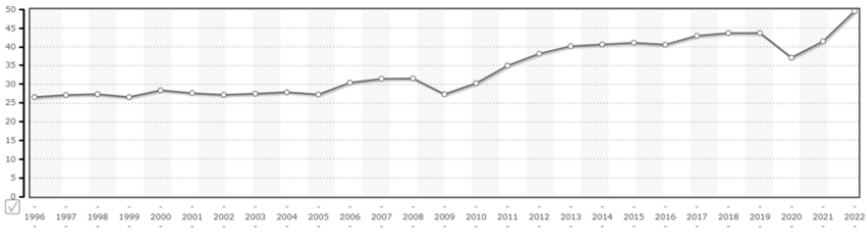


Figura 2. Portugal: evolução da balança comercial, em % do PIB. Fonte: PORDATA, com base em dados do INE e do BdP (acesso em 2023/10/12).

Conforme decorre da Figura 2, o peso da Balança Comercial no PIB nacional dá, nesse período, um salto de 26,6% (1996) para 49,5%

(2022). Anote-se a circunstância de os períodos de crise previamente assinalados terem sido, igualmente, momentos de perda de peso do comércio internacional de bens e serviços em % do PIB, perda mais acentuada no contexto particular da pandemia da COVID-19.

4.1 Comércio Portugal-Espanha: retrato agregado

Pegando nos dados que se reportam, em concreto, à evolução no tempo das trocas comerciais entre Portugal e Espanha, a curva que se apresenta na Figura 3 dá-nos um retrato que, em matéria de desenho, se assemelha bastante ao da Figura 1.

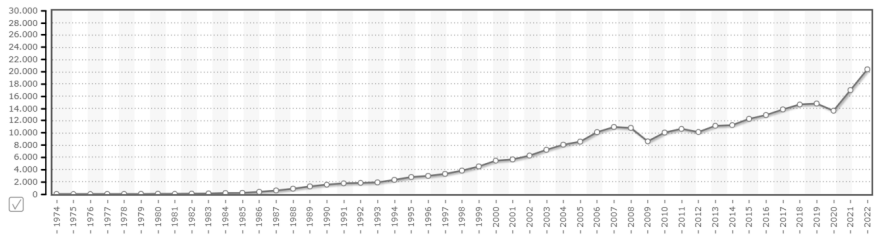


Figura 3. Portugal: evolução das exportações totais de bens tendo como destino Espanha, em milhões de euros. Fonte: PORDATA, com base em dados do INE (acesso em 2023/10/12).

Talvez o aspeto mais diferenciador seja mesmo o momento de descolagem das trocas comerciais, que é claramente mais tardio, isto é, só acontece depois da adesão dos dois países à CEE e, mesmo assim, seguiu uma trajetória de crescimento inicial relativamente lenta. É uma situação que talvez devesse ser esperada, mantendo presente os antecedentes do relacionamento comercial entre os dois países. Conforme destacado por Gusman, Trillo-Santamaría e Lois-González (2019), durante as ditaduras de Salazar em Portugal e de Franco em Espanha, quer dizer, entre os anos 1930 e 1970, a fronteira luso-espanhola manteve-se extremamente rígida, com expressão na militarização dos territórios limítrofes dos dois Estados, e na disseminação de narrativas da identidade nacional no ensino vincando a diferença em relação ao país vizinho, particularmente.

Retomando dados do EUROSTAT coligidos por Freitas Santos e Cadima Ribeiro (2005), as mercadorias exportadas por Portugal para

Espanha ter-se-iam situado em 1% do total exportado pelo país em 1960, 2,1% em 1972, 2,9% em 1979, e 4,1% em 1985. Em livro coletivo coordenado por Romão (1991), retratando esta mesma realidade, os dados apresentados são os seguintes: 1,6% (1970); 3,6% (1980); e 4,1% (1985). Estes números são particularmente impressivos se tivermos presente que o mercado espanhol se tornou o primeiro destino das exportações de bens com origem em Portugal em 2000, ultrapassando a Alemanha, que manteve essa posição praticamente desde o início do ingresso de Portugal na CEE. A propósito, adiante-se que a Espanha foi, em 2022, a origem de 32,09% das importações de mercadorias feitas por Portugal, e o destino de 26,03% das suas exportações de mercadorias (GEE, 2023a).

Aparte a insignificância do relacionamento comercial entre Portugal e Espanha no período pré-integração na CEE/UE, Gusman, Trillo-Santamaría e Lois-González (2019) veem no facto de Portugal e Espanha se terem ignorado mutuamente durante muitos tempo a razão de, atualmente, os territórios fronteiriços serem predominantemente compostos por lugares periféricos e isolados.

O elemento menos virtuoso do aprofundamento da relação comercial entre Portugal e Espanha foi o sucessivo acumular de défices comerciais, como é ilustrado na Figura 4, reportada já ao período de afirmação da Espanha como um dos principais fornecedores de bens e serviços a Portugal, isto é, o maior equilíbrio de trocas a nível de serviços não se revelou suficiente para cobrir os desequilíbrios registados na balança de bens.

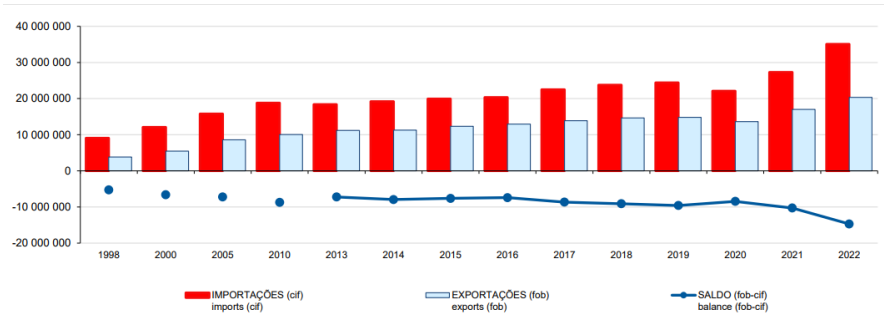


Figura 4. Portugal: evolução da balança comercial com Espanha, em milhões de euros. Fonte: GEE (2023a), Comércio internacional Portugal-Espanha, com base em dados do BdP.

Os dados presentes na Figura 4 documentam, de facto, uma situação em que o crescimento bem visível quer das importações de Portugal com origem em Espanha quer das exportações portuguesas com destino aquele país foi a par da existência de um défice comercial, que, nos derradeiros anos, se agravou. Curiosamente, tendo 2022 sido um ano excecional para Portugal em matéria de crescimento do PIB (6,7%) (GEE, 2023b; INE, 2023), no contexto da recuperação da queda registada no período mais crítico da pandemia, foi também um ano em que a recuperação económica do país mais se apoiou na importação de bens e serviços fornecidos pelo mercado espanhol. Esta questão do défice da Balança Comercial de Portugal no contexto das relações comerciais com Espanha merece ser sublinhada por Portugal ter conseguido manter nos últimos anos (particularmente, de 2013 a 2019), no seu todo, uma Balança Corrente equilibrada (GEE, 2023b).

Como foi dito, se na matéria de exportação de bens Portugal tem registado face a Espanha sucessivos défices comerciais, pelo menos no período 1998 a 2022, a situação na Balança de Serviços é bastante mais favorável, como é documentado na Figura 5.

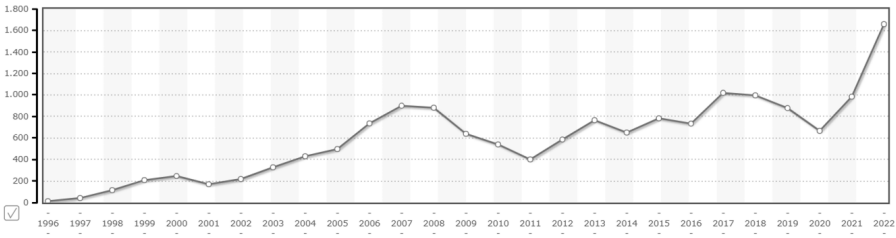


Figura 5. Saldo da Balança de Serviços Portugal-Espanha, em milhões de euros. Fonte: PORDATA, com base em dados do BdP (acesso em 2023/10/12).

A propósito do comportamento do saldo desta Balança (Figura 5), se antes assinalámos a degradação do saldo da Balança Comercial Portugal-Espanha, ao contrário, é interessante notar o salto positivo acentuado verificado no saldo da Balança de Serviços registado de 2021 para 2022.

4.2 Comércio Portugal-Espanha: alguns destaques na especialidade

Sendo impressivo o retrato da relação comercial Portugal-Espanha avançado nos parágrafos precedentes, recorrendo a dados agregados, a verdade é que nem tudo fica esclarecido da dinâmica em presença e, sobretudo, das estratégias de política pública que podem ser equacionadas para corrigir desequilíbrios sobre que importa atuar, se não se considerarem alguns dados a um nível muito mais detalhado. A essa luz, e mantendo presente a evolução do saldo da Balança de Serviços antes apresentado (Figura 5), parece fazer sentido olhar para o comportamento da Balança de Viagens e Turismo Portugal-Espanha no mesmo período (Figura 6), posto que é fácil presumir que virá daí o maior contributo para esse saldo. Aliás, tal é válido para o saldo da Balança Corrente de Portugal, no seu global.

Da Figura 6, destaque-se o comportamento registado na 2.ª metade dos anos 90 do século passado, de crescimento acentuado das receitas, por contraponto do que sucedeu entre o ano 2000 e 2016, de crescimento muito lento destas, e do que irá suceder depois, até à crise pandémica da COVID-19. Ultrapassada a fase mais aguda desta, as receitas recuperaram muito aceleradamente, permitindo fazer do ano de 2022 o melhor ano de sempre.

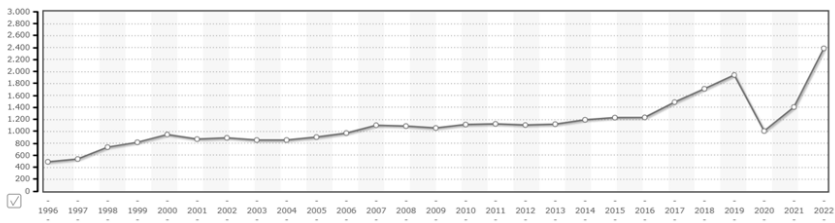


Figura 6. Portugal: evolução da Balança de Viagens e Turismo (Exportações) tomando o mercado espanhol, em milhões de euros. Fonte: PORDATA, com base em dados do BdP (acesso em 2023/10/12).

Este desempenho em 2021-2022 deixa espaço para que se coloque a questão sobre se a tendência persistiria em 2023 e nos anos subsequentes ou se se assistirá a alguma estabilização, como sucedeu na primeira década e meia do século XXI. Será preciso deixar passar algum tempo para se poder retirar indicação segura sobre essa matéria. Em todo caso, certo é que o mercado espanhol, enquanto emissor de turistas

para Portugal, se posiciona no topo dos mercados mundiais, o que faz todo o sentido em expressão de dois elementos principais: por um lado, da notoriedade crescente de Portugal como destino turístico mundial e da oferta de produtos posicionados em diversos segmentos de mercado; e, por outro, da proximidade física, que proporciona facilidade de acesso que não se restringe às deslocações em avião.

Retornando à problemática do intercâmbio de bens, onde, como foi assinalado, Portugal tem registado os maiores desequilíbrios entre o que é exportado e o que é importado de Espanha, défice que se agravou consideravelmente em 2021 e 2022, achou-se relevante sumariar, por um lado, aqueles subgrupos de produtos onde as taxas de cobertura das exportações Portuguesas para Espanha são mais baixas (dramaticamente baixas) e aqueles onde se registam taxas de cobertura integrais ou excedentes. O ano de referência usado foi 2022, embora, pontualmente, se referenciem dados de outros anos, para atender a eventuais flutuações de fluxos "conjunturais". A Tabela 1 sintetiza essa informação.

Grupos de Produtos ou Subprodutos com melhor desempenho (Taxa de Cobertura, em 2022 – %)	Grupos de Produtos ou Subprodutos com pior desempenho (Taxa de Cobertura, em 2022 – %)
D2. Cortiça e suas obras (104,1)	A2. Conservas e prep. alimentares (33,9)
D3. Pastas de papel (1351,5)	A4. Carnes e lacticínios (24,9)
E1. Têxteis e suas obras (95,9) [111,1--2020]	B1. Refinados de petróleo (38,0)
G1. Matérias minerais e minérios (122,5)	B2. Outros produtos energéticos (31,9)
H3. Informática, memórias e circuitos integ. (111,6)	C1. Farmacêuticos (21,1)
J2. Embarcações (inclui estrut. flutuantes) (224,2)	C4. Outros produtos químicos (36,0)
K1. Cerâmica, vidro e suas obras (96,9) [115,8-2019]	F2. Peles, couros e suas obras (37,3)
K2. Mobiliário, colchões e candeeiros (87,3) [103,5-2020]	G3. Cobre e suas obras (34,5)
	G4. Alumínio e suas obras (39,3)
	H1. Aparelhos de som e imagem (37,1)
	H7. Outras máquinas e aparelhos, elétricos (24,4)
	I2. Material via-férrea, contentores e aparelhos (1,3)
	J1. Aeronaves (27,9)
	K4. Outros produtos acabados (30,0)

Tabela 1. Portugal: listagem de Grupos ou Subgrupos de bens onde se verificam as melhores e as piores taxas de cobertura das exportações pelas importações provenientes de Espanha, em 2022. Fonte: GEE (2023a), Comércio internacional Portugal-Espanha, com base em dados do INE.

Os dados são curiosos e entre as situações extremas configuradas pela exportação por Portugal de Pastas de Papel e a importação de Material para Via-férrea, Contentores e Aparelhos, há várias situações que indiciam não a especialização dos países na produção de gamas completas de certos bens mas, antes, uma divisão de trabalho dentro de fileiras e, eventualmente, dentro de organizações ou grupos de empresas. Atente-se, a esse propósito, nos itens Aparelhos de Som e Imagem, Outras Máquinas e Aparelhos, Elétricos, e Informática, Memórias e Circuitos Integrados ou, talvez mais facilmente percetível, nos casos das Peles, Couros e suas Obras, e dos Têxteis e suas obras. Sobressai, também, a minimização a que se assistiu em Portugal do contributo para o PIB nacional dos setores Agrícola e das Pescas, com expressão nos produtos transformados derivados.

Há, igualmente, questões que se prendem com a sofisticação tecnológica dos produtos, quer dizer, o que habitualmente é designado por intensidade tecnológica, mas nem a Tabela 1 permite ir muito longe na retirada de ilações a esse respeito nem a Figura 7, que pretende aproximar essa problemática, é inequívoca.

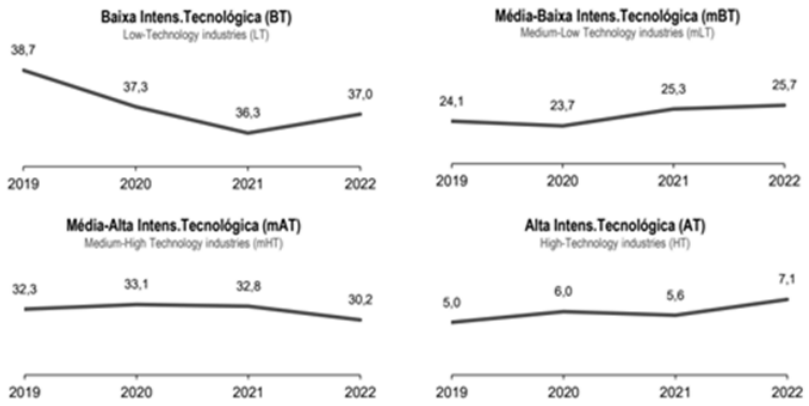


Figura 7. Portugal: exportação de produtos industriais transformados para Espanha por grau de intensidade tecnológica, 2019-2022. Fonte: GEE (2023a), Comércio internacional Portugal-Espanha, com base em dados do INE.

O problema de interpretabilidade que se coloca a este respeito decorre da própria definição de intensidade tecnológica proposta pela OCDE e ainda em vigor, em que, no essencial, a intensidade tecnológi-

ca é imputada aos produtos em função do setor de que são maioritariamente provenientes, e não do nível de sofisticação tecnológica ou incorporação de conhecimento no bem específico. Por exemplo, um produto têxtil funcional pode ter um desempenho que resulta de um nível elevado de incorporação de inovações a nível de materiais avançados ou outras bem maior que um produto proveniente de um setor tido como de intensidade tecnológica média-alta ou alta.

Como quer que seja, em abordagem inicial, isto é, como ponto de partida, continua a valer a pena manter presente o retrato da indústria transformadora portuguesa que resulta da Figura 7, neste caso, aplicado ao comércio de Portugal com Espanha. A respetiva importância e representatividade é tanta quanto o são os 32,09% que a Espanha representou nas importações comerciais de Portugal em 2022, e os 26,03 de exportações de Portugal para Espanha no mesmo ano (GEE, 2023a). Esse retrato, dizia-se, pese as limitações de metodologia de estimação usada, evidencia o esforço que importa fazer para incrementar o contributo dos produtos de Média-alta Intensidade Tecnológica, e de Alta Intensidade Tecnológica de um peso relativo de 37,3%, em 2022, no computo das mercadorias exportadas para Espanha, para um valor bastante mais elevado. Uma parte do ataque ao défice estrutural da Balança de Bens de Portugal face a Espanha passará por aí.

É um esforço com resultados a conseguir apenas no médio prazo, mas o médio prazo constrói-se em cada dia. Por outro lado, é uma meta que dificilmente se alcançará sem uma mobilização consciente de vários setores da sociedade portuguesa, e para a qual o contributo das políticas públicas é imprescindível. Políticas públicas bem desenhadas e prosseguidas consistentemente no tempo e, logo, políticas que não sejam mera expressão de modismos de discurso e de exigências de justificar o uso de recursos estruturais da União Europeia.

5. Conclusão

Discorrendo sobre os fundamentos do relacionamento comercial dos países, é sobremaneira importante manter presente a respetiva pertença ou não a algum espaço de livre comércio ou de integração económica e político-institucional, como o mostram os casos de Portugal e Espanha, desde janeiro de 1986. A integração não só fez dos países

da zona Euro o principal destino das exportações de bens portugueses e os principais fornecedores de Portugal, como permitiu a evolução das trocas entre Portugal e Espanha de valores quase residuais no período pré-integração para a situação atual da Espanha se ter convertido no primeiro fornecedor de Portugal e o seu maior cliente.

Nesse processo, as distâncias físicas e psicológicas também contam. A existência de uma fronteira comum, se pode ser encarada como barreira, também é um elemento denunciador de proximidade física e de proximidade cultural e, porventura, até linguística. Num contexto de esbatimento/abolição de fronteiras fiscais/aduaneiras e de barreiras à circulação de pessoas e capitais, o potencial de alargamento dos intercâmbios oferece-se imenso.

Mantendo presente o défice comercial de Portugal face a Espanha, importa que as autoridades públicas nacionais assumam alguma estratégia de monitorização e enfrentamento desse défice. Nesse contexto, importa continuar a potenciar a componente Serviços da Balança Comercial, onde Portugal regista um excedente face a Espanha, e desenvolver políticas que permitam que o país incremente o contributo dos produtos de Média-alta Intensidade Tecnológica, e de Alta Intensidade Tecnológica para o comércio entre os dois países.

Por outro lado, mantendo presente que Espanha não é um mercado homogéneo, importa ter presente as características singulares de cada uma das Comunidades Autónomas que integram o Estado Espanhol, com expressão no respetivo poder de compra, hábitos de consumo, identidade cultural e preferências dos consumidores. A essa luz, será de prosseguir uma abordagem aos diferentes mercados que compõem a totalidade do mercado espanhol tendo em consideração as suas características particulares.

Anote-se que o autor deste capítulo está consciente que a exploração que fez da temática que tratou não esgotou todas as dimensões do relacionamento comercial de Portugal com Espanha, e a abordagem analítica com base em dados secundários tem, ela própria, limitações. Aparte o aprofundamento da abordagem empírica que é possível fazer mesmo com o recurso a dados secundários, na perspetiva da compreensão do evoluir da relação de intercâmbio e do desenvolvimento de políticas públicas que permitam conseguir um melhor balanço entre exportações e importações, aproximações empíricas centradas na

recolha de perceções e recomendações de especialistas académicos e de atores económicos qualificados podem constituir uma importante mais-valia. A inventariação das abordagens teóricas também não esgotou os modelos disponíveis na literatura.

Referências bibliográficas

Bharat, S., Kumar, V., Sharma, S., Sehgal, S., & Jakhar, B. (2023). Literature Review on Theories of International Trade and Policies Behind Modern World Trade. *Journal of Indonesian Applied Economics*, 11 (2), 75-83. DOI: https://doi.org/10.21776/ub.jiae.2023.011.02.6

Cadima Ribeiro, J. (2021). O Intercâmbio Económico Portugal-Galiza no Período Pós-integração Europeia: Fragmentos do Percurso Realizado. In C. Pazos-Justo, M. J. Botana Vilar e G. André (eds.), *Galiza e(em) Nós. Estudos para a Compreensão do Relacionamento Cultural Galego-Portugês* (pp. 293-314). Edições Húmus/CEHUM.

Cadima Ribeiro, J. & Freitas Santos, J. (2002). Cooperação transfronteiriça: motivações, contribuições teóricas e experiências. In *Colectividades Territoriais, Financiamento e Cooperação Transfronteiriça* (pp. 151-167). Ed. APDR.

Daştan, M., Karabulut, K., & Yalçınkay, Ö. (2023). The time-varying impacts of global economic policy uncertainty on macroeconomic activity in a small open economy: the case of Turkey. *Portuguese Economic Journal*. https://doi.org/10.1007/s10258-023-00239-0.

Enander, J., Melin, A., & Nilson, J. (2010). Trust-creating Social Networks in Forest Owners' Choice of Trading Partners. *Journal of Co-operative Studies*, 43 (3), 17-28.

Freitas Santos, J. (1997). *Localização da empresa estrangeira em Portugal (1990/1994): uma abordagem relacional*. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho.

Freitas Santos, J., & Cadima Ribeiro, J. (2005). Processo de abertura e internacionalização da economia portuguesa: balanço e perspectivas futuras. *Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas*, 6, 7-28.

GEE (2023a). *Comércio internacional Portugal-Espanha*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Estratégia, Ministério da Economia e do Mar, 12 de julho.

GEE (2023b). *Síntese Estatística de Conjuntura*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Estratégia, Ministério da Economia e do Mar, 14 de julho.

Gusman, I., Trillo-Santamaría, J., & Lois-González, R. (2019). Os efeitos da cooperação transfronteiriça nas configurações territoriais estatais: o caso

do Norte de Portugal. Comunicação apresentada no *VII Seminário Internacional de Estudos Transfronteiriços*. Corumbá/MS, Brasil, 7 a 9 de outubro.

Hollensen, S. (2011). *Global Marketing* (5.ª ed.). Pearson Education.

INE (2023). *Anuário Estatístico/Statistical Yearbook Portugal 2022*. Instituto Nacional de Estatística.

James, H., & Sykuta, M. (2006). Farmer trust in producer-and investor-owned firms: Evidence from Missouri corn and soybean producers. *Agribusiness. An International Journal*, 22, 135-153.

Jeyarajah, S. (2019). A Survey of the Evolution of International Trade Theories. *IOSR Journal of Economics and Finance*, 10 (6), 66-70. http://doi.org/10.9790/5933-1006066670

Krugman, P., Obstfeld, M., & Melitz, M. (2015). *Economia Internacional* (10.ª ed.). Pearson Education do Brasil Ltda.

Leão, P. (2012). Comércio determinado por diferentes dotações de fatores. *Working Papers,* 33, DE/UECE, ISEG/Universidade Técnica de Lisboa.

Ohlin, B. (1933). *Interregional and International Trade*. Harvard University Press.

Österberg, P., & Nilsson, J. (2009). Members' Perception of their Participation in the Governance of Cooperatives: The Key to Trust and Commitment in Agricultural Cooperatives. *Agribusiness. An International Journal*, 25, 181--197.

Ricardo, D. (1817). *Princípios de Economia Política e Tributação* (tradução portuguesa de 1975). Fundação Calouste Gulbenkian.

Romão, A. (coord.) (1991). *Comércio Internacional: teorias e técnicas*. ICEP--Instituto do Comércio Externo de Portugal.

Samuelson, P., & Nordhaus, W. (1999). *Economia* (16.ª ed.). McGraw Hill de Portugal Lda.

Zeuli, K., & Betancor, A. (2005). *The effects of cooperative competition on member loyalty*. Comunicação apresentada em *NCERE-194 2005 Anual Meeting*, Mineápolis, 8 e 9 de novembro.

A conciliação entre trabalho e família: desigualdades e oportunidades em Portugal e Espanha*

Edna Costa
(Universidade do Minho)

There is no such thing as work-life balance.
Everything worth fighting for unbalances your life.
Alain de Botton

1. Introdução

A equação trabalho-família e a busca por uma solução que nos conduza ao tão desejado equilíbrio tornou-se omnipresente no espaço público e nas agendas políticas do nosso tempo. Portugal e Espanha, democracias consolidadas no último meio século, não são exceção e o desafio da conciliação impõe-se a uma larga franja da população que atravessa a chamada *rush hour of life,* em que aspirações profissionais e pessoais se cruzam e sobrepõem.

De facto, até à queda dos regimes autoritários de Salazar e Franco, as sociedades ibéricas assentavam num modelo de divisão do trabalho cuja premissa atribuía ao homem a função de provedor e, desde logo, beneficiário principal de quaisquer prestações do Estado, enquanto que à mulher cabia o papel de cuidadora e responsável pelo trabalho doméstico. Este contrato de género não era apenas promovido pelas elites

* O presente capítulo é parcialmente adaptado de: Costa, E. (2018). Untying the Knot in Work-Family Balance: Inequalities and Capabilities in Portugal and Spain [Tese de Doutoramento, NOVA-FCSH]. Repositório Universitário NOVA. http://hdl.handle.net/10362/49746

políticas e religiosas de então, encontrando-se mesmo plasmado no campo legislativo e no texto constitucional.

Ora, a partir da década de sessenta, o declínio político das ditaduras ibéricas foi acompanhado por uma forte vontade de rutura com o modelo de sociedade patriarcal dominante, desembocando em profundas alterações legislativas durante a transição democrática, alterações estas que procuravam, acima de tudo, assegurar que os direitos, liberdades e condições de vida de cada indivíduo não seriam condicionadas pela sua pertença a um determinado sexo.

Reconhecendo que muitos outros eixos de desigualdade intersetam com aquele que separa mulheres e homens, é incontestável que as oportunidades de participação no espaço público se expandiram de forma determinante. A integração feminina no mercado de trabalho e a sua crescente autonomia social e financeira cimentaram trajetórias de vida ativas nas esferas pública e privada, vendo-se os Estados obrigados a adaptar a sua relação com as famílias e a assumir os chamados "*novos riscos sociais*" (Taylor-Gooby, 2004; Hemerijck, 2017), entre os quais, a conciliação entre o trabalho e a família.

Apesar de tudo, a responsabilidade pela conciliação ainda recai maioritariamente sobre as mulheres e as políticas implementadas pelos Estados dirigem-se quase exclusivamente à esfera do emprego ignorando as disparidades graves e persistentes na divisão do trabalho doméstico e justificando, assim, as críticas feministas a um modelo de políticas que possibilita às mulheres trabalhar mais enquanto mantêm a maior parte das responsabilidades familiares (Crompton et al., 2007; Lewis, 2009; Saraceno, 2017; Stratigaki, 2004). Este capítulo assume, pois, o desafio de olhar para a conciliação em Portugal e Espanha a partir de uma perspetiva de género, procurando ultrapassar a visão unidimensional do "*indivíduo socialmente útil*" (Orloff, 2009) apenas enquanto trabalhador e atribuindo igual valor ao trabalho do cuidado na esfera familiar.

Embora as principais transformações nas relações entre trabalho e família sejam comuns à maioria dos países europeus, este estudo concentra-se na sua evolução no contexto ibérico e na medida em que foram acompanhadas por mudanças nas alternativas de conciliação. Nesse sentido, recolhemos um vasto conjunto de dados com dois objetivos centrais: em primeiro lugar, analisar comparativamente os

padrões de emprego e de prestação de cuidados informais, com uma atenção especial aos desequilíbrios de género subjacentes. Num segundo momento, determinar as oportunidades efetivas de conciliação nos dois países, isto é, em que medida as políticas de conciliação incorporam barreiras ou incentivos à conciliação para mulheres e homens. Especificamente, são analisadas as licenças de parentalidade, os serviços de apoio à infância e os custos de aquisição desses serviços. O marco temporal compreende o período desde o início dos anos noventa a 2019, tendo em conta o contexto de recessão económica que afetou ambos os países entre 2008-2012. Por limitações de tempo e espaço, o período da crise pandémica de COVID-19 não foi incluído, uma vez que exigiria a análise de medidas adotadas num quadro excecional de emergência.

2. O lugar do género na conciliação trabalho-família

A transição pós-industrial ocorrida na Europa durante a segunda metade do século XX foi necessariamente acompanhada por um conjunto importante de mudanças tanto na esfera pública como na privada. Desde logo, as estruturas familiares tornaram-se mais flexíveis à medida que as decisões sobre casamento e reprodução foram adiadas, com a consequente diminuição das taxas de fecundidade. O papel das mulheres enquanto esposas e mães perdeu assim a sua centralidade à medida que estas se tornavam mais independentes das figuras masculinas – marido, pai ou irmãos – e garantiam a sua posição no mercado de trabalho. Ideologicamente, isto foi sustentado nos anos sessenta e setenta pela busca de novos significados para o valor democrático da igualdade, disseminado pelos feminismos de segunda vaga e refletido nos processos de democratização de terceira vaga.

Assim, de uma forma genérica, os agregados familiares europeus afastaram-se de uma divisão estrita dos papéis sociais de mulheres e homens, progredindo para um modelo de maior partilha do papel de provedor da família, embora com diferentes nuances. Com efeito, o papel da mulher enquanto cuidadora revelou-se muito mais resistente à mudança, refletindo-se na persistência de desigualdades profundas na partilha das tarefas domésticas e de cuidado. Na perspetiva da conciliação entre trabalho e família (CTF), estes níveis mais elevados

de emprego feminino associados a um envolvimento desproporcional dos homens nas tarefas de cuidado resultam em dois problemas essenciais: a "dupla jornada" das mulheres e as lacunas na prestação de cuidados (*care gap*, no original). De facto, a simultaneidade dos anos mais exigentes em termos profissionais e familiares aumentou a pressão sobre as famílias, trazendo para primeiro plano a equação trabalho-família.

No sentido oposto à maioria dos países da Europa Ocidental, as democracias ibéricas experimentaram as principais transformações nas relações trabalho-família após um longo período de regime autoritário de direita. Esse contexto implica que estas profundas mudanças ocorreram por oposição ao legado autoritário e em simultâneo com a consolidação dos direitos civis, políticos e sociais, o que se reveste de grande relevância tanto na análise dos papéis de género como das condições institucionais e culturais que os sustentam.

De facto, as decisões de mulheres e homens estão necessariamente ligadas às possibilidades reais que se lhes apresentam. No estudo da CTF isto traduz-se na liberdade de escolha entre a participação no mercado de trabalho e a prestação de cuidados, sendo ambos definidos enquanto opções com valor idêntico. A prioridade atribuída ao ato da escolha bem como às circunstâncias que o rodeiam exige uma distinção clara entre a efetiva distribuição de emprego e prestação de cuidados no agregado familiar e as opções disponíveis para mulheres e homens (Hobson et al., 2011; Hobson, 2015; Lewis 2009). Assim, ao invés de advogarmos uma divisão ideal (ou simétrica) de trabalho pago e não pago aplicável a todas as mães e pais trabalhadores, defendemos a maximização de escolhas reais para ambos, dedicando especial atenção às disparidades de género tanto ao nível dos resultados como, necessariamente, das alternativas existentes (Orloff, 2009).

Não obstante a relevância de múltiplos fatores na formulação das opções de conciliação (estruturais, culturais ou institucionais), as próximas secções focam três políticas consideradas essenciais à sua expansão: as licenças parentais, os serviços de apoio à infância e os custos de aquisição destes serviços. A análise terá em consideração as medidas que possibilitem tanto o emprego como a prestação de cuidados (in/formal) para mães e para pais, bem como as respetivas compensações financeiras.

2.1. O eixo trabalho-família nas democracias ibéricas: de onde partimos?

Como sustentado por vários autores, Portugal e Espanha, "share so many structural features and historical experiences (prior to the 1970s) that the contrast between them approximates the status of a "natural experiment"" (Fishman, 2010, p. 283). Com efeito, ambos os países viveram quase meio século em regimes autoritários fortemente influenciados pela Igreja Católica, embora, especialmente no caso português, esta tenha perdido parte da sua influência a partir da década de sessenta. O quadro constitucional e legislativo no espaço ibérico refletia, assim, muitos aspetos da doutrina social católica bem como valores familiares fortemente conservadores, nomeadamente na divisão entre trabalho remunerado e responsabilidades familiares. O contrato de género predominante centrava-se na dicotomia tradicional provedor masculino/cuidadora feminina e, apesar de muitas mulheres serem forçadas a realizar trabalho remunerado para contribuir para o orçamento familiar, o modelo ideal de provedor masculino era um símbolo dos regimes autoritários (Aboim, 2010, p. 39). As políticas estabelecidas asseguravam a subordinação das mulheres e a sua valorização apenas na esfera doméstica, o que, no caso português, acabou por se tornar um dos pontos de protesto contra o regime.

Na verdade, apesar das semelhanças, os dois países apresentaram cenários distintos no caminho para a democratização bem como nas décadas que se lhe seguiram. O período de alguma modernização das décadas de sessenta e setenta veio também instigar uma necessidade de mudança na divisão tradicional do trabalho, refletindo-se, de diferentes formas, na incorporação das mulheres no mercado de trabalho. Em 1973, as mulheres representavam em ambos os países uma parcela muito baixa da força de trabalho total, pouco acima de 20% (OECD, 2000). Esta (fraca) participação feminina no mercado de trabalho estava mais concentrada entre as mulheres solteiras no caso de Espanha, mas incluía também mulheres casadas em Portugal que, fruto da necessidade económica e da escassez de mão-de-obra masculina devido às guerras coloniais, somaram o trabalho remunerado às suas responsabilidades familiares. A partir de 1974, ou seja, desde o fim dos regi-

mes autoritários na Península Ibérica, os caminhos de integração das mulheres no mercado de trabalho divergiram bastante e, até 1979, a proporção de mulheres na força de trabalho em Portugal ultrapassou a da vizinha Espanha em mais de 10 pontos percentuais, vantagem essa que seria mantida nas décadas seguintes. Com efeito, Espanha ficou para trás nesse ímpeto inicial de incorporação das mulheres no emprego.

Alguns autores sugerem que a transição consensual espanhola não esteve associada a uma mudança cultural tão radical quanto a transição revolucionária em Portugal, que orientou as mulheres para o emprego e, ao mesmo tempo, contribuiu para a alteração da rígida divisão de género do trabalho. De facto, "a ideia da "mulher em casa" tornou-se um estereótipo ultrapassado, mesmo nas regiões onde predominam valores culturais mais conservadores" (André & Feio, 2000, p. 62), destacando a importância da independência económica e da sociabilidade que as mulheres portuguesas atribuem ao trabalho remunerado (Torres, 2005). O emprego feminino a tempo inteiro tornou-se, ao longo das últimas décadas, uma parte incontestável da vida, mesmo que as mulheres ainda sejam responsáveis pela maior parte do trabalho familiar não pago (Aboim, 2010; Torres, 2008, p. 41). Com efeito, as desigualdades na esfera familiar resistiram às mudanças profundas que ocorreram no campo do trabalho remunerado e, como este capítulo mostrará, as disparidades de género na articulação do trabalho e da família são ainda a norma em ambos os países, resultando na pesada "dupla jornada" das mulheres (Alcañiz & Guerreiro, 2009).

Embora a maioria das democracias europeias tenha adotado, nas últimas décadas, algum tipo de políticas de conciliação, existem diferenças significativas tanto na natureza como na extensão destas medidas. De facto, como Lewis afirma, "even if it is allowed that state intervention in the work and in the family field is desirable (…), it is likely to be difficult to impose a particular model of work-family balance" (2009, p. 196). Partindo de um legado de profundo tradicionalismo familiar, baixas taxas de fecundidade e, no caso de Espanha, baixas taxas de emprego feminino, os países ibéricos têm abordado a questão da conciliação principalmente através das políticas de licença parental e de serviços de apoio à infância numa perspetiva de proteção da maternidade e de apoio ao emprego feminino. No contexto português, as décadas de transição democrática haviam já trazido uma atenção signi-

ficativa à articulação trabalho-família e um relativo consenso social e político em seu torno, perante taxas de emprego feminino consideravelmente mais altas do que no país vizinho.

A partir do final dos anos noventa, sob a influência dos debates europeus sobre conciliação, foram aprovadas alterações legislativas importantes em ambos os países, reconhecendo assim o direito ao cuidado na esfera da família paralelamente ao emprego, consagradas no texto constitucional português (Artigo 59, n.1 b), da CRP e na Lei da Conciliação espanhola (Lei 39/1999), aprovada pelo Partido Popular. Neste último caso, a legislação recebeu fortes críticas dos partidos de esquerda, uma vez que a questão da conciliação era definida principalmente enquanto uma necessidade das mulheres trabalhadoras e, além disso, não abordava o problema dos serviços de apoio à infância. O Governo socialista eleito em 2004 consagrou a igualdade de género como uma prioridade política, adotando assim uma ótica distinta no que se refere à conciliação. A Lei da Igualdade (Lei Orgânica 3/2007) foi, de fato, um marco na medida em que promoveu a corresponsabilidade de mulheres e homens nas tarefas familiares, ilustrada claramente na introdução do direito individual à licença de paternidade. Ainda assim, o período de recessão económica que se seguiu foi extremamente prejudicial a esse conjunto de inovações políticas, resultando numa implementação muito limitada (Guillen Rodríguez et al., 2009). Teve, ainda assim, a vantagem de trazer a questão da conciliação para a discussão pública.

A década de noventa foi ainda marcada em ambos os países pela implementação dos Planos Nacionais para a Igualdade de Oportunidades que têm incluído, desde então, o objetivo da CTF, embora as disparidades de género na divisão do trabalho e os desequilíbrios subjacentes à esfera familiar venham sendo sistematicamente ofuscados pelo foco na "*conciliação para as mulheres*". Alguns autores identificam este ponto como a principal razão para a falta de eficácia dos Planos no contexto português (Monteiro & Portugal, 2013, p. 103). De acordo com Monteiro e Portugal, os Planos Nacionais para a Igualdade refletem o predomínio de uma interpretação familialista da conciliação, em que os modelos de desenvolvimento económico e a questão demográfica obscurecem o problema das relações sociais de género (2013, p. 104, 108). Na verdade, as iniciativas legais em torno deste tema seguiram na

sua maioria as diretrizes da UE e, além das discussões sobre políticas de licença, raramente conduziram a debates envolvendo a sociedade civil (Zartaloudis, 2011; Espírito-Santo et al., 2007).

3. Padrões de conciliação: como articulam mulheres e homens a esfera profissional e familiar?

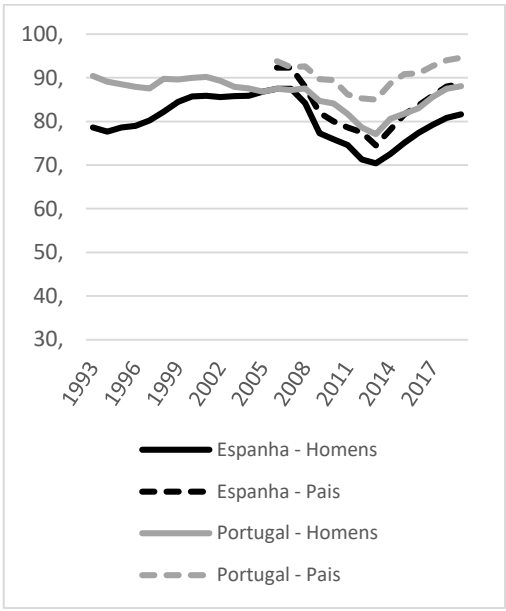
Retomando o propósito inicial deste estudo, debruçamo-nos agora sobre os modelos de articulação trabalho-família em Portugal e Espanha entre o início da década de noventa e 2019. Sendo o nosso objetivo principal examinar a variação de género no trabalho pago e não pago, os dados que analisamos permitem-nos responder a diversas questões: em que medida o padrão tradicional de "homem-provedor e mulher-cuidadora" se transformou num modelo de duplo provedor? Quão marcada é a divisão de responsabilidades profissionais e familiares segundo o género?

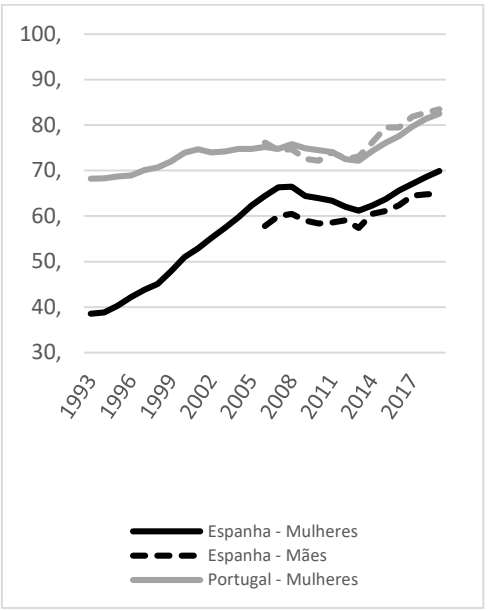
3.1. Padrões de emprego no espaço ibérico

A partir dos dados do Inquérito Europeu ao Emprego (*European Labour Force Survey*) podemos avaliar a variação nos padrões de emprego não apenas em função do género, mas também, a partir de 2005, em função da existência de filhos pequenos no agregado familiar. A análise foca-se no grupo etário entre os 25-54 anos, o estrato da população com maior probabilidade de, simultaneamente, trabalhar e ter filhos pequenos a cargo.

Começando pela população empregada por género, as Figuras 1 (taxa de emprego masculino) e 2 (taxa de emprego feminino) permitem-nos imediatamente verificar que, em geral, os homens são mais bem-sucedidos em encontrar um lugar no mercado de trabalho do que mulheres. Porém, esta realidade é particularmente evidente no caso espanhol, sendo certo que, entre 1993 e 2017 a taxa de emprego feminino registou um aumento de cerca de 30%, reduzindo assim a disparidade de género. De facto, o emprego feminino em Portugal tem sido considerado um caso excecional no contexto europeu, mantendo-se bem acima dos 70% desde a década de noventa, inclusivamente durante o período da Grande Recessão que trouxe consigo efeitos severos nos

mercados de trabalho português e espanhol. Podemos, pois, afirmar que o período democrático veio consolidar a posição das mulheres trabalhadoras no contexto ibérico, e de uma forma muito visível no caso espanhol. Ainda assim, a disparidade de género mantém-se muito maior em Espanha do que em Portugal, como resultado de taxas de emprego comparativamente mais baixas das mulheres espanholas (70% e 83%, respetivamente), especialmente das mães.





Figuras 1 e 2 – Taxa de emprego masculino (25-54 anos) e dos pais, 1993-2019 / Taxa de emprego feminino (25-54 anos) e das mães, 1993-2019. Fonte: elaboração própria, a partir de Eurostat, variável [lfsi_emp_a_h__custom_9101152] / variável [lfst_hheredch __custom_9100248/

A comparação das taxas de emprego pela composição do agregado familiar permite-nos ter uma visão mais clara sobre os efeitos da paternidade e maternidade na participação no emprego, isto é, quais as alterações nos padrões de emprego de mulheres e homens, quando existem filhos pequenos a cargo? Ora, cada uma das Figuras 1 e 2 apresenta-nos retratos complementares: enquanto que no primeiro caso não se evidenciam variações relevantes entre os dois países, considerando que tanto em Portugal como em Espanha, homens com filhos pequenos tendem a registar uma taxa de emprego superior àquela de

homens sem filhos, o mesmo não ocorre no caso das mulheres. Efetivamente, a Figura 2 revela que enquanto em Espanha as taxas de emprego das mães são inferiores às femininas, em Portugal, de forma algo surpreendente, a presença das mães com filhos pequenos no mercado de trabalho sobe ligeiramente relativamente à população feminina entre os 25-54 anos.

Seja pelo elevado valor atribuído pelas mulheres portuguesas ao emprego pago, seja pela necessidade de um duplo salário que garanta a segurança económica do agregado familiar, o facto é que o modelo de conciliação de duplo provedor encontra-se consolidado há várias décadas no caso português de uma forma bastante mais evidente do que no país vizinho. Em Espanha, em 2019, a presença de filhos pequenos fazia descer a taxa de emprego feminino em 5%; alguns estudos acrescentam que, além da maternidade, o casamento também reduz a probabilidade de emprego das mulheres espanholas, o que parece estar em linha com padrões de divisão do trabalho comparativamente mais tradicionais, apesar dos desenvolvimentos nas últimas décadas (Gutiérrez-Domènech, 2005).

Este padrão é replicado na análise da intensidade do trabalho (Costa, 2018, pp. 76-78), onde os dados revelam que, embora a proporção de mulheres e homens a trabalhar a tempo parcial tenha aumentado ligeiramente em ambos os países, as mulheres espanholas têm uma participação menos intensa no trabalho remunerado, tanto em comparação com os seus homólogos masculinos como, ainda mais, em relação às mulheres portuguesas. Em suma, as mães portuguesas estão significativamente mais presentes no mercado de trabalho do que no caso espanhol e de forma mais intensiva. A questão que se segue é em que medida os padrões de trabalho não pago, nomeadamente de prestação de cuidados, replicam este trajeto de evolução no período democrático.

3.2. Prestação de cuidados familiares no espaço ibérico

Esta secção recorre a quatro rondas do Inquérito Europeu sobre a Qualidade de Vida (*EQLS* 2003, 2007, 2012 e 2017), apresentando na Figura 3 o tempo dedicado a trabalho familiar não pago (tarefas domésticas e prestação de cuidados) por mães e pais trabalhadores, em

horas semanais. Estes dados referem-se especificamente à população ativa, sendo, assim, particularmente adequados para a análise da articulação entre trabalho e família.

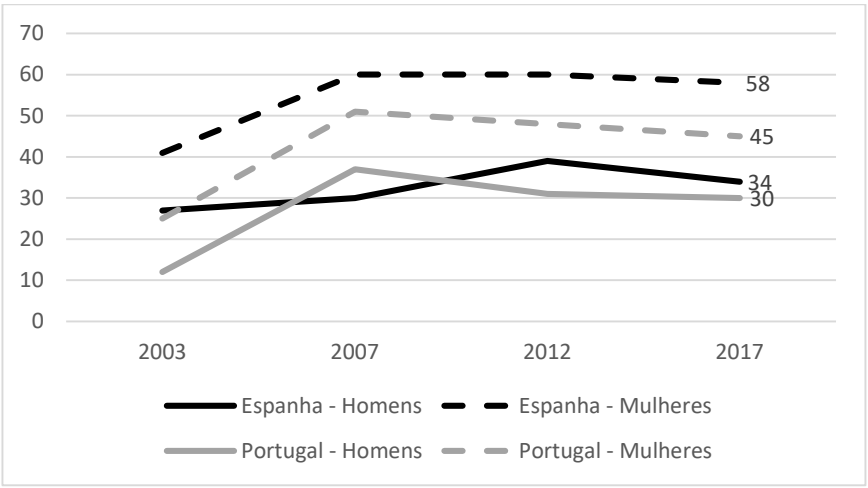


Figura 3 – Horas semanais dedicadas a trabalho não-pago, por sexo (2003-2017). Fonte: elaboração própria, a partir de Inquérito Europeu sobre a Qualidade de Vida (EQLS 2003, 2007, 2012, 2017).

Um primeiro aspeto a ter em conta é a relativa estabilidade das horas reportadas de trabalho não pago, à exceção do ano de 2003 que deve ser interpretado com precaução tendo em conta algumas discrepâncias metodológicas. No EQLS 2003 a questão foi colocada apenas a indivíduos que relataram que realizavam alguma destas atividades todos os dias, ou seja, o trabalho realizado de forma menos regular não está contabilizado. Apesar do período de recessão económica que ocorre entre os inquéritos de 2007 e 2012, há até uma ligeira diminuição a reportar no caso português. Isto sugere que os padrões de trabalho familiar são bastante resistentes à mudança, mesmo quando um contexto recessivo poderia fazer prever um maior volume de tarefas realizadas pelos próprios, ou seja, não externalizadas.

De acordo com os dados apresentados, a participação dos pais no trabalho de cuidado não cresceu na mesma medida em que as mulheres foram incorporadas no mercado de trabalho, o que confirma estudos anteriores (Aboim, 2010; Conde-Ruiz & Artiñano, 2016). No entanto, a suposição inicial feita nos modelos de conciliação de que as assimetrias

de género seriam geralmente mais significativas no Sul da Europa não se verifica, pelo menos não no caso português. Com efeito, os resultados indicam que, apesar de o volume de horas empregues nestas tarefas ser consistentemente mais alto no caso das mulheres, em ambos os países, a disparidade de género é claramente superior no caso espanhol ao longo de todo o período analisado. Em termos comparativos, as mães espanholas apresentam os valores mais altos em termos de trabalho familiar não pago, alinhando-se com uma tradição mais familialista (Guerrero & Naldini, 1996), muito embora a ligeira subida nos valores reportados pelos pais possa sugerir uma potencial mudança na divisão tarefas no agregado familiar. Assim, a questão da "dupla carga" parece ser mais visível para as mulheres espanholas, especialmente entre 2007 e 2017, quando altas taxas de emprego coincidem com uma elevada carga de trabalho familiar informal. Na direção oposta, tanto as mães como os pais portugueses apresentam os resultados globais mais baixos, e com uma tendência de descida no período analisado.

Globalmente, e não obstante as especificidades dos dois países, podemos concluir que à crescente feminização dos mercados de trabalho não tem correspondido um reequilíbrio na distribuição do trabalho familiar, isto é, a disparidade de género no trabalho doméstico e na prestação de cuidados é, efetivamente, mais resistente à mudança. Neste campo, as escolhas das mulheres são ainda significativamente mais condicionadas por comparação com as dos homens. Sendo certo que o direito à prestação de cuidados e sua valorização serão sempre um aspeto basilar a um maior envolvimento dos homens na esfera do trabalho familiar, a eliminação de barreiras e a implementação de incentivos à conciliação para mães e para pais têm registado nas últimas décadas avanços consideráveis. Será este o objeto da nossa próxima secção.

4. Políticas de conciliação: alternativas efetivas para mulheres e homens?

As políticas de conciliação são o principal instrumento através do qual os Estados podem proporcionar mais oportunidades para a conciliação trabalho-família, seja através de políticas de licença parental, da disponibilização de serviços de apoio à infância (SAI) (*childcare*, no original) ou de descontos e incentivos fiscais sobre os cuidados infan-

tis. Cada uma destas políticas é dirigida especificamente às mães e pais trabalhadores e tem o poder de abrir ou fechar portas para a articulação trabalho-família e, além disso, de enfraquecer ou reforçar as desigualdades de género existentes neste domínio. Assim, esta secção concentra-se nas opções viáveis de conciliação em cada país, colocando as seguintes questões: como evoluíram as oportunidades de articulação trabalho-família em Portugal e Espanha desde a década de noventa? E, mais importante, em que medida se desenvolveram de forma semelhante para mulheres e homens?

4.1. Licenças parentais

Antes de examinar a distribuição das licenças de maternidade, paternidade e parentalidade, é necessário defini-las brevemente, uma vez que existe uma considerável variação nos tipos de licenças entre países. A licença de maternidade está geralmente disponível apenas para as mães e destina-se a proteger a saúde da mãe e do recém-nascido. Da mesma forma, a licença de paternidade está disponível apenas para os pais, permitindo-lhes passar mais tempo com a sua companheira e o recém-nascido. A licença parental está geralmente disponível tanto para mães como para pais após o término da licença de maternidade, e pode assumir a forma de um direito individual (cada progenitor tem direito a um montante específico de licença) ou um direito familiar (permite aos pais partilhar o período de licença como escolherem). Esta secção analisará os direitos a licenças em Portugal e Espanha utilizando dados comparativos da *Family Database* da OCDE.

A Figura 4 apresenta a evolução das licenças pagas disponíveis para mães e reservadas para pais desde o início dos anos noventa até 2020, combinando benefícios de maternidade ou paternidade com direitos a licença parental. Durante as últimas duas décadas, de notar o aumento constante nas licenças para pais trabalhadores, tanto em termos de tempo como de dinheiro. No entanto, os números devem ser cuidadosamente analisados, especialmente no que diz respeito à taxa de substituição de rendimentos, que pode afetar significativamente a adesão à licença e, portanto, as possibilidades da mãe ou do pai de ficar em casa e cuidar dos seus filhos pequenos sem uma redução acentuada do rendimento familiar.

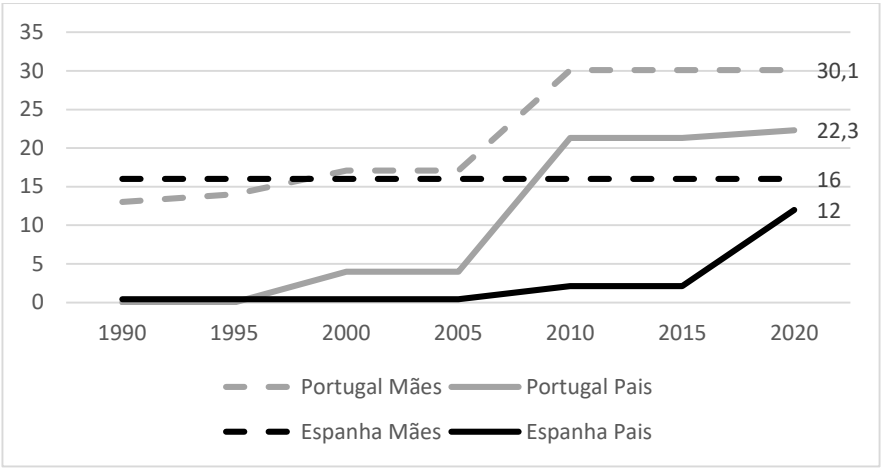


Figura 4 – Período de licença paga disponível para mães e reservada a pais, em semanas (1990-2020). Fonte: elaboração própria, a partir de OECD Family Database, indicador [Public policies for families and children].

A partir da década de noventa são notórias as alterações nas políticas de licença na Península Ibérica, especialmente no que diz respeito ao papel dos pais e à partilha do trabalho de cuidado. Embora Espanha oferecesse um período mais longo de licença paga para as mães no início dos anos noventa, a sua evolução foi, desde então, mais limitada do que em Portugal, mantendo-se inalterada nas 16 semanas durante todo o período de análise. No entanto, em 1994, a taxa de substituição de rendimento subiu de 75% para 100% e em 1996 foram introduzidas novas opções: 10 das 16 semanas disponíveis poderiam ser utilizadas em regime de trabalho a tempo parcial – tornando-se assim 20 semanas de licença – ou poderiam ser transferidas para o pai – anteriormente apenas 4 das 16 eram transferíveis. Neste ponto, é importante sublinhar que a opção a tempo parcial estava disponível apenas para as mães, mesmo que estas 10 semanas fossem transferidas para o pai. Esta flexibilização na gestão dos períodos de licença abriu diferentes possibilidades de escolha para mães e pais, promovendo padrões distintos de participação no mercado de trabalho. Além disso, o direito individual dos pais à prestação de cuidados foi visado diretamente apenas na reforma de 2007, que concedeu aos pais espanhóis, pela primeira vez, uma licença de paternidade remunerada de 2 semanas. Nos anos de 2019/2020 foram implementadas as alterações mais significativas com

a aprovação de 12 semanas de licença paga a 100% para os pais trabalhadores, com opção de distribuir 8 das 12 semanas ao longo do primeiro ano de vida do recém-nascido. Este trajeto evidencia um esforço claro de equiparação dos direitos paternos aos maternos.

Enquanto que em Espanha a disponibilização da licença de maternidade ocorreu mais cedo do que em Portugal, o oposto ocorreu em relação aos direitos individuais dos pais. Na verdade, a flexibilização do sistema português claramente priorizou a partilha de responsabilidades entre os géneros, enquanto em Espanha o foco foi colocado na flexibilidade para as mães trabalhadoras. Em 2009, a flexibilidade dos esquemas de licença em Portugal foi levada ainda mais longe. A licença de maternidade foi transformada em licença parental inicial, que passa a reservar 6 semanas obrigatórias pagas a 100% para a mãe, seguidas por 10 (100%) ou 14 semanas pagas (80%). Esta segunda parte da licença enquadra-se na categoria de licença parental, pois pode ser utilizada tanto pela mãe como pelo pai, promovendo a partilha da licença, como é a regra nos sistemas escandinavos. Para além da atribuição de semanas de bónus mediante a partilha da licença parental, tanto a mãe como o pai têm direito a um período extra de 12 semanas, embora pago a uma taxa de substituição mais baixa (25%). Em suma, contemplando todas as opções, as mães podem usufruir de um total de 30 semanas e os pais de 22 semanas de licença pagas, composto por um período reservado individualmente para mães e pais, um período que pode ser igualmente partilhado e uma licença individual adicional.

Esta tendência de uma maior flexibilidade nas licenças, mas também de maior generosidade em termos de tempo e dinheiro, aumenta o leque de opções disponíveis para as famílias em relação ao tempo que decidem ficar em casa com os seus filhos. No entanto, os direitos formais são apenas instrumentais para o desenvolvimento de capacidades de conciliação trabalho-família; de facto, o acesso aos direitos e a capacidade de os converter em opções reais são igualmente decisivos. Uma limitação importante das licenças parentais é a sua limitação à população elegível, que, por sua vez, depende das condições de trabalho individuais e das contribuições para a segurança social. Ademais, mesmo que mulheres e homens tenham acesso a licenças generosas, as atitudes em relação aos papéis de género interferem na dimensão da agência ou escolha, pois o usufruto desses direitos pode não ser culturalmente aceitável.

4.2. Serviços de apoio à infância

A capacidade de articulação trabalho-família depende também da disponibilidade de serviços de apoio à infância (SAI) de qualidade, uma vez que as licenças maternidade bem-pagas (acima de 66% da remuneração anterior) estão entre as 16 semanas em Espanha e as 20 semanas em Portugal. Idealmente, a discrepância entre o período disponível de licença parental paga e a disponibilidade de serviços de cuidado formal na primeira infância, deverá ser inexistente ou o mais diminuta possível. Com efeito, esta lacuna constitui uma barreira grave à conciliação que pode potenciar as desigualdades de género no trabalho remunerado e não remunerado, uma vez que é geralmente a mãe quem suporta o peso das responsabilidades familiares.

Assim, nesta secção abordamos os padrões de cuidados infantis formais em Portugal e Espanha, utilizando dados comparativos das Estatísticas Europeias sobre Rendimento e Condições de Vida (*EU-SILC*), entre 2005 e 2019. Para tal, recorremos às taxas de utilização de SAI por dois grupos etários distintos, crianças entre os 0-3 e os 3-6 anos de idade. Os dados serão analisados por referência aos objetivos de Barcelona, um importante instrumento de monitorização dos serviços de cuidados infantis nos Estados-membros. É importante notar que o Conselho de Barcelona estabeleceu, em 2002, metas explícitas para a inscrição de crianças em SAI, visando atingir, até 2010, 90% das crianças entre 3 anos e a idade escolar obrigatória e 33% das crianças menores de 3 anos. Estas metas foram atualizadas, em 2022, para 95% e 45%, respetivamente. Porém, tendo em conta o período analisado, mantemos a referência aos objetivos de 2002.

A partir da Figura 5, podemos desde logo identificar uma grande discrepância nas taxas de inscrição de crianças menores de três anos e crianças em idade pré-escolar, apesar do crescimento sustentado em ambos os grupos etários entre 2005 e 2019.

Apesar do uso comparativamente baixo de SAI, em 2008 Portugal alcançou o objetivo de Barcelona para crianças muito pequenas (33%) e até 2019 as taxas de inscrição aumentaram em 20 pontos percentuais, o que reflete o crescimento do investimento público em novas instalações e aumento da capacidade dos serviços. Embora os dados apresen-

tados englobem a utilização a tempo parcial e a tempo inteiro, é importante sublinhar que as crianças portuguesas menores de 3 anos utilizam os serviços de cuidados formais quase exclusivamente a tempo inteiro. Este é um caso excecional, especialmente no contexto do Sul da Europa, e assemelha-se apenas a países com cobertura muito elevada, como a Suécia. De facto, é de realçar o facto de o modelo de licença de "retorno antecipado ao emprego a tempo inteiro" (Escobedo & Wall, 2015) exigir uma rede de SAI adequada para crianças muito pequenas, que promova a articulação entre o trabalho e a família. Quanto a Espanha, as taxas de inscrição dos 0-3 anos têm sido igualmente elevadas e acima do objetivo de Barcelona. No entanto, ao contrário do caso português, o uso a tempo parcial dos SAI em Espanha representa mais de metade dos casos, seguindo o padrão do Sul da Europa, ou seja, a intensidade da utilização é francamente menor.

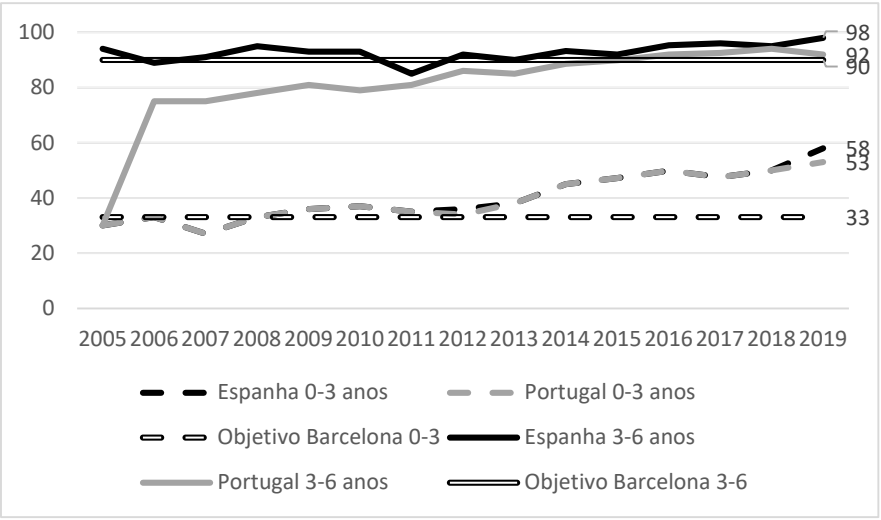


Figura 5 – Crianças inscritas em serviços formais de apoio à infância, % por faixa etária (2005-2019). Fonte: elaboração própria, a partir de EU-SILC, variável [ilc_caindformal].

No que diz respeito aos objetivos de Barcelona para crianças entre os três anos e a idade escolar obrigatória, Portugal alcança os 90% de crianças inscritas em 2015, na sua quase totalidade também a tempo inteiro. Esta acentuação gradual desde o início do século vem sendo promovida pela universalização da educação pré-escolar, implementada em 2009. Em Espanha, exceto nos anos 2006 e 2011, as taxas de

inscrição têm-se mantido consistentemente acima da meta de Barcelona, destacando o investimento precoce em serviços de pré-escola que ocorreu desde 1990, com a Lei Orgânica Geral do Sistema Educativo (LOGSE). No entanto, tal como no caso das crianças mais novas, o uso de serviços pré-escolares a tempo parcial em Espanha é também muito significativo, em contraste com o que ocorre em Portugal.

Como referido, em países onde as políticas de licença promovem um retorno precoce ao trabalho para ambos os pais, é crucial que os SAI para ambos os grupos etários estejam disponíveis, acessíveis e de qualidade. À primeira vista, isso parece ser o caso nos dois países, não obstante a menor intensidade de uso, em número de horas, no caso espanhol. No entanto, a taxa de utilização de SAI não é suficiente para concluirmos se a procura por estes serviços está totalmente satisfeita, ou seja, uma taxa de inscrição mais baixa pode ser indicativa de uma procura de cuidados infantis formais baixa ou alta. De facto, devido às limitações dos dados disponíveis, os dados apresentados não especificam se as famílias que recorrem a alternativas informais, total ou parcialmente, o fazem porque os preferem ou porque os serviços formais não estão acessíveis.

Neste sentido, para além das políticas públicas, o papel das normas culturais não pode ser ignorado e, na maioria dos países, as atitudes variam consoante a idade da criança, na medida em que os serviços formais de cuidados infantis são vistos como mais adequados para crianças mais velhas (Plantenga et al., 2009). Alguns estudos indicam que, no caso de Portugal, especialmente para o grupo etário mais jovem, existe uma grande procura não satisfeita, que varia amplamente de regiões urbanas para mais rurais. Na verdade, o principal obstáculo à expansão dos SAI parece ser financeiro, e não cultural (Plantenga et al., 2009, p. 41). No caso de Espanha, alguns autores sugerem que, no que diz respeito às crianças mais novas, o cuidado informal familiar ainda persiste (León, 2007; Valiente, 2009, 2010). De facto, mesmo que o emprego feminino tenha aumentado nas últimas décadas, ainda há gerações mais velhas dispostas a realizar tarefas de cuidado. Por outro lado, em particular no caso espanhol, existe uma grande oferta de mão de obra imigrante disponível, ainda que apenas para as famílias que possam pagar pelos seus serviços.

4.3. Custos dos serviços de apoio à infância

Segundo dados do EU-LFS, em 2010, a principal razão reportada pelas mães do sul da Europa para não trabalhar ou trabalhar apenas a tempo parcial eram os custos elevados dos serviços de apoio à infância, absorvendo uma grande fatia do orçamento familiar. Esta baixa acessibilidade económica dos SAI limita, pois, as opções de articulação trabalho-família principalmente em agregados de rendimento mais baixo, cujas crianças têm, de facto, uma menor probabilidade de participar em instituições formais de cuidados infantis do que os seus pares de estratos económicos mais altos (OECD, 2011, p. 144). Assim, a forma como o custo dos cuidados infantis é partilhado entre fundos públicos e contribuições dos pais ou empregadores é particularmente importante para famílias de baixos rendimentos, com potenciais repercussões positivas ao nível da participação das mães no mercado de trabalho.

No entanto, não é suficiente considerarmos os valores pagos pelas famílias às instituições de cuidado infantil, uma vez que os custos líquidos (NCC) podem ser significativamente mais baixos uma vez considerados os benefícios em dinheiro e as isenções fiscais. Apesar da falta de dados comparáveis detalhados, recorremos aos modelos da OCDE (*Tax-Benefit Models*) que incorporaram tanto as taxas de brutas de aquisição destes serviços, como os benefícios monetários e fiscais em matéria de cuidados infantis. Assim, os custos líquidos de aquisição de cuidados infantis (*net childcare costs,* NCC, no original) são quantificados subtraindo quaisquer isenções fiscais e benefícios da taxa bruta cobrada pela instituição. Os resultados apresentados são para duas crianças, com idades de dois e três anos; no caso espanhol os cálculos são apresentados para a Comunidade de Madrid.

Existe, de facto, uma grande dispersão tanto nos custos brutos dos cuidados infantis como nos incentivos fiscais concedidos pelos governos. Em relação às taxas (*fees,* no original), o seu valor é fortemente influenciado pela disponibilidade de instalações públicas e/ou pelo montante de subsidiação que os governos direcionam aos prestadores de serviços. Conforme mencionado, o governo português, bem como as instituições do Terceiro Setor, operam escalões de taxas dependentes do rendimento

do agregado familiar, garantindo assim a acessibilidade a famílias mais pobres. No caso de Espanha, a subsidiação provém das administrações central, regionais e municipais, existindo assim uma maior dispersão nos custos líquidos. Em termos longitudinais (Figura 6), os dados disponíveis permitem analisar a evolução do NCC entre 2004 e 2020.

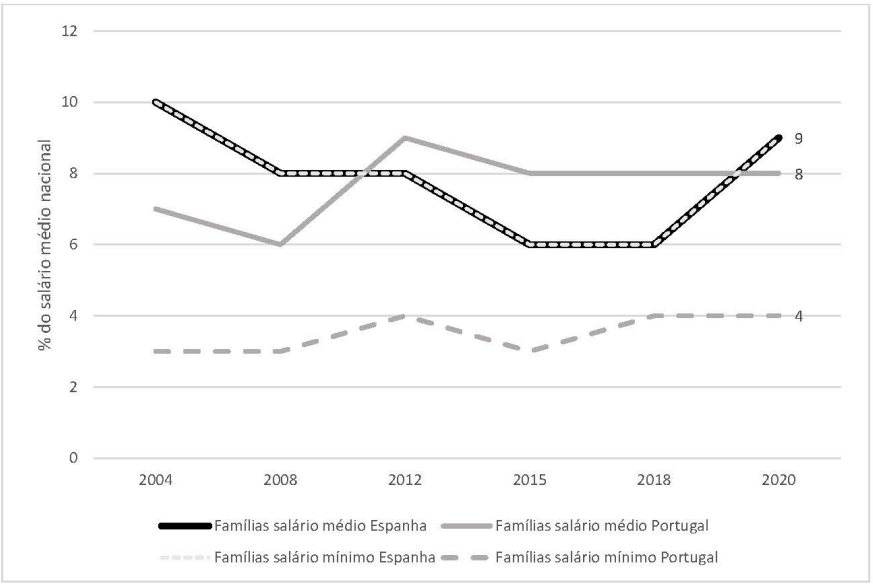


Figura 6 – Custos líquidos de serviços de apoio à infância (NCC), por nível de rendimento (2004-2019). Fonte: elaboração própria, a partir de Tax-Benefit Models, OCDE, indicador [Net childcare costs for parents using childcare facilities].

Enquanto que para as famílias portuguesas o NCC registou uma subida residual (1% do salário médio nacional), Espanha seguiu a tendência europeia de ligeira descida, embora entre 2015 e 2018 essa redução tenha chegado aos 4% do salário médio nacional. Tanto Portugal como Espanha apoiam a aquisição de serviços de cuidados infantis canalizando recursos diretamente para as famílias através de descontos/abatimentos ou benefícios fiscais, resultando em NCCs, no ano de 2020, de cerca de 8% e 9% do salário médio nacional, respetivamente. A Figura 6 permite-nos ainda distinguir os agregados familiares em função do seu nível de rendimento. Assim, se nos concentrarmos nas famílias em que ambos os adultos auferem o salário mínimo nacional, é possível identificar diferenças claras entre os dois países, sendo o NCC

em Portugal para famílias de baixos rendimentos claramente mais baixo do que em Espanha (4% *versus* 9%), fruto de descontos/abatimentos mais significativos.

Apesar de nenhum dos países ibéricos fornecer benefícios em dinheiro aos pais, o apoio indireto prestado às instituições é muito substancial. No caso de Portugal, os custos dos SAI são ainda dedutíveis no imposto sobre o rendimento (IRS), reduzindo assim a carga fiscal para os agregados familiares. Quanto a Espanha, algumas Comunidades Autónomas estabeleceram deduções fiscais específicas, mas, não sendo transversais a todo o país, não estão representadas nestes dados. De salientar, porém, que as deduções fiscais não são eficazes no apoio a agregados de baixos rendimentos, uma vez que estes estão isentos do pagamento de impostos sobre o rendimento. Além disso, para famílias com orçamentos limitados, as deduções fiscais não oferecem um alívio financeiro imediato, pois só estão disponíveis após o término do ano fiscal. É, portanto, crucial que este tipo de incentivo não seja a única forma de apoio à aquisição de SAI, mas antes parte de um pacote mais abrangente.

5. Reflexões finais

Este capítulo procurou contribuir para uma melhor compreensão da articulação entre trabalho e família nas democracias ibéricas, destacando o facto de séculos de legado histórico partilhado não se traduzirem, necessariamente, em padrões semelhantes de responsabilidades profissionais e familiares nem, tão pouco, de alternativas para fazê-lo. Na verdade, os resultados salientam a especificidade dos caminhos e ritmos de evolução de cada um dos casos ainda que num quadro comum de expansão de direitos, liberdades e opções de vida, em particular, para as mulheres. Num contexto em que ambos os países estão a comemorar meio século de democracia, será tão determinante recuperar as conquistas de 1974/75 quanto atentar ao aprofundamento da sua dimensão igualitária, essencial ao exercício das liberdades formais e à concretização de uma escolha mais livre nos percursos de vida de mulheres e homens.

Reconhecendo a potencial ambiguidade de noções de "*equilíbrio*" ou de perceções de satisfação com a articulação entre trabalho e famí-

lia, optámos, pois, por partir das escolhas materializadas no tempo que mulheres e homens dedicam ao emprego e às tarefas familiares, com um foco especial nas disparidades de género daí resultantes. Nesta dimensão, os resultados revelam, desde logo, trajetórias muito distintas no contexto ibérico. Enquanto que Portugal apresenta taxas de emprego consistentemente elevadas e níveis reduzidos de trabalho familiar não pago, em Espanha baixos níveis de emprego vêm coexistindo com uma carga alta de trabalho não pago. Até o início da crise económica de 2008, as taxas de emprego feminino e masculino evoluem positivamente, contudo, o aumento mais acentuado ocorreu nos níveis de emprego das mulheres espanholas, apontando para uma consolidação do modelo de duplo provedor que já havia sido alcançado em Portugal no início dos anos noventa. A questão da "dupla jornada" ganha assim relevância no contexto espanhol, pois o nível de trabalho familiar para as mulheres não diminui na proporção da sua incorporação no mercado de trabalho. Globalmente, as disparidades de género na divisão do trabalho pago e não pago são ainda visíveis nos países ibéricos, mas especialmente em Espanha, em detrimento das mulheres.

Em que medida o contexto institucional, nomeadamente as políticas de conciliação adotadas por ambos os Estados, erguem barreiras ou promovem incentivos a uma escolha mais livre nas formas de CTF? Os dados são claros: no que toca às políticas consideradas houve uma evolução consistente e globalmente positiva em ambos os países embora, uma vez mais, atendendo a ritmos e prioridades de conciliação distintas. No final do período de análise, ambos disponibilizavam licenças parentais remuneradas para mães e pais, mas a diferença de género era ainda significativa, especialmente na Espanha e em detrimento dos pais. Além disso, o sistema de licenças em Portugal foi especialmente eficaz em facilitar o envolvimento dos pais no cuidado aos filhos. Já no que toca aos SAI, os resultados mostram apenas ligeiras diferenças, especialmente para crianças muito pequenas. No entanto, uma análise mais detalhada em termos de intensidade de utilização aponta para uma maior disponibilidade de serviços em tempo integral em Portugal, bem como custos relativamente mais baixos, especialmente para famílias de baixo rendimento. De relevar que estes resultados se referem ao uso dos serviços e não à oferta real que, segundo estudos anteriores, apresenta variações regionais significativas.

Apesar de as alternativas à conciliação entre trabalho e família serem significativamente reduzidas tanto em Portugal como em Espanha, as famílias portuguesas, no período analisado, dispunham de um conjunto de opções relativamente mais alargado, o que se reflete em particular nos padrões de emprego das mães. No entanto, é importante sublinhar que as decisões das famílias, mães e pais, são o resultado de uma escolha moldada por diferentes fatores (institucionais, mas também económicos e culturais), que este estudo começou apenas a desvendar.

Em jeito de conclusão, gostaríamos de recuperar o argumento de que atribuir igual valor ao emprego e ao trabalho familiar implica não apenas promover o emprego feminino, mas também reconhecer o papel dos homens na prestação de cuidados. Mais, exige assumir que o tempo dedicado ao cuidar não é um impedimento para uma sociedade mais produtiva, mas sim um direito e uma opção igualmente legítima para mulheres e para homens devendo, portanto, ser recompensado adequadamente. Reconhecendo que a adoção de compensações financeiras na esfera dos cuidados familiares informais é uma tarefa desafiante para os orçamentos estatais numa época de crise permanente, não podemos deixar de levantar novas questões tanto sobre os princípios que orientam a formulação de políticas quanto sobre o tipo de desigualdades que estão, de fato, a ser colmatadas ou reproduzidas.

Referências bibliográficas

Aboim, S. (2010). Género, família e mudança em Portugal. In K. Wall, S. Aboim & V. Cunha (eds.), *A vida familiar no masculino: negociando velhas e novas masculinidades*. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Alcañiz, M. & Guerreiro, M. D. (2009). Tiempos, trabajos e identidades. Análisis comparativo entre mujeres españolas y portuguesas. *Asparkía. Investigación feminista,* 0 (20), 123–45.

André, I. & Feio, P. (2000). Development and Equality Between Women and Men in the Portuguese Labour Market. In M. J. Gonzalez, T. Jurado & M. Naldini (eds.) *Gender Inequalities in Southern Europe: Woman, Work and Welfare in the 1990s*. Frank Cass.

Conde-Ruiz, J. I. & Artiñano, I. M. (2016). Gender Gaps in the Spanish Labor Market. *Estudios Sobre La Economía Española*, 2016/32, FEDEA.

Costa, E. (2018). *Untying the Knot in Work-Family Balance: Inequalities and Capabilities in Portugal and Spain* Tese de Doutoramento. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Repositório Universitário NOVA. http://hdl.handle.net/10362/49746.

Crompton, R., Lewis, S. & Lyonette, C. (2007). *Women, Men, Work and Family in Europe*. Palgrave Macmillan.

Escobedo, A. & Wall, K. (2015). Leave Policies in Southern Europe: Continuities and Changes. *Community, Work & Family,* 18 (2), 218–235.

Espírito-Santo, A., Prata, A. & Fernandes, I. (2007). Issue histories in Portugal: Series of timelines of policy debates. *Quing Project Quality in Gender + Equality Policies*. Institute for Human Sciences (IWM).

Fishman, R. (2010). Rethinking the Iberian Transformations: How Democratization Scenarios Shaped Labor Market Outcomes. *Studies in Comparative International Development*, 45 (3), 281–310.

Guerrero, T. J. & Naldini, M. (1996). Is the South so Different? Italian and Spanish Families in Comparative Perspective. *South European Society and Politics*, 1 (3), 42–66.

Guillen-Rodríguez, A., Moreno-Manzanaro Garcia, N. & Begega, S. G. (2009). Conciliación de la vida laboral y familiar en España. El impacto de las políticas de la Unión Europea. *Documentación Social*, 154, 119–138.

Gutiérrez-Domènech, M. (2005). Employment Transitions after Motherhood in Spain. *Labour*, 19 (December), 123–148.

Hemerijck, A. (2017). *The Uses of Social Investment*. Oxford University Press.

Hobson, B. (2015). Introduction: Capabilities and Agency for Worklife Balance – a Multidimensional Framework. In B. Hobson (ed.), *Worklife Balance: The Agency and Capabilities Gap.* Oxford University Press.

Hobson, B., Fahlén, S. & Takács, J. (2011). Agency and Capabilities to Achieve a Work–Life Balance: A Comparison of Sweden and Hungary. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, 18 (2), 168–198.

Léon, M. (2007). Speeding up or Holding Back?: Institutional Factors in the Development of Childcare Provision in Spain. *European Societies,* 9 (3), 315–37.

Lewis, J. (2009). *Work-Family Balance, Gender and Policy*. Edward Elgar.

Monteiro, R. & Portugal, S. (2013). As Políticas de Conciliação nos Planos Nacionais para a Igualdade: Uma Análise dos quadros interpretativos. *Ex Aequo*, 27, 97–111.

OECD. 2000. *OECD Historical Statistics 1999*. Organisation for Economic Cooperation and Development.

OECD. 2011. *Doing Better for Families*. Organisation for Economic Cooperation and Development.

Orloff, A. S. (2009). Should Feminists Aim for Gender Symmetry? In J. Gornick & M. Meyer (eds.) *Institutions for Gender Egalitarianism: Creating the Conditions for Egalitarian Dual Earner/Dual Caregiver Families*. Verso.

Plantenga, J., & Remery, C. (2009). *The provision of childcare services: a comparative review of 30 European countries*. Office for Official Publications of the European Communities.

Saraceno, C. (2017). Family Relationships and Gender Equality in the Social Investment Discourse. In A. Hemerijck (ed.) *The Uses of Social Investment*. Oxford University Press.

Stratigaki, M. (2004). The Cooptation of Gender Concepts in EU Policies: The Case of "Reconciliation of Work and Family". *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society,* 11 (1), 30–56.

Taylor-Gooby, P. (2004). *New Risks, New Welfare: The Transformation of the European Welfare State*. Oxford University Press.

Torres, A. (2008). Women, Gender, and Work: The Portuguese Case in the Context of the European Union. *International Journal of Sociology,* 38 (4), 36–56.

Torres, A. (2005). *Homens e mulheres entre família e trabalho* (2nd ed.). Estudos 1. Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento.

Valiente, C. (2009). Childcare in Spain after 1975: The educational rationale, the catholic church, and women in civil society. In K. Scheiwe (ed.), *Childcare and preschool development in Europe*. Palgrave Macmillan.

Valiente, C. (2010). The Erosion of "Familism" in the Spanish Welfare State: Childcare Policy since 1975. In M. Ajzenstadt & J. Gal (eds.), *Children, Gender and Families in Mediterranean Welfare States*, Springer.

Agradecimentos

Este trabalho foi financiado através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Bolsa Individual de Doutoramento SFRH/BD/85954/2012.

Censura ao cinema no final das ditaduras ibéricas: semelhanças e diferenças*

Ana Bela Morais
(Universidade de Lisboa)

1. Censura cinematográfica ibérica nas ditaduras. introdução

O objectivo deste capítulo é comparar os sistemas de censura ao cinema, em Portugal e Espanha, no final de ambas as ditaduras (1968--1975). A maioria da bibliografia existente analisa separadamente o que sucedeu em cada país ibérico, não existindo praticamente nenhum estudo comparado que permita conhecer de forma aprofundada as relações existentes entre os dois países, no que respeita à censura cinematográfica, sendo que o caso espanhol está muito mais estudado que o português.

A investigação referente a Portugal diz respeito aos processos e relatórios de censura, a filmes nacionais e estrangeiros, que se encontram no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, e que foram reunidos e estudados na obra *Censura ao Erotismo e Violência. Cinema no Portugal Marcelista (1968-1974)* (Morais, 2017a). Para a investigação referente a Espanha foram consultados processos e relatórios de censura que se encontram no Archivo General de la Administración em Alcalá de Henares; no entanto, para esta parte, a investigação baseou-se sobretudo em publicações já existentes, pois seria necessária uma equipa de investigadores para estudar toda a documentação existente.

* Este capítulo constitui uma revisão do artigo "Censura ao cinema no marcelismo e tardo-franquismo: uma perspectiva comparada", publicado na revista Ler História, n.º 79, 2021, pp. 63-84. [URL: https://journals.openedition.org/ lerhistoria/9072]

Este capítulo pretende ajudar a suprir esta lacuna existente nos estudos comparados, especificamente sobre este tema. A presente investigação, a qual é a continuação aprofundada de trabalhos nossos anteriores (Morais, 2013, 2017a, 2017b e 2018), inclui aqui o estudo sobre o período final das duas ditaduras: quais as diferenças e semelhanças entre os regimes políticos e culturais, no que respeita aos mecanismos de censura ao cinema, em ambos os países ibéricos? Quais os critérios que regiam as respectivas comissões de censura nos anos referidos? Verificou-se uma maior abertura, ou pelo contrário, um controlo mais apertado sobre o que era censurado ou não? Estas são algumas das perguntas às quais este capítulo propõe encontrar respostas, reflectindo também sobre o que sucedeu na transição para a democracia.

Quanto à estrutura do capítulo, em seguida será feita uma breve contextualização da censura ao cinema em Portugal e Espanha durante o período final das ditaduras. Num segundo momento procederemos à comparação, verificando as semelhanças e diferenças, dos critérios de censura aos filmes nacionais e estrangeiros que passavam obrigatoriamente pelas respectivas comissões de ambos os países, apresentando e comentando documentação inédita, sempre que nos pareça relevante.

1.1. Contexto histórico, social e político

No longo período em que vigoraram, embora as duas ditaduras ibéricas tenham convergido em vários aspectos enquanto formas de regimes autoritários, tiveram origens muito diferentes. Enquanto sistema político, o Franquismo inspirou-se muito mais no fascismo do que o regime de Salazar e Caetano, rejeitando por completo o legado liberal. O Franquismo rompeu de forma absoluta com a II República e foi "produto de uma guerra civil longa e sangrenta, na qual houve um maior número de saneamentos políticos e execuções do que no derrube de qualquer outro regime democrático depois da Primeira Guerra Mundial" (Pinto, 2012, p. 231).

No caso de Portugal, no tempo de Salazar e Caetano, assim como na Espanha franquista, os partidos únicos foram criados como "instrumentos de governação do líder" (Pinto, 2012, p. 218). O mesmo se pode dizer de todas as instituições criadas para apoiar o poder vigente, assente numa centralização administrativa. Com o passar do tempo, o

partido único de Espanha (oficialmente denominado Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista) foi perdendo a sua influência, tornando-se mais burocrático, assemelhando-se neste aspecto à União Nacional portuguesa. Esta Falange era constituída por um corpo de funcionários e dotada de uma vasta rede de imprensa espalhada por todo o território, até à morte de Franco em 1975, ano em que a organização foi extinta.

No que respeita à evolução do regime franquista ao longo do tempo, Payne (1992, p. 262) considera que, a partir de 1942, com Serrano Súñer arredado da governação, a perda de importância do falangismo no interior do núcleo nacionalista, que vencera a Guerra Civil, marca o começo do fim do período semifascista, potencialmente imperialista, que vai de 1936 a 1945, sucedendo-lhe a fase do corporativismo nacional-católico, de 1945 a 1957, e, desde então ao final, a fase de desenvolvimento tecnocrático.

Devido sobretudo à tendência colonialista do regime de Salazar, que perdurou com Marcelo Caetano, a evolução foi diferente em Portugal, levando-o a desviar-se da relativa e gradual liberalização política e económica a que se entregava a Espanha nos anos 50 e 60. Sánchez Cervelló (1989, pp. 105-106) considera que o governo de Marcelo Caetano se divide em duas épocas: "La primera puede definirse con una frase de su primer discurso como Presidente de Consejo: renovación en la continuidad; y la segunda podemos denominarla continuidad sin renovación". Esta última definição de duas épocas distintas parece-nos muito eficaz no modo como, de forma sintética, consegue alcançar uma das características centrais do governo de Marcelo Caetano que mais parece ajudar a explicar o falhanço final do regime: as mudanças que propunha eram apenas na forma e não no conteúdo.

No que respeita à existência da censura, esta permitia alcançar dois grandes objectivos: salvaguardar a recriação propagandística e apologética da realidade, tal como era traçada pelos ideólogos e propagandistas da ditadura, na linha de orientação de Salazar, Marcelo Caetano e Franco, segundo a qual "a aparência vale a realidade"; e constituía um instrumento para condicionar consciências e manipular ideias e comportamentos (Azevedo, 1999, p. 24).

Quanto aos sistemas de censura ao cinema, em Portugal a ditadura começou por superintender a actividade cinematográfica no âmbito do

Ministério da Instrução Pública, através da Inspeção-geral dos Teatros (IGT). Em 1944, o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) substituiu o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), no que constituiu um processo de centralização do aparelho de controlo da informação. Chamou a si a tutela da Inspecção dos Espectáculos (IE) e o controlo político das exibições cinematográficas e teatrais através de Licenças de Exibição, Vistos de Censura e, sobretudo, através da constituição de uma Comissão de Censura directamente dependente do Secretariado, à qual tinham de ser apresentados todos os filmes a estrear em Portugal. À semelhança do que sucedia com as obras cinematográficas estrangeiras, todos os filmes portugueses tinham de passar obrigatoriamente pela Comissão de Censura aos Espectáculos que, a partir de 1957, passa a denominar-se Comissão de Exame e Classificação dos Espectáculos (António, 2001; Areal, 2011; Morais, 2017b).

Uma mudança legislativa importante, no caso português, dá-se no governo marcelista com o Decreto-Lei nº 263/71, de 18 de Junho de 1971. Este quadro legal aprova o novo regime de classificação de espectáculos, reformulando os quadros etários vigentes. A partir desse momento, a classificação A corresponde a espectáculos para maiores de 6 anos, a B significa que são aptos para maiores de 10 anos, a C para maiores de 14 e a D classifica os espectáculos aprovados para maiores de 18 anos. A constituição da Comissão de Exame e Classificação de Espectáculos fica também alterada por este diploma, passando a subdividir-se em dois grupos de vogais diferentes: um para a avaliação do cinema e outro para as peças de teatro. É também estabelecida a criação de uma comissão de recurso, independente da Comissão de Exame e Classificação de Espectáculos, na qual passam a figurar os representantes da corporação dos mesmos (Cabrera, 2008, p. 38).

No caso espanhol, ao longo de quarenta anos que se situam entre Março de 1937 – em plena Guerra Civil – quando a censura começou a funcionar no país, e Novembro de 1977, momento em que foi suprimida por decreto do primeiro governo de Adolfo Suárez, toda a produção nacional e de filmes estrangeiros destinados ao ecrã tiveram de passar pelo grupo de censores. A partir de 1921, a censura tornou-se tão rigorosa que o historiador Juan Antonio Cabero (citado em Douin, 2001, p. 150) chegou a afirmar que "ella llegó al punto de poner en peligro el propio cine".

A crise industrial e institucional marcou a década de setenta na cinematografia espanhola. Desde 1969, Sánchez Bella permanece no Ministerio de Información y Turismo até à reestruturação ministerial provocada pela morte de Carrero Blanco em 1973. A gestão cinematográfica fica a cargo de Enrique Thomas de Carranza, que encarna um último esforço no sentido de reforçar a censura, apesar de uma progressiva e inevitável abertura no que pode ser dito e mostrado.

Segundo dados do Ministério da Cultura espanhol, nos dez primeiros meses de 1971 foi proibida a exibição de 28,4% dos filmes estrangeiros, 25% dos argumentos de filmes espanhóis apresentados à censura prévia foram proibidos (e nos autorizados foram mandadas efectuar 600 alterações), enquanto 60% dos filmes aprovados voltaram a sofrer modificações (Trenzado Romero, 1999, p. 151). Rogelio Díaz, novo responsável pela cinematografia espanhola, anunciou um conjunto de medidas destinadas a conter a crise e a reorganizar uma censura caracterizada pela arbitrariedade e cheia de contradições – um dos aspectos idênticos à censura cinematográfica portuguesa, como será aprofundado no ponto seguinte.

Desde 1939, a Espanha permaneceu dividida entre os que venceram a Guerra Civil e os que a perderam, e quem sabe esta não seja uma ideia indispensável para compreender os sucessivos códigos de censura que percorreram a ditadura: Março de 1941, Novembro de 1942, Junho de 1946, Fevereiro de 1963 e Fevereiro de 1975. Estes códigos podem também explicar-se no âmbito mais alargado das leis fundamentais do regime, que obedeciam sobretudo a razões estratégicas; o regime franquista só teve algo semelhante a uma constituição trinta anos após ter nascido. Como explica Javier Tusell Gómez (1989, p. 50), "en realidad una de las razones por las que el régimen no se institucionalizó es porque, habiendo nacido de una coalición conservadora, sus diferentes componentes tenían visiones acerca de este particular que eran distintas cuando no contradictorias".

Em Espanha, a partir de 22 de Julho de 1969, quando Franco designa como seu sucessor o príncipe Juan Carlos e o regime parecia estar numa situação mais estável, irrompe o "escándalo Matesa" (*Cf.* Gortázar, 1989, p. 121). Na sua sequência, Franco decidiu proceder a uma grande remodelação do seu gabinete que, paradoxalmente face ao que se podia pressupor, veio reforçar o poder de Luis Carrero Blanco e dos

tecnocratas, pois Franco precisava do seu apoio após o "escândalo" e, pela primeira vez, não conseguiu conciliar e gerir as várias "famílias" que compunham o regime: assim surgiu o governo Carrero-López Rodó, que não deixava de ser um gabinete de facção dentro do regime (Carr e Fusi, 1979, p. 248; Payne, 1987, p. 569).

Por sua vez em Portugal, em Janeiro de 1970, pouco depois de ser eleito Presidente do Conselho de Ministros (Setembro de 1968), Marcelo Caetano realizou uma mudança ministerial tendente a levar ao executivo uma jovem geração de tecnocratas, vinculados em grande parte à Opus Dei, para realizar em Portugal o que os "Lopeces" estavam a fazer em Espanha – Marcelo Caetano era amigo íntimo de López Rodó: uma gestão actualizada e eficaz da economia e do estado sem, no entanto, democratizar o país (Sanchéz Cervelló, 1989, p. 110).

Assim, os últimos anos das duas ditaduras ibéricas apresentam semelhanças e, sem cair em fáceis mimetismos e reconhecendo as diferenças entre o marcelismo e o "último" Franquismo, no final dos anos sessenta, princípios dos setenta, ambos os regimes tentavam integrar-se nas instituições europeias, debatendo-se com a difícil contradição de não poderem ser plenas ditaduras e, muito menos, transformarem-se em sistemas democrático-liberais. A estes aspectos não foram indiferentes os sistemas de censura ao cinema.

2. Censura ao cinema: comparando as duas ditaduras ibéricas

Grande parte do século XX ibérico foi marcado pela censura imposta por regimes ditatoriais que visavam todas as formas de expressão, principalmente a comunicação social, o teatro, o cinema e a literatura. A tentativa de controlar o discurso público legitimando certas vozes e relegando outras ao silêncio constitui um dos principais objectivos da censura. Esta está intimamente ligada ao exercício da coerção estatal com o fim de se impor uma ideologia a pretexto da protecção dos valores de uma sociedade.

Nos anos sessenta, como verificaremos em seguida, o controlo do Estado sobre o que se mostrava e ouvia começa a ficar cada vez mais difícil de se impor. Em ambos os países ibéricos, à semelhança do que sucedeu na Europa e no mundo ocidental, os anos sessenta foram anos decisivos.

No que respeita a Portugal, a década de 60 altera profundamente a sociedade portuguesa. Segundo António José Telo (1989, p. 93), o período das transformações mais rápidas verifica-se entre 1961 e 1973, no qual o sector terciário ultrapassou o primário, numa evolução que acompanhou um aumento da população envelhecida e, por consequência, uma diminuição da população activa e total. A explosão do turismo data do início dos anos sessenta, com o aumento do nível de vida europeu, o esforço de propaganda e o desenvolvimento de infraestruturas por parte do governo.

Até ao final dos anos cinquenta, a população portuguesa vivia relativamente isolada da Europa e do que sucedia no mundo em geral e, de repente, tudo se altera: muitos portugueses emigram e os que ficam passam a ter um contacto regular com estrangeiros, sobretudo europeus. Também nos anos sessenta se difunde a televisão, com uma rede nacional sob monopólio do estado. Como ainda refere Telo:

> Os modestos 31.256 televisores existentes em 1960, transformaram-se em 722.315 (23 vezes mais) em 1974. […] De repente, as cenas do Vietnam, de Hollywood, de Maio de 68 ou da missa na Basílica de S. Pedro, entram pelo lar dos portugueses, alterando de forma permanente a sua visão do mundo que, até aí, pouco excedera a vila ou a aldeia. (1989, p. 87)

Nos anos referidos, em Espanha, sucedeu o mesmo que em Portugal. A sociedade espanhola estava em mudança acelerada, aumentando o número da população activa nas indústrias e serviços; como consequência das migrações internas desenvolve-se o urbanismo nas cidades, generaliza-se o acesso à saúde e ao ensino superior, verifica-se o aumento do turismo e o aumento do consumo de produtos culturais.

Em meados dos anos sessenta, a cobertura televisiva chega a 75% do território espanhol, passando dos 250 000 televisores em 1960 para quase seis milhões em 1970 (Nieto Ferrando, 2012, p. 35). A 15 de Novembro de 1966 apareceu o segundo canal de TVE e, em 1969, a TVE estreia as emissões em PAL, o que tecnicamente lhe permite emitir programas a cores. Em 1973 estreiam oficialmente as emissões a cores, paralelas à existência da produção televisiva ainda a preto-e-branco (Sánchez Crespo e Galende, 2018, p. 64).

Sem dúvida, as emissões televisivas contribuíram muito para a divulgação de hábitos culturais estrangeiros, até porque nelas passavam programas internacionais, mais liberais ideológica e moralmente do que os espanhóis, apesar da apertada censura. Nieto Ferrando (2012, p. 35) refere que nestes anos, mais precisamente na segunda metade dos anos sessenta, de modo semelhante ao que sucede em Portugal com o cinema ambulante (*cf*. Piçarra, 2020), existiam os chamados "teleclubs", impulsionados pelo próprio Ministerio de Información y Turismo, com o suposto objectivo de fazer chegar formação e cultura aos meios rurais.

Como explica em seguida, os locais onde funcionavam eram cedidos pelas paróquias e as juntas de freguesias, com "una mínima infraestructura y un aparato televisor, donde además eran desarrolladas otras actividades como las proyecciones de cineclube" (Nieto Ferrando, 2012). Dada a sua enorme repercussão, a televisão converteu-se num instrumento de socialização fundamental "que mediante su tripla función de informar, formar y entretener buscará la difusión de los valores y pautas ideológicas de la dictadura franquista".

E se em Portugal a Revolução de 25 de Abril de 1974 constitui o fim de um regime que implodiu, o ano de 1973 marca uma inflexão no Franquismo. As possibilidades de abertura foram utilizadas de forma cada vez mais audaz pela oposição democrática, conseguindo incidir cada vez mais no cenário político; propagava-se a opinião de que só um regime democrático conseguiria integrar totalmente (ou em parte) o movimento nacionalista basco, sendo que o Franquismo era incapaz de pôr fim ao terrorismo da ETA. Os movimentos sociais alcançaram níveis desconhecidos, quando comparados a qualquer outra época da ditadura: em 1974 perderam-se entre dez e oito milhões de horas de trabalho por motivo de greve, três vezes mais que em 1970; este aumento das mobilizações sociais foi consequência da crise económica de 1973, que em Espanha se viveu com particular intensidade (Gortázar, 1989, p. 122).

Ou seja, em ambos os países ibéricos o final dos anos sessenta marca uma maior abertura nos critérios da censura ao cinema. Tal abertura veio posteriormente a revelar-se menos liberal, como poderia parecer a uma primeira aproximação. Como refere Martínez Álvarez (2006, p. 333), a palavra "apertura", no que respeita ao caso espanhol no

tardo-franquismo, nunca representou uma significativa transformação do regime político, "aunque si un deseo, más o menos vago, de aflojar los severos controles de las décadas anteriores. Y este ligero liberalismo será posible gracias al optimismo que supuso el crecimiento económico de los 60, el cambio generacional y la falta de una oposición auténtica".

Quanto ao funcionamento da censura ao cinema, podem distinguir-se dois momentos, tanto em Portugal como em Espanha: a censura prévia sobre o argumento do filme e a censura definitiva, depois de terminado o filme. Como referido acima, em Portugal, a partir de 1957, a Comissão de Censura aos Espectáculos passa a denominar-se Comissão de Exame e Classificação dos Espectáculos. Como refere Areal (2011, v. 1, p. 47), com a modificação de nomenclatura parece deixar de verificar-se censura prévia dos argumentos para os filmes portugueses, tendo apenas de se submeter, já depois de concluídos, à censura final. A autocensura passa assim a desempenhar um papel fundamental para que o filme pudesse passar sem cortes.

E, de facto, a autocensura, em ambos os países, era mais uma forma de censura, que acompanhava o sistema censório desde o seu início, e que os realizadores e produtores eram desde logo incitados a fazer, para evitar que os seus filmes fossem rejeitados. A existência da censura pressupõe a autocensura e esta última existiu tanto em Portugal como em Espanha. Podemos afirmar que a retórica da elipse presente no cinema realizado ao longo das ditaduras permite apontar aquilo que não podia ser dito e/ou mostrado aos espectadores. Quanto mais um assunto é considerado tabu, menos vezes surge nas exibições cinematográficas.

Nestes anos finais das ditaduras ibéricas, os sistemas de censura ao cinema apresentam grandes semelhanças. As autoridades marcelistas e tardo-franquistas tinham consciência de que o cinema apresentava uma influência determinante sobre a difusão do pensamento e educação das massas. Esta característica está relacionada com o facto de, ao longo do Estado Novo português e do Franquismo em Espanha, a maioria dos filmes nacionais serem feitos para um público considerado inculto e/ou analfabeto.

Em Portugal, mas o mesmo se pode dizer relativamente a Espanha, através dos processos e actas da Comissão de Censura podemos constatar que a opinião dos censores era a de que o cinema deveria apresentar

modelos moralmente correctos e socialmente aceitáveis. Como refere Areal (2011, v. 1, p. 45), até ao aparecimento da televisão em Portugal, em 1957, o cinema era um dos meios de comunicação social de massas mais abrangentes, juntamente com a rádio, e por isso era entendido, pela ideologia oficial e pela crítica em geral, como um meio de educação popular. Como refere a autora, não era apenas desejado que os filmes apresentassem essa vertente paternalista; também a própria Comissão de Censura a exibia, chegando a corrigir erros ortográficos nos guiões dos filmes.

Numa das actas da Comissão de Censura portuguesa, datada de 3 de Julho de 1973, confirmam-se as observações anteriores, quando é solicitado que a legendagem e locução dos filmes publicitários seja obrigatoriamente feita em português, "embora se admita um ou outro termo em língua estrangeira em casos devidamente justificados". Nessa mesma acta são mencionados os frequentes erros ortográficos gravados nas legendas dos filmes, referindo-se mesmo que se não forem prevenidos e corrigidos, tal facto poderá conduzir à reprovação do filme pela Comissão, pois tal ocorrência "prejudica a função cultural do cinema" (Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT]), Secretariado Nacional de Informação [SNI], Direcção-Geral dos Serviços de Espectáculos [DGSE], livro 30, acta n.º 24/73.)

A mesma chamada de atenção é feita na acta do dia 8 de Janeiro de 1974, na qual é mencionada a "falta de qualidade da tradução das legendas de determinados filmes, quer no que respeita à falta de coincidência com o diálogo, quer no tocante à deficiência do português" e, também, alguns problemas técnicos, como a dificuldade dos vogais em visionar (para exame) os filmes nos écrans de dezasseis milímetros nos laboratórios das empresas distribuidoras (ANTT, SNI, DGSE, livro 30, acta n.º 1/74).

Podemos assim perceber a importância pedagógica do cinema, entendido pelos censores não apenas como formador no que respeita a aspectos sociais e éticos, mas também na valorização e ensino da escrita da língua portuguesa. Se, nos anos 70, a comissão já admitia que certos filmes fossem exibidos, muitos deles só o poderiam ser em salas de cinema-estúdio, de pequena lotação, reservadas a públicos instruídos; a exibição em cinemas de grande lotação desses filmes específicos continuava proibida ao público em geral (Areal, 2011, vol. 1, p. 45).

Também em Espanha se verificou a criação deste tipo de salas de exibição reservadas apenas para um certo tipo de público. Os acontecimentos políticos nos países ibéricos influenciaram muito a censura que era feita aos filmes e explicam flutuações nos aspectos que eram mais censurados em certas alturas e menos noutras. Para dar a ideia de abertura, atribuiu-se uma maior valorização aos festivais de cinema e criaram-se as já referidas "salas estúdios" em finais dos anos sessenta. Os filmes que nelas passavam não iam para a província – o público provinciano era considerado pouco culto e, de facto, o analfabetismo era elevado (Telo, 1989, pp. 73-88).

Igualmente neste sentido foram criados festivais de cinema e semanas dedicadas ao cinema de outros países o que, em Portugal, levantou problemas relacionados com os critérios a aplicar pelos censores a estes filmes. A acta de dia 9 de Março de 1971 refere-se à Semana do Cinema Brasileiro e reflecte sobre estes aspectos (*cf*. Morais, 2020b).

Um exemplo de um filme português permitido apenas em salas de projecção especiais é *Perdido por cem…*, de 1973, realizado por António-Pedro Vasconcelos. O relatório de censura ao filme refere que a 29 de Dezembro de 1972 foi classificado

> do Grupo D [maiores de 18 anos], com os seguintes cortes: a) corte das imagens em que aparecem Artur e a prostituta, a partir da frase "saí para a rua", na legenda 398, até ao fim da 4.ª bobine (legenda 406, inclusive); b) eliminação das palavras "porra", na legenda 508 e "sacana" na legenda 678.

Porém, a 25 de Janeiro de 1973 foi considerado conceder, em parte, um recurso, "levantando os cortes para exibição em salas de cinemas de estúdios e mantendo o 1º corte (cenas da prostituta) para exibição nos restantes recintos" (ANTT, SNI, DGE, Processo de censura n.º 26551 – 25 de Janeiro, 1973).

Podemos perceber, pelo relatório de censura, que este filme mostrava não apenas imagens de prostitutas, mas também diálogos que incluíam calão; por esse motivo, se os cortes foram levantados, só o poderiam ser para que o filme fosse exibido para um público considerado apto a compreender o seu conteúdo, não correndo o risco de por ele ser influenciado.

Uma característica comum aos dois países ibéricos no período em que vigoraram as respectivas ditaduras e relacionada com a anterior foi a preocupação em controlar os filmes elaborados por realizadores nacionais. Ou seja, tanto em Portugal como em Espanha a censura aos filmes nacionais era muito mais rigorosa que a exercida aos filmes estrangeiros. Em Espanha, também por razões económicas, as coproduções originavam versões duplas dos filmes: uma para ser exibida aos espanhóis, mais rigorosa; e outra, mais liberal, para exportação.

Esta preocupação com o entendimento do que era mostrado e referido nos filmes pode explicar os poucos filmes espanhóis e ibero-americanos censurados tanto em Portugal como em Espanha. De facto, a grande maioria da produção cinematográfica dos referidos países era simplesmente proibida. Em Portugal, foi o caso do filme *Los dias de cabirio* (*As noites do delicadinho*), de origem hispano-italiana, realizado por Fernando Merino: foi proibido a 28 de Dezembro de 1973. Porém, a 30 de Janeiro de 1974, pouco antes do 25 de Abril, foi deliberado conceder provimento a um recurso e o filme foi classificado do grupo D – maiores de 18 anos, sem cortes (Morais, 2017a, p. 95)

Outro aspecto comum a ambos os sistemas de censura ao cinema é a arbitrariedade nos critérios que presidiam às comissões e a cada censor em particular. No Brasil, por exemplo, a partir do período da Ditadura Militar, eram entregues manuais aos censores (1967-1968), verificando-se uma reformulação no sistema censório, e apareceram cursos para dar formação cinematográfica aos censores; em Portugal tal não ocorreu.

Em Espanha, como explica Martínez Álvarez (2006, p. 335), García Escudero reorganiza a Junta de Clasificación y Censura (decreto 2.373, de 20 de Setembro de 1962) e a partir daí muda a sua composição, substituindo os representantes do Exército, da Falange e da Igreja, como ocorria desde 1937, por teóricos e críticos de cinema. García Escudero apoiou a Escuela Oficial de Cinematografía, pois desejava criar em Espanha um Novo Cinema espanhol, semelhante aos movimentos que surgiam no resto da Europa (*Nouvelle Vague*, Cinema Novo português) e nos Estados Unidos da América, com o Novo Cinema Americano, o *Free Cinema*, que abrisse os mercados da produção nacional, pudesse ser exportado e triunfasse nos festivais de cinema (Martínez Álvarez, 2006, p. 345).

No entanto, tal não significa que a censura e a sua arbitrariedade de critérios deixassem de existir. No marcelismo, um dos exemplos mais explícitos da subjectividade inerente ao trabalho dos censores são os comentários feitos nos relatórios de censura pela censora Mariana Rita Nova Goa (*cf*. Morais, 2020a). Em 1947 surgem algumas normas internas do que deveria ou não ser sujeito a censura, num documento intitulado "Directrizes para uso da censura cinematográfica". Estas directrizes constituem um desenvolvimento das estabelecidas no artigo 133 do decreto de 6 de Maio de 1927. Transcrevemos algumas passagens (itálico nosso), informando que estão disponíveis para consulta na Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema:

> Devem ser sujeitos a proibição: a) todos os filmes que tenham por intenção excitar ou acordar os baixos instintos do público; b) as situações licenciosas ou obscenas; as cenas de nu integral ou semi-nudez com propósitos sensuais; os bailados que contenham movimentos intencionalmente lascivos […]. Será proibida a exibição de: a) filmes com uma exagerada preocupação social ou em que se sinta qualquer tendência comunizante; b) filmes que foquem *tendenciosamente* o problema das injustiças sociais; c) filmes que explorem as lutas de classes ou as diferenças de casta; d) que atentem contra o prestígio, a honra ou a disciplina das forças armadas; e) que exaltem a guerra, ou que criem um estado de espírito de excitação para a guerra […] nenhum filme poderá constituir um factor de perturbação da paz social […] ficam sujeitos à acção proibitiva da censura: a) os filmes que criem uma legenda, ou estabeleçam uma auréola, à volta de uma figura de criminoso, assim como quaisquer outros filmes de carácter policial que rodeiem os culpados de certo prestígio romântico […]

Ainda no que se refere aos critérios legislados em Portugal, o decreto-lei publicado em 1971 retoma sem alterações, no seu artigo nº 26, a redacção do artigo nº 40 de 1959. Esta legislação está disponível para consulta ao público no ANTT:

> […] não poderá autorizar[-se] o licenciamento de filmes… ofensivos dos órgãos da soberania nacional, das instituições vigentes, dos chefes de Estado ou representantes diplomáticos de países

> estrangeiros, das crenças religiosas e da moral cristã tradicional, […] ou que sejam perniciosos à educação do povo.

Em Espanha, até à promulgação da Ley Miró (1983), García Escudero será o responsável pelas mudanças de política no cinema, devendo-se-lhe as "Normas de Censura Cinematográficas", promulgadas a 9 de Fevereiro de 1963. Pela primeira vez, estas normas surgiram por escrito, tentando evitar as arbitrariedades das décadas anteriores. No entanto, como eram bastante gerais e passíveis de interpretação subjectiva, o seu sucessor Carlos Robles Piquer não precisou de alterar nada no texto para voltar a limitar a liberdade de expressão aos realizadores (Martínez Álvarez, 2006, p. 336). Posteriormente Rogelio Díaz, que durante o período tardo-franquista foi o responsável pela cinematografia, anunciará um conjunto de medidas com o propósito de reorganizar a censura que, à semelhança do caso português, era maioritariamente caracterizada pela arbitrariedade de critérios. Das suas propostas permanecerá a perpetuação da censura até Novembro de 1977, reeditando-se as suas normas em Fevereiro de 1975:

> La obra cinematográfica podrá presentar hechos o propugnar tesis sobre cualquier clase de temas o problemas, dentro del respeto debido a: a) la verdad, no admitiéndose el falseamiento tendencioso de hechos, personajes o ambientes históricos o actuales […]; b) los principios y Leyes Fundamentales del Estado Español […]; d) las más elementales normas del buen gusto en la expresión plástica y verbal; e) las exigencias de la defensa nacional, de la seguridad del Estado, del orden público interior y de la paz exterior; f) las creencias, práticas y sentimientos religiosos y en especial los de a Iglesia católica, su dogma, su moral y su culto. *Boletín Oficial del Estado*, 1 de Março de 1975, em Nieto Ferrando (2012, 43).

No entanto, ao longo das ditaduras ibéricas, o que se proíbe, censura ou permite ver permanece quase sem alterações. O objectivo de ambos os sistemas de censura era o controlo político, religioso e moral, parecendo constituir o que era considerado "óbvio" para os censores, como atentado aos bons costumes, à moral, à autoridade, aquilo que é proibido e censurado, o que pode explicar os lacónicos e sucintos pareceres dados nos processos de censura a um elevado número de filmes, tanto em Portugal como em Espanha.

O tema mais censurado a filmes nacionais e estrangeiros foi o amor erótico, seguido da censura ao corpo nu. Porém, como já notámos, à medida que o regime marcelista avança, deixam de ser permitidas quaisquer alusões ao regime político vigente ou à guerra colonial, e a decadência do marcelismo parece ser acompanhada por um reforço da censura (Morais, 2017, p. 145). De modo semelhante, em Espanha, se os nus e cenas eróticas e de cama eram permitidas com alguma abertura, os temas políticos eram sujeitos a um férreo controlo por parte da censura.

O poder económico sempre foi fundamental no controlo do que podia ou não ser exibido, tanto em Portugal como em Espanha, no teatro como no cinema, e tanto no tempo do marcelismo como no tardo-franquismo. Ou seja, o cinema era controlado ideologicamente, através da censura, mas também do ponto de vista económico, pois a realização de filmes estava dependente de prémios e subvenções. A liberalização que ocorreu em Espanha apresentou uma dimensão mais económica do que cultural e, até ao fim do regime franquista, verificou-se uma contradição entre a abertura económica e as práticas retrógradas no âmbito cultural, o que ajuda a explicar que, nesta fase final, a censura, em vez de se tornar menos repressiva, se tornasse mais apertada. Simultaneamente, a indústria cinematográfica internacional começou a exigir uma maior permissividade para poder comercializar os seus filmes. Perante este dilema, a Espanha socorreu-se de diversos recursos, como por exemplo, e como é referido acima, a produção de versões duplas nas coproduções internacionais. Entre estas medidas surge uma das diferenças entre os dois sistemas de censura neste período final das ditaduras: "el destape", quando o regime franquista, em plena contradição com a sua própria moral oficial, permitiu as primeiras cenas de nus no teatro e no cinema, sempre que "estuvieran justificadas por la lógica de la acción" (Neuschäfer, 1994, p. 54).

Embora semelhante movimento não se tenha verificado em Portugal, durante a década de 70, em Espanha e no mundo em geral, no que respeita à produção cinematográfica, surgem subgéneros fílmicos como "mulheres na prisão", incluído nas "pornochanchadas" que começam a surgir no Brasil e no mundo, nesses mesmos anos, e formam parte do movimento *sexploitation*, um subgénero do género fílmico *sploitation* (Morais, 2020b, pp. 343ss.)

Os filmes de "destape" começam a proliferar depois da morte de Franco, em Novembro de 1975. No ano de 1976, quase cinquenta por cento das receitas cinematográficas provinha deste género de conteúdos eróticos, ainda que de pouca qualidade, onde as cenas eróticas e/ou de nudez se sobrepunham a um argumento demasiado simples. Em 1974, mais de dois milhões de espectadores foram ao cinema para ver as breves cenas em que Ana Belén – personagem de Aurora – mostra os seios em frente a um espelho, no filme *El amor del capitán Brando*, de Jaime de Armiñán. Mas o cúmulo das audiências deu-se no ano de 1976, com o filme *La trastienda*, de Jorge Grau, no qual a actriz María José Cantudo protagonizou o primeiro nu frontal integral.

Com o passar dos anos verificou-se uma crescente sexualização do cinema espanhol, acompanhada de um aumento progressivo do número de actrizes nuas, até que nos anos oitenta surge o cinema "X", explicitamente pornográfico, substituindo-se a letra "S", que era a que qualificava este tipo de cinema (Sánchez Crespo e Galende, 2018, p. 122). Há que sublinhar que tanto nos filmes do "destape", em Espanha, como nos filmes pertencentes à "pornochanchada", no Brasil, a nudez incidia sobre o corpo feminino e muito raramente sobre o masculino.

No caso espanhol, grande parte do cinema realizado no país nos anos setenta pertence a subgéneros. Quando o *spanish-western* entra em decadência, por volta de 1972, é substituído pelo terror hispânico, um filão barato e muito popular que permitiria contornar os problemas com as subvenções estatais. Junto aos realizadores especialistas no subgénero – como Jesús Franco, Paul Naschy ou Armando Ossorio – podem encontrar-se obras de realizadores com trajectórias diferentes, como Pere Portabella (*Cuadecuc-Vampir*, 1971), Vicente Aranda (*La novia ensangrentada*, 1972) ou Gonzalo Suárez (*Morbo*, 1972). O terror também será erotizado, aproveitando a abertura progressiva da censura, e o mesmo sucederá com a comédia. A comédia *sexy* hispânica será um outro filão nestes anos, explorando os estereótipos do macho ibérico, como no filme de Vicente Escrivá, *Lo verde empieza en los Pirineos* (1973).

No que respeita ao cinema português propriamente dito, a partir do surgimento do chamado Cinema Novo português, como afirma José Manuel Costa (2004, p. 108), a voz e figuras populares tornaram-se preponderantes. Tal sucedeu porque, até ao 25 de Abril, a censura for-

çou o olhar dos realizadores a formar-se pela metáfora. À semelhança do que sucedeu em Espanha, com o regime de Marcelo Caetano, sobretudo na chamada "Primavera marcelista", de finais de 1968 a cerca de 1971, passou a condescender-se ligeiramente no campo da representação do corpo nu e da sexualidade. Porém, após 1971, ou até um pouco antes, a censura manteve-se muito rigorosa, sobretudo no que respeitava a assuntos políticos e à guerra colonial. Como afirma Paulo Cunha (2014, p. 142), no período de transição marcelista, a censura também se intensificou para o cinema português, acompanhada por uma atitude contraditória por parte do governo: "Se, por um lado, se assistiu a um "abrandamento" da censura em relação ao cinema estrangeiro, particularmente nas cenas de nudez, o comportamento em relação ao cinema português foi de intolerância".

Em Espanha, também na década de 70, o sistema de censura torna-se mais rigoroso, como exemplifica Josefina Martínez Álvarez (2006, p. 350): o filme *El jardín de las delícias* (Saura, 1970) esteve proibido seis meses; *La prima Angélica* teve o seu argumento proibido duas vezes e foi visto por seis ministros antes de ser aprovada a sua exibição; o filme *La semana del asesino* (Eloy de la Iglesia, 1972) foi mandado cortar 62 vezes; o argumento de *Furia española*, de Fernando Betriu, foi proibido e o realizador manteve um contencioso com a censura durante três anos para que se pudesse realizar o filme; ou *Canciones para después de una guerra*, de Martín Patino, que, mesmo com 27 cortes mandados efectuar para que pudesse receber o visto de exibição, foi proibido pelo próprio Carrero Blanco e só se estreou em 1976.

No entanto, talvez a maior diferença entre os dois sistemas de censura ibéricos seja a dobragem. No caso português, a prática da legendagem permitia controlar a tradução, o que não teria sido possível se tivesse sido institucionalizada a dobragem, que só não pôde concretizar-se devido às deficientes condições técnicas do país – não existiam laboratórios suficientes que permitissem uma constante e rápida dobragem de cerca de 400 filmes que estreavam anualmente em salas portuguesas. Em Portugal, quando se tratava apenas do corte de legendas, esses cortes eram indicados na lista de legendas e a sua tradução não se fazia. Como explica Lauro António (2001, p. 35), tal situação originava, por vezes, longos excertos de diálogos sem qualquer tipo de legendagem, o que justificava justos protestos do público. Por vezes, o

espectador que conhecia línguas conseguia perceber o diálogo original, o que mostra, sublinhando o já referido acima, que os cortes eram dirigidos, sobretudo, a baixos escalões sociais. Porém, quando eram projectados filmes do realizador sueco Ingmar Bergman, por exemplo, longas partes legendadas eram cortadas e somente um ou outro turista, ou o pessoal da embaixada sueca, conseguia compreender o que diziam as personagens.

Um exemplo de alteração explícita das legendas encontra-se no processo do filme *Toys in the attic* (*O segredo*), realizado por George Roy Hill. O filme foi proibido a 13 de Março de 1964. Porém, a 24 de Junho de 1971, o filme foi aprovado "no Grupo D [maiores de 18 anos], com alteração das legendas 817 e 818, nos seguintes termos: 817 – sempre gostaste dele, sempre. 818 – Há anos receava por ti…". No original, as legendas são: "817 – Queres dormir com ele, sempre quiseste; 818 – Há anos receava que o tentasses…". A 26 de Outubro de 1971, são confirmados os cortes e a classificação do filme, e o *trailer* é classificado para o Grupo C [maiores de 14 anos], sem cortes (ANTT, SNI, DGE, Processo de censura n.º 24749 – 26 de Outubro, 1971). No processo de *Le mépris* (*O desprezo*), realizado por Jean-Luc Godard, para além de serem mandadas eliminar várias imagens e legendas com conotações eróticas é também pedida a "não gravação da 1.ª palavra da legenda 560.ª [Porra!]". (ANTT, SNI, DGE, Processo de censura n.º 33274 – 15 de Janeiro, 1974). Outro exemplo é o do processo do filme *Billy two hats* (*Amigos até ao fim*), realizado por Ted Kotcheff, que foi classificado "do grupo C [maiores de 14 anos], devendo não gravar-se a legenda 461 ou gravar-se com a substituição da palavra "lavar" pela palavra "vestir" [Vá-se lavar…]" (ANTT, SNI, DGE, Processo de censura n.º 32474 – 5 de Março, 1974).

Em Espanha, graças à existência da dobragem, as personagens dos filmes estrangeiros diziam o que a censura desejava que dissessem. Quando os filmes eram estrangeiros era obrigatório dobrá-los para castelhano. A dobragem originava muitas vezes efeitos mais perversos do que aqueles que pretendia proibir, e muitos são os exemplos de filmes em que os maridos ou amantes das protagonistas eram transformados em seus irmãos (Gubern, 1975, p. 139).

No filme *Morte a Venezia* (de Luchino Visconti, 1971), os censores fizeram Gustav von Aschenbach dizer "hijo mío" a Tazio, em vez de "ti

amo"; e o filme *Gypsy*, de Mervyn LeRoy (1962), foi proibido pela censura espanhola e só em 1970 recebeu o "visto bueno" dos censores que impuseram numerosas modificações nos diálogos, como por exemplo substituir "desnudarse" por "aligerarse de ropa" (Gil, 2009, pp. 46 e 365).

No entanto, o facto de existir a dobragem não impedia que imagens e legendas de um determinado filme fossem mandadas eliminar; tal foi o caso de muitas relacionadas com casais na cama que, tal como em Portugal, implicavam imagens de corpo nu. No *western Il grande duelo*, realizado por Giancarlo Santi (1972), foi imposto um corte logo nos primeiros metros do filme quando este chegou a Espanha em 1973: "En la escena de cama de matrimonio se deben suprimir parte de los planos en los que aparece, parcialmente descubierto, el trasero de ella" (Gil, 2009, p. 38). No ano seguinte, no filme *Finché c"è guerra c"è speranza*, realizado e protagonizado por Alberto Sordi, os censores exigiram: "Suprimir todos los planos de desnudos integrales que aparecen en la revista que están viendo los hijos del protagonista. Debe quedar sólo un flash que permita darse cuenta de lo que es, pero sin detalle y sin desnudo integral" (Gil, 2009, p. 43).

Ou seja, as semelhanças entre os dois sistemas de censura ao cinema, em Portugal e Espanha, no final de ambas as ditaduras, superam as diferenças. E se a dobragem dos filmes pode ser considerada a maior diferença entre os dois sistemas, o objectivo permaneceu o mesmo: controlar o que era visto e ouvido por um público considerado impreparado para compreender o que lhes poderia ser mostrado.

3. Notas finais

Como tentámos demonstrar, tanto em Espanha como em Portugal, apesar da aparente liberalização dos regimes na década de sessenta, a censura não perdeu a sua eficácia. Nesta fase final das ditaduras, ambas continuavam a utilizar todos os meios que tinham ao seu alcance para controlar o povo, incluindo a censura. A nível europeu e mundial, estes anos criaram desafios importantes para os dois países por se verificar uma enorme e incontrolável difusão cultural, com o surgimento de movimentos pacifistas, difusão de conceitos de contracultura, contra o racismo e a favor da emancipação da mulher.

Ambos os países, nos anos finais das suas ditaduras, tentaram resistir como puderam a todas as mudanças artísticas e culturais que ocorreram na Europa e no mundo. No entanto, como demonstrado ao longo do capítulo, sensivelmente a partir de 1969, esse esforço torna-se vão, com a impossibilidade de controlar a entrada de meios artísticos e culturais estrangeiros na península, quando existiam milhões de emigrantes no exterior e milhões de turistas a entrarem anualmente em Portugal e Espanha.

O contexto político de ambos os países, conforme analisado na primeira parte, permite verificar que, no caso do Franquismo, a sua especificidade emana de ter nascido de uma guerra civil, o que lhe conferiu enormes possibilidades de perdurar, coadjuvadas pela flexibilidade de Franco. A ausência de um ideário claro permitiu-lhe transitar de umas fórmulas ditatoriais para outras, roçando o fascismo nos anos quarenta e as ditaduras desenvolvidas nos anos sessenta. Talvez esta flexibilidade inerente ao Franquismo ajude a explicar a transição pacífica da ditadura para a democracia em Espanha, mas, pelo referido acima, esta dependeu principalmente das mudanças ocorridas na sociedade espanhola – que sucederam também em Portugal, na Europa e no mundo – ao longo dos anos sessenta.

No que respeita especificamente à censura ao cinema, durante os anos finais das ditaduras ibéricas as semelhanças são muito significativas, como se demonstrou: ambas são forçadas tendencialmente a uma maior liberalização nos critérios, ainda que com flutuações; também o funcionamento da censura ao cinema era semelhante nos dois países; a existência da censura pressupunha a autocensura para que os filmes pudessem ser aprovados sem cortes; em ambos os países o cinema era considerado um meio de educação popular, o que explica o paternalismo e função pedagógica inerente aos critérios que presidiam à censura dos filmes nacionais e estrangeiros. Assim foram criadas as chamadas salas de estúdio e as semanas e festivais de cinema dedicados a filmes de outras proveniências, especificamente direcionadas para um público considerado culto e apto a compreender o que era mostrado; também por esse motivo, para os dois países ibéricos, a preocupação em controlar os filmes realizados por realizadores nacionais, em relação aos estrangeiros, era muito maior. Apesar da existência de alguma legislação, a arbitrariedade nos critérios que presidiam às Comissões de

Censura era outro aspecto comum a Portugal e Espanha, no período referido. E se em ambos alguma permissividade relativamente a imagens eróticas ou de corpo nu era tolerada, os critérios tornavam-se extremamente rigorosos no que respeitava a abordagens relacionadas com temas políticos e sociais.

No entanto, embora as semelhanças sejam muito notórias, existem algumas diferenças. Uma delas é a formação dos censores; em Espanha, García Escudero, a partir de 1962, reorganiza a Junta de Clasificación y Censura, substituindo os representantes do Exército, da Falange e da Igreja por teóricos e críticos de cinema; em Portugal não existiu esta preocupação com a formação cinematográfica dos censores que compunham a Comissão de Censura. Embora o cinema de ambos os países estivesse dependente de apoios económicos, uma das grandes diferenças entre os dois foi o surgimento de "el destape", quando na fase tardia do Franquismo começou a ser permitida a exibição de imagens do corpo nu, no cinema e no teatro. No entanto, a dobragem dos filmes em Espanha – por oposição à manipulação e/ou omissão de legendas no caso de Portugal – poderá ser considerada a maior diferença entre os dois sistemas de censura.

Referências bibliográficas

António, L. (2001). *Cinema e Censura em Portugal.* Biblioteca-Museu República e Resistência.

Areal, L. (2011). *Cinema Português. Um País Imaginado.* (2 vols). Edições 70.

Azevedo, C. de (1999). *A Censura de Salazar e Marcello Caetano – Imprensa, Teatro, Cinema, Radiodifusão, Livro*. Editorial Caminho.

Cabrera, A. (2008). A censura ao teatro no período marcelista. *Media & Jornalismo*, *12* (7), 27-58.

Carr, R. e Fusi, J. P. (1979). *España, de la dictadura a la democracia*. Planeta.

Costa, J. M. (2004). Questões do documentário em Portugal. *Portugal: Um Retrato Cinematográfico.* Número – Arte e Cultura.

Cunha, P. (2014). *O Novo Cinema português. Políticas públicas e modos de produção (1949-1980)* [Tese de doutoramento não publicada] Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra.

Douin, J.-L. (2001). *Dictionnaire de la censure au cinéma, Images interdites*. Quadrige/PUF.

Gil, A. (2009). *La censura cinematográfica en España*. Ediciones B.

Gubern, R. (1975). *Un cine para el cadalso: 40 años de censura cinematográfica en España*. Euros.

Gortázar, G. (1989). El último franquismo: actitudes y preocupaciones de los españoles según los sondeos del Instituto de la Opinión Pública. In H. de la T. Gómez (ed.). *Portugal y España en el cambio político (1958-1978)* (pp. 119-138). Universidad Nacional de Educación a Distancia.

Martínez Álvarez, J. (2006). El cine tardo franquista, reflejo de una sociedad. In A. Mateos, A. Herrérin (eds). *La España del presente: de la dictadura a la democracia* (pp. 333-352). Asociación del Historiadores del Presente.

Morais, A. B. (2013). La censura cinematográfica en España y en Portugal: una primera aproximación. In J. F. F. Casals, P. Numhauser, M. Orfali (eds). *Escrituras silenciadas. El paisaje como historiografia* (pp. 61-66). Universidad de Alcalá.

Morais, A. B. (2017a). Censorship in Spain and Portugal of Spanish and Latin American Films (1968–1974). A Comparative Perspective. *Interlitteraria*, 22 (1), 93-106.

Morais, A. B. (2017b). *Censura ao Erotismo e Violência. Cinema no Portugal Marcelista (1968-1974)*. Edições Húmus.

Morais, A. B. (2018). Cine y censura en la Península Ibérica: el caso de las películas hispano-americanas (1968-1974). In J. F. F. Casals, P. Numhauser, M. Orfali (eds.). *Escrituras silenciadas. Heterodoxias y disidencias en la península ibérica y América* (pp. 375-381). Universidad de Alcalá.

Morais, A. B. (2020a). A Woman Censor during the Portuguese Dictatorship (1968-1974). In E. Cordero-Hoyo, B. Soto-Vázquez (eds). *Women in Iberian Filmic Culture. A Feminist approach to the Cinemas of Portugal and Spain* (pp. 132-145). Bristol: Intellect,

Morais, A. B. (2020b). Portugal no contexto marcelista. A receção de filmes brasileiros (1968-1974). *Revista de História das Ideias*, 38, 2.ª série, 337--358.

Morais, A. B. (2021). Censura ao cinema no marcelismo e tardo-franquismo: uma perspectiva comparada. *Ler História* 79, 63-84. https://doi.org/10.4000/lerhistoria.9072

Neuschäfer, H. J. (1994). *Adiós a la España eterna. La dialéctica de la censura. Novela, teatro y cine bajo el franquismo*. Anthropos.

Nieto Ferrando, J. (2012). *Cine en papel. Cultura y crítica cinematográfica en España (1962-1982).* Ediciones de la Filmoteca – Instituto Valenciano del Audiovisual y la Cinematografía Ricardo Muñoz Suay.

Payne, S. G. (1987). *El régimen de Franco 1936-1975.* Alianza.

Payne, S. G. (1992). *Franco, el perfil de la Historia*. Espasa-Calpe.

Piçarra, M. do C. (2020). *Projectar a Ordem. Cinema do Povo e Propaganda Salazarista. 1935-1954*. Os Pássaros.

Pinto, A. C. (ed). (2012). *Governar em Ditadura. Elites e Decisão Política nas Ditaduras na Era do Fascismo*. Imprensa de Ciências Sociais.

Sánchez Crespo, Á & Galende, I. (2018). *Madrid años 60-70. Dos décadas que nos cambiaran*. Guadarramistas Editorial.

Sánchez Cervelló, J. (1989). El caetanismo. In H. de la T. Gómez (coord). *Portugal y España en el cambio político (1958-1978)* (pp. 101-117). Universidad Nacional de Educación a Distancia – UNED.

Telo, A. J. (1989). Portugal, 1958-1974: sociedade em mudança. In H. de la Torre Gómez (ed). *Portugal y España en el cambio político (1958-1978)* (pp. 73-88). Universidad Nacional de Educación a Distancia – UNED.

Trenzado Romero, M. (1999). *Cultura de masas y cambio político: el cine español durante la transición*. CIS/Siglo XXI.

Tusell Gómez, J. (1989). El franquismo como dictadura. In H. de la T. Gómez (ed.). *Portugal y España en el cambio político (1958-1978)* (pp. 47-58). Universidad Nacional de Educación a Distancia – UNED, 47-58.

Notas Biográficas

Ana Bela Morais (Oeiras, 1979) é investigadora contratada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde desenvolve o projecto "Censura e Cinema no Espaço Ibérico, de 1968 à actualidade", no Subgrupo Diálogos Ibéricos e Ibero-Americanos, sendo coordenadora do Grupo LOCUS do Centro de Estudos Comparatistas. Ensina História do Cinema, Cinema Português e Cinema e Literatura na mesma Faculdade. Entre outras publicações é autora do livro *Censura ao Erotismo e Violência. Cinema no Portugal Marcelista (1968-1974)* (2017) e coordenou os dossiers "Censura ao cinema nas ditaduras ibéricas" na revista *Ler História* (2021) e "Imagens Interditas: censura e criação artística no espaço ibérico contemporâneo" em *Diálogos* (2022).

Edna Costa (Porto, 1981) é Professora Auxiliar na Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho desde 2021. Doutorada em Ciência Política pela NOVA-FCSH (2018), integra o Centro de Investigação em Ciência Política (CICP-UM) e colabora com a Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas da Universidade de Aveiro (GOVCOPP-UA). Tem-se dedicado, em particular, ao estudo das questões da representação, participação política e políticas sociais a partir de uma perspetiva de género, sobre as quais tem vários trabalhos publicados.

Eduardo Medeiros (Almada, 1968) é Professor de Geografia e investigador no Instituto Politécnico de Setúbal. Tem um doutoramento e pós-doutoramento em Geografia – Planeamento Regional e Urbano, e cerca de 200 publicações, incluindo mais de 60 artigos publicados em revistas internacionais, 12 livros e 22 capítulos de livros. Os seus interesses de investigação estão focados na Avaliação de Impactos Territoriais, Coesão Territorial, Desenvolvimento Territorial, Cooperação Territorial e Ordenamento do Território.

Filipa Pinho (Lisboa, 1968) é Professora auxiliar convidada na Escola de Sociologia e Políticas Públicas, do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, investigadora integrada no CIES-Iscte e associada no Observatório da Emigração. Doutorada em Sociologia pelo Iscte, é membro do grupo de Desigualdades, Migrações e Territórios do centro referido. Tem-se dedicado aos estudos das migrações internacionais de e para Portugal, nas diversas perspetivas em que pode ser estudada (composição sociodemográfica e distribuição geográfica dos migrantes, dimensão de políticas de migração aplicáveis, processos de decisão de migração, asilo e migrações, entre outras), onde se incluiu Espanha como destino e se analisou neste texto também como origem.

Gabriel Magalhães (Luanda, 1965) é Professor na Universidade da Beira Interior. Tem publicado obras sobre temas ibéricos: *Los secretos de Portugal* (2012), *Como Sobreviver a Portugal Continuando a Ser Português* (2014), *Los españoles* (2016) e *El país que nunca existió* (2023). Com o romance *Não Tenhas Medo do Escuro* (2009), recebeu o Prémio de Revelação da Associação Portuguesa de Escritores. Outras obras romanescas: *Planície de Espelhos* (2010), *Madrugada na Tua Alma* (2011), *Restaurante Canibal* (2014) e *Os Crimes Inocentes* (2018). Ensaios de espiritualidade cristã: *Espelho Meu* (2013), *O Mapa do Tesouro* (2015) e *A Casa da Alegria* (2019). Colabora no jornal *La Vanguardia*, de Barcelona.

Isabel Araújo Branco (Lisboa, 1977) é Professora Associada na Universidade NOVA de Lisboa na área dos estudos hispânicos (literatura e tradução). É investigadora do CHAM-Centro de Humanidades (NOVA FCSH–UAc), de que actualmente é subdirectora. É directora da *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*. Participa no projecto «Transficción: La literatura de la transición democrática española y las narrativas transicionales europeas» (Uni. Zaragoza). É membro do Grupo de Investigación en Literatura Contemporánea (GILCO) (Uni. Alcalá). Recebeu o Prémio Científico Internacional Mário Quartin Graça 2015, concedido pela Casa da América Latina (Lisboa) pela sua tese de doutoramento. Publicou *Recepção literária das literaturas hispano-americanas em Portugal* (Münster, LIT, 2021) e *Tradução e edição de obras hispano-americanas em Portugal* (Berlin, Peter Lang, 2020).

Iva Miranda Pires (Santo Tirso, 1959) é Professora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, onde coor-

dena o Doutoramento em Ecologia Humana e investigadora integrada do CICS.NOVA. É doutorada em Geografia Humana pela Universidade de Lisboa. Coordenou dois projetos financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) sobre a fronteira Portugal-Espanha e foi nesse âmbito que desenvolveu investigação sobre o tema das fronteiras.

José Cadima Ribeiro (Leiria, 1955) é detentor de Doutoramento em Ciências Económicas e Empresariais pela Universidade do Minho (1989) e Professor Catedrático aposentado da Escola de Economia e Gestão (EEG) da Universidade do Minho (UMinho). Integra o Núcleo de Investigação em Políticas Económicas e Empresariais (NIPE) da EEG/UMinho, e é autor ou coautor de artigos, capítulos de livros e livros que tratam questões de desenvolvimento regional e local, economia do turismo, turismo cultural, e localização industrial. Também teve participação na elaboração de vários projetos de desenvolvimento regional e local.

José Miguel Sardica (Lisboa, 1970) é historiador e Professor catedrático da Faculdade de Ciências Humanas e do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, especialista em história portuguesa, ibérica e internacional dos séculos XIX e XX. É autor de cerca de uma centena de capítulos de livros e artigos académicos, e de 20 livros sobre história contemporânea. Foi Diretor da Faculdade de Ciências Humanas da UCP, e é, atualmente, Diretor do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História, membro da direção da Sociedade Científica da UCP e colunista da Rádio Renascença em assuntos de história, política e sociedade.

Maria de Fátima Amante (Borba, 1967) é antropóloga e Professora associada (com agregação) no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa. Aí coordena a formação de fileira em Antropologia, é cocoordenadora da Linha de Investigação – PoPMob – População e Mobilidade, no CAPP – Centro de Administração e Políticas Públicas – onde é, desde 2013, investigadora integrada. Coordena ainda uma Rede de Investigação em Fronteiras e Migrações, parte dos Laboratórios e Observatórios do ISCSP. A sua investigação insere-se no âmbito da Antropologia Política, particularmente na antropologia das fronteiras. Interessa-se sobretudo por questões de mobilidade e performance do Estado no que respeita às fronteiras, dando atenção a questões como a segurança. A identidade é, desde o doutoramento, um tema de investiga-

ção ao que volta com frequência, designadamente aos processos de construção e representação de identidades políticas, locais e nacionais. Publicou três livros, diversos capítulos de livro e artigos em revistas científicas sobre estas temáticas.

Marco Neves (Peniche, 1980) é Professor da Universidade NOVA de Lisboa, onde lecciona em vários cursos na área das línguas e tradução entre português, castelhano e inglês, e membro integrado do centro de investigação CETAPS. É autor de mais de mais de uma dezena de livros e de numerosos artigos sobre línguas e culturas. Criou e participa em vários programas de divulgação linguística, incluindo um programa semanal na Rádio Observador, tendo frequentes intervenções públicas sobre o tema.

COLIBRI – ARTES GRÁFICAS

Rua Major João Luís de Moura, Famões Park
– ARMAZEM **AB** – 1685 - 650 Famões
TELEFONE | (+351) **21 931 74 99**
www.edi-colibri.pt | colibri@edi-colibri.pt

ESPANHA E NÓS...

parte de uma certeza: após a entrada dos dois estados ibéricos – a República Portuguesa e o Reino de Espanha – na Comunidade Económica Europeia, hoje União Europeia, as relações entre os seus espaços geoculturais mudaram radicalmente. Em poucas décadas, Portugal e Espanha passaram de uma separação fronteiriça rígida tanto em termos simbólicos como funcionais, a pertencer a um mesmo espaço, europeu, onde a livre circulação de pessoas, bens e serviços é não só permitida, como incentivada. Desta forma, o objetivo principal deste volume é mapear o contacto ibérico durante as últimas décadas, através da reunião de estudos elaborados por académicos/as portugueses/as das Ciências Sociais e Humanas que se tenham debruçado a analisar as relações hispano-portuguesas nos âmbitos políticos, culturais, económicos e sociais.

Instituto Cervantes Lisboa
CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
CEHUM
Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho

